



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXVI - Nº 056 - SEXTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2011 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP)		<b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)
<b>1ª VICE-PRESIDENTE</b> Marta Suplicy - (PT-SP)		<b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Wilson Santiago - (PMDB-PB)		
<b>1º SECRETÁRIO</b> Cícero Lucena - (PSDB-PB)	<b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b> 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)	
<b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro - (PR-TO)	2º - João Durval - (PDT-BA)	
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)	
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	

## LIDERANÇA

<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 <b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> ..... <b>Líder do PT - 15</b> <b>Humberto Costa</b> Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias <b>Líder do PR - 5</b> <b>Magno Malta</b> <b>Líder do PDT - 4</b> <b>Acir Gurgacz</b> Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque <b>Líder do PSB - 3</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b> Vice-Líder do PSB Lídice da Mata <b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar</b> (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> Vice-Líder do PP Ana Amelia <b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> <b>Líder do PMN - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b>	<b>Bloco Parlamentar Minoria</b> (PSDB/DEM) - 15 <b>Líder</b> <b>Mário Couto - PSDB (9)</b> ..... <b>Líder do PSDB - 10</b> <b>Alvaro Dias</b> Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) <b>Líder do DEM - 5</b> <b>Demóstenes Torres (3,4)</b> Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
<b>PSOL - 2</b> <b>Líder</b> <b>Marinor Brito - PSOL</b>	<b>PPS - 1</b> <b>Líder</b> <b>Itamar Franco - PPS</b>	<b>PTB - 6</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
		<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

### Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente	
<b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 49ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE ABRIL DE 2011

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 68, de 2011, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2007. .... 11418

#### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nºs 307 e 315, de 2011, solicitando tramitação conjunta de proposições. .... 11418

#### 1.2.3 – Comunicação

Do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente à aprovação do Requerimento nº 10, de 2011-CRE, em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2011-CRE, ampliando a competência da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, alterando seu nome para Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, e designando Senadores para compor a referida Subcomissão. (Ofício nº 27/2011, de 13 do corrente)..... 11418

#### 1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR VITAL DO RÊGO – Encaminhamento de pronunciamento a respeito dos cem dias do governo da Presidente Dilma Rousseff. .... 11421

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos à população da cidade de Almirante Tamandaré, no Rio Grande do Sul, pelo transcurso do seu aniversário; e outros assuntos..... 11423

SENADOR FERNANDO COLLOR, como Líder – Inserção do Senado Federal no processo de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a realizar-se no Rio de Janeiro, em junho de 2012, com o estabelecimento da Comissão de Acompanhamento da Rio+20, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. .... 11428

SENADOR GEOVANI BORGES – Registro da posse da nova cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá; e outro assunto..... 11428

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Reflexões sobre a reforma política..... 11430

SENADORA ANA AMELIA, como Líder – Considerações sobre a entrega de minuta de proposta de alterações do sistema eleitoral, elaborada pela Comissão de Reforma Política; e outro assunto.... 11432

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Prestação de contas da atuação de S. Exª, desde o início da Legislatura no Senado Federal..... 11433

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Preocupação com o atraso das obras nos aeroportos das cidades que sediarão a Copa do Mundo de 2014..... 11436

SENADOR JOÃO PEDRO – Reflexão sobre os 100 primeiros dias de governo da Presidenta Dilma Rousseff. .... 11438

SENADOR ITAMAR FRANCO, como Líder – Comentários sobre matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo** intitulada “Aeronáutica monitorou políticos após a ditadura”. .... 11440

SENADOR ANIBAL DINIZ – Manifestação de solidariedade ao Prefeito de Rio Branco, capital do Estado do Acre, bem como ao Governador Tião Viana e a toda a população atingida pela cheia do Rio Acre..... 11442

#### 1.3 – ORDEM DO DIA

##### 1.3.1 Item 1

Requerimento nº 280, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia). **Aprovado.** .... 11444

##### 1.3.2 Item 2

Requerimento nº 281, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Agricultura e Reforma Agrária (alterações no Fundo Nacional de Meio Ambiente). **Aprovado.** .... 11444

**1.3.3 Item 3**

Requerimento nº 282, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Agricultura e Reforma Agrária (benefícios fiscais a setores exportadores). **Aprovado**..... 11444

**1.3.4 Item 4**

Requerimento nº 285, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (promoções na carreira militar). **Aprovado**..... 11444

**1.3.5 Item 6**

Requerimento nº 299, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Assuntos Sociais (altera o Código Penal). **Aprovado**..... 11444

**1.3.6 Matéria não apreciada e transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária.****1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA****1.4.1 – Leitura de requerimento**

Nº 417, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. .... 11445

**1.4.2 – Discursos**

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Preocupação com a Copa do Mundo de 2014..... 11445

**1.4.3 – Apreciação de matéria**

Requerimento nº 119, de 2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. **Aprovado**..... 11445

**1.4.4 – Discursos (continuação)**

SENADOR ALVARO DIAS – Preocupação com o atraso nas obras para a Copa do Mundo, destacando às dos aeroportos brasileiros, e a escassez de investimentos em obras de infraestrutura, que comprometem o processo de desenvolvimento do Brasil. .... 11446

SENADOR WALDEMIR MOKA – Registro da realização, hoje, do Painel de Segurança Pública e Legislação, na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, “Crack” e Outras Drogas. .... 11449

SENADORA LÍDICE DA MATA, como Líder – Destaque para o lançamento, hoje, na Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, comunicando à Casa que foi eleita coordenadora da Frente no Senado. .... 11452

SENADOR WALTER PINHEIRO – Apelo em favor da votação de projeto de lei, já aprovado pela

Câmara dos Deputados, que permitirá mais publicidade dos atos de autoridades públicas; e os resultados da viagem da Presidente Dilma Rousseff à China. .... 11453

SENADOR HUMBERTO COSTA – Satisfação com o projeto “Todos por Pernambuco”, que vem sendo desenvolvido pelo governo daquele estado, e que promove a participação popular e de entidades civis na definição das prioridades de governo. .... 11456

SENADOR WELLINGTON DIAS – Comentários acerca da entrevista da Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, ao jornal **Valor Econômico**, apelando ao governo para que não cancele programas, contratos e convênios firmados com estados e municípios para a execução de obras que estejam em andamento. .... 11458

SENADOR BENEDITO DE LIRA, como Líder – Reflexão sobre a falta de água na região semiárida do Nordeste Brasileiro, apelando ao governo federal que implante um programa para levar água de qualidade para o interior daquela região. .... 11461

SENADOR CASILDO MALDANER – Preocupação com a insegurança jurídica que poderá assolar o país, durante as eleições municipais de 2012, caso o Supremo Tribunal Federal não esclareça questões referentes à Lei da Ficha Limpa..... 11464

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Críticas às declarações que o professor Hubert Van Gijsegheem teria feito perante o parlamento canadense de que a pedofilia é uma orientação sexual; e outros assuntos. .... 11466

SENADORA ANGELA PORTELA – Destaque para os programas criados nos 100 primeiros dias do governo da Presidenta Dilma Rousseff; e outro assunto. .... 11470

SENADOR PAULO PAIM – Manifestação de pesar pelo falecimento de Egon Schneck..... 11473

**1.4.5 – Leitura de requerimento**

Nº 418, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Egon Schneck..... 11474

**1.4.6 – Discursos (continuação)**

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Preocupação com a ampliação e o surgimento de novas reservas indígenas no Estado de Mato Grosso e no País. .... 11474

SENADOR VALDIR RAUPP – Balanço dos 100 primeiros dias de Confúcio Moura no cargo de Governador do Estado de Rondônia. .... 11479

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Registro de avanços no Programa do Microempreendedor Individual..... 11482

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Homenagem aos membros do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, que foram recentemente conduzidos à direção daquela instituição..... 11483

#### 1.4.7 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011 (nº 2.600/2010, na origem), que aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009..... 11485

Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2011 (nº 1.739/2009, na origem), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008*. .... 11491

#### 1.4.8 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 115 e 116, de 2011, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, findo o prazo a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição. .... 11499

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, aos Projetos de Resolução nºs 13, 18, 24 e 30, de 2007; 60, 61 e 67, de 2010..... 11499

Abertura do prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006. (**Ofício nº 30/2011, de 13 do corrente, do Presidente da Constituição, Justiça e Cidadania**)..... 11499

#### 1.4.9 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 74, de 2011, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1999, sancionado e convertido na Lei nº 12.398, de 28 de março de 2011..... 11499

#### 1.4.10 – Comunicação

Do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, referente à instalação dos trabalhos da Subcomissão Permanente da Amazônia e à eleição de sua Presidente e seu Vice-Presidente. (**Ofício nº 41/2011, de 13 do corrente**)..... 11500

#### 1.4.11 – Pareceres

Nº 120, de 2011, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 51, de 2011.... 11502

Nº 121, de 2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Suggestão nº 1, de 2010. (**Conclui pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011**).. 11506

Nº 122, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010..... 11528

#### 1.4.12 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis, para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente..... 11536

Abertura de prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010, cujo parecer foi lido anteriormente. .... 11536

#### 1.4.13 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *modifica a Lei nº 11.705, de 19 de junho 2008, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências, no sentido de vedar a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica*..... 11536

Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Braga, que *altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências*..... 11540

Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que *altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro 2003 (Estatuto do Desarmamento), para estabelecer o sistema de controle de munições, obrigando-se o registro de número de série individual para cada projétil fabricado, importado e vendido no Brasil*..... 11541

#### 1.4.14 – Leitura de requerimentos

Nº 419, de 2011, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de aplauso e congratulação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus – Zona Leste... 11543

Nº 420, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia..... 11545

Nº 421, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia..... 11546

Nº 422, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. ... 11547

#### 1.4.15 – Discursos encaminhado à publicação

SENADOR JOÃO ALBERTO – Homenagem pelo transcurso dos 91 anos de fundação da cidade de Bacabal, Maranhão..... 11547

SENADOR ROMERO JUCÁ – Reconhecimento da competência da política externa brasileira, sua habilidade e sutileza no trato de assuntos vitais à soberania do Brasil..... 11548

**1.5 – ENCERRAMENTO**

**2 – TRADUÇÃO DO DOCUMENTO A QUE SE  
REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY,  
EM SEU PRONUNCIAMENTO NA SESSÃO DE 31  
DE MARÇO DE 2011, QUE ORA SE PUBLICA**

**3 – ATO ADMINISTRATIVO****3.1 – ATO DO PRESIDENTE**

Nº 87, de 2011. .... 11570

**4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 14.4.2011**

**SENADO FEDERAL****5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

**CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

# Ata da 49ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 14 de abril de 2011

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Ana Amelia, dos Srs. João Pedro, Jayme Campos, Walter Pinheiro, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares e da Srª Gleisi Hoffmann*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 1 minuto  
e encerra-se às 20 horas e 12 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### 49ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14 HORAS

Período : 14/4/2011 06:45:24 até 14/4/2011 20:30:10

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BIAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PMN	AC	SÉRGIO PETECAO	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	

**Compareceram: 63 Senadores**

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 68, de 2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2007.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 68/11/PS-GSE

Brasília, 7 de abril de 2011

**Assunto:** Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.445, de 2010, do Senado Federal (PLS nº 338/07 na Casa de Origem), o qual “Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal, em sua 4ª Reunião realizada em 7 de abril do corrente ano, aprovou os **Requerimentos nºs 307, de 2011**, da Senadora Ana Amelia, e **315, de 2011**, do Senador Ciro Nogueira, que solicitam tramitação conjunta de proposições.

O Requerimento nº 307, de 2011, nos termos do parágrafo único do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Com referência ao Requerimento nº 315, de 2011, os Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2007; 314, de 2008; e 233, de 2010, passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 27/2011 – CRE/PRES

Brasília, 13 de abril de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 7 de abril do ano em curso, o Requerimento nº 10, de 2011-CRE, em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2007, que criou a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, ampliando sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20, bem como alterar o nome da referida Subcomissão, que passa a ser denominada Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Acrescento ainda, que nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, foram designados os seguintes Senadores para compor a referida Subcomissão, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes.

TITULARES		SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)			
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	DF-2281	1. BLAIRO MAGGI (PR)	MT-6167
LINDBERGH FARIAS (PT)	RJ-6426	2. GLEISI HOFFMANN (PT)	PR 6271
BLOCO PARLAMENTAR (PV, PMDB, PP, PMN, PSC)			
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	SC-6446/6447	1. MARCELO CRIVELLA (PRB)	RJ-5225
FRANCISCO DORNELLES (PP)	RJ-4229	2. INÁCIO ARRUDA (PC do B)	CE-5971
PSDB/DEM			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	SP-6063/6064	1. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL) <sup>1</sup>	AP-6568

1) Vaga cedida ao PSOL.

Atenciosamente,

Senador **FERNANDO COLLOR**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Item 10: Requerimento

Em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

que criou a subcomissão permanente de acompanhamento do regime internacional sobre mudanças climáticas a competência para acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Dessa forma, requeiro também que a subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF)

– Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, como falamos aqui no momento da discussão do nome do embaixador cumulativamente na República das Maldivas, esse encontro pode ser um dos mais importantes do século XXI inteiro. É nesse encontro que nos vamos dar continuidade ao que foi feito em 1992, sob sua liderança, mas num momento muito diferente, em que ha uma consciência clara. Ali eram hipóteses sobre os problemas ambientais. Agora, são constatações dos problemas ambientais.

E creio que esta Casa não pode ficar alheia, em primeiro lugar, e além disso, eu sinto que está indo muito devagar, como nós dois conversamos ontem com um funcionário de altíssimo nível, o Subsecretário das Nações Unidas, aparentemente as Nações Unidas não está fazendo o trabalho com o empenho – o senhor lembra bem – que fez o Sr. Maurice Strong, que passou anos empurrando, coordenando, analisando. O senhor até teve a oportunidade de nos dizer ontem que havia momentos em que tinham que mandar ele parar porque ele queria ir mais depressa do que o Governo brasileiro.

Então, essa comissão seria para que nós estivessemos juntos com o Itamaraty, com – eu insisto – a Presidente da República para que esse evento tenha a grandeza que vai precisar.

Se as Nações Unidas não levam isso com a força que a gente imagina, pode ser um encontro esvaziado. E quem vai perder é o Brasil. Vai perder a Presidenta da República, porque ela é a Líder desse evento; ela e o Secretário Geral das Nações Unidas, como foi o senhor e o então Secretário.

Além disso, eu me pergunto da repercussão lá fora, se nós não fizemos um bom encontro, em relação à Copa do Mundo, em relação às Olimpíadas. Vai levantar uma suspeita da nossa capacidade e competência. Então, ha um interesse planetário nesse encontro, ha um interesse de seres humanos preocupados que somos com o futuro da humanidade e ha o interesse da Nação brasileira de mostrar ao mundo

que somos capazes de ter um encontro, capazes inclusive de trazer uma grande carta ao mundo inteiro sobre como subordinar o avanço técnico aos valores éticos de sobrevivência da espécie e como incorporar até outros itens, talvez até o próprio enfrentamento da pobreza no mundo.

Então, é nesse sentido que apresentei o projeto, depois de conversar com o senhor, que foi muito receptivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF)

– Eu só queria acrescentar que pouca gente fala, mas, se eu não me engano, a Rio+20 foi idéia sua levada ao Presidente Lula.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. PTB – AL) – Foi.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF)

– E que Presidente Lula levou às Nações Unidas.

Então, mais uma razão, tendo o senhor como Presidente que vai estar aqui no próximo ano inteiro, para termos essa Subcomissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Em discussão a matéria.

Eu gostaria, com a permissão das Sras e Srs. Senadores, de tecer alguns comentários sobre esse requerimento.

A década de 1990 foi marcada pelo ciclo das conferências mundiais convocada pelas Nações Unidas: a Cúpula Mundial da Criança em 1990; a Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92; a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência do Cairo sobre População em 1994; a Cúpula de Copenhagen sobre Desenvolvimento Social em 1995; a Cúpula de Beijing sobre a Mulher em 1995; a Conferência de Istambul sobre Assentamentos Humanos, o Habitat II, em 1996; a Cúpula Mundial de Alimentação em Roma em 1996 também.

Essas consequências, como lembrou Kofi Annan, ex-Secretário Geral da ONU formam um contínua, uma série coerente de eventos dedicados ao exame de temas interrelacionados com a bem-estar das crianças, dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, população, clima, biodiversidade, recursos naturais, emprego, comércio, segurança alimentar, habitações humanas, enfrentamentos de desastres naturais e coesão social.

A assim chamada década da conferências, que culminaria em Durban, na África do Sul, na Conferência Mundial sobre o Racismo, de 2001, descortinou um amplo horizonte de possibilidades e esperanças

para o desenvolvimento da humanidade. Forjaram-se, nessas conferência, inovadores conceitos que hoje fazem parte do nosso linguajar cotidiano e que estão incorporados aos valores gerais da nossa sociedade. São elementos naturais de como nós, como cidadãos, encaramos a realidade.

Alguns poucos exemplos nos fazem alcançar a profundidade das mudanças causadas por essas conferências. As discussões de Pequim sobre os direitos da mulher certamente influenciaram a sociedade brasileira a adotar a Lei Maria da Penha. Projetos de inclusão social e combate à pobreza, como os aplicados com enorme sucesso em nosso País, também podem buscar sua base conceitual nas idéias defendidas na Cúpula Mundial da Criança e no Habitat II, no qual V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam, teve tanto destaque. Finalmente, não haveria debates sobre desenvolvimento sustentável com todas as suas implicações como assistimos agora durante as discussões acerca do Código Florestal Brasileira não fosse a audaciosa e abrangente agenda adotada na Rio 92, muito apropriadamente batizada de Agenda 21.

As conferências mundiais não só catalisam a atenção e o anseio das sociedades, daí criando padrões de comportamento de caráter não coercitivo, mas também criam disciplinas, disciplinas gerais que paulatinamente se incorporam ao Direito Internacional e daí migram à legislação interna. Assim, é necessária e salutar proceder a um acompanhamento regular e crítico dos resultados alcançados de modo a verificar a sua adequação às expectativas iniciais.

A Rio 92 sofreu um primeiro processo de exame em Joanesburgo, em 1992, e o Brasil, após importante esforço diplomático, foi escolhido para sediar a Rio + 20, a realizar-se no Rio de Janeiro em junho de 2012. Estou informado de que a Itamaraty já avança com os preparativos logísticos da conferência. Logo depois do nosso encontro, procurei buscar informações junto ao Rio Branco e, de lá, obtive que já existe inclusive um embaixador ou um ministro que está já designado para tratar da questão da logística e, inclusive, está no Rio de Janeiro trabalhando com esse fim. Mas é necessário que estejamos acompanhando muito de perto.

Enfim, os preparativos logísticos da conferência é uma atitude louvável e necessária, por parte do Ministério das Relações Exteriores. Preocupa-me, contudo, a estado ainda incipiente das discussões substantivas. Nós debruçamos sobre tema de acentuada dificuldade, que no passado já deram cabal demonstração de produzir impasses políticos quase insuperáveis.

O Tratado da Biodiversidade foi um deles. Ninguém se iluda, como eu não o faço, de que a Rio + 20 não terá a mesma ambição da Rio 92. Não será bem

assim. O clima é outro em mais de um sentido. O cenário internacional de então, de 92, vivia os efeitos da queda do Muro de Berlim, o fim do bipolarismo, assistia ao nascimento de novas nações, era propício, enfim, ao exercício construtivo de sonhar o futuro.

Hoje, a agenda internacional está refém, lamentavelmente, do combate ao terrorismo e da recuperação econômica das principais economias mundiais, vítimas, diga-se de passagem, de seus próprios vícios. Há, inegavelmente, um enorme déficit de implementação dos objetivos acordados na Rio 92. Em termos de valorização da biodiversidade decididamente estratégica para um País megabiodiverso como Brasil, estamos ainda nos estágios iniciais.

Tomemos outro exemplo. O Protocolo de Kyoto, parte da convenção quadra sobre mudanças climáticas. Em 2012 vencem os compromissos, Senador Cristovam Buarque, conforme já falávamos nos últimos dias; os compromissos mandatários na redução de emissão de gases de efeito estufa. E uma das preocupações que nos temas, que nos levantamos, é que a Secretário Geral da Conferência Rio+20, designado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, é um membro das Nações Unidas, mas representando a China, que é um país amigo, mas que nós sabemos tem fortes reações à implementação dessas medidas de redução das emanções.

Em 2012, portanto, vencem os compromissos mandatários da redução da emissão de gases de efeito estufa. Permanece em vigor, por outro lado, os demais instrumentos, como o mecanismo do desenvolvimento limpo e o fundo de financiamento.

Estou convencido de que é necessário relançar o marco jurídico de Kyoto, como também já havíamos conversado, Senador Cristovam, e não haverá melhor oportunidade do que a Rio+20. Uma negociação honesta e despida de visões canhestras, onde as partes aceitem as suas responsabilidades. Até junho do ano que vem teremos um trabalho enorme de articulação, de construção de consenso.

Nós sabemos que temos aí mais duas reuniões para chegarmos a Rio+20. As reuniões, eu digo, de coordenação interministerial e uma outra às vésperas da conferência, o que nos parece algo absolutamente insuficiente para nós darmos seguimento a realização da Conferência Rio+20. Daí a importância do requerimento de V. Ex<sup>a</sup>

No pouco tempo que nos resta, portanto, devemos explorar formas de engajar outros países num esforço cooperativo, de modo que as idéias cheguem mais amadurecidas. Mas devemos, principalmente, envidar esforços para que a Rio+20 transforme-se numa plataforma para que chefes de Estado e de go-

verno lancem uma mensagem política importante de confiança e visão de futuro.

A responsabilidade que cabe ao Brasil nesse empreendimento portentoso não é menor. Nossa maior projeção internacional, nosso papel crescente e o nosso crescente peso na economia mundial, o justo pleito de maior transparência na governança mundial e o sucesso alcançado no Rio 92, todos esses fatores nos colocarão, como V. Ex<sup>a</sup> muito bem colocou, sob forte escrutínio do resto do mundo. Nós estamos sob a lupa da comunidade internacional. A comparação que será feita do Rio+20, queiramos ou não, será com a Rio 92. Por isso, a realização da Rio+20 deverá, no nosso entender, com o apoio decisivo do Governo Federal, coordenado esse esforço pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo nosso Itamaraty. Daí a preocupação do Embaixador Danese, que já vem sentindo a enorme responsabilidade que nós temos em relação a Rio+20.

Então, cabe-nos, cada qual com a sua parcela de responsabilidade, e esta Comissão não faltará a ela, com a Subcomissão, aprovado o requerimento do Senador Cristovam Buarque, caso aprovado; e que terá essa Subcomissão o Senador Cristovam Buarque como Presidente, uma Subcomissão com cinco integrantes desta Comissão, não mais do que isso, para que possa haver agilidade no seu funcionamento. Então cabe-nos, cada qual com a sua parcela de responsabilidade, colaborará para manter bem alta a tocha dos nossos feitos e realizações. A Comissão de Relações Exteriores deste Senado, tenho certeza, saberá responder a esse desafio com a Subcomissão de acompanhamento dos preparativos da Rio+20, que terá aprovado esse requerimento apresentado por V. Ex<sup>a</sup> como Presidente desta Subcomissão.

Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovado o requerimento do Senador Cristovam Buarque, que cria a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional das Mudanças Climáticas.

Eu indico S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Cristovam Buarque, para presidir a Subcomissão, e os demais integrantes poderemos indicar nesses próximos dias, de acordo com o que julgar conveniente o Presidente da Subcomissão, Senador Cristovam Buarque.

.....  
**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, eu queria me inscrever para uma comunicação inadiável. Sei que o Senador Geovani chegou em seguida, assim como o ex-Presidente Collor, mas estou assegurando a minha inscrição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Para uma comunicação inadiável, Senador Paulo Paim.

**O SR. GEOVANI BORGES** (Bloco/PMDB – AP. Sem revisão do orador.) – Solicito inscrição para uma comunicação inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Para uma comunicação inadiável, Senador Geovani Borges.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco/PTB – AL. Sem revisão do orador.) – Pela liderança, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Pela liderança, Senador Fernando Collor. Senador Vital do Rêgo.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, eu haveria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> um espaço dentro do período de comunicação inadiável, mas inadiável é a hora do meu voo. Estou vendo companheiros e colegas Senadores com prece-dência na ordem de inscrição e devo respeitá-los.

Estava para fazer um pronunciamento a respeito dos cem dias de governo da Presidente Dilma, mas me dou por satisfeito se este pronunciamento for dado como lido e documentado na íntegra. Fica para uma próxima oportunidade a dissecação dos tópicos que pude fazer a respeito do comportamento da Presidente Dilma e do governo nos seus primeiros cem dias.

#### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR VITAL DO RÊGO.**

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governo Dilma Rousseff chega aos seus simbólicos 100 dias, para desconforto da oposição e dos eternos descontentes, com índices de aprovação absolutamente inéditos.

Hoje, 83% dos brasileiros aprovam seu governo e 56% o consideram bom ou ótimo – mais do que conseguiu o ex-Presidente Lula, que, no início de seu primeiro mandato, chegou a obter um índice de 51% de “bons” e “ótimos”.

Isso é prova mais do que eloquente – é prova decisiva, eu diria – de que é uma grande e insustentável falácia o discurso ensaiado pela oposição, que quer ver nos primeiros atos do novo governo uma traição de suas promessas eleitorais.

Isso chega a ser um insulto mesmo, Sr. Presidente, à capacidade de julgamento do eleitorado brasileiro.

Mesmo sem entrar em grandes detalhes, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, creio que podemos dizer, sim, sem medo de errar ou de exagerar, que o balanço dos primeiros 100 dias é altamente favorável.

A Presidente Dilma já mostrou que tem estilo próprio, apesar de ser herdeira e continuadora da obra reconhecidamente valiosa do Governo Lula.

Tem tomado decisões com segurança e prudência, mas sem atraso, e não tem tido medo de adotar uma posição diferenciada com relação ao que ela própria ajudou a construir nos anos anteriores, quando isso se revela mais adequado para as perspectivas futuras do País.

Uma mostra significativa disso, Sr. Presidente, tem sido sua condução da política externa.

O Brasil já tem manifestado posições mais claras e definidas em relação a questões que o Governo Lula, em sua estratégia política internacional, deixou de lado, sobretudo em questões relacionadas aos direitos humanos.

A recente visita do Presidente norte-americano, Barack Obama, ao Brasil também mostra que algumas ênfases estão mudando.

É de se notar que essa foi a primeira vez que um presidente norte-americano visitou o nosso País antes que o inverso acontecesse.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, o Governo Dilma não esconde que é uma continuidade do Governo Lula – e não tem porque esconder: na verdade, acredito que isso seja motivo de orgulho, e assim também parece pensar a maioria esmagadora da população brasileira.

Mas não se trata de continuísmo.

A Presidente Dilma Rousseff já deu mostras de que não tem medo de assumir o risco de suas decisões sobre a condução de nosso País, mesmo que seja preciso rever aspectos importantes da forma como eram conduzidas as coisas no Governo anterior.

Isso, Sr. Presidente, é extremamente salutar e deveria nos deixar a todos aliviados.

Não há, em política, fórmulas imbatíveis e modelos fixos.

O bom político, o bom administrador público, tem de ser flexível, e, no arsenal de diretrizes e de modelos de condução da Coisa Pública, tem de ser

capaz de escolher o mais adequado para a situação e o contexto atual.

Acusações de inconsistência, de incoerência, são, na maior parte das vezes, apenas tentativas mais ou menos desesperadas, mais ou menos mal intencionadas, de transformar em vício o que, muitas vezes, é mostra de prudência.

Além do mais, Sr. Presidente, chega a ser um pouco cômico ver como os discursos alternam, em desespero de causa, acusações de “continuísmo” e de “traição” contra o Governo Dilma.

Afinal, qual é o problema: que o atual Governo seja uma continuação do anterior ou que seja uma traição do anterior?

De todo modo, não faltam realizações importantes.

O investimento voltou a crescer; as metas de superávit primário vêm sendo cumpridas, até com certa folga; a participação feminina nos escalões mais altos da administração pública cresceu significativamente; o Banco Central vem procurando diversificar seus instrumentos na condução da política financeira.

No plano dos programas sociais, destaco apenas o aumento de 45% para o *Bolsa Família* e a implantação do *Programa Saúde Não Tem Preço*, que já atendeu, em pouco tempo de existência, mais de três milhões de pessoas que dependem de remédios para controlar a diabetes e a hipertensão.

Por fim, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, é preciso lembrar que não vale a pena “fetichizar” essa marca simbólica dos 100 dias.

Todos sabemos que isso é mais uma invenção jornalística do que um instrumento realmente válido de análise política e histórica.

Não há dúvida nenhuma de que começos de governo são importantíssimos.

Mas daí a exagerar a importância desse marco totalmente arbitrário dos 100 dias, vai uma grande distância.

Há governos que já são velhos em sua segunda semana.

Outros, que são vigorosos e jovens até os últimos dias de seu mandato.

Assim foi com o Governo Lula, assim será, tenho certeza, com o Governo Dilma.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Senador Vital do Rêgo, conforme sua solicitação, o seu pronunciamento será transcrito na íntegra nos Anais do Senado. Boa viagem.

Senadora Angela Portela.

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR. Sem revisão da oradora.) – Estou inscrita para falar,

mas eu gostaria de fazer uma comunicação inadiável, se for possível.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, a única Senadora em plenário inscrita é a Senadora Angela Portela. Então, S. Ex<sup>a</sup> usa a palavra e eu falo na sequência.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Eu vou fazer a chamada do orador inscrito, para ter exatamente a observância do Regimento Interno. O primeiro orador inscrito é o Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Não estando presente, será a vez da Senadora Angela Portela, em permuta com o Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr<sup>a</sup> Presidente, só uma questão de ordem, para ajudar no encaminhamento.

A Senadora falará como oradora inscrita. Em seguida, eu falo como comunicação inadiável. A Senadora está inscrita aí.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Senadora pediu para fazer uma comunicação inadiável, Senador Paim.

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR) – Mas pode fazer a sua comunicação inadiável.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Eu só quero garantir a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, porque V. Ex<sup>a</sup> fala agora e fala depois por dez minutos. Se V. Ex<sup>a</sup> quer me dar os seus dez minutos, eu falo depois.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Ou uma ou outra coisa, Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Ela pode escolher.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Ela faz a opção que quiser: comunicação inadiável ou oradora inscrita.

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR) – Eu quero fazer uma comunicação inadiável e quero falar como oradora inscrita também.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Não pode juntar as duas coisas, Senadora. A senhora tem de optar.

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR) – Mas é em seguida, depois.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Nem separado, não pode. A senhora tem de escolher uma ou outra: ou comunicação inadiável ou...

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR) – Então, Senador Paulo Paim, pode fazer a sua comunicação inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – E a senhora está na lista dos oradores inscritos.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente. Temos vagas ainda nas comunicações inadiáveis?

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Já estão esgotadas.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Então, peço para falar no tempo da liderança do meu partido, o PCdoB, Senadora Ana Amelia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Pela liderança, está inscrita depois do Senador Fernando Collor, do PTB.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, vou fazer, nestes cinco minutos, apenas três registros.

Aqui, quero cumprimentar a população da cidade de Almirante Tamandaré, no nosso Rio Grande, pelo seu aniversário. É uma cidade pela qual tenho o maior carinho. A cidade de Almirante Tamandaré do Sul, no Rio Grande, está festejando hoje o seu aniversário. É conhecida como “A Terra do Gaitaço”, pois lá há um grande encontro de gaiteiros. Não posso estar lá presente, mas agradeço o carinho à Prefeita e a todos os moradores. Cumprimento todos por este momento histórico, porque sei que lá estão fortalecendo a indústria de laticínios, principalmente com a indústria Deale, que se tornou, há pouco tempo, realidade.

O povo de Almirante Tamandaré, com certeza, avança nos seus sonhos. Mandeí uma mensagem para eles, Sr<sup>a</sup> Presidente, que, naturalmente, não vou ler, mas eu disse a eles que registraria, desta tribuna do plenário, a saudação que será lida naquele evento. Quando estive lá, na campanha, fui recebido com muito carinho. Então, no aniversário da cidade de Almirante Tamandaré, no Rio Grande do Sul, ficam aqui meus parabéns.

Quero também, Sr<sup>a</sup> Presidente, voltar à tribuna para falar sobre uma visita que fiz à Feevale, instituição de ensino no Vale dos Sinos. Existe um movimento muito produtivo naquela Universidade. Lá, vi crianças e jovens jogando videogame, mas com uma proposta diferenciada. Elas faziam parte de uma parceria entre a LEME, instituição sobre a qual falei ontem nesta tribuna, e a Feevale, numa união muito bem sucedida. É uma nova proposta, como eu disse ontem, Senador

e Presidente Collor de Melo, que se enquadra em um novo momento. É o que eles têm chamado de **Health Games**, jogos saudáveis. A proposta do projeto é de prevenção e de ação efetiva em defesa da vida. Eles buscam estimular jovens, crianças e adolescentes a evitarem exposição à situação de risco e de violência e apontam o que eles chamam de Jogos do Bem. Os *Games*, com esse princípio, já representam 15% do mercado.

A parceria LEME/Feevale inclui atividades que vão de bate-papo à formação de redes sociais e ao uso de jogos eletrônicos. Visando à construção de hábitos saudáveis e positivos em crianças, em jovens e em adolescentes, os **Health Games** atuam no comportamento das pessoas de maneira sutil, fazendo com que, por meio de jogos com narrativas de alto poder de sedução e de imersão, o aprendizado aconteça de forma divertida e natural e ocorra mesmo sem que se perceba. O que se nota é que, por intermédio dos jogos, essas crianças e jovens, além da solidariedade, da integração, do carinho, do amor e do cuidado à saúde, aprendem e constroem novos e bons hábitos nas escolas, nos hospitais, em casa e em todos os lugares.

Então, quero fortalecer essa iniciativa. Ontem, Senador, eu até falava – e peço que considere meu discurso na íntegra, pois eu o estou resumindo nos meus cinco minutos – que poderíamos fazer uma audiência pública, para que eles apresentassem esses Jogos do Bem de que a gente está falando. Se fosse implementado, segundo os mestres, os professores da área, com certeza, isso diminuiria, e muito, a violência dentro das escolas. É uma forma de se chegar a todas as casas, via Internet, com os chamados Jogos do Bem.

Por fim, Sr<sup>a</sup> Presidenta, quero apenas deixar registrado também um pronunciamento sobre a PEC nº 233, de 2008, que trata da reforma tributária, mas que retira recursos da seguridade social e, consequentemente, diminui os investimentos na saúde, na previdência e na assistência, porque não aponta outras fontes de recurso. Não vejo problema em se discutir a reforma da previdência de forma pontuada, desde que não diminuam os recursos da saúde, da assistência e da previdência. Faço, aqui, um comentário.

Por fim, Sr<sup>a</sup> Presidenta, quero aproveitar este momento para me justificar, desta tribuna, porque recebi três convites, mas não poderei estar presente nesses eventos.

O primeiro deles é o Encontro Nacional de Auditores Fiscais Aposentados da Receita Federal do Brasil, que está sendo realizado em Foz do Iguaçu, no Paraná, de 11 a 15 de abril – terminará amanhã – e onde eu iria falar sobre previdência.

O outro evento – também vou justificar minha ausência, porque não há jeito de eu lá estar; tentei um meio de comparecer a este evento, mas não consegui – é o Congresso Estadual da Construção e do Mobiliário, no Estado de São Paulo, para discutir fator previdenciário, política para os aposentados e previdência universal, que tanto defendo. Esse Congresso vai acontecer em Mongaguá, em São Paulo, de 27 a 29 de abril.

Por fim, eu também deveria estar em São Paulo no dia 29 de abril, no evento promovido pelo Conselho Federal do Instituto dos Advogados Previdenciários (Iape), para debater os “Reflexos da Reforma Tributária no Âmbito da Seguridade Social”. Não poderei estar presente, mas mandarei um pronunciamento que fiz sobre previdência universal, em que trato da fonte arrecadadora, dos gastos e da previdência que imaginamos para o futuro.

Repito: mandarei, na íntegra, para os três eventos, o pronunciamento que já fiz desta tribuna sobre a previdência universal sem fator previdenciário. Sempre digo que sou um dos inimigos do fator previdenciário. Pago para não ter inimigos e, felizmente, não tenho inimigos. Tenho, graças a Deus, só amigos, mas do fator previdenciário eu sou inimigo, e vou trabalhar até o fim para derrubá-lo.

Quero agradecer muito por todos os convites que recebi. Com relação a esses três, estou justificando minha ausência da tribuna, porque eu havia assumido o compromisso de ir, mas não vou poder cumpri-lo. Já justifiquei e disse que eu explicaria da tribuna, mas vou mandar o meu pronunciamento na íntegra.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Amelia, que está na Presidência dos trabalhos. V. Ex<sup>a</sup> foi tolerante, concedeu-me mais dois minutos e, agora, mais cinco minutos ainda.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Não havíamos registrado. Então, em homenagem aos demais oradores, eles terão a mesma tolerância de horário.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e peço que considere, na íntegra, os meus três pronunciamentos.

Obrigado, Presidente.

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, em uma visita que fiz a FEEVALE, instituição de ensino no Vale dos Sinos, região do Rio Grande do Sul, vi algo que me chamou bastante atenção e me

impressionou muito. Vi crianças jogando vídeo game, mas um vídeo game com uma proposta diferenciada. Elas faziam parte de uma parceria entre a LEME (instituição sobre a qual falei ontem nesta Tribuna) e a FEEVALE, numa união bem sucedida entre as áreas de saúde e ciências da comunicação.

Essa nova proposta se enquadra dentro do que tem sido chamado de **Health Games** ou jogos saudáveis. A proposta do projeto: Prevenção, uma ação efetiva pela vida. Eles buscam estimular crianças e adolescentes a evitar a exposição a situações de risco e violência. Games com esse princípio já representam 15% do mercado de games.

A parceria LEME/FEEVALE inclui atividades que vão de bate papo à formação de redes sociais e ao uso de jogos eletrônicos.

Visando a construção de hábitos saudáveis e positivos em crianças e adolescentes, os health games atuam no comportamento das pessoas de maneira sutil, fazendo com que, através de jogos com narrativas de alto poder de sedução e imersão, o aprendizado aconteça de uma forma divertida, natural e ocorra mesmo sem que se perceba.

De fato, ocorre um envolvimento dos participantes que, por intermédio dos games de saúde, aprendem e constroem novos e bons hábitos, nas escolas, nos hospitais, em casa e em todos os lugares onde vão.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

Projetos como esse, que buscam parcerias para que se ampliem cada vez mais, tem a minha admiração, pois me mostram que é possível construir uma nova cultura de paz, de ações preventivas, positivas.

Reafirmo: esse projeto me ganhou pelo coração. Parabéns e sucesso!

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, nesta sessão gostaria de falar sobre três convites que recebi para eventos que vão abordar o tema previdência social.

O primeiro deles acontece de 11 a 15 de abril. É o Encontro Nacional dos Auditores – Fiscais Aposentados da Receita Federal do Brasil, em Foz do Iguaçu, no Paraná, onde deveria proferir palestra sobre aposentados e pensionistas.

O outro convite que recebi é para proferir palestra no Congresso Estadual da Construção e do Mobiliário no Estado de São Paulo sobre o tema: FATOR PREVIDENCIÁRIO. Esse Congresso acontecerá em Mongaguá, São Paulo, no período de 27 a 29 de abril.

Quero registrar ainda, mais um evento importantíssimo que irá ocorrer no município de São Paulo, no dia 29 de abril, promovido pelo Conselho Federal do

Instituto dos Advogados Previdenciários – IAPE, para debater os “Reflexos da Reforma Tributária no âmbito da Seguridade Social”.

Lamentavelmente não poderei participar desses eventos em virtude de dificuldades de conciliação de agenda, mas considero essas iniciativas de suma importância para nossa sociedade.

Tenham a certeza de que eu gostaria muito de poder participar desses eventos e peço desculpas por isso não ser possível. Em todo caso, estou enviando para essas Entidades minha opinião sobre a previdência universal que expressei em pronunciamento recente que realizei nesta Tribuna.

Sr. Presidente,

Quero asseverar minha preocupação em relação à tramitação da PEC 233/2008, que também será objeto de discussão no evento promovido pelo Conselho Federal do Instituto dos Advogados Previdenciários – IAPE.

O projeto da Reforma pretende modificar o Sistema Tributário Nacional, o que implicará alterações constitucionais e legais.

A PEC, se aprovada, criará o imposto sobre o valor adicionado Federal (IVA-F), que irá unificar as contribuições sociais: Cofins, Pis e Cide-combustível e extinguir e incorporar a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) ao imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ).

O art. 11 da PEC prevê que o Presidente da República encaminhará projeto de lei, no prazo de noventa dias da promulgação da Emenda Constitucional, definindo reduções gradativas da alíquota da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários.

Estudos indicam que essa desoneração afetará as receitas da Seguridade Social e deverão ser implementadas fontes de custeio para compensar esse possível impacto.

Não devemos nos esquecer que a Previdência foi concebida como um pacto de gerações em que os trabalhadores de hoje provêm os de ontem e os de amanhã irão prover os benefícios dos atuais trabalhadores, consubstanciada num verdadeiro seguro de proteção social.

A relevância do evento em pauta deve-se ao fato de que na Câmara dos Deputados muito pouco tem se falado sobre o impacto das mudanças para a Seguridade Social. A sociedade, especialmente a classe empresarial, tem enxergado tão somente a desoneração progressiva da contribuição sobre a folha, sem preocupar-se com o fato de que cada redução de um ponto percentual nesse índice implicará num impacto de bilhões/ano no caixa previdenciário.

Pelo que conheço do sistema, as receitas tem muito para crescer, especialmente em relação ao combate a sonegação, ao fim das renúncias fiscais e a ampliação da capacidade gerencial de cobrança das dívidas e da recuperação dos créditos.

Segundo dados de 2009, apresentados pelo Ministério da Previdência Social, a redução na alíquota das contribuições patronais de 20% para 14%, em seis anos, irá retirar R\$ 18,72 bilhões das receitas da Seguridade Social. Para compensar essa perda necessitariam ser criados mais de 5 milhões de novos postos de trabalho nos período de transição.

Essa situação precisa ser melhor avaliada.

O projeto não chegou ao Senado, mas considero importante o debate e a preocupação da sociedade em relação ao tema.

Por isso, parabeno o IAPE pela iniciativa e desejo êxito a todos.

Tenho certeza que o evento será um sucesso pela pertinência e atualidade da matéria a ser discutida.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, é com muito carinho que desejo registrar aqui, mensagem que enviei ao Município de Almirante Tamandaré do Sul, no Rio Grande do Sul, que está em festejos pela passagem de seu aniversário.

A cidade de Almirante Tamandaré do Sul é conhecida como “A Terra do Gaitaço” que é um grande encontro de gaiteiros que a cidade promove.

Enviei a seguinte mensagem para eles:

“É com alegria que envio meu abraço fraterno a todo povo de Almirante Tamandaré do Sul pela comemoração de mais um aniversário. Não posso estar presente nessa belíssima festa, mas deixo minha mensagem de esperança e agradecimento a toda essa gente que trabalha para que seus filhos possam sonhar com um futuro melhor. Tenho muito respeito e carinho pelo povo desse município, homens e mulheres que com suas mãos sabem valorizar o fruto da terra.

E quando me falam do “Maior Gaitaço do Brasil” meu coração se enche de orgulho, pois povo que valoriza a música é povo que vive feliz, trabalha e produz melhor. Isso fica bem evidente no crescimento que a cidade está tendo com a produção agrícola, a suinocultura e a produção leiteira.

Parabeno a todos que contribuíram para que a Indústria de Laticínios Deale se tornasse realidade. Com certeza a geração de empregos é apenas o começo de muita prosperidade.

O povo de Almirante Tamandaré saberá levar adiante o sonho daqueles que idealizaram essa cidade.

Quero mais uma vez agradecer pela expressiva votação que tive neste município. Tenham a certeza de que meu coração se enche de emoção ao ver tanta gente confiando em nosso trabalho e com esse sentimento vem a responsabilidade cada vez maior de fazer tudo o que estiver ao meu alcance para diminuir as distâncias sociais que ainda existem no nosso país.

Quero continuar a proposta democrática de atendimento a todos os municípios do Estado. Em 2009, meu gabinete enviou para vocês emenda de 100 mil para a agricultura e pretendo continuar com esse princípio. Coloco esse mandato à disposição para trabalhar pelas causas dessa cidade e do nosso Rio Grande.

A todos os tamandarenses deixo meu forte abraço e lembro que, muitas coisas já fizemos pelo nosso querido Rio Grande do Sul, mas com o apoio de todos vocês, ainda outras coisas mais serão alcançadas”

Era o que tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Eu me associo às homenagens ao Município de Almirante Tamandaré. V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma do Regimento, em relação à transcrição dos seus pronunciamentos.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone*.) – Primeiro, há uma comunicação inadiável?

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Já houve uma comunicação inadiável do Senador Paulo Paim. O senhor é o próximo orador inscrito, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone*.) – Permita que eu inverte com o próximo, por favor, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Pela Liderança, então, falará o Senador Fernando Collor.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Senadora Ana Amelia, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na recente visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China, foi firmado, em Pequim, no último dia 12, um

Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China.

Especial destaque merece o parágrafo referente aos foros multilaterais, que reafirma, entre outros, o compromisso dos dois países com o êxito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, cuja proposta original apresentei em 2007 ao Presidente Lula e ao Itamaraty, que a lançaram no mesmo ano na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). A aprovação nas Nações Unidas se deu em 2009, mediante a Resolução nº 236 daquele mesmo ano.

Lembro aqui que, no âmbito do Legislativo, a proposta foi fruto de requerimento de minha autoria apresentado nas Comissões de Relações Exteriores, de Serviços de Infraestrutura, de Assuntos Econômicos e na Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Teve como subscritores o Senador Presidente José Sarney e os Senadores Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Sibá Machado e Serys Slhessarenko e ainda o Deputado Eduardo Gomes.

O Comunicado Comum firmado, em 12 de abril último, a que me referi, entre o Governo brasileiro e o governo chinês versa sobre o assunto nos seguintes termos:

(...) Assinalaram [ambos os países] a relevância dos entendimentos no âmbito do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) para o sucesso da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-17/CMP-7), a ser realizada em Durban, na África do Sul. Manifestaram, ainda, o compromisso dos dois países com o êxito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se no Rio de Janeiro em junho de 2012, na qual serão discutidos os temas ‘a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza’ e ‘o marco institucional para desenvolvimento sustentável’.

Faço questão, Srª Presidenta, de trazer a esta Casa parte deste significativo documento em função de dois aspectos: o primeiro, por ser da China o Secretário-Geral da Rio+20, Sr. Sha Zukang, responsável pela sua promoção e nomeado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Ban Ki Moon; o segundo, pela crescente relevância que a Rio+20 vem assumindo nos foros nacionais e internacionais, à medida que se aproxima sua realização.

Tanto é assim que, hoje, na Reunião de Líderes do BRICS em Sanya, na China, constou da Declaração dos Chefes de Estado do Brasil, Rússia, Índia, China e, agora, África do Sul, a seguinte tratativa sobre o tema:

A realização do desenvolvimento sustentável, como ilustram a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, o Plano de Implementação de Joanesburgo e os tratados multilaterais ambientais, deve ser importante veículo para a promoção do desenvolvimento econômico. China, Rússia, Índia e África do Sul manifestam seu apoio para a realização no Brasil da Conferência das Nações Unidas de 2012 sobre Desenvolvimento Sustentável e estão dispostos a trabalhar com o Brasil para chegar a um compromisso político novo e alcançar resultados positivos e práticos nas áreas de crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental no quadro do desenvolvimento sustentável.

Contudo, Srª Presidenta, pela proximidade do evento, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decidiu estabelecer a Comissão de Acompanhamento da Rio+20, que será presidida pelo Senador Cristovam Buarque e que terá em sua composição cinco membros titulares e cinco membros suplentes. Seus trabalhos já foram informalmente iniciados por meio dos primeiros contatos com representantes do Itamaraty, além da coleta de informações a respeito do atual estágio dos preparativos da Rio+20.

Ainda hoje, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, durante a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tive a oportunidade de divulgar o primeiro relatório das expectativas, intenções e medidas coordenadas pelo Itamaraty, sob a responsabilidade do Embaixador Luiz Alberto de Figueiredo Machado, do qual ressalto os seguintes pontos:

1. a Conferência constitui importante momento para a cidade e o Estado do Rio de Janeiro, especialmente para estimular modelos sustentáveis de investimentos em infraestrutura urbana, além dos efeitos positivos para a promoção do Brasil como destino turístico;
2. as expectativas em torno da Rio+20 estão centradas também na identificação dos desafios para o desenvolvimento sustentável dos próximos 20 anos;
3. a “economia verde”, entendida como o conjunto de opções de políticas sustentáveis, deverá ser enfocada como instrumento rumo à consecução do objetivo mais amplo do desenvolvimento sustentável;
4. quanto à moldura institucional, o principal desafio é buscar soluções para problemas de coerência e coordenação que afetem o funcionamento de organizações e instâncias das Nações Unidas

relacionadas à implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

*(A Srª Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – Já termino, Srª Presidenta.

O Brasil tenciona organizar, nos dias que precedem imediatamente a Conferência, espaços de diálogos entre especialistas dos diversos setores, sobre temas específicos que assumiram papel de destaque desde a Rio 92, tais como, água, erradicação da pobreza, energia, oceanos, agricultura, entre outros.

Além disso, Srª Presidenta, em contato feito ontem com o Prefeito do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Paes, agendou-se uma reunião para o dia 3 de maio entre as equipes técnicas da Prefeitura e a Comissão do Senado de Acompanhamento da Rio+20, que contará ainda com a participação dos representantes das Nações Unidas, do Itamaraty e do Ministério da Defesa. O objetivo é o de alinhar as principais providências e medidas que estão sendo tomadas em termos de planejamento, organização e logística para os preparativos da Conferência.

Assim, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – da qual, com muita honra para nós todos, V. Exª faz parte, Srª Presidenta – passa a inserir de vez o Senado Federal no processo de preparação da Rio+20.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidenta.

Obrigado pela tolerância do tempo.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Fernando Collor, que falou pela Liderança do PTB.

A relevância dessa matéria não apenas se circunscreve à questão das relações internacionais e diplomáticas, ao interesse em todos os setores, mas também à importância que isso tem no impacto turístico da nossa antiga capital, o Rio de Janeiro.

Comunico que já está sobre a mesa a comunicação de V. Exª, que será transcrita conforme determina o Regimento.

Obrigada, Senador Fernando Collor.

Orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, quero também apoiar a manifestação do Senador Fernando Collor, a qual V. Exª acaba de registrar, em apoio à conferência dos países para sustentabilidade no Rio de Janeiro em 2012.

Eu pediria a gentileza de, se puder, inverter com o próximo orador, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Atendida a solicitação, Senador Eduardo Suplicy, reforçando que o Senador Fernando Collor, nesse aspecto, teve uma contribuição grande com a Eco 92, quando o Brasil ficou notabilizado em todo o mundo com aquele evento.

Senador Suplicy, o senhor abriu mão, fez troca?

O próximo orador inscrito, Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Convido agora, então, como o Senador Roberto Requião não está no plenário, o Senador Geovani Borges para uma comunicação inadiável.

**O SR. GEOVANI BORGES** (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, recentemente, ainda no mês de março, com o Teatro das Bacabeiras completamente lotado, ocorreu a posse da nova cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

O desembargador Mário Gurtyev de Queiroz assumiu a presidência da instituição em substituição do Desembargador Douglas Evangelista Ramos, que passou a exercer o cargo de diretor geral da Escola Judicial do Amapá.

Na mesma solenidade tomaram posse os Desembargadores Luiz Carlos Gomes, na Vice-Presidência do Tribunal, e Gilberto Pinheiro, na Corregedoria-Geral da Justiça. Foi uma solenidade carregada de emoção e de reconstituição da história de vida de cada um daqueles magistrados.

A Justiça do Amapá foi reverenciada como “exemplo para o Brasil”, pois, com todas as dificuldades peculiares de meu Estado, ainda assim existe um evidente e louvável esforço de Justiça célere e eficiente que o Amapá possui.

No entanto, Srªs e Srs. Senadores, essa mesma instituição já pede socorro. Não por ter perdido o foco nos ideais anunciados, mas porque sofre com o aperto orçamentário que lhe foi imposto e que compromete, indubitavelmente, a plena otimização da prestação jurisdicional.

Entre os planos da nova administração estava a instalação de cinco novos juizados especiais na capital, sendo dois para atendimento das reclamações cíveis em geral, dois para as causas das pequenas empresas e um de Fazenda Pública.

Na ocasião, foi igualmente prometida atenção especial ao segmento da infância e juventude da Comarca de Macapá e a modernização de informática do Judiciário, tornando-a “realmente virtual e em banda larga”, em todas as comarcas do Estado, nos próximos anos, à medida em que dispusermos de energia compatível.

Na proposta encaminhada por aquela Corte ao Legislativo, falava-se “de forma pioneira”, em contemplar programas, projetos e atividades alinhadas às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

Mas veio o corte orçamentário e, com ele, toda uma névoa em cima de tão louváveis ideais.

A imprensa amapaense destaca esta semana a difícil situação financeira em que se encontra o Tribunal de Justiça do Estado, em razão da redução orçamentária.

A situação forçou o Presidente da Instituição, Desembargador Mário Gurtyev, a tomar novas medidas, visando conter despesas no âmbito do Judiciário.

Agora vejam os senhores quão difícil é mexer, alterar uma receita pronta. É como se disséssemos, em uma comparação chula, mas que serve para ilustrar: “Vamos fazer um bolo com leite, ovos, trigo, açúcar e manteiga”, e, de repente, avisassem: “Olha, vocês terão que produzir o mesmo bolo, igualzinho, mas não terão mais nem leite, nem ovos para a massa.” O bolo não tem como sair igual.

E o corte já se manifesta no abandono das diretrizes anunciadas e tão aguardadas por aqueles que dependem do alcance jurisdicional.

Através da portaria, aqueles magistrados já anunciaram, ainda que temporariamente, a suspensão dos serviços da Justiça Itinerante, Fluvial e Terrestre, em todo o Estado do Amapá.

Vejam bem: o Amapá tem uma realidade geográfica e um tipo de ocupação populacional que depende visceralmente de praticamente todos os serviços de natureza itinerante.

O povo não tem como ir atrás dos benefícios. É a assistência social que tem que ir até o povo – gente humilde, gente esquecida no mapa das grandes decisões. Gente que, muitas vezes, não aparece nas estatísticas, mas que é feita de carne e osso, de sonhos e sentimentos, de esperanças e desejos reais, verdadeiros amazônidas. Gente que precisa da gente, da mão do Estado e do amparo da Justiça.

Além disso, o documento limita o atendimento jurisdicional nos Municípios e localidades fora das sedes de comarcas, como Bailique, Santa Luzia do Pacuí, São Joaquim do Pacuí, Igarapé do Lago, Tessalônica, Casa Grande, Abacate da Pedreira, Pedra Branca do Amapari, Cutias, Itaubal, Lourenço, Pracuúba e comunidades ribeirinhas da comarca de Oiapoque.

Senhoras e senhores, essas localidades a que me refiro são de acesso muito oneroso, em razão das dificuldades naturais. São localidades que exigem grande estrutura de pessoal e logística.

No entanto, para desencanto de todos, o atendimento passa a ser feito somente diante de quadros

emergenciais e indispensáveis. A meu ver, a subjetividade do atendimento fatalmente conduz às injustiças e ao desequilíbrio.

*(A Srª Presidenta faz soar a campainha.)*

**O SR. GEOVANI BORGES** (Bloco/PMDB – AP)

– Srª Presidente, gostaria que V. Exª me concedesse, por sua generosidade, mais dois minutos para eu concluir. Agradeço-lhe.

O Desembargador Mário Gurtyev confessou que lamenta ter que tomar essa decisão, mas está sendo forçado em razão da insustentável situação financeira da Justiça estadual, devido ao orçamento de R\$163 milhões que lhe foi destinado através da lei estadual. São valores muito aquém da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Executivo, que era de R\$210 milhões.

E a coisa ficou assim, entre a cruz e a caldeirinha. Se não cortarem gastos, não terão sequer como pagar o décimo terceiro salário de serventuários e magistrados.

É preciso registrar que algumas despesas já vinham sendo reduzidas, como na aquisição de material permanente e de consumo. Houve racionalização no uso de combustível, energia elétrica, água, telefone, lanches para os programas sociais e diárias no âmbito do Judiciário.

Esse desabafo que faço aqui tem, portanto, um sentido de solidariedade e questionamento dessa decisão unilateral, que reduziu o valor correspondente a 31% do que fora inicialmente orçado.

Srª Presidente, é de nosso entendimento que a Constituição Federal prevê a autonomia administrativa e financeira dos Tribunais e que ao Executivo caberia remeter ao Legislativo a proposta conforme encaminhada. Fica, pois, caracterizada uma ingerência indevida na gestão específica do Judiciário, comprometendo seu funcionamento e jogando por terra a sonhada modernização e eficiência dos serviços.

Eu poderia conformar-me com a máxima segundo a qual manda quem pode, obedece quem tem juízo. Sim. Posso fazer isso. Mas não sem registrar minha inconformidade e, sobretudo, minha solidariedade com a Justiça amapaense e seus membros.

Para encerrar, Srª Presidente, quero registrar que tenho a honra de ver presenciando este pronunciamento três pessoas do meu Estado, o Amapá: a Raimundinha, que foi Vice-Prefeita lá do extremo Norte do País, do Oiapoque – apesar de o Senador Mozarildo contestar dizendo que agora está em Roraima o ponto mais extremo –, o Raimundo Nery, conhecido como Jacaré, que é da Polícia Civil e está aqui nos brindando; e a Maria de Nazaré de Neves, Presidente da Comissão

de Policiais Civis de 1992, que está nos brindando ali na Tribuna de Honra do Senado.

Muito obrigado. Agradeço a generosidade e a paciência com que V. Ex<sup>a</sup> me deixou concluir o meu pronunciamento.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Geovani Borges.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito desta tarde.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Senadora Ana Amélia, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, quero saudar a visita do Presidente da Câmara Municipal de Tupã, Luís Carlos Sanches, acompanhado de Marcelo Gomes, seu assessor parlamentar.

Eu gostaria de hoje, Sr<sup>a</sup> Presidenta, trazer uma reflexão sobre a reforma política. Em boa hora, o Presidente do Senado, José Sarney, colocou em discussão o debate a respeito, constituindo a Comissão de Reforma Política, que concluiu em grande parte os seus trabalhos.

O jornal **O Estado de S.Paulo**, ontem, 13 de abril, trouxe a seguinte informação:

A maioria das propostas de reforma política que serão entregues hoje [foram ontem] ao Presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), não deverá sair do papel. A exceção deverá ser a aprovação do fim das coligações nas eleições proporcionais. Líderes de partidos aliados e de oposição consultados pela reportagem apostam que Senado e Câmara deverão restringir a reforma política à chamada “perfumaria”, como a mudança da data da posse do Presidente da República, Governadores e Prefeitos, sem mexer profundamente no sistema eleitoral brasileiro.

Quero dizer que discordo dessa avaliação, pois considero que será muito salutar para a consolidação da democracia em nosso país que determinados pontos de nossa legislação eleitoral sejam debatidos e efetivamente modificados pelo Congresso Nacional, obviamente após consultas que todos realizaremos no seio da população brasileira.

A Comissão de Reforma Política do Senado, presidida pelo Senador Francisco Dornelles, entregou ontem o seu relatório preliminar com as seguintes decisões tomadas pela maioria dos membros daquela comissão: manutenção do voto obrigatório; instituição do financiamento público de campanha; candidatura avulsa; prazo mínimo de um ano para a filiação partidária e mudança de domicílio eleitoral; manutenção das regras atuais de fidelidade partidária e da cláusula

de desempenho. Ainda foram aprovados: a adoção do voto proporcional com lista fechada para eleições proporcionais, que deverá passar por uma consulta popular sobre o tema; o estabelecimento de cotas para mulheres nas listas de candidatos; o fim das coligações partidárias; o fim da reeleição para os chefes do Poder Executivo, que terão mandato de cinco anos; a mudança das datas de posse – 10 de janeiro para governadores e prefeitos e 15 de janeiro para Presidente. Além disso, foram alteradas as regras relativas aos suplentes de Senadores.

De acordo com o Senador Francisco Dornelles, essas mudanças nas regras eleitorais deverão ser transformadas em projetos de lei e propostas de emenda à Constituição até o dia 20 de maio. Na sequência, serão discutidas pelas comissões temáticas da Casa e submetidas ao voto de todos os Senadores e Senadoras no plenário.

Apesar de compreender que, politicamente, o possível talvez seja somente fazer uma reforma política fatiada, batendo os pontos isolados mais prementes, eu considero que, tecnicamente, para consolidação da democracia em nosso País, o ideal seria uma modificação na legislação de forma global, uma vez que os temas são muito ligados uns aos outros.

Quando da instrução das matérias a serem propostas pela Comissão de Reforma Política nas comissões temáticas, seria o momento também de colocar em discussão todas as proposições que nós, Senadoras e Senadores, temos discutido com a sociedade. Eu, por exemplo, tenho defendido a transparência total das contas de campanha de candidatos e partidos políticos, com divulgação da receita e da despesa em tempo real.

Para tanto, apresentei, em 2005, o PLS nº 823, que permite ao eleitor acompanhar, diariamente, em tempo real, por intermédio da rede mundial de computadores, a prestação de contas da campanha eleitoral de cada candidato, do dispêndio realizado ou da captação de recursos financeiros e outras formas de contribuição material.

O conhecimento dessas informações propiciará ao eleitor avaliar a compatibilidade dos recursos financeiros que recebem os candidatos e os gastos que realizam durante a campanha eleitoral com o objetivo de divulgar e promover a sua candidatura. Desse modo, pode o cidadão ter os esclarecimentos quanto ao comportamento de cada candidato em termos de compromisso com a verdade e a dimensão da influência do poder econômico em sua candidatura.

Cabe lembrar aqui que essa transparência de informações é, sobretudo, importante na medida em que houver, se porventura isso acontecer, a continuidade de recursos ou doações por parte de pessoas físicas e

jurídicas, seja para os partidos, seja para os candidatos. Na medida em que prevalecer apenas o financiamento público de campanha, um dos itens que a reforma política, por sua comissão, propôs, se tivermos no Brasil a aprovação pelo Congresso Nacional do financiamento público de campanhas, aí cabe a transparência a cada partido e a cada candidato dos recursos públicos que serão destinados à sua campanha.

Todavia, se o Congresso Nacional – o Senado e a Câmara – ainda resolver que se dará continuidade à possibilidade de contribuições de pessoas físicas e jurídicas, é importante que proponhamos, primeiro, o limite de contribuição que cada pessoa física e também jurídica pode dar a cada partido e a cada candidato, ou o conjunto de ambos, e também que possa haver a transparência em tempo real e, em especial, que antes da realização das eleições já se saiba quais as contribuições feitas a cada partido e a cada candidato, individualmente. Isto é, como a eleição é realizada normalmente no primeiro domingo de outubro, então, que até 30 de setembro na página, no *site* da rede mundial de computadores pertencente a cada candidato e a cada partido, haja o registro de quais são os contribuintes. Acho que isso será muito saudável e é o que proponho neste PLS nº 823, de 2005.

Paralelo a isso, tenho apresentado à discussão, com o auxílio de estudiosos como os Professores Fábio Konder Comparato e Dalmo de Abreu Dallari, algumas proposições que viabilizam, em melhores condições, a participação do povo nas decisões políticas, por meio do fortalecimento da chamada democracia participativa. O que caracteriza a democracia é a possibilidade real de que cada indivíduo possa participar da confecção das regras que lhe serão impostas.

Nessa linha de pensamento, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2005, que cria o chamado **recall** dos mandatos eletivos, ou seja, a possibilidade de os eleitores avaliarem os candidatos eleitos em meio ao mandato eletivo, com o objetivo de fortalecer a responsabilidade política dos representantes para com seus representados. Com a proposta, uma quebra de confiança observada pelos eleitores, seja pelo Chefe do Poder Executivo, seja pelos membros do Poder Legislativo, permite que a população possa revogar o mandato eletivo que concedeu ao seu representante. O chamado **recall** do mandato eletivo é a manifestação inequívoca da vontade individual de cada eleitor.

Na última semana, dei entrada, perante a Mesa do Senado, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23 de 2011, para prever que a escolha de candidato a cargo eletivo, tanto para as funções executivas quanto legislativas, seja feita mediante a eleição direta pelos

eleitores filiados ao partido, no âmbito da circunscrição eleitoral correspondente ao cargo em disputa. Além disso, também coloco mais um preceito no sentido de determinar que, na opção de cada eleitor filiado, para o caso dos cargos proporcionais, conste dois votos, um para candidato do sexo masculino e outro para candidata do sexo feminino.

Assim, por exemplo, para as eleições municipais do ano próximo, a prevalecer essa diretriz, antes da realização das eleições no primeiro domingo de outubro, então teríamos que, digamos, três, quatro meses – isso será objeto de definição –, os partidos realizarão as chamadas prévias eleitorais, convidando todos os respectivos filiados a escolherem, a definirem os próprios candidatos a prefeito, dentro de cada partido, bem como os candidatos, no caso de eleições municipais, a vereador. E cada filiado poderá então sugerir nomes. E para cada homem também se escolherá uma candidata mulher. Poderá eventualmente o partido, para as grandes metrópoles, estabelecer que cada filiado possa até sugerir que, na lista de candidatos para formar a chamada lista fechada, cada filiado possa até indicar, digamos, três homens e três mulheres que o filiado considere que tenha qualidades muito especiais que deverão constar, e na ordem que colocarem na lista de cada partido. Para as cidades menores, digamos, aquelas com sete mil habitantes, em que se elegerá apenas nove vereadores, aí, quem sabe, basta que cada filiado indique um homem e uma mulher.

Manaus, quantos vereadores tem, Senador João Pedro, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT AM) – Trinta e três vereadores.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Trinta e três. Então, quem sabe, cada filiado de cada partido poderia escolher eventualmente dois ou três homens e duas ou três mulheres. Certamente, em Manaus, em nosso partido, haverá diversas pessoas que os eleitores filiados vão dizer: “Puxa; que bom será se essas pessoas estiverem entre aquelas que constarão da lista!”.

Então, entendo que devemos valorizar todo o trabalho realizado pela Comissão de Reforma Política, à qual pertenceu, entre outros, o Senador Roberto Requião, muito ativo, mesmo que discordemos de algumas de suas conclusões.

Percebi que o próprio Senador Francisco Dornelles falou: “Olha, sou o Presidente. Vou levar estas conclusões, estas proposições, mesmo discordando de algumas delas. Mas elas foram votadas pela maioria dos membros da Comissão. Vamos respeitá-las”.

E faço este registro ao tempo em que avalio ser este início de Legislatura o momento oportuno para nós

todos nos unirmos, independentemente de qualquer partido ou ideologia que defendamos...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – (...) para extirpar determinados obstáculos de nossa legislação que afastem o indivíduo, o cidadão brasileiro, das decisões políticas do País.

Muito obrigado, Presidente, Senador João Pedro.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Supply, a Sra. Ana Amelia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Supply.

A próxima oradora, pela Liderança do PP, é a Senadora Ana Amelia, do Rio Grande do Sul.

**A SRA. ANA AMELIA** (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente João Pedro, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, estou usando este espaço da Liderança do Partido Progressista para seguir no mesmo tema que o Senador Supply abordou, sobre a reforma eleitoral, cujo trabalho foi concluído e entregue ao Presidente José Sarney, em uma cerimônia singela, mas importante e significativa, ao meio-dia de ontem, quando o Líder do meu Partido, Francisco Dornelles, entregou, no prazo combinado, o resumo do que foi decidido nessa Comissão composta por quinze membros, ex-Presidentes da República e ex-Governadores, já nominados aqui, como os ex-Governadores Roberto Requião, Luiz Henrique e Eduardo Braga e os ex-Presidentes Fernando Collor e Itamar Franco, assim como o ex-Governador Aécio Neves, apenas para citar alguns dos notáveis.

Na verdade, como disse bem o Senador Supply, e ontem também o nosso Presidente Francisco Dornelles, a Comissão, na verdade, não está apresentando uma proposta acabada, em que se diga que tudo que foi decidido será aprovado pelo Plenário desta Casa e também do Congresso Nacional. É apenas, eu diria, uma minuta de proposta de alterações do sistema eleitoral, e foi exatamente sobre o sistema eleitoral que as divergências afloraram com muito mais expressão.

Eu, por exemplo, fui voto vencido. E uso até o exemplo do meu Estado, o Rio Grande do Sul: a ex-Deputada Luciana Genro, do PSOL, fez quase 130 mil votos e não chegou à Câmara dos Deputados pelo sistema eleitoral vigente. Já um deputado com 18 mil votos está ocupando uma cadeira na Câmara Federal. É exatamente por isso que defendi o voto majoritário,

e fomos vencidos nisso, por entender que a vontade do eleitor é que deve prevalecer.

Nesse aspecto, saúdo também, como uma grande inovação, a possibilidade apresentada pelo nosso ex-Presidente Itamar Franco de que, nas eleições municipais, haja a candidatura avulsa, uma forma de manifestação popular, observados, claro, alguns requisitos e exigências.

E, também, a grande mudança do ponto de vista dos defensores da lista fechada e do voto proporcional é que, na lista fechada, os partidos terão de obrigatoriamente apresentar, intercaladamente, o nome de um homem e o de uma mulher, o que reforça e empodera a participação feminina no processo eleitoral brasileiro. Claro que, depois de termos eleito uma presidenta para comandar os destinos desta Nação, é natural que, também, nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas, na Câmara Federal e aqui no Senado, haja a ampliação das mulheres.

Aqui, no Senado, já somos doze Senadoras, o que representa mais de 10% de um total de 81 Senadores. Então, era esse o registro que gostaria de fazer a respeito da questão da reforma eleitoral. E queria elogiar muito o trabalho que o nosso Líder, Francisco Dornelles, fez no comando desta Comissão Especial.

Concedo-lhe o aparte, Senador, só lhe dizendo que, obedecendo ao Regimento Interno, Sr. Senador Presidente, não há permissão de apartes, quando se trata de comunicação de liderança. Estou aprendendo isso aqui, na Casa, e então digo aos senhores que gostaria muito até que o Senador Supply me fizesse o aparte, porém acho que vale fazer o registro da questão de observância do Regimento Interno.

Por fim, além de agradecer e de cumprimentar pelo trabalho que fez, quero dizer que esta Casa cumpriu com o seu dever. Dentro de 30 dias, estará feito o relatório final a respeito da reforma eleitoral, conforme foi assegurado pelo Presidente da Comissão Especial, Francisco Dornelles, que foi extremamente democrático, disciplinado e produtivo nesse trabalho de condução, com a grande participação dos Senadores que compuseram essa Comissão Especial, que agora se junta também ao esforço da Câmara Federal.

Queria, por fim, Presidente João Pedro, fazer o registro de que, ontem, na companhia do Senador Paulo Paim, do seu partido – e também deveria estar presente o Senador Alvaro Dias, que estava aqui envolvido com a medida provisória do trem-bala e não pôde comparecer, e o fiz em seu nome –, estivemos numa audiência com a Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, para tratar da ação que trata da revisão tarifária da antiga Varig.

Essa ação é muito importante, porque os beneficiários do Fundo Aerus mais aqueles trabalhadores que foram demitidos à época da falência da empresa aérea não tiveram os seus direitos trabalhistas assegurados. A Ministra Cármen Lúcia deu pelo menos a mim uma declaração confortadora, afirmando que não só ela, mas também o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, têm grande interesse nesse julgamento...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ANA AMELIA** (Bloco/PP – RS) – ...que diz respeito aos interesses não só dos aposentados do Fundo Aerus, mas especialmente daqueles trabalhadores que não receberam os direitos trabalhistas devidos, na falência da empresa.

Então, queria agradecer a atenção da Ministra Cármen Lúcia e a atitude que teve de dizer que continua sendo prioritário o exame dessa matéria no trabalho dela, no Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, estamos cumprindo com a nossa obrigação e com os compromissos perante uma categoria tão importante como essa dos aposentados e pensionistas do Fundo Aerus e também dos trabalhadores dessa companhia, que nasceu no Rio Grande do Sul e de que nós, gaúchos, temos uma grande saudade.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senadora.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como a Senadora Ana Amélia, presidindo a sessão, concedeu-me a inversão, queria transmitir que acho importante, já que eu era o segundo, assegurar o direito do Senador Roberto Requião, que chegou logo em seguida. Ele era o terceiro orador, em seguida a mim. Portanto, para que seja assegurado...

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa está atenta e vai obedecer à ordem de inscrição dos Senadores. Está atendido o pleito de V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

O Senador Requião tem dez minutos, conforme o nosso Regimento.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, vou fazer uma rápida prestação de contas da minha atuação nesses primeiros momentos de funcionamento desta Legislatura no Senado Federal.

Eu apresentei – e estou apresentando, na realidade – cinco projetos. Apresentei um projeto de lista dupla para o processo eleitoral. Acredito que a ideia da lista única, que conseguiu maioria na Comissão da Reforma Política, não vai prosperar no Plenário do Senado e muito menos no Plenário da Câmara. É a descaracterização das pessoas. É uma lista que reforça, de forma absoluta, a burocracia partidária. Ela será rejeitada pelo Congresso Nacional e, seguramente, pela cidadania. Tenho certeza de que não prospera.

Eu apresentei uma proposta intermediária, suportada nas ideias, Senador Suplicy, do velho guerreiro Ramos: “Não se liquida, de uma hora para outra, um sistema vigente, porque isso leva ao caos”. Nós criamos um sistema novo em que, à medida que se vai afirmando, torna obsoleto o sistema anterior. Minha proposta é um sistema duplo: lista aberta e lista fechada. Os eleitores votariam na lista fechada, partidária, e na lista aberta. Dois votos, por exemplo, para Deputado Federal. A proporcionalidade seria avaliada na lista fechada: quantos candidatos o partido que recebeu o voto elegeria. Metade dos candidatos, na ordem de precedência da lista fechada; a outra metade, na ordem de sua votação na lista aberta. Eu, dessa forma, estaria evitando o voto folclórico, de protesto, que faz com que a votação proporcional, na lista aberta, leve candidatos a se elegerem sem sufrágios, e estaria reforçando a existência dos partidos, viabilizando o voto ideológico.

Acredito que esse sistema irá acabar por prevalecer. Já apresentei essa proposta, quando estive aqui no Senado pela primeira vez. Lembro-me de que consegui aprová-la no plenário, naquela ocasião, com a unanimidade de votos dos Senadores presentes.

A outra proposta que apresentei diz respeito ao impedimento de parlamentares ocuparem cargos no Executivo e mesmo nas Embaixadas. Nós estamos em um regime presidencialista e, sobejamente, já sabemos que essas nomeações de parlamentares acabam servindo apenas para que governos cooptem o Congresso Nacional. Ficam praticamente donos dos mandatos dos sucessores dos ministros parlamentares nomeados, e isso prejudica, sobremaneira, a independência do Congresso brasileiro. Apresentei uma PEC nesse sentido.

Por outro lado, observei que o Brasil realiza convênios e acordos internacionais que acabam dormindo por décadas nos escaninhos do Congresso. Inspirado num sistema que conheci no congresso norte-americano, na companhia de Samuel Pinheiro Guimarães, formulei uma proposta que chamaríamos, como chamam os norte-americanos, de **fast track**. É uma tramitação rápida para aprovação de convenções internacionais das quais o Brasil tenha participado.

Como funciona isso? Funciona tornando obrigatória a participação do Parlamento na elaboração

das convenções. O Senado estaria sempre presente, a Câmara Federal, também, não apenas os jovens rapazes inteligentes e competentes do Itamaraty. Nós acompanháramos e discutiríamos, nas Comissão de Relações Exteriores, da Câmara e do Senado, e teríamos, uma vez firmado o convênio, a convenção ou o tratado, trinta dias para aprová-lo ou não.

Se não fosse colocado em votação em trinta dias, nós teríamos, nesse **fast track**, a sua aprovação automática. Então, não teríamos mais essas aberrações de tratados engavetados por quinze, vinte, trinta anos como o que ainda na semana passada acabamos aprovando aqui no plenário, que dormitava nos nossos escaninhos há dezesseis anos. E existem tratados bem mais antigos.

Além disso, verifiquei – experiência da convivência anterior e atual – que as tais sabatinas de membros das agências e mesmo de embaixadores nomeados pela Presidenta da República ou pelo Presidente da República da ocasião acabam não existindo realmente no Congresso Nacional.

Vi momentos em que a votação foi aberta antes que a sabatina ocorresse, e isso tudo acaba se transformando numa ridícula simulação, uma figuração de aprovação em sabatina, enquanto em países como, por exemplo, os Estados Unidos da América, um ministro do Supremo Tribunal sofre uma investigação profunda e leva seis, sete, oito meses para ser aprovado. Até as televisões são usadas para fazer defesas ou denúncias a respeito das qualidades e dos defeitos dos personagens. Aqui não; nós estamos com uma ligeireza irresponsável, aprovando automaticamente tudo o que os governos mandam. E não estou falando do nosso governo agora; estou falando da sucessão de governos e do comportamento do Senado da República em relação a isso.

Então, estimulado por algumas associações civis, elaborei um projeto que estabelece períodos de transparência, de publicação na Internet, de possibilidade de manifestação da sociedade civil antes da sabatina, a publicação antecipada do relatório do Senador encarregado de examinar a indicação presidencial, publicada na Internet, para que a sociedade civil possa se manifestar.

Isso tudo tramita no Congresso Nacional, menos o **fast track**. O **fast track** eu já havia apresentado à época em que fui Senador da República. Tive o prazer de vê-lo aprovado pela unanimidade do Senado, mas como sói acontecer, era fim de legislatura, eu assumi o governo do Estado do Paraná, e a Câmara Federal engavetou o projeto, nunca tendo colocado em votação. Então, eu repito isso agora, estou adaptando o texto da justificativa para a atualidade do momento em que vivemos.

Finalmente, apresentei um projeto, que também já aprovei no Senado da República e que foi devidamente engavetado na Câmara Federal. Trata-se de um projeto que regulamenta o direito de resposta.

A Lei de Imprensa foi declarada inexistente pelo Supremo Tribunal Federal. Mas, hoje, vivemos uma situação singular, porque os jornais, rádios e televisões podem bombardear um parlamentar ou uma pessoa comum, que fica absolutamente desprotegida e sem nenhuma condição de responder à altura as acusações que sofre.

Permito-me, Presidente, com a sua vênha, fazer a leitura não do projeto inteiro e dos seus detalhes, mas da justificativa:

A proposição que ora submetemos à apreciação desta Casa tem por objetivo oferecer rito especial e célere às respostas a ofensas levadas à mídia, que até o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 130 pelo Supremo Tribunal Federal eram submetidas à Lei de Imprensa.

A propósito, em boa hora, nossa Suprema Corte considerou incompatível com o texto constitucional a mencionada Lei de Imprensa. Tratava-se de diploma anacrônico, concebido sob os influxos de um período autoritário e de aplicabilidade praticamente nula. De fato, sempre sobressaíram suas inconformidades com a Constituição em vigor e seus preceitos democráticos, libertários e igualitários.

Consideramos, porém, que a retirada do diploma legal do ordenamento jurídico deixou um vácuo que precisa ser preenchido com um novo marco normativo. Consentâneo com a atual ordem constitucional, esse novo regramento se faz necessário a fim de que sejam adequadamente disciplinadas as relações da mídia com a sociedade, de forma a assegurar justiça e segurança jurídica.

Referimo-nos, particularmente, às regras que disciplinam o direito de resposta do ofendido. Em nosso entendimento, conquanto assegurado no plano constitucional, esse direito necessita de normas infraconstitucionais de organização e procedimento que tornem possível o seu efetivo exercício.

Consideramos que os Códigos Civil e Penal não têm detalhamento suficiente para a especificidade dessa demanda.

Nesse sentido, o projeto que ora apresentamos à consideração dos ilustres pares tem por escopo tornar possível o que era praticamente inviável sob a égide da Lei 5.250, de 1967: impedir que os agravos veiculados pela mídia, em qualquer de suas modalidades,

permaneçam impunes. Nesse sentido, presta uma homenagem ao princípio do contraditório ao garantir ao ofendido a possibilidade de apresentar dialeticamente as suas razões, a bem da veracidade das informações, da segurança jurídica e da paz social.

Cumpra esclarecer que a proposição busca dar concretude...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo mais dois minutos para V. Ex<sup>a</sup> concluir, Senador.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) –

*Cumpra esclarecer que a proposição busca dar concretude ao disposto no inciso V do art. 5º, constitucional:*

Art. 5º (...)

V – é assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

E, porque a resposta constitui direito fundamental, não se deve admitir obstruções que impeçam o seu pleno exercício. Trata-se de conferir a um direito fundamental a eficácia e a efetividade que dele se esperam, consoante o §1º do art. 5º da Constituição, ‘as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicabilidade imediata’.

São essas as razões que justificam a apresentação deste projeto de lei.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) – Como não, Senador. Eu só gostaria de chamar a atenção do Plenário para o fato de que, amanhã, farei um pronunciamento mais longo a respeito da aprovação do trem-bala, do famoso trem-bala. Acredito que a Presidente Dilma deve ser defendida das consequências do absurdo que foi essa aprovação. Quero falar sobre a qualificação e o envolvimento do principal defensor do projeto, o atual Diretor-Geral, se não me engano, Presidente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que é um agente duplo, que ao mesmo tempo representa o setor privado e o setor público e que pode deixar todos nós, que somos governo hoje – não apenas base do governo, somos governo porque acreditamos na Presidenta Dilma –, numa situação muito difícil. Eu não vou fugir à responsabilidade de me referir a esse assunto amanhã.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para concluir, vou conceder mais dois minutos.

Peço que V. Ex<sup>a</sup> seja breve no aparte.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) – Com a condescendência do Presidente, eu acedo um aparte ao Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Cumprimento-o, Senador Roberto Requião, pelo conjunto das proposições. Quero brevemente dizer que tenho muita afinidade com os seus propósitos e, sobretudo, avalio que, se for para haver a lista fechada, nós precisamos ter um instrumento que ao mesmo democratize a ordem das pessoas escolhidas. Por isso que eu, inclusive, propus que haja a realização de prévias na circunscrição devida e para todos os partidos, onde se permita aos filiados escolherem quais os nomes que devem constar da lista. Portanto, os mais votados previamente constariam da lista, e a colocação de V. Ex<sup>a</sup> é no mesmo espírito: se for para haver a lista fechada, deve haver um processo democrático que não fique apenas, digamos, na indicação da burocracia do partido. As demais proposições de V. Ex<sup>a</sup> também são muito adequadas, inclusive o direito de resposta. Quanto às demais, concordo e avalio ser importante o depoimento que V. Ex<sup>a</sup> anuncia para o conhecimento dos Senadores a respeito do que aconteceu com o trem-bala. V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu votei favoravelmente, pois me parece que poderá ser algo significativo e importante para o desenvolvimento do sistema ferroviário brasileiro.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> sabe que, na introdução da cota mínima de 30% por gênero, que na verdade se destinava à participação...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR) – (...) forçada das mulheres no processo eleitoral. No Senado da República eu defendi essa proposta, assim como a Senadora Marta defendeu na Câmara Federal.

Hoje, se nós tivéssemos lista aberta, eu estaria defendendo, nas listas de votação abertas, a participação igualitária de mulheres e de homens. Mas me causa espécie e estranheza essa proposta de colocar alternadamente um homem e uma mulher numa lista fechada, porque nós estamos forçando uma eleição e sonegando da população o direito da escolha. Eu não vejo por que um plenário como este aqui tivesse que ter uma presença de 50% das mulheres de forma obrigatória e não de 100% ou de 80%, conforme a escolha do eleitorado e o peso de suas propostas

para a sociedade no processo de escolha. Mas acho uma esdruxularia...

*(Interrupção no som.)*

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR)

– Mas acho uma esdruxularia a alternância de homens e mulheres no processo de escolha da lista interna dos partidos. Acho que temos de discutir muito isso e com mais racionalidade.

Senador Moka, por que não 80% de mulheres no Senado da República ou na Câmara Federal? Mas tornar obrigatória, numa lista fechada, uma eleição em que se sonega ao eleitor, homens e mulheres, a possibilidade da escolha... Por que 50% de mulheres e não 51%, 60% ou 70%? Acho que estamos ao sabor de alguns movimentos e oportunidades que precisam ser analisados com mais cuidado.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador Requião. Apenas gostaria de informar...

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador Suplicy...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Só dez segundos. Vou encaminhar a V. Ex<sup>a</sup> cópia de projeto sobre mandato negociador, já também aprovado no Senado e que tramita na Câmara dos Deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador, temos ainda vários oradores inscritos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – (...) que tem muito a ver com a proposição do **fast track**. Obrigado.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco/PMDB – PR)

– Presidente, obrigado pela tolerância.

*Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. João Pedro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Requião. Evidentemente, nós gostaríamos de ouvi-lo por muito mais tempo.

Pela Liderança, está inscrita a Senadora Vanessa, do Amazonas. Após a Senadora Vanessa, fará uso da palavra o Senador João Pedro, pela ordem de inscrição.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço para ser inscrito para falar como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> será inscrito pela Liderança do PSDB.

V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos para fazer uso da palavra, Senadora Vanessa.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, nobre Senador.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Pode conceder a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Lídice da Mata.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva para falar como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrita pela Liderança do seu partido.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, passamos hoje a manhã toda participando de uma sabatina em uma audiência na Comissão de Infraestrutura, na qual foi ouvido o Sr. Cláudio Passos Simão, que foi indicado à recondução à Agência Nacional da Aviação Civil (Anac).

Debatemos não apenas questões relativas à postura do diretor da Anac dentro daquela agência, mas também tivemos oportunidade de debater a política e a forma pela qual a Anac vem atuando no Brasil.

Quero dizer, Sr. Presidente, que procurei ser muito enfática, direta, educada, mas, ao mesmo tempo, dura com o Dr. Cláudio Passos Simão, que está sendo reconduzido. Hoje ele é um assessor da Agência Nacional de Aviação Civil, mas foi, até pouco tempo, diretor e, se aprovado seu nome, o que acredito que ocorrerá, voltará a atuar na agência não mais como um assessor, mas novamente como diretor.

Questionei-o sobre vários temas relativos à aviação regional e à política de céu aberto, que prevê a abertura do espaço aéreo brasileiro para a operação de aeronaves estrangeiras, sobretudo americanas – esse é um acordo que está sendo encaminhado entre Brasil e Estados Unidos.

Mas quero me deter hoje, Sr. Presidente, a assunto de que já tratei com ele e sobre o qual já fiz outro pronunciamento desta tribuna. Trata-se da preparação das doze cidades brasileiras que serão sedes da Copa do Mundo, especialmente sobre a situação dos aeroportos, tema que é ligado diretamente à Agência Nacional da Aviação Civil.

Por coincidência, Sr. Presidente, exatamente às 10 horas do dia de hoje, o Ipea – Instituto de Política Econômica Aplicada, um instituto público brasileiro, instituto altamente respeitado e altamente independente

– e é assim que tem de ser um instituto de estudos, de pesquisas, tem de ter independência suficiente para ajudar muito mais do que os governos, mas o Brasil –, na mesma hora em que estávamos na Comissão de Infraestrutura ouvindo o indicado para a Diretoria da Anac, o Ipea lançava nota técnica cujo título era: *Aeroportos no Brasil: investimentos recentes, perspectivas e preocupações*.

Nessa nota, que é extensa, eles abordam basicamente cinco pontos, Senador Jayme Campos. O primeiro deles diz respeito aos valores atualizados dos investimentos feitos no setor pelo Governo Federal de 2003 a 2010. Fazem um estudo profundo em relação aos investimentos e, infelizmente, as conclusões não são boas, porque, ao que tudo indica, apenas algo em torno de 44% do orçamento tem sido efetivado, ou seja, há uma diferença de 56% entre o autorizado e o efetivamente aplicado, o que não é nada bom.

Analisaram também a questão dos investimentos futuros, o que está previsto para ser investido no setor dos aeroportos, dos aeródromos do Brasil. O terceiro objetivo foi levantar o cenário atual de utilização dos aeroportos e a condição de cada um deles. O quarto objetivo da nota foi verificar a viabilidade dos prazos previstos para a conclusão das obras planejadas pela Infraero para a Copa de 2014. Por fim, o quinto e último objetivo: avaliar o aumento da capacidade dos terminais.

Vou voltar a esta tribuna, porque quero falar de cada um desses pontos, mas, neste momento, Sr. Presidente, sou obrigada, até mesmo pelo tempo – não quero abusar da paciência de V.Ex<sup>a</sup> – a me referir ao quarto item tão-somente, que trata da viabilidade dos prazos previstos para a conclusão das obras.

Tenho alertado: não teremos aeroporto na cidade de Manaus se a Infraero não mudar o projeto, se não revir o projeto. Sabem por quê? Porque não temos ainda o projeto básico, Senador João Pedro. Não temos sequer o projeto básico, que mais uma vez foi adiado! Há cinco anos eles estão nos prometendo a reforma do aeroporto de Manaus, que data de 1976, e até agora nada. O projeto básico tem sido prometido com muita frequência e, por último, falaram que sairia no dia 30 do mês de março. Nós já estamos no dia 14 do mês de abril e, agora, falam em 30 de abril. Não foi possível apresentar.

Então, como é possível que, com a Copa de 2014 às nossas portas, uma reforma tão grande, tão importante quanto aquela, de quase R\$400 milhões, sequer tenha um projeto básico pronto?

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, agradeceria se V.Ex<sup>a</sup> pudesse me dar mais dois minutos, com toda segurança afirmo que concluiria.

Aqui na nota fala dos investimentos previstos para cada aeroporto e o prazo estabelecido pela Infraero para a conclusão das obras: Galeão, no Rio de Janeiro: 2012; Curitiba e todos os outros, inclusive Manaus: 2013.

Entretanto, o Ipea fez um estudo **in loco** e chegou à seguinte conclusão, para a qual eu chamo a atenção das senhoras e dos senhores.

Item 1: As obras nos terminais dos aeroportos em Manaus, Fortaleza, Brasília, Guarulhos, Salvador, Campinas, Cuiabá, por estarem na etapa de elaboração do projeto, deverão levar em torno de 92 meses, ou mais de sete anos e meio, para a sua conclusão. Logo, não estariam prontas, Senador João Pedro, até a Copa de 2014. Não estariam prontas até a Copa de 2014.

As obras dos terminais dos aeroportos...

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mais dois minutos para V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Vanessa Grazziotin, até porque eram cinco minutos, como V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu dou oito, porque a senhora merece.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. Muito obrigada.

Em relação às obras de Confins, em Minas Gerais, e no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, elas deverão levar aproximadamente 80 meses. Portanto, também não deverão estar prontas até a Copa de 2014.

Item 3: Curitiba, Paraná, idem: 42 meses. Se tudo der certo, Curitiba conseguirá concluir as obras do aeroporto. Da mesma forma no Rio de Janeiro o Galeão e em Natal, no Rio Grande do Norte, também está tudo adequado.

Mas eu repito: Manaus, Cuiabá, Campinas, Salvador, Guarulhos, Brasília e Fortaleza, segundo o estudo do Ipea, seriam 92 meses ou mais de sete anos.

Sr. Presidente, é por isso que eu digo que é preciso mudar. Mudar! E conversando com o Diretor da Anac, hoje, ele dizia: “O que nós podemos fazer?” A Anac é o órgão fiscalizador. Eu falei: “A mesma coisa que fizeram com o Município de Parintins, com o aeroporto. Em plena festa do Boi Bumbá, com mais de cem mil pessoas chegando, a Anac fechou o aeroporto de Parintins. Vamos fechar a Infraero.

Mas acredito que com essa mudança no sistema aéreo brasileiro, a criação, por medida provisória, da Secretaria da Aviação Civil, a mudança de direção da

Infraero, tenho certeza de que temos como, porque ainda temos tempo para resolver esses problemas. Tempo. Agora, é preciso vontade, desejo político para resolvê-los.

Eu digo o seguinte, Senador Jayme Campos: a cidade de Manaus não vai ficar sem a Copa por falta de obra. Não vai. Nós temos uma bancada que não é grande, mas é muito lutadora. É um governo muito lutador e nós vamos até o fim para exigir que uma a uma de todas as obras previstas sejam feitas e concluídas, para que possamos ver Manaus não apenas como uma sede da Copa do Mundo, mas com uma bela atividade sendo ali realizada.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Vanessa Grazziotin. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Mas precisamos, aqui, no Congresso Nacional, transformar o Orçamento em impositivo e destravar, acabar com a burocracia, para que as obras de fato aconteçam; sobretudo obras importantes para a realização da Copa do Mundo de 2014.

Os números citados por V. Ex<sup>a</sup> com certeza são péssimos e são de um órgão governamental que é o Ipea.

Convido para fazer uso da palavra o ilustre Senador do Estado do Amazonas, Senador João Pedro, por dez minutos, da forma regimental.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho, nesta tarde, registrar a minha opinião, a minha avaliação, fazer, nesta sessão, a minha reflexão sobre os primeiros dias de Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Primeiro, quero chamar a atenção para o fato de que o Governo da Presidenta Dilma não começa no primeiro e se estende ao centésimo dia, porque esse é um Governo de continuidade. E quero chamar a atenção até porque parte da equipe da Presidenta e a própria Presidenta da República fizeram parte do Governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Primeiramente, Sua Excelência foi Ministra de Minas de Energia; em seguida, Ministra da Casa Civil; e coordenadora de grandes ações, principalmente dos projetos de infraestrutura, no nosso País – principalmente de infraestrutura! Ou seja, é um Governo que teve o começo em 2003, e a Presidenta Dilma dá continuidade a ele, pois parte do seu Governo é composta pelos mesmos Ministros, principalmente na área econômica, com poucas mudanças, Banco Central. Então, é evidente que é de continuidade.

O primeiro grande projeto, a primeira grande decisão da Presidenta Dilma, por conta do contexto

internacional, da pressão inflacionária no nosso País, por conta dos valores e das *commodities* que também puxam a inflação – esse é um setor da nossa economia que estimula a inflação –, das medidas que a nossa Presidenta tomou, foi a garantia dada pela Presidenta aos projetos sociais, inclusive com reajustes.

O Bolsa Família, Sr. Presidente, além do aspecto social, compõe todo o conjunto da nossa economia, por conta do bolo, da massa que compõe os valores deste programa.

E nesses primeiros dias, Sr. Presidente, para a minha região, o Norte, particularmente para o Amazonas, quando da visita da Presidenta, Sua Excelência anunciou a prorrogação por 50 anos da Zona Franca de Manaus. A Zona Franca é um projeto que gera mais de 100 mil empregos diretos, isso numa região da Amazônia.

E o meu Estado tem esse privilégio porque, além de ter uma forte economia no eletroeletrônico, temos, como contraponto, uma floresta em pé, no Estado que tem o maior território do nosso País.

Então, é preciso destacar este aspecto: a prorrogação da Zona Franca foi importante para dar garantia e tranquilidade aos trabalhadores, para os empresários, para o projetos na região da Amazônia.

E a agenda internacional do Presidente Barack Obama, Sr. Presidente, nesses primeiros dias, no Brasil, merece uma reflexão. A Presidenta Dilma, ao dialogar e discutir projetos com os americanos, portou-se de maneira ativa. E quando o Presidente Barack Obama vem aqui, vem para olhar, vem para sentir, ele tem objetivos estratégicos na relação norte/sul. E tudo culmina com essa visita da nossa Presidenta à China, uma visita histórica na relação bilateral Brasil/China, como é histórica essa reunião dos Brics. Está saindo um entendimento comum dos países que compõem os Brics,

E, com autoridade, o Brasil chega à reunião dos Brics, com a cabeça erguida, discutindo os interesses internacionais, o comércio internacional, enfrentando, contrapondo-se a posições como a da França de querer controlar o comércio da produção de alimentos.

Sr. Presidente, nós vivemos um grande momento. Eu ouço aqui, Senador Eduardo Braga, da minha região, do meu Estado, lideranças importantes da oposição falando do Brasil. E eu penso: será que o Brasil é o nosso Brasil? E olha que Fernando Henrique chama a atenção, a temperatura cresceu, “oposição, é aqui o caminho, o projeto é outro, estratégico”.

Mas eu quero chamar a atenção porque o evento dos Brics não reflete só o discurso, mas reflete a realidade brasileira, o grande momento que o Brasil vive do ponto de vista externo, do ponto de vista interno. É

claro que nós precisamos fazer muito, nós precisamos construir entendimentos internos.

Ontem mesmo esta Casa fez um debate sobre o trem-bala, e é evidente que há posições interessantes, importantes. Agora, precisamos olhar o Brasil, essa liderança internacional, o momento da nossa economia, os desafios que o Brasil tem pela frente em relação à infraestrutura, em distribuir os recursos corretamente para todo o País.

É evidente que eu defendo o trem-bala para uma região tão importante, tão populosa, tão dinâmica, que é o Rio de Janeiro e São Paulo. Mas, é claro, eu vivo na Amazônia e não posso deixar de chamar a atenção para a nossa região. E eu estava dizendo que, nesses primeiros dias do Governo da Presidenta Dilma, ela já levanta a prorrogação da Zona Franca. Isso é importante, mas nós precisamos de muito mais. Nós precisamos de infraestrutura; nós precisamos de energia. Até hoje, no século XXI, nós ainda estamos fora da Rede Nacional de Energia.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Braga.

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) – Senador João Pedro, V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso absolutamente oportuno, não apenas porque chama a atenção com relação à questão dos Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, mas, ao mesmo tempo, porque V. Ex<sup>a</sup> destaca o debate que ontem esta Casa fez com relação ao trem-bala. Podemos até discutir a questão da forma, a questão de como, mais uma vez, um projeto tão importante e com um conteúdo tão extraordinário de debate como o trem de alta velocidade...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) ...mais uma vez chega a esta Casa com o prazo de discussão praticamente exaurido pela Câmara dos Deputados. Volto a destacar mais uma vez, neste aparte, a necessidade de a Mesa do Senado, sob a liderança do Presidente Sarney, discutir evidentemente uma prioridade para a PEC que restabelece prazos separados entre a Câmara dos Deputados e o Senado, para permitir que esta Casa exerça a sua função de Câmara revisora, de contribuição para esse debate nacional tão importante. Mas o fato é que o Senado ontem aprovou, com a maioria dos votos, um investimento importante para a Região Sudeste brasileira, que interliga 50% do PIB brasileiro, São Paulo, Rio de Janeiro. Mas V. Ex<sup>a</sup> aborda uma vertente extraordinariamente importante neste momento para o Brasil: a necessidade de investimentos em infraestrutura para escoamento da produção, seja no Estado do Mato Grosso do Sul, seja no Estado do Mato Grosso, seja no Estado de Goiás, seja na nossa

querida Amazônia, que começa a ter um papel preponderante no PIB nacional – a Amazônia já ultrapassa a casa dos 9% de participação do PIB. Nossas hidrovias sequer pertencem hoje ao Plano Nacional de Dragagem, hidrovias essas que são nossas principais vias de escoamento; graves problemas na infraestrutura de produção; graves problemas na mobilidade urbana, mesmo nas cidades sede da Copa do Mundo. Neste momento o Senado, numa Subcomissão da Comissão de Infraestrutura, discute a questão da Copa do Mundo. Estamos discutindo inclusive...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) – ...a infraestrutura de aeroportos. V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção desta Casa e chama a atenção do Governo brasileiro, do Governo da nossa querida Presidente Dilma, para a necessidade de priorização de investimentos em áreas onde o crescimento começa a ter problemas em função da carência de infraestrutura. Quero, portanto, louvar a posição de V. Ex<sup>a</sup> e destacar que a prorrogação da Zona Franca por mais 50 anos, a extensão da Zona Franca para a região metropolitana tem que vir acompanhada de investimentos de infraestrutura. V. Ex<sup>a</sup> sabe que recentemente, num porto privado, houve um acidente grave na cidade de Manaus e, por 15 dias, a nossa economia praticamente paralisou. Isso, repito, deu-se porque houve um acidente num porto privado.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) – Veja a fragilidade em que se encontra a infraestrutura de produção da indústria nacional naquela região (*fora do microfone*). Portanto, destaco a importância do seu pronunciamento, a oportunidade de dizer, mais uma vez, neste Congresso, neste Senado da República, da importância de investirmos, sim, na infraestrutura de produção, na infraestrutura de mobilidade urbana, em aeroportos, portos, afinal o Brasil participará da Copa do Mundo, participará das Olimpíadas e, sem dúvida nenhuma, essa infraestrutura é importantíssima para o crescimento do nosso País, na geração de emprego e renda e de novas oportunidades. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup>, Senador.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Obrigada, Senador Eduardo Braga. A Senadora Vanessa, há pouco, chamou atenção para a agenda da nossa Bancada nessa questão de infraestrutura, de nós olharmos a nossa região, os aeroportos, portos, energia, enfim. Incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup> com muita satisfação.

Sr. Presidente, para terminar, quero chamar a atenção porque é início de um governo, mas de um governo de continuidade. E o contexto que quero analisar é este: um líder da oposição diz “o rumo da opo-

sição tem que ser este, a estratégia tem que ser esta". A Presidente Dilma lá nos BRICs. A Presidente Dilma volta maior, e o Brasil reafirma um papel de liderança internacional. Nessa visita, ganha o setor da Embraer, ganha quem trabalha e quem agrega valor com a suinocultura, com as aves, com a ovinocultura, enfim, ganha o Brasil, ganha uma cadeia produtiva, ganha a economia nacional, fortalece a geração de emprego e reafirma o Brasil, não só nos Brics, mas no G-20, do ponto de vista de uma agenda que o mundo precisa ter.

Nós precisamos ter uma agenda mais humana, mais solidária e que respeite o esforço, a soberania, o empenho de cada país. Penso que o Brasil vive este momento internacionalmente e que a Presidente Dilma pode jogar um papel no sentido de termos um mundo mais solidário e melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento o Senador João Pedro.

Quero, com muita alegria, anunciar aqui, pela ordem de inscrição, o pronunciamento do nosso Senador da República pelo Estado de Minas Gerais, o eterno Presidente da República Itamar Franco, pela Liderança do seu Partido, o PPS.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe, pela forma regimental, de cinco minutos, mas, com certeza, a Mesa vai concordar com pelo mais cinco minutos, ou seja, dez minutos, diante do pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> vai fazer, que é muito importante para a Nação brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Itamar Franco.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de focar o assunto que me traz à tribuna, eu gostaria de requerer, de acordo com o art. 210, inciso II, do Regimento Interno, a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo intitulado "O desprezo pelos pobres", de autoria do jornalista Mauro Santayana, que foi publicado, hoje, na coluna Coisas da Política, do **Jornal do Brasil**. Peço a transcrição nos Anais do Senado desse belo artigo de Mauro Santayana.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é uma matéria da **Folha de S.Paulo** que diz: "Aeronáutica monitorou políticos após a ditadura". É dito que cerca de 1,3 mil relatórios foram produzidos nos Governos Sarney, Collor e Itamar.

No dia de ontem, Sr. Presidente, como eu já disse, o jornal publicou: "Aeronáutica monitorou políticos após a ditadura". Minha assessoria de gabinete teve acesso aos mesmos documentos que o jornalista utilizou para escrever a matéria. Ontem, à noite, analisamos os citados documentos e chegamos à conclusão de que,

pelo menos no que diz respeito ao período em que ocupamos a Presidência da República, a manchete da matéria é, no mínimo, equivocada.

É interessante, Sr. Presidente, que, para obter essa matéria, tive eu de assinar um documento, comprometendo-me a não revelar os dados que eu ia obter. Pensava eu que essa documentação já estivesse desclassificada. No fim do meu pronunciamento, Sr. Presidente, vou explicar exatamente o que se está passando.

Vou passar à Mesa uma tabela que contém a data, o assunto e os nomes de políticos, de outras autoridades e de servidores públicos citados nos documentos produzidos pela Secretaria de Inteligência da Aeronáutica, nos anos de 1993 e de 1994.

Nossa conclusão é a de que, no geral, os assuntos enfocados são pouco relevantes. Aquele serviço de Inteligência não "monitorou" nenhuma autoridade do governo. Dois ministros do meu governo foram mencionados por esse setor de Inteligência. Um deles é o consagrado filólogo Antônio Houaiss, meu Ministro da Cultura, que foi citado por estar fazendo exatamente o que se esperava dele: liberar verbas para incentivar a cultura. O outro ministro do meu governo que é mencionado nos documentos acessados pelo jornalista da **Folha** é o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

O assunto, inclusive, foi retomado na matéria denominada "Aeronáutica investigou FHC durante o governo Itamar", publicada hoje no mesmo jornal. Mais uma vez, equivoca-se o jornalista. A rigor, um serviço de Inteligência de Estado não "investiga" as pessoas, o que, na correta acepção do tema, é atribuição dos órgãos que atuam na persecução penal.

O referido documento, que também estou passando à Mesa, é uma apreciação biográfica do Sr. Ministro da Fazenda, em tom que poderíamos classificar de positivo, embora busque apontar algumas contradições encontradas em seus pronunciamentos.

Portanto, registro nossa sugestão, com muito respeito, porque, ao longo de minha vida, sempre respeitei a liberdade de imprensa, Sr. Presidente. Nossa sugestão é que o referido periódico procure interpretar corretamente os textos a que teve acesso. O conjunto de documentos permite-nos inferir que faltavam assuntos realmente relevantes para ocupar os analistas da Secretaria de Inteligência da Aeronáutica nos idos de 1993 e 1994.

Aqui, Sr. Presidente, podemos até abrir um parêntese para dizer: como se gastou dinheiro inutilmente, neste País, com essa pesquisa que o Serviço de Inteligência procurou fazer! Nos dias de hoje, existem questões nacionais muito mais importantes para ocupar as linhas da nossa prezada imprensa.

Finalmente, Sr. Presidente – e eu chamaria a atenção, com muito respeito, da Casa e dos senhores e senhoras jornalistas que aqui estão –, estou autorizado a afirmar que, consultado, o Tenente-Brigadeiro do Ar Lélío Lobo, eficiente e honrado então Ministro da Aeronáutica do meu Governo, declarou que nunca recebeu qualquer tipo de solicitação por parte do Presidente da República, autorizou ou teve conhecimento de ação irregular de seu Serviço de Inteligência no sentido de monitorar quem quer que fosse por interesses escusos. Então, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quem responde à **Folha de S.Paulo** e aos jornalistas que estão publicando essa matéria é o Tenente-Brigadeiro Lélío.

Eu me permito sugerir aos senhores jornalistas da **Folha de S.Paulo**, com todo respeito, repito, que procurem o Tenente-Brigadeiro Lélío, que foi meu Ministro da Aeronáutica – graças a Deus, ele ainda vive! – e que poderia informar o que se passou. Diz ele que nunca pediu nada ao Serviço de Inteligência da Força Aérea, que nunca o Presidente da República solicitou qualquer coisa para investigar quem quer que fosse.

Então, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fica aqui, pelo menos, meu dever. Felizmente, eleito Senador por Minas Gerais, tenho esta oportunidade. Talvez, eu não a tivesse se não tivesse mandato, porque, hoje, as pessoas que não têm mandato costumam até dizer que não precisamos dos pobres. Quem está aí sem mandato pode dizer isso; nós outros, evidentemente, não podemos falar isso.

Mas, Sr. Presidente, agora, faço um pedido a V. Ex<sup>a</sup>, encarecidamente. Como assinei um documento para respeitar, Sr. Presidente, a confidencialidade desses documentos, quero passar à Mesa do Senado um disquete que contém todas as informações que solicitei para que eu pudesse responder à **Folha de S.Paulo**. Sr. Presidente, passando às mãos de V. Ex<sup>a</sup> este disquete, quero dizer que, a partir de agora, não cabe a mim qualquer responsabilidade pela divulgação deste disquete. Cabe a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, a partir deste instante, em que vou passar às mãos de V. Ex<sup>a</sup> este disquete, examinar se esses documentos poderão ser ou não revelados. Isso deixa de ser da minha alçada, para passar a ser da alçada da Presidência do Senado. É o disquete que contém os meus pedidos.

Assinei um documento de que eu deveria respeitar a confidencialidade desses documentos, mas nada vejo de confidencial, Sr. Presidente, sinceramente. Este disquete que vou passar às mãos de V. Ex<sup>a</sup>, que vai ser examinado possivelmente por V. Ex<sup>a</sup> ou pela Mesa, não contém nada, nada, nada, nada de sigiloso, mas eu gostaria, mais uma vez, de dizer que era minha

obrigação, pela importância do jornal, pela importância que damos, sobretudo, ao jornalismo investigativo desta Nação, buscar tal documentação.

Essa documentação, então, Sr. Presidente, passo, por meio deste disquete, às mãos de V. Ex<sup>a</sup>, que lhe pode dar o destino que quiser. No meu entendimento, repito, nada há de excepcional, nada há que tenha sido feito sem o conhecimento do Ministro, sem o conhecimento do Presidente da República. Por quem foi feito, Sr. Presidente, não cabe a mim investigar. Isso cabe às autoridades do País.

Era isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que eu tinha a dizer.

Senhoras e senhores da Imprensa, eu gostaria de, pelo menos no meu caso, responder às insinuações da **Folha de S.Paulo**.

Cumpro, assim, Sr. Presidente, meu dever de consciência, sobretudo meu dever de cidadão, particularmente meu dever de representante do Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ITAMAR FRANCO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso II, do Regimento Interno.)*

**Jornal do Brasil** 14-04-2011

#### **COISAS DA POLÍTICA: MAURO SANTAYANA**

##### **O desprezo pelos pobres**

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é um dos brasileiros mais bem sucedidos de sua geração. A natureza e o lar concederam-lhe inteligência que boas escolas e um grande mestre da sociologia, Florestan Fernandes, aprimoraram. Filho de honrado chefe militar, que a memória nacional respeita, Fernando viveu uma juventude favorecida. Mas parece não ter aprendido muito com o pai que, tendo acompanhado de perto a ascensão do nazismo, optara pelo lado esquerdo da estrada. Muito cedo, a sua elegância verbal conquistava os interlocutores. Jânio Quadros de tal maneira ficou fascinado pelo jovem sociólogo que incumbiu José Aparecido de convidá-lo para o Conselho Nacional de Economia, então o mais importante órgão consultivo do governo. Anos depois, com sua língua afiada, Aparecido explicava por que Fernando Henrique declinara do convite: “era muito pouco para ele”.

É provável que, com sua astúcia, tenha pressentido a brevidade do histriônico arrivista, e, precavido, preservado o futuro. Em uma coisa, todos os que con-

vivem mais de perto com o ex-presidente, concordam: sua postura, onde quer que esteja, é a de um chefe. Ele não conversa: expõe; não pergunta: adianta sua posição sobre o tema em pauta. É, sempre, o professor e o líder. É difícil imaginá-lo apenas aluno. Não nasceu para aprender, mas, sim, para ensinar.

Lembro-me da confiança que me fez, certa vez, o grande Josafá Marinho: Fernando só aparecia no plenário do Senado por alguns minutos, para justificar a presença. Não tinha paciência para ouvir seus pares. Na realidade só ouvia um único orador, com atenção: ele mesmo. Não obstante, quando estava inscrito, mandava avisar a todos os senadores, para que o fossem ouvir.

A sorte o levava ao Senado, como suplente de Franco Montoro – que, ao eleger-se governador, deixou vaga a cadeira. A mesma sorte o ungiu, quando o presidente Itamar Franco, ao descuidar-se da velha cautela montanhesa, escolheu-o como sucessor. Na presidência, confirmou a sua personalidade. Várias vezes demonstrou desapego ao povo brasileiro. Transferiu para as massas o próprio sentimento, ao qualificar o brasileiro comum como fascinado pelo estrangeiro e, surpreendeu a intelligentsia nacional, ao citar Weber e estabelecer uma ética particular para os governantes. Fomos, para ele, um povo de capiaus, o que levou Jô Soares a apresentar-se em seu talk-show, no dia seguinte, de chapéu de palha. Mesmo aposentado compulsoriamente antes dos 40, classificou como vagabundos os aposentados por tempo de serviço.

Suas atividades não são as de um ex-presidente. Ele quer liderar a oposição. É assim que já emitiu várias encíclicas, como a última, em que aconselha a esquecer o povão e investir na classe média. Como se os setores conscientes da classe média, que influem, pudessem se esquecer do desemprego, das privatizações, e da humilhação diante do FMI. Os pobres, ele pontifica, já foram “comprados” pela política assistencialista do governo, e serão fiéis à sucessora de Lula, por isso não merecem atenção, nem cuidados.

Falta-lhe a capacidade de ver o Brasil como um todo, o que é comum a muitos políticos de São Paulo. O Brasil que eles conhecem não vai além da periferia da grande cidade, que, a contragosto, visitam em vésperas eleitorais.

Ninguém deve estranhar a posição do ex-presidente. Ele mantém a sua coerência. A oposição, de resto moderada, que fez ao regime militar, era a de um homem cheio de talentos, que o golpe enviara para o exílio. Para ele, as circunstâncias especiais que o conduziram à Chefia do Estado eram naturais: naquele momento, e em seu próprio juízo, Itamar não

poderia encontrar outro. Ele era o príncipe. Não devia ao mineiro a indicação. Devia-a ao seu auto-avaliado saber, que ele quer usar hoje para, sem mandato, liderar a oposição. Resta saber se se curvarão diante de sua grandeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Itamar Franco.

Será encaminhada, na forma regimental, a fita que V. Ex<sup>a</sup> entrega à Mesa. Nós a encaminharemos ao Presidente da Casa.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Anibal Diniz.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 10 minutos.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde para externar a minha solidariedade ao Prefeito de Rio Branco, capital do Estado do Acre, Raimundo Angelim, bem como ao Governador Tião Viana e a toda a população, que está flagelada pela forte cheia do rio Acre, que já atingiu 11 bairros em Rio Branco, forçando o Prefeito Raimundo Angelim a decretar situação de emergência. Situação esta que foi reconhecida hoje pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, e que requer uma atenção toda especial das autoridades daquele Estado, que estão completamente mobilizadas, desde o Prefeito Raimundo Angelim e toda a sua equipe, até o Governador Tião Viana.

O Governador Tião Viana esteve ontem reunido com o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, que se comprometeu a ir a Rio Branco na próxima sexta-feira, amanhã portanto. Então, S. Ex<sup>a</sup> estará em Rio Branco para visitar pessoalmente as áreas alagadas e os locais onde estão as famílias abrigadas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vale ressaltar que é uma alagação que está acontecendo no finalzinho do inverno amazônico. Hoje, o nível do rio Acre atingiu 15,89 metros. A cota de alerta do rio Acre é de 13,5 metros, e a cota de transbordamento é de 14 metros. Portanto, hoje, o medidor apontou 1,89 metro acima da cota de transbordamento do rio Acre. Isto é extremamente grave, porque temos uma cidade numa planície, e, quando se tem 1,89 metro de alegação, significa que se atinge, simultaneamente, dezenas de bairros. Temos, hoje, cerca de cinco mil residências atingidas por essa alagação, o que resulta no flagelo de um número aproximado de 20 mil pessoas.

Hoje, no Parque de Exposições de Rio Branco, as famílias ali abrigadas, as famílias atingidas pela enchente – famílias que não tinham casas de parentes

ou outros lugares que os socorressem –, estão sendo atendidas pelo Poder Público, pela prefeitura e pelo governo do Estado. No Parque de Exposições, hoje, temos 412 famílias abrigadas, o que dá um total de aproximadamente 1.800 pessoas.

O Prefeito Raimundo Angelim, ao decretar situação de emergência, também transferiu toda a equipe de Governo para a área do Parque de Exposições, de tal maneira que possa dar uma atenção mais direta na área de saúde, de assistência a essas famílias atingidas.

A Secretaria Nacional de Defesa Civil decretou hoje, pela Portaria nº 176, o reconhecimento da situação de emergência vivida pela população de Rio Branco, pela cidade de Rio Branco.

Vale ressaltar também, Sr. Presidente, que a ida do Ministro da Integração Nacional a Rio Branco, amanhã, dar-se-á como forma de externar a solidariedade do Governo Federal à situação de emergência vivida e também, na ocasião, fazer o lançamento do Cartão Nacional da Defesa Civil, um cartão que vai possibilitar aos Municípios e aos Estados em situação de emergência ou em estado de calamidade uma facilidade a mais para eles adquirirem os produtos e serviços que se fizerem necessários para o atendimento emergencial daquelas famílias atingidas.

Um aspecto que vale a pena ser refletido, quando se trata do assunto alagação, é que as pessoas menos avisadas falam assim: “Puxa; mas todo ano há problema de alagação! Por que não tiram em definitivo essas famílias das margens dos rios?” Acontece que se trata de uma cultura centenária de as famílias viverem e formarem as suas comunidades nas margens dos rios. As cidades amazônicas, todas, sem exceção, são formadas às margens dos rios, exatamente porque é o rio que conduz a vida, é o rio que tem o peixe, é o rio cujas margens formam as suas praias, que são altamente produtivas. Então, há toda uma identidade cultural daquele povo amazônico na vivência às margens dos rios. Daí porque, ao ocorrer o período de alagação, há toda essa situação de calamidade. Mas, quando as águas baixam, quando a alagação acaba, as famílias voltam exatamente para o mesmo local. E não há política pública que dê resposta a esse problema. Então, a gente vai ter de conviver por muito mais tempo com essa situação. Por isso, a gente externa a nossa solidariedade a toda equipe da Prefeitura de Rio Branco, que está completamente mobilizada para atender essas famílias, juntamente com o Governador Tião Viana neste momento.

A boa notícia que temos para a população de Rio Branco é que, nas comunidades do Alto Rio Acre, em Brasileia e em Assis Brasil, informou-me ainda há

pouco a Prefeita de Brasileia, Leila Galvão, que no seu Município o nível da água já começou a baixar. Significa que, em mais alguns dias, a gente vai ter também essa situação em Rio Branco. Também no Município de Assis Brasil, que fica acima de Brasileia, as águas do rio Acre já baixaram, já aconteceu a sua vazante.

Vale ressaltar que, em Assis Brasil, a Prefeita teve de se mobilizar não só para atender as famílias alagadas da sua cidade, mas também para atender as da cidade vizinha, São Pedro de Bolpebra, que é uma cidade boliviana. Lá também tivemos de fazer esse atendimento, porque a cidade de São Pedro de Bolpebra fica numa situação abaixo da cota de transbordamento de Assis Brasil. Dessa maneira, ela teve de atender doze famílias bolivianas que estavam desabrigadas.

Então, era essa minha fala desta tarde, para externar minha solidariedade e para dizer que, amanhã, estarei, em Rio Branco, com o Ministro da Integração Nacional, juntamente com o Senador Jorge Viana, com o Governador Tião Viana e com toda a Bancada Federal do Acre, a qual vai estar mobilizada para recepcionar o Ministro, para que possamos levar nossa solidariedade ao Prefeito Raimundo Angelim e a todas as famílias que estão sofrendo, neste momento de calamidade, por causa da alagação.

Era o que tinha a dizer no momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

*Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

## ORDEM DO DIA

Da Ordem do Dia da presente sessão constam apenas requerimentos, pedindo que as matérias deles constantes sejam distribuídas a outras Comissões, além das destinadas quando foram apresentadas.

Assim, como se trata de assuntos apenas de rotina administrativa, a Presidência vai colocar em votação todos os requerimentos, em globo, discriminando e individualizando a tramitação dos requerimentos de cada proposição na Ata.

De autoria do Senador Acir Gurgacz, são os Requerimentos nºs 280, 281 e 282; de autoria do Senador Aloysio Nunes, é o de nº 285; de autoria do Senador Humberto Costa, é o de nº 299, todos de 2011.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que acordarem com esse procedimento queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovados.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

**Item 1:**

**REQUERIMENTO Nº 280, DE 2011**

Do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia).*

A matéria retorna à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, seguindo posteriormente à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, vai à de Constituição, Justiça e Cidadania.

**Item 2:**

**REQUERIMENTO Nº 281, DE 2011**

Do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (alterações no Fundo Nacional de Meio Ambiente).*

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**Item 3:**

**REQUERIMENTO Nº 282, DE 2011**

Do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (benefícios fiscais a setores exportadores).*

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

**Item 4:**

**REQUERIMENTO Nº 285, DE 2011**

Do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (promoções na carreira militar).*

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**Item 6:**

**REQUERIMENTO Nº 299, DE 2011**

Do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (altera o Código Penal).*

A matéria retorna à Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, seguindo posteriormente à de Assuntos Sociais; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, vai à de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia...

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uma consulta a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço-lhe um minuto, Senadora. Vou encerrar a Ordem da Dia. V. Ex<sup>a</sup> quer falar sobre a Ordem do Dia?

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Sobre a Ordem do Dia. Perdoe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A senhora tem a palavra.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta: é possível colocar em votação o Requerimento nº 119, de 2011, de minha autoria, no qual requeiro a comemoração dos cinco anos de sanção da Lei Maria da Penha no dia 4 de agosto de 2011, uma quinta-feira, na Hora do Expediente?

Isso é importante, para que possamos organizar esse evento, no qual gostaríamos de contar com a presença de várias mulheres de várias regiões e de

vários Estados. Então, eu gostaria de consultar à Mesa se é possível colocá-lo em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senadora Gleisi Hoffmann, embora não seja um dos requerimentos que constam da Ordem do Dia, assim mesmo, vou mandar trazê-lo, para que o coloquemos em votação. A senhora será atendida, portanto. Não precisamos da Ordem do Dia. Ele poderá ser votado posteriormente.

É a seguinte a matéria não apreciada e transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária:

## 5

### REQUERIMENTO Nº 298, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, por regularem a mesma matéria (institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, no calendário das efemérides nacionais).*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 417, de 2011

Requeiro, nos termos do Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o Art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pela Mesa da Casa, pedido de informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República acerca da internalização da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos seguintes termos:

Em que órgão ou instância do Executivo Federal se encontra o processo de internalização da referida convenção?

Por que a demora no andamento do Decreto de Promulgação Presidencial, tendo em vista a edição do Decreto Legislativo nº 206/2010 pelo Congresso Nacional?

Quando o Executivo pretende editar o Decreto Presidencial de Promulgação?

### Justificação

A referida convenção trata das relações de trabalho na administração pública, e foi assinada pelo Brasil em 1978, ainda não tendo sido internalizada no ordenamento jurídico nacional.

O Executivo encaminhou mensagem ao Congresso Nacional, em 14 de fevereiro de 2008, solicitando a ratificação do texto da Convenção.

A Convenção foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dando origem ao Decreto Legislativo nº 206/2010, publicado no Diário Oficial da União no dia 08/04/2010.

Até a presente data, não foi publicado o respectivo decreto de promulgação, última etapa do processo de internalização dessa norma multilateral.

Sua edição constituirá marco fundamental para o disciplinamento da negociação coletiva dos servidores públicos do Brasil, inclusive para o norte de propostas legislativas que regulamentem o direito constitucional de greve, atendidos obviamente todos os limites constitucionais.

Portanto, o presente requerimento de informações busca dar andamento, finalmente, ao processo de validação interna de tão importante instrumento internacional, de forma que a sociedade possa discutir, a partir da existência de um marco legal para a negociação coletiva das múltiplas categorias e espécies do serviço público, o exercício de direitos já garantidos constitucionalmente, como por exemplo, o de greve.

Sala das sessões, 14 de abril de 2011. – Senador **Alloysio Nunes Ferreira.**

(À Mesa, para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento lido será publicado e remetido à Mesa para decisão.

Vou conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias, orador inscrito como Líder.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, há poucas semanas, o mundo, estarrecido, assistiu a uma tragédia no Japão: um **tsunami** se abateu sobre uma extensa região daquele País, destruindo-a. O aeroporto de Sendai, no Japão, foi destruído, mas, nesse curto espaço de tempo, já foi reconstruído e, ontem, recebeu a primeira aeronave. A competência faz a diferença.

Hoje, o Ipea – e não é a oposição, é o Ipea, uma instituição da maior respeitabilidade do Governo...

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Alvaro Dias, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, vou submeter à votação, rapidamente, o requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann, que acabou de chegar à Mesa.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Foi lido, anteriormente, o requerimento da Se-

nadora Gleisi e de outros Senadores, solicitando que o tempo dos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 4 de agosto seja dedicado a comemorar os cinco anos da sanção da Lei Maria da Penha.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Sem contestação, declaro-o aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> continua com a palavra, Senador Alvaro Dias. Eu lhe agradeço por ter aceitado a interrupção por parte da Mesa.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu me referia ao Ipea como uma instituição do Governo da maior credibilidade, e, hoje, o Ipea divulga nota com a preocupação que deve ser de todos os brasileiros, informando que ao menos nove dos treze terminais de aeroportos não devem ser entregues a tempo da Copa do Mundo de 2014.

O Instituto destaca que dez deles enfrentarão sobrecarga em 2014.

Há um caos nos aeroportos do País. Ainda hoje recebi várias denúncias de problemas em aeroportos, ainda esta manhã. Gente irritada esperando voos em aeroportos do País. O caos é permanente, não é eventual. Há um caos permanente.

Nós sabemos que, dos vinte principais aeroportos do Brasil, dezenove possuem gargalos não resolvidos e sem perspectiva de solução a curto prazo. Segundo o Ipea, os aeroportos cujas obras não devem terminar em tempo hábil, de acordo com os estudos, são os de Manaus, Fortaleza, Brasília, Guarulhos, Salvador, Campinas, Cuiabá, Confins e Porto Alegre. No caso de Curitiba, o Ipea diz que o aeroporto tem condições de ficar pronto para a Copa de 2014 se não houver qualquer atraso no cronograma previsto. No Galeão, a situação é considerada adequada, enquanto no Recife as obras se referem apenas à construção de uma torre de controle. Portanto, essa informação do Ipea é da maior importância.

Nós não estamos preocupados com a FIFA. Não devemos ficar preocupados apenas com a Copa do Mundo de 2014, embora seja um evento de grande importância para o País, mas devemos estar preocupados com o desenvolvimento do Brasil. E essa situação dos aeroportos brasileiros compromete o processo de crescimento econômico, inibe esse processo de desenvolvimento.

Diante de tantas potencialidades que são desperdiçadas no País, a escassez de investimentos em obras de infraestrutura é evidentemente o comprometimento do processo de desenvolvimento. Veja, os especialistas afirmam que o nosso País deveria investir cerca

de US\$30 bilhões anualmente. Nos últimos anos, os investimentos não chegaram a R\$10 bilhões por ano. Em três anos, de 2003 a 2007, o País pagou R\$570 bilhões de juros e serviços da dívida e investiu R\$39 bilhões em obras de infraestrutura, ou seja, nós estamos muito aquém em matéria de investimentos na área de infraestrutura, daquilo que o País necessita para prosseguir no ritmo de crescimento compatível com as suas potencialidades econômicas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a continuar nesse ritmo é melhor que o Governo brasileiro assuma a sua incapacidade de empreender, peça desculpas ao País e devolva a primazia de organizar uma Copa do Mundo, para que a Fifa possa destinar essa incumbência a outro país.

Enquanto o Ipea publica uma nota com essa preocupação, nós assistimos, na Comissão de Infraestrutura, hoje pela manhã, a uma sabatina exatamente para aprovar o nome do indicado da Presidência da República para a Anac. E esse nome é de alguém – Sr. Cláudio Simão – que está sendo investigado pelo Ministério Público Federal por denúncias de improbidade administrativa.

Uma delas dá conta de que foi responsável pela contratação dos serviços de uma Oscip por mais de R\$42 milhões, sem licitação; Oscip essa, segundo denúncias de funcionários da própria Anac, organizada por ex-companheiros de trabalho do Sr. Cláudio. Mais de R\$42 milhões para uma Oscip prestar serviços que poderiam ser prestados por servidores da própria Anac, que, segundo os próprios servidores, estão qualificados para o exercício da prestação daquele serviço requerido.

Além dessa denúncia, há outras denúncias, como a alteração de uma portaria em benefício próprio. E, ao responder nossa indagação, acabou por confirmar que realmente alterou essa portaria, com consulta à Procuradoria. Mas, evidentemente, praticou um ato em benefício próprio, uma esperteza para manter-se na Anac nesse período posterior ao exercício do seu mandato de diretor.

O que espanta é ver que essa prática de conivência, de leniência com aquilo que é irregular, persiste no atual Governo. Se havia esperanças de que mudanças ocorreriam, essas esperanças se desvanecem a cada ato administrativo que mantém o modelo.

Ora, se há suspeição, se há investigação, se há denúncia, o que justifica a nomeação sem que os fatos sejam esclarecidos? A nomeação é um prêmio à improbidade. Um prêmio à improbidade administrativa. Nós não temos o direito e nem queremos nos arvorar em ter autoridade para prejulgar e condenar. Isso seria injusto. Mas nós temos o dever de exigir que se façam

as diligências necessárias, que se aguarde a conclusão de um inquérito em curso no Ministério Público Federal, para deliberarmos sobre a nomeação de alguém que vai ocupar função relevante numa área nervosa, numa área que exige preocupações governamentais.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a nossa preocupação não é apenas com a Copa do Mundo, a nossa preocupação é com o desenvolvimento do País.

**A Sr<sup>a</sup> Gleisi Hoffmann** (Bloco/PT – PR) – Pela ordem.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – Senador Alvaro, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Ora, ontem, esta Casa aprovou uma medida provisória. Essa medida provisória transfere recursos públicos da ordem de R\$20 bilhões para o BNDES com o objetivo de financiar uma obra do setor privado que levaria o País a ter o trem-bala ligando duas regiões metropolitanas importantes do Brasil.

E nós verificamos que o Governo tem recursos para transferir ao setor privado, porque se trata de transferência de patrimônio público para o setor privado, mas não aplica os recursos para aprimorar a infraestrutura nacional.

Ao contrário, nem mesmo os recursos provisionados no Orçamento da União para obras nos aeroportos brasileiros foram aplicados nos últimos anos. A execução orçamentária tem sido uma lástima de modo geral. Mas sobretudo nessa área, quando o País se prepara para a realização de uma Copa do Mundo, é injustificável que a execução orçamentária seja temerária, da forma como tem sido, com investimentos pífios, que não condizem com os valores consignados no Orçamento para essa atividade.

Mas eu dizia que, enquanto aeroportos vivem em caos, os portos estão sucateados, as ferrovias estão paralisadas, nesses últimos anos, poucos quilômetros de trilhos foram colocados em ferrovias iniciadas há tanto tempo. A Transnordestina, por exemplo, que o Presidente Sarney, há mais de vinte anos, quando Presidente da República, iniciou, até hoje não foi concluída.

No entanto, no dia de ontem, comemorou-se a aprovação da criação de uma empresa com o repasse de recursos públicos, com o objetivo de atender e dar suporte à iniciativa privada para a construção do trem-bala, que, nos países avançados do mundo, só é adotado depois que esses países encontraram solução para o problema do transporte público nas regiões metropolitanas.

Esta é a sequência, esta é a relação de prioridade de que se deve estabelecer: primeiramente, a solução

para o transporte público nas regiões metropolitanas; e, depois, o avanço do trem-bala, que realmente é empolgante, mas que nós não estamos em condições de adotá-lo neste momento, principalmente diante de retratos como este que nos traz o Ipea em relação aos nossos aeroportos.

Veja que, ainda agora, o Governador da Flórida veta projeto que pretendia colocar o trem-bala de Tampa a Orlando. Um país que todos nós conhecemos, economicamente, infinitamente superior ao nosso, veta projeto dessa natureza, enquanto aqui, com todas as demandas insatisfeitas, com todas as necessidades urgentes não atendidas, nós aprovamos bilhões de reais.

Ainda ontem, enquanto votávamos aqui, aposentados do Aerus, acompanhados pela Senadora Ana Amelia, do Rio Grande do Sul, reuniam-se com a Ministra Cármen Lúcia, no Supremo Tribunal Federal, na esperança de obterem justiça, já que o Governo lhes nega o que lhes deve há muitos anos. Sim, o Governo não possui recursos para atender trabalhadores que se sacrificaram durante muitos anos e agora assistem, no final da vida, seus direitos serem subtraídos pelo Governo que elegeram.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Concedo a V. Ex<sup>a</sup>. A Senadora Gleisi também solicitou. A ordem os senhores decidem.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – Senador Alvaro Dias, creio que V. Ex<sup>a</sup> traz o debate – eu diria – até como uma extensão daquilo que fizemos hoje pela manhã, na Comissão de Infraestrutura: primeiro, essa crítica de V. Ex<sup>a</sup> à sabatina do representante da Anac ou daquele que deverá ser reconduzido para a Anac no próximo período; e faz novamente uma afirmativa a partir de nota na imprensa. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> teve a oportunidade de ver exatamente...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Se me permite, não é nota da imprensa. É nota da imprensa oficial, do *Diário de Justiça*.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – Isso. Talvez a mesma imprensa...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – A publicação de portaria, assinada pelo Procurador, que instaura procedimentos de investigação. Não é nota da imprensa.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – V. Ex<sup>a</sup> acompanhou, viu, ouviu o relatório do Senador Blairo Maggi, que inclusive traz a comprovação de que nenhum processo contra o indicado para a Anac...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Não há processo, Senador, porque não concluiu o inquérito.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – Mas V. Ex<sup>a</sup> está afirmando...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Eu não disse que existe processo

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – Agora V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que não há processo.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Eu disse que existe inquérito. Está sob investigação denúncia de improbidade administrativa, Senador.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – O grande debate é porque V. Ex<sup>a</sup> disse que tinha um inquérito, que o rapaz respondia processo.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Inquérito. Está respondendo a um inquérito.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – Mas não tem processo.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Processo é parte posterior, é no Poder Judiciário.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – O próprio Relator da matéria afirmou...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – O inquérito é no Ministério Público. O inquérito está em curso, Senador. Há um inquérito.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que é preciso ter cuidado. V. Ex<sup>a</sup> vai me conceder um aparte? Será possível me conceder um aparte?

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Aliás, Senador, além do inquérito que investiga atos de improbidade administrativa, houve uma determinação da Procuradoria para que se cancelassem pagamentos em razão de irregularidades constatadas.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – Contra a Anac e não contra o cidadão. V. Ex<sup>a</sup> outro dia foi vítima de nota desse tipo. V. Ex<sup>a</sup>, nos jornais, era acusado de ter patrocinado uma nota depois do prazo. Sei que V. Ex<sup>a</sup> não é capaz de fazer isso. Então é preciso ter muito cuidado com essas coisas. Quando V. Ex<sup>a</sup> se referenciou numa questão de aposentadoria...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – O que é concreto, Senador? O que é concreto?

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – Estou chamando a atenção para isso, até porque essas questões não vão nesta linha. O mais importante é caminhar na linha...

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mais dois minutos para V. Ex<sup>a</sup> concluir. Pela ordem de inscrição, há vários oradores inscritos para falar.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco/PT – BA) – O.k. Vou concluir.

Acho que o mais importante é caminharmos na linha da importância do debate que V. Ex<sup>a</sup> traz: não no nome do sujeito lá, mas no funcionamento da Anac, nesse dado que V. Ex<sup>a</sup> traz do Ipea. É o mesmo Ipea que recentemente divulgou um dado, o de que agora a execução de obras do PAC é maior, ultrapassou os limites. Ele fala também da infraestrutura, que V. Ex<sup>a</sup> referencia. Na Bahia, por exemplo, começamos a obra da ferrovia, que, por anos e anos a fio, não víamos no Brasil. Portanto, durante os anos de Governo do partido de V. Ex<sup>a</sup> na Presidência da República, o polo petroquímico de Camaçari não recebeu uma obra de infraestrutura sequer. Nós estamos fazendo duas grandes obras de infraestrutura naquele polo; além disso, trens, parques e uma série de iniciativas como a recuperação de portos e aeroportos. Então, essa agonia de muita gente em relação ao apelo da Fifa, que fica querendo ver cronograma de estádio, cronograma de mobilidade urbana. E nós vamos ter... Todas as cidades que serão sede da Copa do Mundo receberão recursos para mobilidade urbana. Portanto, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que não foi essa a preocupação do passado e que, lamentavelmente, estamos tendo de fazer no presente – porque encontramos uma infraestrutura literalmente abandonada e sem investimento –, para preparar o Brasil para receber uma Copa do Mundo. Por isso temos de fazer isso agora, de forma acelerada. Então, V. Ex<sup>a</sup> até cumpre um papel importante. Na medida em que vem aqui como fiscalizador dessas obras, ajudamos, para que tenhamos a oportunidade de garantir a infraestrutura urbana não só para a Copa em 2014, mas para mais de 40 anos; a entrega de estádios, de trens, de transporte urbano, para que isso fique como legado não só para a Copa do Mundo – repito –, mas também para o Brasil, para o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo mais dois minutos, Senador Alvaro, para a conclusão – V. Ex<sup>a</sup> já extrapolou o tempo –, tendo em vista que há vários oradores para serem chamados.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Pois não. Vou concluir.

Veja, Sr. Presidente, estou focalizando questões pontuais, não estou fazendo tergiversação, não estou mistificando. Estou analisando uma nota do Ipea, que é Governo; estou concordando com o Governo. Estou, sob a ótica da Oposição, dizendo que o Governo tem de respeitar a sociedade. Se ele não tem competência para empreender, a ponto de evitar um insucesso na realização da Copa do Mundo, peça desculpas e diga à Fifa que escolha outro país para a sua realização,

pois 97% dos recursos são públicos. Nós estamos injetando recursos públicos para a realização de um espetáculo e não sabemos quais serão os dividendos produtivos que a população brasileira auferirá com a realização desse evento.

Com relação a esse senhor que foi hoje sabatinado na Comissão de Infraestrutura, eu não inventei o inquérito. O inquérito existe, as denúncias existem. As denúncias foram apresentadas e não foram ainda esclarecidas. É por essa razão que, em nome da preservação de valores essenciais na atividade pública, deveríamos rejeitar a nomeação desse cidadão...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para concluir, Senador Alvaro.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – ... até que pelo menos os fatos fossem esclarecidos. Concluindo, é um cidadão sob suspeita, e temos o dever de informar à opinião pública que existem denúncias, que existe inquérito e que o Senado vai convalidar um nome que está sob suspeição, premiando a improbidade administrativa.

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento o Senador Alvaro Dias.

O próximo orador será o Senador Waldemir Moka, pelo Mato Grosso do Sul, por vinte minutos; pela ordem de inscrição, após falará o Senador Walter. Todavia, pela Liderança do PSB, está inscrita a Senadora Lídice da Mata e, para uma breve comunicação, a nossa Senadora Gleisi.

Mas, antes de mais nada, quero registrar aqui a presença dos alunos da Escola Nacional de Formação Sindical da Contag, dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Sejam bem-vindos ao Senado Federal!

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka, por vinte minutos, pela ordem de inscrição.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me, por coincidência falo num momento em que os jovens do meu Estado visitam o Senado da República, o que para mim é uma alegria e uma satisfação muito grande.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Sociais, que, aliás, V. Ex<sup>a</sup> preside, criou uma subcomissão para que pudéssemos fazer um debate e, no final, uma proposição a respeito

do grave problema da chamada dependência química, mas com um foco muito especial no **crack**.

Preside essa subcomissão o ex-Governador do Piauí, Senador Wellington, e a sua proponente é a Senadora, pelo Rio Grande do Sul, Ana Amelia. Na verdade, somos nós três os Senadores que estamos à frente dessa subcomissão.

E hoje, fizemos o segundo painel, o de Segurança Pública e Legislação, para o qual foram convidados a Dr<sup>a</sup> Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça, Senad; e o Delegado Federal Dr. Oslain Campos Santana, que chefia o departamento de combate ao chamado crime organizado.

A nosso convite, Sr. Presidente, ali também esteve presente a Dr<sup>a</sup> Zilmara David de Alencar, Secretária de Relações do Trabalho, que representou, naquele momento, S. Ex<sup>a</sup> o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. A nosso convite, votada na subcomissão, também compareceu a Dr<sup>a</sup> Doralice Nunes Alcântara, Secretária de Assistência Social e de Trabalho de Ponta Porã. Fiz questão, Sr. Presidente, de que ela comparecesse.

Poderíamos ter trazido a Dr<sup>a</sup> Tânia Garib, que é a Secretária de Ação Social do nosso Estado e que, por sinal, preside o Fórum Nacional das Secretárias de Assistência Social do País, competente, dedicada, determinada, mas fiz questão de trazer a Dr<sup>a</sup> Doralice, para que pudéssemos ter um foco especial do problema do **crack**, da droga em si, principalmente, caro Presidente, Senador Wellington – queríamos chamar a atenção –, porque Ponta Porã representa a fronteira com o Paraguai.

Mato Grosso do Sul tem duas fronteiras extensas com o Paraguai e com a Bolívia. E é sabido que Mato Grosso do Sul é porta de entrada tanto de maconha como também de cocaína. Isso é uma coisa que sempre nos incomodou. Era rota, transporte, mas, hoje, tenho certeza, como vários Estados deste País, Mato Grosso do Sul também passou a ser consumidor de drogas.

E o que me assusta, como professor e médico, é ver os nossos jovens... O **crack** é uma droga que – e olha que tenho alguma experiência – em muito pouco tempo vicia aquela pessoa que tem a infelicidade de, às vezes por curiosidade, fazer uso dela. É realmente uma situação desesperadora, sobretudo para os familiares dessas pessoas.

Hoje nós vimos a Dr<sup>a</sup> Doralice dizer que, além do tráfico, além de toda essa questão, o **crack** agora chega com uma facilidade muito grande, sobretudo às camadas menos favorecidas socialmente, porque para a infelicidade delas, o **crack** é uma droga cujo valor de

R\$4,00, R\$5,00, R\$6,00 é considerado baixo, e a sua aquisição se dá numa escala muito grande.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Com o maior prazer, Senador.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Queiro, Sr. Presidente, primeiro homenagear V. Ex<sup>a</sup> como nosso Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, rendendo também minhas homenagens ao Senador Waldemir Moka. O Senador nos brindou hoje com uma parte da discussão sobre esse tema de políticas sobre álcool, **crack** e outras drogas. Ele que, como já disse, além de médico é professor, nos deu uma brilhante aula; e vimos inclusive em seus alunos o resultado de um belo trabalho. Lá estiveram também a Secretária Doralice, a Dr<sup>a</sup> Paulina, do Ministério da Justiça, o Delegado da Polícia Federal e a Zilmara, representando a Secretaria do Ministério do Trabalho. Eu acho que se terminássemos o trabalho hoje já teríamos o que dizer dos trabalhos das comissões. O Ministério do Trabalho, graças a essa intermediação da comissão do Senado, passa a atuar num eixo importante nesta área que é a reinserção social pela via do emprego, pela via da profissionalização. Acho isso fundamental. E tenho certeza de que aquilo que lá aprendemos sobre Ponta Porã acontece também em Tabatinga, no Amazonas, ou em um Município do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina ou do Acre ou de qualquer lugar que faça fronteira com outros países, especialmente com os países que são reconhecidos no mundo como produtores da maconha, de cocaína, principalmente, que é a base para a pasta do **crack**. Aprendemos – é isso que quero ressaltar – que é necessário um tratamento especial. Ponta Porã, ou seja, o Mato Grosso do Sul, tem uma *expertise*, um conhecimento, seja com comunidades terapêuticas, seja com área social, seja com a área da saúde. O que precisa do Governo Federal? De apoio, de sustentação, não só de recursos, mas também de profissionais dessa área de trabalho. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Fico muito feliz em poder homenageá-lo por esse belo encontro de hoje. Muito obrigado.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador. Quero incorporar ao meu discurso o aparte com que V. Ex<sup>a</sup> me honrou.

Hoje, a Senadora Ana Amelia disse que achava estranho que, no Ministério do Trabalho, não tivesse algum programa para fazer a reinserção daqueles jovens. Nós temos esse problema, porque, em várias entidades, os jovens são tratados... Contou-nos a Vereadora Dulce, que acompanhava a delegação de Ponta Porã, que há nove meses alguns jovens estão sem nenhuma dependência química, mas há um pro-

blema: onde inserir esses jovens no mercado de trabalho, para que eles retomem a sua vida normal? Conseguimos colocar isso lá, pois é fundamental que nos programas nacionais, como o ProJovem, por exemplo, haja uma cota específica para patrocinar a reinserção desses jovens.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amelia.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amelia** (Bloco/PP – RS) – Senador Waldemir, é uma alegria poder apartear V. Ex<sup>a</sup>. Agradeço-lhe a concessão deste aparte, quando a nossa Casa é presidida pelo Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Jayme Campos. Pertencemos eu, o caro Senador, o Senador Wellington e a Senadora Vanessa Graziottin à subcomissão temporária para tratar da questão da dependência, com foco especial ao **crack**, resultante do requerimento que fizemos juntamente com o Senador Wellington Dias, que, há pouco, aparteu V. Ex<sup>a</sup>. A audiência pública de hoje foi, como bem ressaltou V. Ex<sup>a</sup>, de extrema valia, não apenas porque nós, Senadores, temos a responsabilidade legislativa de auscultar a sociedade sobre esse tema, mas, sobretudo, porque hoje nós pudemos ali protagonizar algumas iniciativas que já tomaremos. Uma delas, anunciada pela secretária, é a realização de um diagnóstico da situação do **crack** no Brasil. Dentro de duas semanas, a secretaria vai divulgar os dados da primeira e inédita pesquisa feita no Brasil inteiro, numa parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de *Princeton*, nos Estados Unidos, que consumiu 7 milhões de reais para avaliar a incidência do **crack** nas grandes, médias e pequenas cidades, e inclusive, não só na área urbana, mas também na área rural. Como V. Ex<sup>a</sup> já apontou, também aos canaviais o **crack** já chegou. Essa pesquisa pode sinalizar exatamente em que direção o Brasil deve trabalhar para combater esse flagelo nacional. Além do mais, meu caro Senador Moka – o senhor é médico e conhece bem essa matéria –, é preciso definir claramente a política das comunidades terapêuticas nesse processo. Tomamos conhecimento também do que já foi feito na Fazenda da Paz, no Piauí, e de outras iniciativas, como a da Central Única de Favelas, apresentada por Manoel Soares. Ainda vamos ouvir outros representantes, que vêm trabalhando junto às comunidades, sobre esse tema tão relevante. Como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, a sugestão é que o Ministério do Trabalho utilize do seu poder para atrair também as centrais sindicais de trabalhadores e as centrais patronais para se envolverem nesse tema, porque a informação é fundamental. E me surpreendeu também saber que a Polícia Federal, se aumentar o efetivo – Senador Moka, apenas isto: aumentar o efetivo, que hoje é limitado –, terá condições de quadruplicar a apreensão de drogas no nosso País.

Portanto, o nosso dever de casa, Senador Moka, estamos fazendo. Vamos intensificar esse trabalho porque os resultados, mesmo tímidos, começam a aparecer de maneira concreta. Muito obrigada, Senador.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo também e incorporando o aparte da Senadora Ana Amelia ao nosso discurso, eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que realmente essa subcomissão está fazendo um trabalho com muita qualidade, organizado, com painéis. E é muito claro o que queremos: fazer um trabalho de prevenção, um trabalho de tratamento e um trabalho de reinserção.

Sr. Presidente, no final dessa subcomissão, nós queremos fechá-la com um grande seminário nacional, envolvendo o Poder Executivo, e, até lá, com contribuições concretas. Eu me lembro que para o painel, Senadora Ana Amelia, havíamos convidado autoridades do Poder Público e eu disse, e hoje com muito mais determinação repito, que é fundamental que as autoridades públicas falem, coloquem os seus programas; também é importante que do debate participem entidades e pessoas que estejam, no dia a dia, cuidando do problema. E aí se inserem os carismáticos da Igreja Católica, os pastores evangélicos, e entidades como a comunidade terapêutica.

Como disse a Dr<sup>a</sup> Paulina, eles que, na verdade, cuidam de 80% desses dependentes, por incrível que pareça, não têm, Sr. Presidente, porque a legislação não o permite, nenhum apoio de financiamento público. E essa é uma das questões de que temos de tratar.

O que falta hoje, na verdade, é uma coordenação. Várias entidades cuidam do problema, até porque esse é um problema que realmente machuca as famílias, agride a sociedade. É muito triste você ver jovens se degradarem socialmente em pouco tempo, cometerem crimes... Como é comum isso!

São essas coisas que eu acho que, neste Senado da República, com o poder político conquistado nas urnas, nós temos que fazer uso desse poder político para que as políticas públicas cheguem lá na base, lá na fronteira. Eu sou nascido em Bela Vista e costumo dizer que sou de uma região onde começa este País; que nós, fronteiriços, fomos cuidar deste País lá nos limites da nossa Pátria. Então é fundamental que a gente possa fazer isso.

Senadora Ana Amelia, eu quero, primeiramente, dizer da satisfação e da honra que tenho de dividir esse trabalho com V. Ex<sup>a</sup>, com o Senador Wellington Dias e, como V. Ex<sup>a</sup> lembrou bem, com a Senadora Vanessa Grazziotin. Nós haveremos, realmente, de forma muito determinada, fazer com que, no final, passe V. Ex<sup>a</sup>, que é a nossa comandante na Comissão de Assuntos Sociais, um Raio-X de corpo inteiro do problema do

**crack**, e aí propor... Inclusive, o delegado que esteve lá disse que o Congresso podia ajudar, propondo uma legislação que pudesse auxiliar no combate ao chamado crime organizado.

Então, é tudo isso, é essa sequência, mas é principalmente auscultando essas pessoas e ouvindo essas entidades que eu tenho certeza de que, no final, a subcomissão haverá de ter realmente um trabalho para entregar à sociedade.

Sr. Presidente, eu agradeço o tempo a mim deferido e agradeço também os apartes recebidos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento o Senador Waldemir Moka pela extraordinária fala em pronunciamento na tarde de hoje e quero dizer que não tenho dúvida alguma de que a Subcomissão está fazendo um trabalho extraordinário. Quando fecharmos, no prazo de 90 dias, que posso prorrogar por mais trinta dias, nós poderemos subsidiar – o Governo Federal, os próprios Estados e Municípios – no sentido de um trabalho em conjunto, poderemos ter políticas públicas para minimizarmos. Lamentavelmente, a problemática é séria, Senadora Ana Amélia, e nós temos que tomar algumas providências, como bem disse o Senador Waldemir Moka, uma vez que nós somos os legítimos representantes da sociedade brasileira e temos a obrigação de dar uma resposta positiva na busca de políticas públicas que, certamente, poderão minimizar, pelo menos, esse avanço do **crack**, do tráfico, que tem prejudicado sobremaneira principalmente os mais jovens, as crianças do nosso País.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Lídice da Mata, pela Liderança do PSB, por cinco minutos.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero agradecer à Liderança do meu Partido, ao Senador Valadares, pela cessão do tempo, para que eu possa, nesta data de hoje, aqui, na tribuna, entre tantas importantes ações desenvolvidas pelo Senado e pela Câmara dos Deputados nesta semana, destacar o lançamento, na Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar Mista de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Tive a honra de merecer a coordenação, no Senado, dessa Frente, com a função de estabelecer um calendário de ações e trabalhar para que esse planejamento seja cumprido. Essa coordenação vai atuar também para que novos parlamentares possam se integrar a esse movimento.

Essas responsabilidades serão divididas, na Câmara dos Deputados, entre duas dedicadas batalha-

doras pela infância brasileira, as companheiras Deputadas Érika Kokay, do PT do DF, e Teresa Surita, do PMDB de Roraima.

O ato de lançamento, Sr. Presidente, foi prestigiado por diversas entidades, por conselheiros tutelares, pela representante do Unicef, pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, pelo Secretário da Criança e do Adolescente do Distrito Federal. Aliás, uma experiência inédita no Brasil a criação de uma secretaria de Estado para tratar de políticas públicas com foco na criança e no adolescente, no Distrito Federal. O evento também contou com a presença do Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá, e de diversos Deputados Federais, entre os quais destaco Luís Couto, do PT da Paraíba, Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro, Luciano Castro, do PR de Roraima, Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro, Lúcio Vieira Lima, do PMDB da Bahia, Sâguas Moraes, do PT de Mato Grosso, Acelino Popó, do PRB da Bahia, Alessandro Molon, do PT do Rio de Janeiro, Artur Bruno, do PT do Ceará, Célia Rocha, do PTB de Alagoas, Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte, e Flávia Moraes, do PDT de Goiás..

Nesta Casa, subscreveram o apoio à Frente Parlamentar os seguintes Senadores e Senadoras: Angela Portela, Marinor Brito, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Paulo Paim, Magno Malta, Gleisi Hoffman, José Pimentel, Cícero Lucena, Vital do Rêgo, Paulo Bauer, Ana Rita, Walter Pinheiro, Wellington Dias, Humberto Costa, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Gim Argelo, Vicente Alves de Oliveira, Eduardo Amorim e Romero Jucá.

Como não poderia deixar de acontecer com uma frente que pretende defender os direitos a uma vida digna e livre da violência para nossos jovens e crianças, nosso ato foi profundamente marcado pelo sentimento de consternação e tristeza motivado pela chacina dos estudantes da escola Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro.

Mas esse sentimento, Sr. Presidente, exige de nós, autoridades públicas, uma reação imediata: restaurar em todo o País a esperança dos pais, das crianças e jovens na segurança e tranquilidade necessárias para que possamos prosseguir nas escolas com as atividades de rotina. Isso exige um pensar urgente, uma reconfiguração do olhar dos governos municipais, estaduais e até do Governo Federal na escola pública do Brasil.

Repudiamos a violência, mas rejeitamos com o mesmo vigor as pseudosoluções que aparecem buscando criar mais e mais formas de proteção, entre outras, das escolas brasileiras, podendo, na verdade, criar tantas maneiras de defesa e segurança que terminem colocando a escola separada da comunidade.

Nós pensamos que é justamente no sentido inverso que nós devemos nos colocar neste momento, fazendo com que a escola se abraça e abraça a comunidade, e vice-versa, fazendo com que a população possa participar mais da escola, fortalecendo aqueles projetos e programas...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA)

...assistência maior ao estudante dentro da escola, assistência psicológica, psicopedagógica, para identificar os problemas, para rapidamente interagir com as famílias das crianças, fazendo, portanto, com que a nossa escola se torne uma escola mais protegida porque mais representante da comunidade.

Os estudantes que vivem numa determinada escola pública são parte da comunidade do seu entorno. Eles não podem ser isolados dessa comunidade com uma série de instrumentos dito de proteção, que, na verdade, isolam mais a escola.

Tive a oportunidade, como Prefeita de Salvador, de fazer um grande programa de assistência às crianças de rua da nossa cidade, chamado Fundação Cidade-Mãe, que foi premiada nacionalmente, internacionalmente, como política pública exemplar de atendimento a crianças de rua em situação de risco social.

Portanto, Sr. Presidente, quero saudar a criação da nossa Frente, dizer da nossa disposição de fazer com que ela interaja nas diversas comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido de uma política pública cada vez mais atuante na defesa da infância e da adolescência brasileira.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento a Senadora Lídice da Mata pelo belo pronunciamento e, sobretudo, pela criação dessa Frente, muito importante, que, com certeza, vai defender as crianças brasileiras. Mais um instrumento que estamos buscando para a defesa de políticas públicas para as crianças do nosso País.

Pela ordem de inscrição, nós temos o Senador Walter Pinheiro, que não se encontra, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Wellington Dias e o Senador Casildo Maldaner.

Concedemos...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Sei que é difícil enxergar lateralmente...

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro. A Senadora Angela Portela está aguardando há muito tempo e eu não vi V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Se S. Ex<sup>a</sup> tivesse me pedido para ceder, eu cederia.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro por 20 minutos.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero, antes de mais nada, falar da nossa alegria pelo rico debate que fizemos, ontem, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Senadora Angela, no que tange ao acesso à informação. Portanto, é uma vitória importante. Quero aqui destacar o apoio que obtive, desde o primeiro instante, do nosso Presidente, Senador Eduardo Braga, que, em conjunto com o Senador Paulo Paim, tem empreendido conversações junto ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor, no sentido de acelerarmos o processo de apreciação, pela Casa, desta matéria.

Refiro-me ao Projeto de Lei nº 41, que já foi discutido e votado na Câmara dos Deputados. Hoje, a grande expectativa do mundo inteiro se volta para o Brasil, por conta, exatamente, da oportunidade de o Governo brasileiro e do seu Congresso, o Congresso Nacional, o Congresso do Brasil, entregar à sociedade essa importante ferramenta de transparência, de publicização, eu diria, esse instrumento fiscalizatório das ações dos homens públicos.

Esse projeto é importantíssimo não só para dar respostas a apelos internacionais, mas também para responder, meu caro Senador Jayme, a algo que é fundamental na vida de todos nós, a fim de que a sociedade possa acompanhar os nossos atos, possa saber o que faz cada homem público, de que forma age o governante, o que ele contrata, o que empenha, que tipo de projeto esse Estado está defendendo, como age esse governante. E não é só na rede mundial de computadores que isso será feito. O projeto defende que essas coisas possam ser também publicizadas em diversos outros espaços, permitindo, assim, que o cidadão instantaneamente as acompanhe.

Eu ontem dizia ao Ministro Jorge Hage que esse projeto tão importante vai aliviar a vida da CGU, porque dará a esse órgão a oportunidade de acompanhar aquilo que é publicizado, de forma que não será preciso mais correr atrás para tentar descobrir que ato o governante adotou, que postura assumiu. Ele vai ter a oportunidade de acompanhar isso *on-line* permanentemente.

Sr. Presidente, fico feliz com isso. Hoje, em conversa com o Líder Romero Jucá, nós aqui acertamos um procedimento para que esse projeto possa vir a Plenário e assim apreciarmos essa matéria.

Qual o motivo da boa pressão que estamos fazendo para esse projeto ser votado até o dia 3 de maio? Para permitir que, nesse dia, a Presidenta Dilma sancione essa lei. Não há nenhuma coincidência da data com um interesse pessoal, apesar de eu ser de maio, Sr. Presidente – mas do dia 25, e não do dia 3; o dia 3 de maio é o dia mundial da liberdade de expressão, dia mundial do acesso à informação, Dia Internacional da Liberdade de Imprensa. Nada melhor do que o Brasil entregar, no dia 3 de maio, esse importante instrumento, essa importante ferramenta de publicização dos atos dos homens públicos.

Por outro lado, quero aqui tranquilizar aqueles que acham que esse será um projeto de caça às bruxas. De forma alguma. O projeto é da linha de frente. Até as informações que porventura sejam julgadas sigilosas o Poder Público poderá afirmar que não podem ser dadas, não podem ser disponibilizadas, como por exemplo as de caráter científico e tecnológico, de soberania, de defesa ou até informações de caráter pessoal que porventura agridam ou conflitem com a boa norma do direito humano, do respeito a cada cidadão. Isso tudo está assegurado no projeto.

O esforço é para que nós tenhamos um instrumento cada vez mais transparente, a fim de que a sociedade nos acompanhe, de que a sociedade nos ajude, para que o Poder Público continue funcionando sempre à luz do dia.

Então, não há o que temer, não há nenhum problema. Quero aqui reafirmar a nossa posição assumida há muito tempo. Volto a dizer: louvo hoje o fato de o Governo ter anunciado que apoia essa iniciativa, que o Governo quer, inclusive, aqui, ter a oportunidade de, no dia 3, sancionar essa lei por intermédio da nossa Presidenta e, assim, contribuir com o resto do mundo, na forma de lei, ao permitir que o acesso às informações seja cada vez mais democratizado, meu caro Randolfe.

Era isso, nesta parte, que eu gostaria de firmar na tarde de hoje.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero aqui também trazer, neste momento, uma reflexão para o que aconteceu nesta semana, ou melhor, para o que está acontecendo exatamente agora. Na realidade, estamos defasados algo em torno de doze horas em relação à China...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Um aparte, Senador Pinheiro, antes de começar a sua reflexão.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Vou dar um aparte rápido porque eu gostaria de citar outra questão aqui.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – O Senador Randolfe queria, com o Senador Requião, apresentar a

delegação de companheiros nossos da França, antes de começar a sua reflexão, que avalio de muita importância. Então, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> passasse a palavra a esse jovem Senador e ao jovem Senador Requião para apresentar os nossos irmãos da França.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (PSOL – AP) – Desculpe, Senador Walter Pinheiro. Sr. Presidente, é bem breve. Estamos recebendo aqui a visita de uma delegação do parlamento francês. E eu queria, pelos acordos de reciprocidade, Presidente, que há entre o nosso parlamento brasileiro e o parlamento da França, apresentar os senhores Senadores, acompanhados por mim e pelo Senador Roberto Requião: Senador Jean Besson, senador membro da Comissão dos Assuntos Externos, da Defesa e das Forças Armadas; Senador Bernard Piras, Senador de la Drôme, também membro da Comissão dos Assuntos Externos, da Defesa e das Forças Armadas do parlamento francês; Senador Josselin de Rohan, Presidente dessa delegação que visita o parlamento brasileiro e também Presidente da Comissão dos Assuntos Externos, da Defesa e das Forças Armadas do parlamento francês; e o Senador Yves di Borgo, também membro da Comissão dos Assuntos Externos, da Defesa e das Forças Armadas do parlamento francês.

S. Ex<sup>as</sup> estão em visita ao parlamento brasileiro deste ontem, já tiveram contato com o Presidente José Sarney e com o Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores. Estão agora na companhia minha e do Senador Roberto Requião. Fizemos questão de trazê-los aqui ao plenário para registrar, por parte de V. Ex<sup>a</sup>, da Presidência, as boas-vindas à delegação francesa e também para escutarem o pronunciamento do meu querido amigo Senador Walter Pinheiro, que indelicadamente acabei interrompendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero cumprimentar V. Ex<sup>as</sup>, desejar boas-vindas. O Senado Federal brasileiro fica honrado sobremaneira com a presença dos nobres colegas senadores pela França. Certamente, a visita é muito oportuna diante da importância que representa essa comissão no parlamento francês.

Bem-vindos ao Brasil, bem-vindos ao Congresso Nacional brasileiro.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Sejam bem-vindos. Creio, Senador Randolfe, ser importante que o parlamento francês conheça esta que é uma das partes mais importantes e mais nobres da democracia, que é exatamente a transparência, a publicização dos atos, a atitude de homens públicos, que, de forma muita aberta e franca, e usando todas

as ferramentas da atualidade, permitem que os nossos trabalhos sejam acompanhados de perto pelo povo brasileiro.

Sr. Presidente, como eu dizia aqui, neste exato momento, creio que por volta de cinco horas da manhã na China, quero aqui fazer uma referência ao que foi essa empreendedora viagem da Presidenta Dilma à China. A Presidenta faz uma viagem, neste momento, cujos resultados estão recolocando as relações entre os nossos países em um nível de importância e de respeito mútuo que vão se caracterizando de forma diferenciada, na relação principalmente com décadas passadas.

Em três dias de viagem à Pequim, a Presidenta Dilma colheu frutos que há muito não floresciam no campo da amizade entre esses dois países. Um dos maiores desafios da sua visita era buscar um equilíbrio, principalmente na pauta de exportações entre o Brasil e a China, território, eu diria, de difícil acesso dos manufaturados brasileiros.

Essa dificuldade, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, deve-se muito mais à ausência de competitividade de nossos produtos do que propriamente à restrição chinesa. Eu acho que este foi o maior problema ao longo dos anos que agora a gente vai enfrentando, ou melhor, que a gente vai experimentando: a modificação também com a alteração do grau de competitividade dos nossos produtos. Devemos aludir que eles, na realidade, reagem da mesma forma a produtos de outros países – a começar, uma situação que nós poderíamos citar, com os Estados Unidos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nessa seara, devemos buscar uma maior capacitação em todas as áreas que influenciam na competitividade de um produto, para continuar lutando por uma fatia do mercado chinês, do mercado mundial ou de mercados em que eles se portam como nossos predadores.

Portanto, acho que é importante acentuarmos essa campanha no Brasil, cada vez mais, de o Estado brasileiro se transformar, como uma alavanca, estimulando a nossa atividade, seja ela industrial, seja ela de qualquer natureza. Aí, incluímos não apenas o continente sul-americano, com destaque para os países com os quais o Brasil compõe o Mercosul e onde a presença dos produtos chineses cada vez mais cresce, mas também o nosso próprio mercado interno.

Para aqueles produtos em que temos comprovada competência, a China está abrindo-nos o seu mercado. E o resultado direto da viagem da Presidenta Dilma à China? O Governo de Pequim decidiu adquirir milhares de toneladas de carne suína e ainda encomendou 35 aviões da Embraer para a aviação regional naquele país. Esses aviões serão construídos no Bra-

sil e na subsidiária que a Embraer tem na China, em sociedade com o Governo chinês. Serão vinte aviões para a Empresa China Southern e outros quinze para a Empresa Hebei.

Essas vendas somam um valor em torno de aproximadamente US\$1,4 bilhão.

Para a fábrica da Embraer, ali em Harbin, no nordeste da China, ficou acertado que a planta será adaptada principalmente para a fabricação dos jatos executivos, os jatos aqui produzidos pela Embraer, os conhecidos Legacy. A empresa brasileira estima que venderá, no mercado chinês, entre 500 e 600 unidades desses jatos executivos por um período de dez anos.

Em maio próximo, a missão empresarial chinesa virá ao Brasil para realizar compra de produtos manufaturados. É uma resposta ao pedido da Presidenta Dilma para que aquele país passe a incentivar a compra de produtos de maior valor agregado, experiência essa, Sr. Presidente, que tivemos oportunidade de ver conduzida pelo Governador Jaques Wagner numa parceria com diversos empresários chineses, que devem investir 4 bilhões no oeste baiano.

Fez uma exigência o Governador Jaques Wagner para que aqueles investidores, ainda que ocupando áreas de plantação no oeste baiano, instalem também unidades de processamento, ou seja, a verticalização da produção. Não só para consumir o que na sua área está sendo produzido, como também essa unidade de processamento e produção tem uma capacidade maior do que a área plantada adquirida pelos chineses, permitindo a aquisição de matéria-prima para essa nova unidade de produção na mão de outros agricultores e até de pequenos agricultores naquela região.

Outra face dessa moeda é a fabricação, aqui no Brasil, de aparelhos de elevada tecnologia, a exemplo do **iPad**, a que todos começam a ter acesso, contato e, eu diria até, a operar aqui no Brasil.

Ficou acertado, durante a visita da Presidenta Dilma, que a empresa Foxconn, que fabrica o **tablet** para a Apple e já opera no Brasil, abrirá fábricas exclusivamente para produzir esse tipo de computador, muito mais conhecido agora entre nós como **tablet**, o que facilitará, portanto, sem dúvida nenhuma, uma política de incentivo já anunciada pelo Governo de redução de impostos, buscando baratear o custo desse equipamento, permitindo que ele possa ter um certo nível de acesso por diversas camadas da nossa sociedade.

Com investimentos de US\$12 bilhões, a produção do **iPad**, que estará disponível no mercado brasileiro já em novembro, vai gerar algo da ordem de quase cem mil postos de trabalho, dos quais, poderíamos dizer, algo da ordem de vinte mil engenheiros com qualificação e algo em torno de quinze mil técnicos. Isso revela,

Senador Magno Malta, o acerto do Governo brasileiro, no período próximo passado, de expandir as nossas escolas técnicas. O Estado de V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, foi o Estado mais beneficiado da Federação, recebendo o maior número de unidades para a formação de técnicos em nosso País.

Além disso, a Foxconn estuda a instalação no Brasil de uma cidade tecnológica, em local a ser definido para sediar a fábrica e acomodar os funcionários da empresa. Hoje, por sua atuação aqui no Brasil, essa empresa já fornece para Nokia, Motorola, BMW, além da própria Apple, que é a empresa responsável pela fabricação do **tablet** conhecido como **iPad**.

No campo diplomático, Sr. Presidente – vou concluir –, a China deu um passo à frente na reivindicação apresentada pela Chefe de Estado do Brasil, no sentido de o Brasil passar a ocupar uma cadeira como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No comunicado conjunto, assinado entre os dois países, a China considerou prioritária a representação dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança da ONU. Nesse documento, Pequim atribui alta importância e influência ao papel que o Brasil, como o maior País em desenvolvimento do hemisfério ocidental, tem desempenhado nos assuntos regionais e internacionais, compreendendo e apoiando a aspiração brasileira de vir a desempenhar um papel mais proeminente na Organização das Nações Unidas; portanto, representando países em desenvolvimento nessa instituição.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Dois minutos para a conclusão, Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar outro grande resultado da visita da Presidenta Dilma à China. O Banco do Brasil anunciou a abertura da primeira agência naquele país, instalada na cidade de Xangai, que deverá operar até o final deste ano. Essa agência vai canalizar os investimentos chineses para o Brasil, serviço hoje executado por bancos estrangeiros com agência nos dois países. Portanto, agora, nós estaremos levando o próprio Banco do Brasil para conduzir essas operações.

E a China estuda investir em nossa infraestrutura, na infraestrutura brasileira, o que pode demandar recursos na ordem de US\$45 bilhões na área da infraestrutura. Além do pré-sal, é óbvio, é bom lembrar que a Petrobras espera levantar outros US\$15 bilhões de participação de empresas chinesas.

Dessa forma, Sr. Presidente, quero aqui concluir dizendo, peremptoriamente, que se cobre de sucesso a visita da Presidenta Dilma Rousseff à China. Seus resultados, além de imediatos, serão sentidos ao longo de nosso processo de desenvolvimento. E mais que uma relação de troca para investimento, infraestrutura, recursos, é um marco do ponto de vista das relações democráticas entre os dois países.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha a dizer na tarde de hoje.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Walter Pinheiro.

Devo dizer aqui, Senador Magno Malta, que V. Ex<sup>a</sup> está inscrito pela Liderança de seu Partido. Nesse caso, agora, concluídas as palavras do Senador Walter, na ordem de inscrição, pela Liderança, será o Senador Humberto Costa.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Um pela ordem de inscrição, um pela liderança. Concluído o Senador Humberto Costa, V. Ex<sup>a</sup>, grande Senador...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, antes de falar o orador na tribuna, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu tinha pedido antes de ele ir à tribuna, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex<sup>a</sup> se inscreveu depois do Senador Humberto Costa.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Não, mas não é pela inscrição. Pedi pela ordem, mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é até bom que o nosso querido Senador Humberto Costa esteja na tribuna, porque eu queria perguntar a ele se existe algum instrumento, algum mecanismo, como Líder de Governo, alguma coisa que se possa fazer para que o Ministro da Casa Civil, Palocci, e o Sr. Gilberto Carvalho possam retornar um telefonema, dar uma satisfação a um Senador ou Senadores que são da base de governo, que são líderes, que eles tratam com tanto desdém, com tanto descaso, com tanto desrespeito. Há uma fórmula? Há uma maneira? Há

alguma coisa a se fazer? Há alguma reivindicação? Um requerimento? Pedir pelo amor de Deus?

O senhor poderia me falar? O senhor que está na tribuna poderia me responder isso, porque eles não são as mesmas pessoas de ontem.

**O Sr. Vital do Rêgo** (Bloco/PMDB – PB. Fora do microfone) – Os caras não retornam para ele também.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Então, ele vai falar isso. É bacana ouvir do Líder do Governo que nem ele é atendido. Então, eu quero saber desses *playboys* qual é a deles? Qual é a deles? Porque ficamos nós aqui defendendo um Governo e eles encastelados, como se fossem os donos do mundo.

Na verdade, Sr. Presidente, o meu pela ordem, Senador Pinheiro, é porque eu queria apartear-lo e perguntar se, com esse negócio de vender avião para a China, não corremos o risco de eles copiarem e depois concorrerem conosco com avião pirata. Eu acho que não, não é?

Sr. Presidente, como Líder do meu Partido, V. Ex<sup>a</sup> disse que me inscreveu antes que eu pedisse, agradeço. Eu já fiz a minha pergunta ao Senador Humberto Costa, e o meu pela ordem era para isso, antes de ele ir à tribuna. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a benevolência comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quer dizer que V. Ex<sup>a</sup> não vai usar da palavra?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Vou usar, sim senhor, com certeza, o meu discurso é depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente respondendo à indagação do Senador Magno Malta, o que eu tenho a dizer é que, por mais de uma vez, transmiti a ambos as preocupações de S. Ex<sup>as</sup>. Na condição de Líder do Bloco, vou, mais uma vez, comunicar aos dois Ministros o desejo de V. Ex<sup>a</sup> de poder ter com eles, comprometo-me mais uma vez. Creio que a dificuldade seja as agendas difíceis. Bom, eu prometo que falarei com eles.

Sr. Presidente, quero, na tarde de hoje, apenas fazer um registro, mas um registro que, para todos nós de Pernambuco, é muito importante. Nós temos, no nosso Estado, um projeto do governo estadual, do governo Eduardo Campos, denominado “Todos por Pernambuco”, que consiste em seminários feitos com a participação da população nos Municípios e que, posteriormente, se transformarão nos dados mais im-

portantes para elaboração do Plano Plurianual e do planejamento estratégico do governo.

Nas últimas duas semanas, eu tive a oportunidade de participar desses seminários, ao lado do Governador Eduardo Campos, ao lado do Senador Armando Monteiro e de vários Deputados estaduais e federais, vereadores e prefeitos. Foram dias e noites de debates que nos deixaram imensamente satisfeitos.

Cada viagem que tenho oportunidade de realizar pelo interior de Pernambuco, eu fico mais contente por constatar que o Estado vem crescendo cada vez mais, as pessoas estão cada dia mais satisfeitas, muito esperançosas e otimistas em relação ao crescimento econômico, ao desenvolvimento, ao processo de redução das desigualdades, por que o nosso Estado vem passando. Não foi por acaso que, no ano passado, por exemplo, o Produto Interno Bruto de Pernambuco chegou a 9,3%.

Esse cenário é fruto de vários fatores. Primeiro, de uma política econômica e social que deu certo no governo Lula e está dando certo no Governo Dilma. Tivemos uma importante inversão de prioridades neste País, e a região Nordeste, que sempre foi tão esquecida e discriminada em gestões anteriores, hoje tem um grande destaque e é uma das maiores impulsionadoras da economia brasileira, e a economia de Pernambuco, em particular. Em todo o Estado, vemos obras importantes, das quais são exemplos a transposição do São Francisco e a Transnordestina, duas obras que hoje já mudaram a face de várias cidades pernambucanas. Além disso, houve investimentos importantes, que, direta ou indiretamente, têm a ver com o Governo, como a implantação da refinaria Abreu e Lima e o estaleiro Atlântico Sul.

Importante dizer que outro fator relevante é o trabalho que o Governador Eduardo Campos vem fazendo no nosso Estado. Na condição de um grande gestor, de um político habilidoso, tem feito Pernambuco crescer, seja por meio das parcerias que realiza com o Governo Federal e com as prefeituras, seja pela própria política desenvolvida no governo nas áreas industrial, do desenvolvimento econômico, da política social e da gestão. Como diz o Governador, o seu desafio é fazer a máquina pública, que geralmente só mói a favor dos ricos, moer para o lado dos mais pobres.

Eu, pessoalmente, sinto-me orgulhoso por ter tido participação no governo e ter contribuído para o resultado positivo das políticas ali desenvolvidas. Fui Secretário das Cidades no primeiro governo Eduardo Campos e sinto-me hoje honrado na condição de representante de Pernambuco por ver o nosso governo avançar ainda mais.

O programa “Todos por Pernambuco” tem sido um importante instrumento na pavimentação do caminho do desenvolvimento pernambucano. A primeira edição foi feita em 2007 e, na segunda, que está sendo concluída em 2011, o número de participantes duplicou. Esse crescimento só ocorreu porque as pessoas, hoje, têm credibilidade no programa. A maior parte das propostas, das demandas, das críticas que foram feitas pela população foram incorporadas pelo governo. As propostas passaram a fazer parte do nosso planejamento estratégico e as ações e as obras, efetivamente, aconteceram.

Segundo matéria publicada hoje no jornal *Folha de Pernambuco*, mais de 12 mil pessoas já participaram do seminário até agora, e esse número não pára de crescer. Foram 3.092 entidades que se fizeram representar até o presente momento e, nos próximos dias, teremos ainda o “Todos por Pernambuco” em Recife, na região metropolitana, onde se espera uma participação recorde.

O seminário é uma grande ferramenta democrática de planejamento, é quando a população pode opinar sobre quais devem ser as prioridades da gestão. Os resultados do seminário norteiam a elaboração do Plano Plurianual do Governo. Os temas são divididos em seis salas temáticas: segurança, educação e cultura, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e sustentabilidade, infraestrutura e saúde. Os participantes inscritos discutem suas ideias, inicialmente nas salas temáticas, e cada uma dessas salas é coordenada por um Secretário de Estado vinculado ao tema.

Em seguida, cada grupo envia três representantes para uma grande reunião plenária. E o resultado desse processo é um rico debate de ideias que ajuda o Governo na formulação de suas políticas e o estimula a continuar no rumo certo. O trabalho para a realização do “Todos por Pernambuco” começou ainda em fevereiro, quando o governo distribuiu os cadernos de propostas às ONGs, igrejas, prefeituras, vereadores, e a vários outros segmentos, além de disponibilizar pela Internet o mesmo caderno.

Iniciativas como esta devem ser usadas como modelo. É fundamental, dentro dessa visão, ouvir as demandas da população e da máxima importância também manter as parcerias entre o Governo do Estado, a sociedade organizada, seus representantes eleitos e o Governo Federal, para que o Estado de Pernambuco possa assim continuar no caminho certo.

Quero concluir aqui, parabenizando o Governo do Estado, parabenizando o Governador Eduardo Campos e registrando aqui, com imensa alegria e orgulho, essa maneira inovadora de gerir, que é responsável, sem dúvida, pela enorme aprovação do nosso governo

e pelo resultado eleitoral de 2010, que deu ao Governador Eduardo Campos a maior votação proporcional de todos os Governadores do Brasil.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador Humberto, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco/PT – PE) – Pois não, meu Líder, Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Nobre Líder Humberto Costa, eu gostaria de me somar a V. Ex<sup>a</sup>, a esse trabalho profícuo, inovador que foi realizado com a participação de V. Ex<sup>a</sup> no Governo de Eduardo Campos. Ele constitui, não só pela sua juventude, pelo seu idealismo e pelo seu compromisso com o desenvolvimento do Nordeste, um dos grandes nomes que mais valorizam a política do Brasil. E quero, nesse instante, reconhecer de público que a sua participação no Governo de Eduardo Campos, representando o Partido dos Trabalhadores, numa das pastas mais importantes, a Secretaria das Cidades, representou também um momento histórico em favor do desenvolvimento urbano das cidades e de Pernambuco. O sucesso do Governo de Eduardo Campos, também se teve tanto sucesso, muito se deve à integração que teve com o Partido dos Trabalhadores, com V. Ex<sup>a</sup>, tanto que, candidato ao Senado, V. Ex<sup>a</sup> teve uma vitória retumbante, o que foi bom para Pernambuco, bom para o Senado e para o Brasil. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e parabéns ao nosso Governador Eduardo Campos.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco/PT – PE) – Obrigado, Senador Valadares, pela generosidade das palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

E quero aqui reafirmar, como tive oportunidade de dizer agora, que, sem dúvida, o Governador Eduardo Campos e o Governo de Pernambuco são um exemplo importante para o nosso País.

Muito obrigado.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Humberto Costa.

Pela ordem de inscrição, agora, nós temos o Senador Wellington Dias, que já está na tribuna. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos, pela forma regimental.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, eu serei, espero, breve.

Quero saudar V. Ex<sup>a</sup> e as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores aqui presentes, dizer também do meu entusiasmo em ver o nosso vizinho, o Estado de Pernambuco, comandado pelo Governador Eduardo Campos, apoiado pelo Partido dos Trabalhadores, apoiado pelo ex-Presidente Lula, apoiado pela Presidente Dilma, por esses grandes

Senadores que aqui representam nesta Casa, destaco aqui o trabalho do meu Líder, Humberto Costa.

Sr. Presidente, falarei hoje de uma matéria do jornal **Valor Econômico**, que traz uma entrevista da Ministra do Planejamento Miriam Belchior. Ela traça alguns temas que considero da maior relevância para o País. O primeiro é a medida de reduzir de 360 para 60 programas. Eu concordo com ela nos argumentos de que é impossível você ter uma gestão eficiente – e esse é um exemplo que Pernambuco nos ensina, o próprio Governador Wilson Martins está buscando aprofundar nesse caminho também no Estado do Piauí –, você ter uma gestão eficiente com 360 programas. O fato é que nós temos aproximadamente 60 áreas estratégicas, e já é de bom tamanho. No Piauí, a gente trabalhava com 40 projetos estratégicos, mas creio que, mesmo para um País como o Brasil, 60 áreas já é de bom tamanho.

Então, essa mudança vai-se refletir, pela proposta, no PPA, na Lei de Diretrizes e, logo em seguida, no Orçamento do País.

Ela cita o exemplo do Ministério da Saúde: são 13 programas e, a partir daí, um conjunto de projetos. Pela proposta da Ministra, nós vamos ter apenas um programa nessa área da saúde, um programa que vai funcionar com o nome de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Esse programa único vai ter 13 subprogramas e vários projetos; com isso, nós temos condições de ferramentas para o acompanhamento.

Então, são muitos aqui os dados apresentados, mas eu queria me ater a uma informação importante. Já vim a esta tribuna tratar disso. Creio que cada Senador e Senadora, cada Deputado e Deputada Federal e Estadual é cobrado hoje dos governadores e dos prefeitos, das lideranças municipais, das empresas que têm obras contratadas com os Estados uma pergunta muito simples: nós temos um decreto, que o Presidente Lula editou no final de 2010, que coloca 30 de abril como prazo limite para a validade dos programas, dos contratos, dos convênios, com os Governos Municipal e Estadual, ou contratos diretos da União, em obras, em ações, de 2006, 2007, 2008 e 2009. Tive a oportunidade de tratar sobre esse tema tanto com a Ministra Miriam Belchior quanto com o Ministro da Fazenda e outros membros da equipe do Governo, como o próprio Ministro Luiz Sérgio.

E aqui perguntada sobre o que o Governo vai definir sobre isso, ela disse: “Estamos ainda discutindo. Esses restos a pagar deveriam ter caído em dezembro. Nós prorrogamos até abril, justamente para fazer uma análise criteriosa. Fizemos um levantamento rigoroso da situação de cada um desses restos a pagar.

É preciso lembrar que o PAC está fora, que saúde está fora”. E repito aqui: a educação também, a área social também.

Ela diz que 2010 não é abrangido pelo decreto: “Acho que estamos caminhando para termos uma proposta. Não tenho condições de adiantar nada neste momento. A informação que eu tenho é que há uma proposta que precisa ser submetida à Presidente Dilma Rousseff agora, na sua chegada dessa viagem à China”.

Por que trago esse problema, Sr. Presidente? Para fazer um apelo. Eu acompanhei, ainda na condição de Governador, medidas tomadas, como, por exemplo, com os restos a pagar em 2006, Senador Magno Malta.

A primeira medida que é tomada, quando se encerra um convênio com obra em andamento, é uma tomada de conta especial. E é preciso reconhecer que o Brasil, que avançou em muitas coisas, ainda tem graves problemas na gestão pública. Por isso, considero da maior importância a redução, como disse aqui, de 360 programas para 60 programas, como está sendo pleiteado.

É inaceitável que você, depois de cumprir um conjunto de exigências... Eu imagino lá o prefeito de um Município pequeno ou um Município grande como Vitória, ou um Município como Teresina – aliás, aqui esteve o Prefeito, nesta semana, tratando disso. Há pouco, esteve aqui o Prefeito de Betânia do Piauí, uma cidade pequena, na divisa com a Bahia. E veja: qual é a dificuldade? Um Parlamentar colocou emenda ou, em um dos programas do Governo, o gestor municipal fez ali um projeto e pagou por isso. Disputou a verba, conseguiu que ela fosse empenhada, fez a licitação, a licença ambiental, às vezes licença do Iphan, sei lá mais o quê. E muitos começaram as obras. Uma parte concluiu as obras; outra parte, não.

Sr. Presidente, é aí onde está o problema. Você tem uma ponte que está na metade. Vem uma medida e encerra o convênio. E agora? O Município não tem condições de tocar essa obra; não tem condições de devolver os recursos como manda a lei. O que faz a Caixa Econômica ou outro administrador do convênio no Estado? Manda pedir uma tomada de contas especial. Piora mais ainda a situação: o Município fica inadimplente, o gestor responde a processo, o Governo Federal quer fazer um novo convênio e não pode mais. Você inviabiliza o País!

Estou falando de centenas de Municípios de praticamente todos os Estados brasileiros que estão nessa situação.

Então, eu quero aqui fazer um apelo para que tenhamos as condições de, para as obras que já se

iniciaram... Uma obra de 2007, de 2008 que ainda não se iniciou, perdoe-me, mas aí não tem jeito. Mas uma obra que está em andamento, cujo problema é só a falta da liberação do dinheiro, aí sim. Então o problema não é do Município, o problema não é do Estado; o problema é da União. Não tem cabimento esse cancelamento. Defendo que se tenha a continuidade dessas obras.

Em segundo lugar, 2009. Em 2009, veja só: todo mundo aqui sabe, nesta Casa...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senador Wellington.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Com prazer.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Senador Wellington, não cortando o seu raciocínio, meus parabéns pela colocação, meus parabéns pelo tema e meus parabéns pela defesa desses quase sem-voz, que são esses prefeitos do interior que estão vivendo esse drama e sendo chamados de irresponsáveis quando irresponsáveis não são. Irresponsável é quem tomou essa medida. Então, amanhã, esses homens públicos, que nada têm com isso, vão visitar as páginas dos jornais como fichas-suja. Essa história do Ministério Público, desses promotores novinhos, que vão para o interior, fizeram concurso para a Caixa e não passaram, fizeram concurso para os Correios e não passaram... Depois, fizeram concurso para o Ministério Público, passaram e, aí, ficaram todos valentes. Aí choveu, caiu muro, ele fica brabo. Dá 24 horas para o prefeito fazer. E o prefeito fala: “Não pode, como é que faz um muro em 24 horas?” “Eu te processo.” Aí o prefeito faz. O promotor faz outro processo porque não foi feita licitação. Aí o homem, que era de bem na cidade, virou ficha-suja porque aquele juvenzinho, de 25, 26 anos, impetuoso, que não tem coragem de enfrentar bandido, não, só faz isso com político que tem medo. Aliás, eu quero avisar aos prefeitos que estão me ouvindo que enfrentem eles. Diga a eles que agora tem o Conselho Nacional do Ministério Público. “Me processa que eu te processo. Eu vou lá dizer que você me obrigou a fazer em 24 horas um muro, o que não é possível, eu não sou doido.” Ninguém é doido. Então, se você vai ficar sem dormir, põe ele sem dormir também. Se você vai contratar advogado, faça ele contratar também, para acabar com essa palhaçada nos Municípios. Além disso, tem isso que V. Ex<sup>a</sup> está falando.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – É verdade.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PR – ES) – Então, quero lhe parabenizar pela coragem de colocar um tema que, certamente, em uma outra situação, um Líder de Governo não falaria, se calaria, porque é do

seu Governo. Normalmente o sujeito que é ligado à Liderança de Governo, muitas vezes, tem que defender o indefensável. E V. Ex<sup>a</sup> tomou uma posição diferente, em defesa daqueles que não têm voz neste momento. V. Ex<sup>a</sup> é digno de aplauso porque é verdade absoluta aquilo que está colocando.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Vou além ainda: nas relações com o Ministério Público, acho que o grande problema é que muitos assinam os termos de ajuste de conduta e são levados a situação como essa. Eu agradeço aqui pela forma brilhante com que defende essa tese.

Veja: eu quero aqui chamar a atenção para 2009. Todo este Senado sabe, toda a Câmara, toda a Esplanada dos Ministérios, todo o Brasil, se quiser saber é só olhar o **Diário Oficial**, que boa parte dos empenhos foram feitos no final do ano de 2009, até porque estávamos saindo de uma crise de 2008 – é bom contextualizar. Nos meses de novembro e dezembro, estão a maior quantidade dos empenhos. Pois bem, começa o ano de 2010, novamente empurrado pelas dificuldades da crise, e chega o mês de abril, como estamos agora, passa maio; só em junho que se tem as liberações. Ora, o que quero dizer com isso? Vem em seguida a eleição, e, assim, fica-se impedido de celebrar contrato, começar obras, repassar recursos. Resultado: paralisam-se as obras. Terminamos aí o período eleitoral em outubro. Houve liberação em novembro, em dezembro? Não. Não teve essa liberação. Este ano teve liberação? Não.

Então claramente o problema não está com o gestor municipal nem estadual.

É por essa razão, Senador Walter Pinheiro, que estou repetindo o apelo que fiz aos Ministros para que a Presidente Dilma possa acatar a sugestão de, em relação aos anos de 2007 e 2008, manter os convênios cujas obras estão em andamento e, quanto a 2009, que a gente possa prorrogar até dezembro deste ano, porque essa é a esperança que tem o gestor municipal. Com relação a 2010, ninguém nem sabe o que vai acontecer. Até agora, não sabemos nem como vai ser – está contingenciado –, se vai ter recursos ou não. Se não puder dar andamento a essas coisas que já estão prontas, conveniadas, preparadas, no ponto de começar, faltando apenas os recursos, meu Deus do céu! Então quero aqui fazer esse apelo. Estou falando de obras, de ações importantes para os Municípios do Brasil inteiro.

O Prefeito Francisco Macedo, que é Presidente da Associação dos Prefeitos do meu Estado, reunido comigo, pediu-me que tratasse desse tema. Quero cobrar isso aqui com toda a força. Espero que a gente tenha

um resultado favorável. Dos convênios, repito, de 2007 e 2008, com obras em andamento, que prossigam as obras. Dos convênios relacionados ao Orçamento de 2009, que a gente tenha uma prorrogação pelo menos até dezembro, com um cronograma de liberação de recursos até dezembro, porque essa é a única forma que se tem de concluir as obras.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.*

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Parabéns, Senador Wellington Dias, do nosso grande Piauí.

Dando sequência à ordem das falações, para falar como Líder, por um processo de permuta...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Eu estou cedendo a vez porque dizem que, no Exército, é assim: antiguidade é posto. Aqui eu sou mais antigo, mas, na vida, ele é mais antigo do que eu. Minha mãe dizia que respeito é bom e conserva os dentes. Então, vou ceder meu horário a esse jovem Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Vou seguir o conselho de V. Ex<sup>a</sup>. Vamos dar a palavra, então, ao Senador Benedito de Lira.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Mas encerro, perguntando a V. Ex<sup>a</sup>, que é Presidente da Casa e um dos Líderes do PT: qual é a fórmula para o Ministro da Casa Civil respeitar as Lideranças do Senado?

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Fórmula só conheço as de química ou de remédio. Esse deve ser um remédio extremamente duro e amargo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – É amargo. O nosso Ministro Palocci é um rei encastelado todo-poderoso que não respeita ninguém, nem mesmo um Senador. É um Palocci bem diferente daquele da campanha eleitoral – não é? –, que ligava para nós todo dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – É bom que V. Ex<sup>a</sup> já fez a reclamação. O Líder Humberto está demandado pela Bancada do PT para responder sobre as relações com o Governo. Então, neste momento, a Casa, portanto, o Senado – agora não represento a Bancada do PT –, o Senado da República não pode responder a V. Ex<sup>a</sup>, a não ser que V. Ex<sup>a</sup> faça um recurso ao Presidente José Sarney para que, em nome da Casa, encaminhe um ofício para que os Ministros possam receber V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – E cabe? Se couber, eu faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Com a palavra, o Senador Benedito de Lira, por permuta com o Senador Magno Malta. Na sequência, falará aqui o nobre representante da nossa gloriosa Santa Catarina, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra, Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP – AL. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queria inicialmente agradecer a gentileza do companheiro Senador Magno Malta por ter cedido seu lugar para que eu pudesse fazer minhas manifestações na tarde de hoje nesta Casa.

Sr. Presidente, trago um tema para discussão no Senado Federal que, por vezes, as pessoas podem imaginar tratar-se de um tema sem maior importância, mas, em decorrência da nossa origem, da minha presença nesta Casa, oriundo de um Estado pequeno do Nordeste, Estado de Alagoas, trata-se de um assunto que, ao longo de toda a história do Brasil, continua maltratando principalmente os moradores do semiárido do Nordeste. Qual o tema? Água. Água, Senador Magno Malta. A água, que é vida; a água, que realmente transforma a vida, os animais, os vegetais, o meio ambiente. E a água falta para o homem do semiárido do Nordeste brasileiro.

Vivemos no começo do terceiro milênio, na era da cibernética, da engenharia genética, dos supercomputadores, das ciências sem limite. Por outro lado, o povo do sertão do Nordeste e, mesmo do agreste, não tem água para beber. Quando digo que não tem água, não tem água limpa, potável, água de boa qualidade.

Estudos têm demonstrado que água nós temos em abundância; o que falta é vontade política. A Presidenta Dilma coordenou as ações do programa vitorioso Luz para Todos. Pois bem, o que era este programa? Nós que andamos nos mais longínquos Municípios do Brasil, tínhamos a sensação de que realmente faltava alguma coisa para que o homem que vivia no campo, ou vive no campo, pudesse ter o mínimo de dignidade de vida. Faltava-lhe um bico de luz para que pudesse iluminar a sua casa e ver os seus filhos completos. Vivíamos sob a iluminação dos candeeiros, dos lampiões com querosene ou óleo diesel. E quando o Presidente Lula determinadamente criou e instalou o programa Luz para Todos, como mudou a nossa sensação ao andarmos no interior deste País e vermos uma casinha à distancia e, em sua porta, um poste, uma antena parabólica, e a família vivendo com dignidade, tomando conhecimento do que acontece no Brasil e particularmente nesta Casa.

Os estudos têm demonstrado que água temos em abundância, Presidente, o que falta, repito, é vontade política.

A Presidente Dilma tem como uma das metas do seu Governo provavelmente esse programa, assim como foi feito o Luz para Todos... Nós estamos pedindo a Sua Excelência, a nossa Presidenta, que institua o programa água para todos, que é fundamental para a vida do cidadão e da cidadã, particularmente aqueles que moram no semiárido do meu Estado, Sr. Presidente, no seu Estado, e dos mais diversos Estados da Federação.

Os estudos sobre a matéria mostram que tomando-se por base os potenciais **per capita**/ano de água em cada um dos Estados do Brasil, representados pelo quociente do volume das descargas médias dos rios, verifica-se que mesmo naqueles que compõem a região Nordeste os valores são relativamente importantes.

Por exemplo, um pernambucano dispõe em média de mais água, 1.320m<sup>3</sup>/habitante/ano do que o alemão, que tem 1.160m<sup>3</sup>/habitante/ano; o baiano tem 3.028m<sup>3</sup>/habitante/ano, um potencial equivalente ao francês; um piauiense tem 9.608m<sup>3</sup>/habitante/ano; dispõe de tanta água quanto o norte-americano, 9.940m<sup>3</sup>/habitante/ano.

Por outro lado, enquanto o consumo **per capita** na maioria dos países relativamente desenvolvidos já fica entre 500 e 1.000m<sup>3</sup>/ano, na região Nordeste os consumos são inferiores a 10% dos seus potenciais de água dos rios. Ou seja, enquanto nos países citados existe efetivo aproveitamento da água, como bem público indispensável à sobrevivência, nós aproveitamos apenas 10% do nosso potencial.

A falta de água potável deriva primordialmente da ausência de planejamento de ações básicas. De maneira desordenada, promovem-se urbanização e industrialização. Nossas cidades vão crescendo sem um ordenamento preestabelecido. Caso típico está acontecendo na segunda maior cidade do meu Estado, a cidade de Arapiraca, no agreste de Alagoas. A sua população carece hoje de água de qualidade para abastecer a sua família. Por quê? Porque não tem havido a responsabilidade do tratamento dos esgotos; a água é poluída sem a menor condição ou qualidade para o consumo humano. Hoje são impróprias para esse tipo de relacionamento com os humanos. Aquela população está consumindo água contaminada por coliformes fecais.

O nordestino, por mais forte que seja, consumindo água de má qualidade, adocece. Nossa rede hospitalar não é das melhores, o que acaba por agravar em muito o setor da saúde, sendo determinante para contribuir com os altos índices de mortalidade infantil.

Vou citar como exemplo, Sr. Presidente, e é possível que a sociedade brasileira tenha tomado conhecimento disso: há uma cidade no Estado de Alagoas – cidade essa que recebeu o nome do menestrel de Alagoas, Teotônio Vilela – que tornou-se conhecida no Brasil pelo maior índice de mortalidade infantil da República – maior índice, tenho que dizer, de mortalidade infantil dos países da América Latina e da América do Sul. Pois bem, ao se fazer uma verificação – estudos de levantamento – chegou-se à conclusão de que a causa da mortalidade infantil no Município de Alagoas por nome de Teotônio Vilela era a água imprestável que as crianças bebiam, porque em cada porta, em cada residência daquele Município, se cavava uma cacimba, como é mais conhecido lá naquela região um poço, e as águas das enxurradas de chuvas, com os dejetos, acumuladas ali, eram servidas para as crianças.

Ao tomar conhecimento disso, o Governo, por meio de uma emenda de nossa autoria, encaminhou recursos e foi feito um serviço de abastecimento de água completo, com água tratada. Conseqüentemente, o índice de mortalidade infantil hoje está aquém do que é permitido pela Organização Mundial da Saúde.

Por outro lado, existe uma cultura – que precisa acabar – em torno da questão da seca no Nordeste. Vejamos a lição de Manoel Andrade Viana:

A questão da seca não se resume à falta de água. A rigor, não falta água no Nordeste. Faltam soluções para resolver a sua má distribuição e as dificuldades de seu aproveitamento”. É “necessário desmistificar a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social nordestina e como fonte de elevadas despesas para a União...desmistificar a idéia de que a seca, sendo um fenômeno natural, é responsável pela fome e pela miséria que dominam na região, como se esses elementos estivessem presentes só aí. (Andrade, Manoel Correia, A seca: realidade e mito, p. 7).

Essa é a idéia do que nós vemos naquela região. E isso não é um fato novo. Eu me lembro de que, quando fazia a segunda série de ginásio, li na História do Brasil, que D. Pedro II saía daqui para visitar o Nordeste, e lá dizia que ia empenhar a coroa para que o nordestino pudesse nunca mais ter sede. Não é permitido, não é admissível que a essa altura da nossa vida, em pleno século XXI, uma pessoa tenha que tomar água de barreiro, contaminada por todo tipo de germe.

Nesta época do verão, os carros-pipas abastecem os municípios de Alagoas, do semiárido do nordeste – que o digam os parlamentares da região –, mas isso se tornou uma prática natural e normal todos os anos

e não tem solução nenhuma, porque um carro-pipa chega e abastece uma escola na zona rural de um município qualquer de Alagoas, ou de Pernambuco, ou da Bahia, ou de Sergipe, mas no dia seguinte continua a mesma carência de água.

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Benedito de Lira?

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP – AL) – Com muito prazer, Senador.

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – Eu estou acompanhando atentamente, Senador Benedito de Lira, a sua fala sobre os problemas que atingem e afetam não só o Estado de Alagoas, mas também outros Estados do Nordeste e, por extensão, não tanto em relação à seca, como é o caso do nordeste, mas no que concerne à água no Brasil inteiro – eu diria. Eu quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>, que faz referências à questão da seca, sem dúvida alguma, e à questão da água. Citou V. Ex<sup>a</sup> a cidade de Arapiraca e, inclusive, a terra do Governador, a cidade de Teotônio Vilela. Eu quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> pela importância que tem a água. As crianças sofrem com isso, porque tomam água contaminada. Água é uma questão de saúde no Brasil. Isso no Brasil inteiro! E, aí, eu me lembro, Senador Benedito de Lira, que, há poucos dias, nós comemoramos o Dia Mundial da Água. E eu fazia um comentário da tribuna desta Casa, lembrando, inclusive, que, numa região do Brasil temos o Aquífero Guarani, que pega uma parte do Paraguai, uma da Argentina... Nós temos uma extensão enorme dessa reserva, que é um mar de tanta água. Nós temos uma preocupação muito grande, principalmente com a região de Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que pertencem ao Brasil, devido à necessidade de preservação dela. Água é vida! Água é saúde. E V. Ex<sup>a</sup> invocava, inclusive, há pouco, a questão de D. Pedro I que ia ao nordeste levar água. Eu me lembro de Santo Amaro da Imperatriz, lá em Santa Catarina. Santo Amaro da Imperatriz é um Município vizinho da Grande Florianópolis. Nós temos lá uma estância de água mineral. Dom Pedro e Dona Leopoldina iam tomar banho ali em águas que levam o nome dela. Nessas águas minerais iam tomar banho. Ali brota... As pessoas vão a essa estação de água mineral. Veja bem, Senador Benedito de Lira, hoje a carga de impostos, só para citar um exemplo, sobre água mineral, para beber água mineral – V. Ex<sup>a</sup> menciona criança, saúde – está em torno de 45% a 50%. É carga de impostos! Se somar o preço da garrafa pet, o conjunto de impostos, direta ou indiretamente, o total chega praticamente a 50%. São os levantamentos que se tem. Isso é água mineral, que é saúde! Se fôssemos retirar isso, baixar essa carga, Senador Benedito de Lira... Isso significa saúde. É água!

É água pura! Água! E V. Ex<sup>a</sup> está tratando de um tema que mexe com o Brasil. É uma preciosidade. Por isso, quero cumprimentá-lo quando levanta o problema não só com relação a Alagoas, mas também em relação ao nordeste. Eu diria que é um tema relacionado com o Brasil inteiro. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, nobre Senador. V. Ex<sup>a</sup>, em suas considerações, antecipou, exatamente, parte do meu pronunciamento, pois mais adiante nós iremos dizer e mostrar que o problema não se restringe apenas ao semiárido do Nordeste, mas sim ao país como um todo. Nosso país tem os maiores mananciais de água doce do mundo e, mesmo assim, temos de conviver com esses tipos de ações. Lamentavelmente, o Brasil, ao longo de sua história, se debruçou em cima disso e nunca encontrou solução para, exatamente, minimizar as dificuldades do homem, da criança, da mulher e da família que moram nesses rincões onde lhes falta aquilo que é o mais saudável da vida humana, da vida animal, da vida vegetal, da atmosfera, que é a água potável de qualidade.

A rigor, não falta água no nordeste, faltam soluções para gerenciar melhor os recursos hídricos. Já demonstramos que a incidência pluviométrica na região é comparável à de países desenvolvidos. Temos água em abundância no subsolo. Então, o que nos falta? O que nos falta, Valadares? É vontade política. E criando o Água para Todos não conseguiremos que o nordeste tenha água boa, limpa e de qualidade para beber. Quem tem sede tem pressa e nós não podemos nos omitir.

O problema da água não ocorre só no Nordeste do Brasil. É tão sério! É tão sério que a ONU redigiu um documento intitulado “Declaração Universal dos Direitos da Água”, assim como fez a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Vejamos alguns tópicos:

A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: é rara e dispendiosa e pode escassear em qualquer região do mundo.

A utilização da água implica respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza.

O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade e precaução.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP – AL) – Já concluo.

A água não é somente herança dos nossos antecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo a nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável pela água da Terra.

A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis.

A água é a seiva de nosso planeta. Ela é condição essencial da vida de todo vegetal, animal ou ser humano. Dela dependem a atmosfera, o clima, a vegetação e a agricultura.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP – AL) – Já vou concluir.

O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão da sua distribuição desigual sobre a Terra.

A gestão da água impõe um equilíbrio entre a sua proteção e as necessidades econômica, sanitária e social.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para encerrar, eu gostaria de dizer a V. Ex<sup>as</sup> que a questão da água... Para esse fim, dirijo-me diretamente à Presidenta Dilma Rousseff, que tem anunciado que vai criar o Programa Água para Todos. É preciso que se crie esse Programa, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras. Com isso, racionalizaremos o uso da água, cuidaremos melhor dos nossos mananciais. Em cada torneira do sertão e do agreste nordestino brotará...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Para concluir, nobre Senador.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP – AL) – Peço um pouquinho mais de paciência a V. Ex<sup>a</sup>, porque está no fim. Vou encerrar.

Água boa e nova, mais saúde.

Eu queria agradecer ao nobre Senador Magno Malta.

Fique tranqüilo. V. Ex<sup>a</sup> não perderá o avião para chegar ao Espírito Santo.

O Programa Água para Todos entrará para a história como um dos maiores programas sociais de toda a República e a Senhora Presidenta, como aquela que efetivamente levou vida e saúde a quem necessita.

Muito obrigado.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um aparte ao nobre orador.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Se V. Ex<sup>a</sup> for rápido, pois ele está encerrando o pronunciamento. Sei que o povo sergipano tem uma capacidade de síntese, e V. Ex<sup>a</sup>, como bom sergipano, fará isso. Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Eu só queria dizer ao Senador Lira que S. Ex<sup>a</sup> faz um discurso da maior utilidade para o conhecimento da Nação de que a água é preponderante na vida do ser humano. Basta dizer – V. Ex<sup>a</sup> falou em águas subterrâneas – que temos um volume de água subterrânea de 97 a 98%, sendo que apenas 2% provêm dos rios e dos lagos. O Brasil tem grandes depósitos, como disse o Senador Casildo Maldaner, que podem se aproveitados em benefício da nossa população. O aquífero do Piauí, por exemplo, que tem água suficiente para abastecer o Nordeste, ainda não foi devidamente explorado. Portanto, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por esse pronunciamento e dizer que estou solidário com a população do Estado das Alagoas, que V. Ex<sup>a</sup> representa tão bem, que precisa de água potável para sobreviver, para cuidar da sua vida e da sua saúde. Parabéns!

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP – AL) – Nobre Senador Valadares, eu gostaria de encerrar agradecendo ao eminente Senador Maldaner, de Santa Catarina, pela sua manifestação e dizer que todos nós deveremos, unidos, trabalhar para que as pessoas que não moram nos centros desenvolvidos, que tomam água potável, deixem de beber um copo d'água de barreiro, nobre Senador Valadares.

Senador Armando Monteiro, V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem o que estou falando porque vivemos e visitamos os nossos Municípios e o agreste e o sertão de Alagoas, do Brasil e do Nordeste.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pela paciência e agradecer, mais uma vez, ao eminente Senador Magno Malta por ter me cedido seu tempo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Benedito de Lira, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento muito importante, água é vida.

Agora, com a palavra o Senador Casildo Maldaner. Em seguida, Senador Magno Malta, pela Liderança do PR.

Senador Casildo, V. Ex<sup>a</sup> tem até vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, quero trazer um assunto, nesta tarde, quase fim de dia, que tem despertado a atenção do Brasil inteiro, relativo às eleições, em função do pleito do ano passado, que tem ensejado discussões as mais diversas, tem ensejado o concurso da Justiça Eleitoral e tem, inclusive, apesar do voto do Ministro Fux, quando o resultado estava empatado em cinco a cinco, no sentido de que a lei votada e decidida no ano passado, em junho de 2010, não prevaleceria para as eleições últimas realizadas.

Apesar disso, ficam lacunas dos juristas, do pessoal entendido, dos advogados que militam na área. Existem lacunas que, para o ano que vem, nas eleições municipais, sem dúvida, vão ensejar, novamente, diversos questionamentos. No Brasil, temos quase seis mil Municípios, onde teremos eleições não só para Prefeitos e Vice-Prefeitos, mas também para milhares de Vereadores, e teremos muitos casos que serão questionados em função dessa decisão. E aí vamos combinar um apelo para que o Supremo dirima essas dúvidas. Há indicativos de que a OAB está solicitando que o Supremo se pronuncie, e nós, mais ou menos nessa linha, vamos arrolar algumas idéias.

Sr. Presidente, nobres colegas, no último dia 23 de março, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por 6 votos a 5, que a lei da “ficha limpa” não valeu para as eleições realizadas em 2010. Como sabemos, o assunto estava pendendo desde o ano passado, quando a votação ficou empatada em 5 votos a 5, por causa da aposentadoria do Ministro Eros Grau. Fomos, então, no pleno calor da campanha eleitoral, tomados por uma imensa insegurança jurídica quanto à viabilidade de certas candidaturas.

A nomeação do Ministro Luiz Fux, pela Presidente Dilma Rousseff, permitiu que o Supremo finalmente se pronunciasse a respeito da matéria. Em seu voto, o magistrado destacou que a Lei da Ficha Limpa estaria desrespeitando o princípio constitucional da anterioridade eleitoral, uma vez que não houve o transcurso de um ano entre a sanção da norma – ocorrida em junho de 2010 – e as eleições de outubro do mesmo ano.

Podemos concordar ou discordar da decisão, mas temos o dever de cumpri-la, porque vivemos numa de-

mocracia, baseada no Estado de direito. Independentemente disso, o que eu gostaria de trazer à discussão neste momento, aqui no Plenário do Senado, não é se o Supremo acertou ou errou ao invalidar a aplicação da Lei da Ficha Limpa no pleito de 2010. Não é isto que venho discutir aqui. O que é mais importante discutir neste momento é a insegurança jurídica em que poderemos novamente mergulhar já em 2012 – quando da realização das eleições municipais – se o Supremo Tribunal Federal não for acionado já, imediatamente, para solucionar de vez a questão.

E isso tem uma razão de ser, Sr. Presidente e nobres colegas.

A decisão do Supremo, pronunciada no último dia 23 de março, não resolveu todas as polêmicas em torno da Lei da Ficha Limpa. Apenas disse que esse diploma não se aplicaria nas eleições de 2010. Contudo, a Lei da Ficha Limpa ainda é acusada de diversos vícios.

Acusam-na, por exemplo, de ferir o princípio da presunção de inocência, porque ninguém pode ser considerado culpado sem decisão definitiva do Poder Judiciário, transitada em julgado. Acusam-na de ferir o princípio da irretroatividade das leis e o princípio da igualdade. Segundo alguns, há ainda a chamada ilegitimidade processual, que faz com que os candidatos condenados fiquem inelegíveis enquanto esperam a resposta final da Justiça. Finalmente, existem aqueles que a acusam de padecer de insanável vício de inconstitucionalidade formal, por violação do princípio do bicameralismo: o projeto que deu origem à lei teria sido alterado aqui no Senado e, em vez de retornar à Câmara para nova apreciação, teria seguido direto à sanção presidencial. É o que se questiona, é o que se discute, é o que se fala abertamente, em todos os sentidos.

São justamente esses argumentos que podem ser ressuscitados por aqueles que, desejando ser candidatos nos pleitos vindouros, vejam seu direito impedido em virtude da Lei da Ficha Limpa. Entrarão com novos e novos recursos perante a Justiça, na tentativa de fazerem valer os seus direitos, mergulhando o País no caos da representatividade política.

Poderemos assistir a um festival de candidaturas municipais – tanto para vereança, quanto para prefeitura – recorrendo à Justiça, já nas zonas eleitorais, e não nos TREs. Lembro que, nas eleições municipais, há um grau de jurisdição a mais a vencer, porque começa lá embaixo, começa na primeira instância, começa lá nessa jurisdição.

Então, iniciando lá, lembro que, neste caso, até passar para os TREs, e ainda cabendo, quem sabe, recurso até o TSE, nós vamos ter uma longa caminha-

da, maior do que essa que houve no ano passado, que foram as eleições cujos recursos tiveram início nos TREs, os concursos judiciais, e culminaram no TSE. E haverá algumas centenas de recursos a mais do que em 2010, pois teremos – como disse no início – quase seis mil Municípios decidindo sobre as suas vidas políticas. Quase seis mil Municípios decidindo sobre sua gestão, sobre o seu futuro, sobre a sua atividade, e isso começa a criar problemas, e não apenas em 27 Estados do Brasil e da União. Há que se considerar ainda que o tempo necessário para apreciar todos esses recursos não é pequeno. Repito, não é pequeno.

Vejam então, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a gravidade dessa situação: quantas idas e vindas de prefeitos eleitos e posteriormente cassados ocorrerão, Senador Armando Monteiro? Avalie o que vai acontecer com isso, inclusive no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, Pernambuco, no Estado do Senador Pedro Simon, que é um homem dedicado a sua terra, a essa questão. Ainda há poucos dias, o Senador Pedro Simon esteve nesta tribuna trazendo o assunto à baila. Isso vai ser em todos os 27 Estados da Federação.

Mas daí, como essas eleições do ano que vem não são de âmbito estadual nem nacional e ocorrem lá nos Municípios, e nós temos quase seis mil Municípios no Brasil, e aí começam lá na primeira instância, lá na primeira jurisdição, depois vai ao TRE, em seguida pode ir para o TSE, isso cria uma insegurança nos Municípios, cria uma insegurança já nas convenções, já na composição dos quadros, porque não há uma decisão clara. Daí a importância de o Supremo participar nessa questão.

Quanta insegurança na composição das Câmaras de Vereadores de todo o País?

Quantos recursos, materiais e humanos, serão despendidos até que se chegue a uma decisão definitiva e segura da Suprema Corte brasileira!?

Portanto, faço aqui este alerta e conclamo os responsáveis, previstos no art. 103 da Constituição Federal – em especial os “partidos políticos com representação no Congresso Nacional”, a acionarem imediatamente o Supremo Tribunal Federal para dirimir essas questões.

Soube pela imprensa que a OAB nacional já procurou acionar o Supremo. Acho que esse é um caminho muito bom que a OAB fez. Eu acho que a OAB representando isso, antevendo o que vai ocorrer no ano que vem, já tomou uma iniciativa. Mas eu faço também o apelo para que os partidos políticos que tenham interesse direto nessa questão também se preocupem e procurem fazer com que essa questão tenha sequência, para nós chegarmos ao ano que vem e não estarmos mergulhados numa insegurança

generalizada. Caso contrário, ainda assistiremos, por todo o País, a muitas situações vexatórias, como a que, aliás, estamos presenciando agora, aqui mesmo no Senado, onde quatro de nossos ilustres membros estão em vias de deixar esta Casa para dar lugar a outros pares, cujas eleições foram homologadas na esteira dessa decisão do Supremo.

Então, isso cria uma insegurança, cria um mal-estar. É duro isso. Já viu isso começar nas câmaras de vereadores, nas prefeituras municipais do Brasil inteiro? Isso não é fácil, isso é duro, oferece insegurança.

Falo isso porque vivi, não só por ter sido secretário da executiva nacional do nosso partido, na época em que Ulysses Guimarães era o presidente e eu era o secretário; não só por em outra época ter sido o tesoureiro da executiva nacional do nosso partido aqui em Brasília; não só por eu haver presidido o meu partido durante nove anos em Santa Catarina; não só por eu ser hoje o presidente de honra do meu partido lá no Estado.

Mas acho que nós, envolvidos nisso, as direções de nossos partidos políticos, em conjunto com a OAB, junto ao Supremo, temos que fazer com que se dirimam essas dúvidas ainda neste ano. Temos que dirimir isso. Não podemos ficar nessa insegurança jurídica.

Então, Sr. Presidente, nobres colegas, eu trago isso para dizer que não podemos nem devemos correr o risco de perder a nossa segurança jurídica sem a qual a democracia se desmancha e a estabilidade das instituições republicanas se desfaz.

Antes de concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que consultamos diversos advogados e juristas para fundamentar esse pronunciamento. Foram vários colegas que são da área e se dedicam a isso. Eu gostaria de agradecer de público, Sr. Presidente, nobres colegas, no nome do Professor Doutor é Ruy Samuel Espíndola, do meu Estado, que há tempos já vem nos fazendo esse alerta. Ele leciona, discute isso com os colegas de Santa Catarina. O Dr. Ruy Espíndola, como professor universitário, como homem do Direito, tem-se preocupado com o assunto. Ele milita nas hostes dos tribunais nessa questão, tem diversos clientes que passam por essa situação e, antevendo o que pode ocorrer, enxergando um pouco além do horizonte, vem alertando. Ele, como outros colegas do meu Estado – e isso ocorre no Brasil inteiro –, vem nos despertando para isso.

Por isso, Sr. Presidente, nobres colegas, eu trago à Casa, trago ao Plenário, trago aos colegas, trago principalmente aos nossos partidos políticos, às direções dos nossos partidos políticos, essa reflexão, essa meditação para que nós possamos levar avan-

te, e pedir que o Supremo medite sobre isso, decida sobre isso.

Fazemos coro com a OAB nacional, que está entrando com essa preocupação no Supremo, para que ofereçam um pouco de tranquilidade para que os partidos possam encaminhar essa questão no ano que vem. É a solução para os nossos Municípios, é a gestão das questões municipais do ano que vem.

Agradeço ao Sr. Presidente e aos nobres colegas por permitirem essa meditação, por trazê-la a esta Casa, porque, com certeza, em outros momentos, isso vai ocorrer. Mas é fundamental pensarmos sobre isso.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Magno Malta, pela Liderança do PR.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Pois não, Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Consulto V. Ex<sup>a</sup>: estou inscrito como orador e também como Líder do Democratas. Após o Senador Magno Malta, que falará pela Liderança do PR, creio que falará, pela ordem dos inscritos, a Senadora Angela Portela.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Sim, a Senadora Angela Portela.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – E, depois, imagino que será o Senador Jayme Campos, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Sim, será V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem na Rádio Senado e nos veem pela TV Senado, Sr. Presidente Walter Pinheiro, quero fazer um registro importante da presença, neste plenário, de um amigo, ex-atleta e esportista, referência mundial do jiu-jítsu, nosso Wallid Ismail, que se encontra ali, o chamado “caçador de Gracie”, o único faixa preta de jiu-jítsu que venceu todos os Gracie e que ficou conhecido mundialmente. Hoje comanda o Jungle Fight, essa companhia de luta tão importante no Brasil, que tanto tem colaborado com a prevenção às drogas e com a recuperação de jovens drogados.

Agradeço, até porque tenho uma instituição, Sr. Presidente, de recuperação de drogados há 30 anos. Tenho um centro de treinamento e tenho atletas da minha instituição de drogados que lutam Jungle Fight, a exemplo do Marcelo, que nós tiramos do **crack**. Foi recuperado do **crack**

e hoje é um atleta de ponta, absolutamente importante, e que teve oportunidade no Jungle Fight.

Aproveito Wallid Ismail, que abriu as portas para os brasileiros no Japão, uma figura tão importante, para convidar e avisar que, no dia 21, no feriado, Senador Valadares, aniversário de Brasília, dentro da vasta programação do aniversário de Brasília, vai acontecer um Jungle Fight no Nilson Nelson, e que, certamente, não terá ingresso. É aniversário de Brasília, com um **card** de lutas muito importante. Aliás, lembrando que o Paulo Thiago, esse lutador importante do Ultimate Fighting americano, um dos ídolos americanos que teve a felicidade, até por conta do preparo que tem, do talento do atleta brasileiro, Senador Paulo Paim, de nocautear o Josh Koscheck, um dos lutadores mais laureados, ídolo dos americanos. Esse jovem Paulo Thiago, da polícia de Brasília, do Bope de Brasília, hoje é uma expressão mundial: é daqui, é da terra, é brasileiro, é de Brasília, do Bope de Brasília, e tem nos orgulhado muito nos ringues, aliás, nos octógonos do mundo inteiro, no **Ultimate Fighting**.

Sr. Presidente, nós teremos uma edição no Rio de Janeiro do Ultimate Fighting. V. Ex<sup>a</sup> está rindo porque eu não sei inglês, não é? Mas essa aí eu decorei. Na hora em que eu peguei na mão do Obama, eu disse para ele: “God bless you!”. Essa eu sei decorado: “Deus te abençoe”. E ele respondeu para mim: “God bless you!”.

**Fight night** é luta à noite, não é? Para V. Ex<sup>a</sup> saber que eu me lembro de algumas coisas que eu aprendi na escola, em Macarani, depois em Itapetinga. Não era escola de inglês, mas era escola pública, e eu aprendi alguma coisa lá. Mas V. Ex<sup>a</sup> riu quando eu falei **ultimate fighting**. Por isso é que eu parei o meu discurso, porque não entendi a risada de V. Ex<sup>a</sup>. Essa aí eu decorei.

Olha lá, está vendo? Armando viu V. Ex<sup>a</sup> rindo também. Aí todo mundo riu. O pessoal acha que eu não sei inglês?

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – V. Ex<sup>a</sup> não tem obrigação de saber inglês. V. Ex<sup>a</sup> tem a obrigação de falar, porque foi esse o mandato que o povo lhe deu. Acho mesmo que, por sinal, o esforço que V. Ex<sup>a</sup> faz é brilhante. O mais importante é o conteúdo e não a forma como a fonética chegou aos nossos ouvidos. Todos entenderam, mesmo nós que rimos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Falei tão mal assim?

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Falou tão bem que, como eu disse, todos nós entendemos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Até quem não sabe, ou quem sabe menos do que eu entendeu, não é? Se eu aprender a falar inglês igual ao

Joel, que foi técnico do Botafogo, está bom. Você viu o Joel falando inglês? Parabéns para Joel. Deu entrevista em inglês e falou desinibidamente. Eu o admiro. O Wallid me falou que, quando ele começou a lutar no exterior e começou a aprender inglês, tinha medo de aprender inglês, esquecer o português e ficar mudo. Esse não é o meu medo. Vou começar a aprender. Até paguei uma escola aqui em Brasília e perdi o dinheiro que paguei porque não fui à aula.

Sr. Presidente, eu queria ler: “Pedofilia é ‘orientação sexual’, especialistas dizem no Parlamento do Canadá”. Olhem que desgraça essa cambada de pestes falou. Vou ler aqui um trequinho só. Não gosto de ler nada na tribuna porque não gosto de falar de cabeça baixa, mas vou ler.

O Dr. [o nome do cara é em inglês, vou ler e vejam se está certo aí] –Vernon e o Dr. Hubert, especialistas na questão, foram chamados para dar testemunho. A gente, quando dá testemunho, está dando da vida da gente. Não sei se a palavra está errada:

Quando falamos de terapia ou quando indivíduos recebem terapia e sentimos como se todos tivessem sido apaziguados, a boa notícia é muitas vezes ilusória, [disse o especialista], psicólogo e professor aposentado da Universidade de Montreal.

Os pedófilos não são simplesmente pessoas que cometem um pequeno delito de tempos em tempos. Pelo contrário, eles têm conflitos com o que equivale a uma orientação sexual exatamente como outro indivíduo pode estar em conflito com a homossexualidade ou até mesmo a homossexualidade’, frisou [o doutor].

‘Os verdadeiros pedófilos têm preferência exclusiva por crianças, o que é a mesma coisa como ter uma orientação sexual. Não se pode mudar a orientação sexual de uma pessoa.

Olha só que mensagem subliminar! É gente trabalhando, ao redor do mundo, para tentar formar uma consciência de que é normal e perfeitamente aceitável, Senador Jayme Campos, um desgraçado desses, do alto da sua tara sexual, do alto da sua necessidade de realização de prazer individual, cortejar uma criança, cortejar a família, esquematizar um crime, trabalhar cinco, seis meses, um ano até atrair uma criança para poder buliná-la ou, em seguida, ter com ela uma conjunção carnal, sem se importar com a idade que ela tenha! Aí me aparecem esses desgraçados, como se fossem a sabedoria do mundo, num tratamento subliminar para que isso tome o mundo e as pessoas,

daqui a quinze ou vinte anos, comecem a achar que é normal essa violência sexual contra a criança.

Eu, hoje, não viria a esta tribuna. Fui movido por ler esta reportagem, porque sei que muitas pessoas leram. Como já apareceram **fakes** na Internet, já apareceram *e-mails* sem assinatura a respeito do advento do Rio de Janeiro, do assassinato das crianças do Rio, Senador Walter Pinheiro: indivíduos louvando a atitude do assassino das crianças, dizendo que ele é um puro, que ele é um santo que ajudou a purificar o Rio de Janeiro! E fazem algumas colocações.

Por isso, Senador, é que o meu projeto, que está na CCJ para ser votado, Senador Paim, que criminaliza e faz com que, com urgência, a Polícia Federal chegue a esses **fakes**, a esses *e-mails*, a esses **twitters**, a esses **facebook**s da vida, a esses sites de relacionamentos, Orkut ou sejam quais forem. E eu tive o prazer de quebrar o sigilo do Orkut, Senadora, de abrir e mostrar a lama do mundo para o universo a partir do nosso País, no abuso de criança. Que haja a criminalização porque o indivíduo precisa assumir aquilo que fala, porque a Internet não pode ser terra de ninguém!

Não sei quantos de vocês leram, viram a louvação de indivíduos ao assassinato e defendendo esse assassino, que, de maneira fria, destruiu sonhos, avassalou sofrimentos, acumulou lágrimas e dor no coração deste País e, de forma muito especial, no coração dessas mães.

Agora, ele só tinha vinte anos. Imaginem se ele tivesse três anos a menos, se ele tivesse 17 anos: iria ter muito mais gente defendendo ele! Um homem de 17 anos que mata, que estupra, que sequestra, que chega à porta de um banco, põe um 38 na cabeça de um aposentado e diz: "Perdeu, vagabundo!"

Que pega um empresário, tranca-o no banheiro de sua empresa, um homem que gera quinhentos, seiscentos empregos, empresas familiares como o que aconteceu com o dono da Schincariol em Itu. Tenho tudo contra bebida em minha vida, mas aquele homem não merecia ser assassinado como foi. Depois, a polícia põe a mão nele, e ele diz: "Tira a mão de mim, que eu sou menor, conheço o meu direito". Direito uma ova! Quem comete crime tem que responder pelo crime que cometeu.

Senador Paim, por mais que quem milite a favor dos direitos humanos sempre faça essa defesa, há que entender hoje que nós não estamos vivendo mais no País de Alice, não estamos no Fantástico Mundo de Bob. A violência deste País nós não sabemos aonde vai chegar.

"Ah, mas redução da maioridade penal resolve?" Não. É um motor, é uma engrenagem, mas é uma roda dentada da engrenagem. Faz parte, porque 17 anos não é criança. Já tive 17 anos e eu era homem. Eu tinha 16 anos e era homem. Com dezesseis anos, os

reflexos estão prontos, pode engravidar, pode gerar filhos, pode votar.

Aliás, tenho um outro projeto, Senador Pinheiro, que dá direito a um menino de 16 anos, um homem, tirar carteira de motorista. Os reflexos dele estão prontos. Ele pode entrar na faculdade, por que não pode dirigir? Ele pode votar, por que não pode dirigir? Isso é hipocrisia. Hipocrisia!

Então, precisamos urgentemente reduzir a maioridade penal neste País. Estou entrando na CCJ, pedindo que votemos um plebiscito no País, se possível junto com o das armas, do desarmamento.

E parabéns ao Ministro da Justiça, parabéns a José Eduardo Cardozo, parabéns a nossa Presidente Dilma, porque precisamos realmente consultar sobre desarmamento. É um outro instrumento importante no combate à violência neste País. Precisamos sair dessa hipocrisia, precisamos discutir realmente acostamentos. Precisamos discutir com o povo que vive no campo, as pessoas que precisam da arma.

Sabe o que acontece hoje, Senador Valadares? O tráfico de drogas está pegando seus soldados e colocando-os para fazer cursos de vigilante. Paga o curso. Ele sai com a carteira de vigilante e a arma. Quando ele arruma um emprego, some do emprego e entrega a arma para o tráfico e o porte também.

É preciso que tomemos providências. Nós não estamos no Fantástico Mundo de Bob. Então, está certa a Presidente Dilma, está certo o Ministro José Eduardo Cardozo. Aliás, quero louvar o José Eduardo Cardozo que atende a gente. A gente pede, e ele atende na hora; telefonou, ele atende; pede uma audiência... Tem tido audiências com a Frente da Família, com o nosso núcleo da Frente da Família, nos convidou para discutir a campanha do desarmamento, Senador Pinheiro.

Parabéns para ele e parabéns para o Padilha. O Padilha é outro, ele não atende quando você telefona, se ele sonhar que você telefonou, ele já atendeu. E esses Ministros são preguiçosos, tanto o José Eduardo Cardozo quanto o Padilha, esses dois não trabalham porque têm tempo de atender a Senador; os outros não atendem porque trabalham demais, porque só eles que trabalham.

O S. Palocci mesmo. Eu tenho saudade do Palocci da campanha, Pinheiro, que ligava para você dez vezes por dia. Não quero nem falar de mim, que não sou do PT, mas eu estava do seu lado. Ele ligava para você, ficava nesta lambeção: ajuda, pelo amor de Deus. Quando o Serra empatou tecnicamente, então, meu Deus, hein? E foi esta besta aqui que ficou 26 dias dentro de um jato, sem dormir, sem comer, falando dez vezes por dia. E ele era o maior amigo. E eu fui amigo dele também nos maiores sofrimentos da vida dele, sabia, Senador Pinheiro? Quando ele passou aque-

las dores, eu até orava por ele. Ele ligava, eu atendia. Mas hoje, tudo passou. Ele está encastelado. Ele é o próprio poder. Ele não respeita ninguém.

Ele não atende telefonema de líder de partido, eu sou líder de um Partido de seis Senadores. Isso é uma vergonha! Os Senadores do meu Partido querem falar com o Ministro da Casa Civil, ele não dá retorno. Ora, ninguém aqui foi nomeado, isso aqui não tem cargo de nomeação do Governo Federal. Eu fui eleito pelo meu Estado. Eu fui trazido pelo voto de um povo que acredita em mim e que tem interesse nos seus interesses, como a minha Bancada, como o Senador Vicentinho, como o Blairo Maggi. Mas ele atende a oposição. O Senador de Minas mesmo ele não atende, que é da base do Governo da Dilma, que votou o tal trem—bala ontem, mas o outro lá, que tem um sobrenome importante, ele atende todo o dia. Ô, Dr. Palocci, me engana que eu gosto. Eu adoro ser enganado. Mamãe me acode

E o outro, Gilberto Carvalho, esse que é engraçado. Esse é engraçado, esse é um brincalhão. Não falei para você, Pinheiro, naquela reunião do segundo turno? Eu falei esse aí é um brincalhão. Quando está precisando, ele fica todo humildezinho. Não falei com o senhor: “Mas deixa a eleição acabar que você vai ver”. Ele não atende você, que é do PT, vai me atender? Gilberto Carvalho, me engana que eu gosto.

Adoro ser enganado, Senador Paim. Paim deve ser atendido para caramba lá.

Paim deu uma risada, não sei nem de quê.

Mas, Ministro Palocci, a roda gira, hein, Ministro. Gilberto Carvalho, a roda gira. Um dia, as pessoas se cansam. E eu quero dizer ao Sr. Ministro Palocci, ao Sr. Gilberto Carvalho, que eu sou o tradutor do sentimento da maioria dos Senadores que são da base deste Governo. Adoro minha Presidente, o respeito que ela tem, quero até louvar a atitude do Luiz Sérgio, que tem sido um grande Ministro. Mas eu vou pedir para Humberto Costa marcar, e ele fala assim: “Não, rapaz, já cansei de falar, eles não dão atenção”.

Se não dão atenção para o cara que é o Líder do Governo, vão dar atenção para mim, um pé rapado, do interior da Bahia, filho de Dada, faxineira? Vão dar, Pinheiro, vão?

Ministro Palocci, a roda gira. A roda gira, Ministro.

Até perdi meu tempo falando nisso, até perdi onde eu estava.

Senador Pinheiro, nós precisamos fazer uma grande cruzada, e a cruzada é o meu pedido à CCJ para uma consulta, um plebiscito se o povo do Brasil, se o povo deste País, quer ou não quer redução da maioridade penal.

Eu lhe antecipo esse plebiscito. A maioria absoluta, mais de 80%, quer, porque ninguém suporta ter uma filha abusada por um homem de 17 anos, ter a casa invadida por um homem de 16 anos, de 15 anos, ninguém suporta ser assaltado no banco, no ponto do ônibus. Uma mulher que trabalha, que paga um telefone celular à prestação, que o comprou para um filho levá-lo para a faculdade, mães que trabalham com dificuldade, pais que com dificuldade compraram um celular, deram de presente a um filho no dia do aniversário, o homem de 17 anos chega, com arma na mão e diz: “Perdeu, vagabundo!” E a Polícia põe a mão nele, e ele diz: “Não, tira a mão de mim que eu sou menor!” Menor, é? Até porque sabe que tem quem o proteja. Sabe que tem quem o proteja.

Eu tenho saída para isso. E aqueles que viajam na maionese, quando falam em redução da maioridade penal, dizem: “Não, é porque tem que pegar uma criança e levar para Bangu I”. Criança? Eu não estou falando que tem que levar essa criança para Bangu I, não. Até porque o cara que está em Bangu I é que tem medo dessa criança, o cara que está lá tem medo desse menino, tem medo de ficar igual a esse menino, de tão ruim que ele é.

A minha proposta são centros de treinamento, com a presença do Senai, do Cefet, que os pais, monitorados, entrem na sexta-feira, saiam na segunda, e que haja um trabalho esportivo no sentido de se descobrir talentos. E que eles sejam preparados para ser atletas de alta resolução para fazer competições em nome do País e ser reintegrados à sociedade de forma digna. Não estou falando nem de Febem, nem de lesbem, não estou falando de nada dessas desgraças, eu estou falando realmente de reintegração.

Eu prossigo, Senador Paim. Estive com o Ministro e hoje eu estive com o nosso Conselho, Senador Jayme Campos. V. Ex<sup>a</sup> faz parte da Frente da Família, o Senador Paim também assinou a Frente da Família. A Frente da Família é para fazer enfrentamento a quê? A aborto. Fazer enfrentamento a quê? A droga. Tratar de prevenção. Fazer enfrentamento a quê? Ao álcool, porque o problema do Brasil não é o **crack** não. Eu até respeito esse negócio de frente contra o **crack**. Amanhã vamos ter que fazer uma frente contra a maconha, contra a merla, contra a brita, que é uma droga nova, até pior do que o **crack**. A farinha do **crack**, agora, misturada com a maconha, chama-se brita. Tem que fazer uma frente para a brita, não é? Para outras drogas que estão vindo aí.

Nós precisamos discutir é o vício no Brasil, porque o País é hipócrita. O problema do Brasil não é cocaína, também não é **crack**. O problema do Brasil é o álcool. Um país de bêbados, que põem o dedo na

cara da polícia e dos políticos, que querem que nós resolvamos aquilo que tem que ser resolvido em casa, porque casa de pai é escola de filho, quem tem que criar filho é pai e mãe, não é político nem polícia.

Essa Frente da Família, para fazer enfrentamento, e preservar a família, respeitando as pessoas, é claro, discutir infanticídio, discutir este famigerado PL nº 122, que trata da questão da homofobia. Eu não sou homofóbico, rejeito isso, precisamos respeitar as pessoas. A Frente da Família não é homofóbica.

Aliás, eu quero avisar que a Frente da Família tem mais de 70 Senadores e mais de 480 Deputados Federais, avisando que nada que vier tentar corroer princípios de família vai ter sucesso conosco.

Senador Pinheiro, o conselho esteve, hoje, lá no Ministério da Saúde, tratando com o ministro da questão da Campanha do Câncer de Mama. Aliás, o Wallid Ismail me deu a notícia, hoje, que o Jungle Fight, ao vivo, pelo *SporTV*, pelo Premiere Combate, no dia 21, vai tratar também da questão do câncer de mama, orientando as pessoas que estão vendo o evento. Vejam, um evento de luta, falando com as mulheres do Brasil.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – E eu acho que isso é dever de todos nós. Façamos nossa parte.

Eu encerro, dizendo que falei com o Governador de Mato Grosso, hoje – terra do Senador e ex-Governador Jayme Campos. Fiz uma louvação ao esforço da sociedade – certamente aqueles que aqui vieram comandados por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jayme Campos, quando da morte do menino Kaytto, que tem seu nome cunhado na lei do rastreamento eletrônico, essa criança que foi violentada e morta, aos 9 anos de idade, de uma forma covarde. E como seu Estado reagiu a isso, a sua população... E digo a V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da CPI da Pedofilia e que cruzou este País, que foi o Estado que mais e melhor reação teve no combate e enfrentamento a esse tipo de abuso contra as crianças do Brasil.

Recebi V. Ex<sup>a</sup> mais de três vezes em meu gabinete, com lideranças de seu Estado. Fui a seu Estado e vi a movimentação, Senador Paim. Fui a uma solenidade, que tive de desmarcar, porque eu não sabia o que era, mas fui levado na marra. Mas era para eu presenciar o Governador entregando 158 carros a 158 Conselhos Tutelares. Ação de governo que deveria ter sido de governos municipais, mas foi feito pelo governo estadual, numa visão de que nós, realmente, precisamos tratar os Conselhos Tutelares, as ONGs e aqueles que querem fazer a proteção das crianças no Brasil.

Encerro meu pronunciamento, dizendo que a Frente da Família, dia 27, Senador Pinheiro... Traga

Ana, sua esposa... Ana, está me ouvindo? Será dia 27, porque Pinheiro é esquecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Se eu fosse esquecido, eu não tinha uma Ana, rapaz.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Mas você só não é esquecido porque tem a Ana.

Jayme Campos, trazer a esposa, dia 27. Paim, ouviu? Lançamento da Frente da Família. Nós teremos atletas, artistas, bispos católicos, evangélicos, espíritas, religiões afros, que integram a Frente da Família, porque esse não é um debate de um segmento religioso, mas o debate da família que quer enfrentar as mazelas e todos os tipos de torpedeamento contra a família brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela benevolência.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Com a palavra, agora, a Senadora Angela Portela, do PT de Roraima. V. Ex<sup>a</sup> tem até 20 minutos.

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, meu querido amigo Senador Walter Pinheiro, eu gostaria de destacar, neste pronunciamento de hoje, os importantes programas criados no Governo de nossa Presidenta Dilma, que acaba de completar 100 dias, com um saldo altamente positivo. Nesse curto período à frente do Poder Executivo, não apenas mostrou que preservará as conquistas de seu antecessor, o Presidente Lula, como olhou para o futuro, com propostas que vão ao encontro e aos anseios da população brasileira.

As pesquisas revelam que nossa Presidenta Dilma tem sido compreendida pelos cidadãos deste País. Eu gostaria de dizer também que, nessas pesquisas, nada menos do que 73% dos brasileiros avaliam, de forma muito positiva, o desempenho da Presidenta da República.

Para esse reconhecimento do povo brasileiro, contribuiu, sem dúvida nenhuma, a prioridade estabelecida pela Presidenta para a área social. Cumprindo uma das mais relevantes promessas de sua campanha, o Programa de Erradicação da Pobreza Extrema conta com metas claras e ação conjunta e deverá ser a mais efetiva guerra à miséria já empreendida em nosso País.

Foi assim que, mesmo procedendo a um corte de despesas, a Presidenta assegurou reajuste médio de 19,8% aos benefícios pagos pelo Bolsa Família. Não se trata de uma simples correção de valores, já que houve aumento real, acima da inflação. Certamente essas quase 12 milhões de famílias brasileiras que recebem esse benefício ficam muito felizes, muito contentes, porque, dessa forma, vai melhorar a qualidade de

vida, o direito à alimentação segura, a sua segurança alimentar. Sem dúvida nenhuma, é motivo de alegria para todos aqueles que defendem os mais pobres, que estão atentos às políticas públicas desenvolvidas pelo Governo voltado à população de baixa renda.

Também não constituiu um reajuste linear, mas de decisão estratégica, uma vez que famílias com crianças e adolescentes até 15 anos receberam um aumento real que chega a 45,5%. E esse aumento real do Bolsa Família vai começar a ser pago a partir de hoje.

Essa ação não pode ser vista isoladamente. Representa a continuidade do que talvez seja a mais importante conquista do Presidente Lula: a incorporação de importantes segmentos da população brasileira à classe média.

Nesse sentido, e em tão curto espaço de tempo, há notáveis iniciativas a registrar. Importantes programas foram lançados, por exemplo, na área de saúde. Em um esforço para combater as mais sérias causas da mortalidade de mulheres no País, criou-se o Programa de Prevenção ao Combate de Câncer de Mama e de Colo de Útero. Tenho aqui a grata satisfação de destacar que a Presidenta lançou na Região Norte, exatamente por ter sido detectado, pelo Ministério da Saúde, que, na Região Norte, as mulheres têm duas vezes e meia maior incidência de câncer de colo de útero.

Uma conquista de grande importância também na área da saúde foi o projeto chamado Rede Cegonha, que já proporciona a melhoria das condições para que as mulheres deem a luz, cuidem de seus bebês com tratamento seguro, humanizado e qualificado na rede pública de saúde. Passam, assim, as mulheres a contar com atendimento amplo antes, durante e depois do parto, até que os filhos cheguem a dois anos de idade. É o princípio da assistência integral à saúde das mulheres brasileira.

Outro programa que eu gostaria de destacar é o Farmácia Popular, que garante acesso gratuito a medicamentos no combate a doenças que matam silenciosamente, caso da diabetes ou da hipertensão.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer também que a Presidenta Dilma tem reafirmado, em todas as oportunidades, seu compromisso com a educação de qualidade e com o avanço tecnológico. Sabe que ainda há uma longa estrada a ser percorrida no setor da educação e pretende avançar muito nesse rumo. E aí eu queria dizer que o Plano Nacional de Educação, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, ganha ampla importância neste momento em que a nossa Presidenta quer, efetivamente, melhorar a qualidade da educação brasileira em todos os níveis, tendo como meta, no setor da educação, melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, para atingir aos índices dos países desenvolvidos. Esse índice, como

sabemos, reflete o desempenho dos estudantes na língua nacional e em matemática. Para isso, será indispensável a qualificação da rede escolar brasileira – outro compromisso que a Presidenta assumiu e ao qual já está se dedicando.

Aos investimentos nessa faixa se somarão outros programas já delineados. E aqui eu queria destacar o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica, o Pronatec.

Levará o conceito do Programa Universidade para Todos, o ProUni, aos cursos profissionalizantes, proporcionando bolsas de estudo, ao mesmo tempo em que aumentará a oferta de centros científicos e tecnológicos à população. E aqui eu queria dizer, Senador Paim, que estamos lutando junto ao MEC, à Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico, para que o nosso Estado de Roraima seja contemplado, dentro do Pronatec, com a construção de mais três escolas técnicas. Uma será no Município de Boa Vista, nossa capital, e a outra será designada, definida pelo Cefet de Boa Vista, onde já estão realizando estudo para identificar, entre os 15 Municípios de Roraima, onde existe maior necessidade, onde há o maior número de alunos que necessitam do atendimento no ensino técnico e profissionalizante em nosso Estado de Roraima.

Então, quero destacar aqui, Sr. Presidente, que o nosso Estado será beneficiado com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, lançado pela nossa Presidenta Dilma. Essas medidas serão tomadas paralelamente a uma atenção especial na educação infantil. A Presidenta tem dito, corretamente, que investir na educação infantil significa investir na inserção social e, mais do que isso, representa a garantia do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior com mais qualidade. É o Pró-Infância, que busca multiplicar as creches em todo o País. A Presidenta Dilma, inclusive, anunciou medidas destinadas a garantir recursos para o custeio de creches aos Municípios brasileiros durante o período em que ficam sem os repasses do Fundeb. É importante lembrar que a construção de creches ocupa papel importante na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2.

Ressalto que a Presidenta Dilma tem uma visão extremamente avançada do papel a ser desempenhado pela inovação, ciência e tecnologia. É o caso do Sistema Universidade Aberta do Brasil, que leva ensino superior a distância para os Municípios mais distantes do nosso País. É o caso também do investimento em Internet banda larga nas escolas brasileiras.

Com a palavra, o Senador Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela, só quero cumprimentá-la. É com muita alegria que quero reafirmar que V. Ex<sup>a</sup> foi eleita, por

unanimidade, Presidente da Subcomissão Permanente da Mulher. E já fizeram uma grande audiência pública que teve repercussão em todo o País, e a gente festeja isso. Mas eu quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e percebo que, até o momento – sei que vai aprofundar mais –, V. Ex<sup>a</sup> centralizou o seu discurso principalmente da educação, sem deixar de falar nas obras do PAC, naturalmente. Mas falou da universidade, falou das creches e falou do ensino técnico. Isso aponta o centro, no meu entendimento, do seu pronunciamento. Todos os outros temas são importantes – os cem dias da nossa Presidenta Dilma –, mas apontam que a educação é fundamental. Neste momento em que a violência, como a gente fala no Rio Grande, campeia sem limite pelo Brasil, a educação é o caminho, a educação é o futuro, a educação é que aponta o caminho da paz, do amor, do entendimento. E V. Ex<sup>a</sup> descreveu aí, como ninguém, a luta das mulheres, inclusive contra o câncer de mama. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Como professora, atuo fortemente na área de educação, na educação infantil, no ensino médio profissionalizante, ensino superior e vejo, com muita alegria, Senador Paim, a preocupação da Presidenta Dilma em melhorar a qualidade do ensino brasileiro em todos os níveis. Isso é muito gratificante.

Gostaria também de destacar, como uma Senadora do Estado de Roraima, da Região Amazônica, vendo a preocupação do Governo Federal também em levar banda larga a esses Municípios tão longínquos, que isso contribui também imensamente para a educação da nossa juventude, das nossas crianças.

Queria destacar essa preocupação do Governo da Presidenta Dilma em levar a inclusão digital aos Estados mais longínquos do nosso País.

Sr. Presidente, queria também dizer que a Presidenta Dilma, de forma muito corajosa, não hesitou em proceder a um corte de R\$50 bilhões nas despesas orçamentárias, tendo em vista a necessidade de ajuste à realidade financeira do nosso País.

Essa decisão assume um sentido altamente relevante. Mostrou um Governo comprometido com a estabilidade fiscal e avesso a aventuras na economia. Esse corte se aplicará, basicamente, a despesas de custeio, reduzindo o peso da máquina estatal sobre as contas públicas.

Devemos compreender que os fundamentos do desempenho econômico dos oito anos do Governo do Presidente Lula residiam em semelhante compromisso. Ao mesmo tempo em que buscava o crescimento econômico, com o êxito que conhecemos, a política econômica desses oito anos manteve combate sem tréguas à inflação, inclusive com superávits fiscais de

grande conteúdo simbólico. O crescimento saudável obtido nos últimos anos se deve também a essa garantia de estabilidade.

Ao longo desses primeiros 100 dias de Governo, portanto, emitiu-se importante sinalização para sociedade brasileira. Sabe-se hoje, inclusive no mercado internacional, que o Governo brasileiro não transigirá no equilíbrio de gestão, combinado busca de desenvolvimento econômico com inclusão social e garantia de estabilidade.

Eu gostaria de dizer também que neste momento auspicioso do Governo da Presidenta Dilma, que superou as expectativas já muito elevadas da população brasileira que a consagrou nas urnas, mostrou que o País contará com o Governo eficiente, capaz de responder com rapidez aos desafios que surgem. Ao mesmo tempo, revelou também nesses cem dias visão de futuro ao adotar iniciativas renovadoras e ao apontar caminhos que certamente levarão a um Brasil ainda melhor.

Isso está ficando mais claro neste momento em que nossa Presidenta cumpre viagem oficial à China e participa da reunião de cúpula das maiores economias emergentes do planeta: os Brics.

É uma visita histórica sob todos os aspectos, tanto do ponto de vista prático quanto simbólico. E a presença da Presidenta entre alguns dos mais poderosos líderes mundiais é o retrato fiel desse novo papel de destaque que o Brasil desempenha no concerto das Nações. E nosso País chega para as cúpulas com a cabeça erguida e com a consciência de que estamos hoje em outro patamar, digno do respeito e da admiração desses líderes mundiais e de seu povos.

Do ponto de vista econômico, nossa Presidenta e sua comitiva voltam da China com nada menos que 22 acordos assinados e a garantia de investimentos no setor produtivo brasileiro da ordem de 13 bilhões de dólares. São investimentos em infraestrutura e no setor de tecnologia, o que acena para a construção de um futuro ainda melhor para o nosso País.

Sr. Presidente, eu gostaria também de, além de destacar essas importantes ações, programas, implantados pela Presidenta Dilma nesse pouco tempo de Governo, que nos deixa muito satisfeitos, de aproveitar este momento neste plenário para parabenizar a Fecomércio lá de Roraima, que, nesta sexta-feira, comemora os vinte anos de fundação e pleno funcionamento.

Ao longo dessas duas décadas, a Fecomércio tem atuado muito além de sua proposta inicial, que era unificar os sindicatos patronais do setor comercial e de prestação de serviços numa entidade estadual que mantivesse vínculo com a representação nacional, no

caso a Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo – CNC.

Entretanto, graças à ousadia e determinação de seus dirigentes, sob o comando do empresário Airtton Dias, as ações realizadas no decorrer dessa história demonstram que a referida entidade deu e continua dando importante contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Estado de Roraima. Ao todo são cerca de 600 colaboradores que atuam nas mais diversas áreas através do sistema Fecomércio, formado pela Federação, pelos 13 sindicatos filiados, pelo Sesc, pelo Senac e pelo Instituto Fecomércio de Pesquisa e Desenvolvimento.

O Sesc oferece um serviço social para os integrantes do setor e também para a comunidade em geral; atua no fomento à cultura, ao lazer, à assistência social, no combate à fome, à miséria e no resgate à cidadania. Também prioriza a formação integral do indivíduo e tem dado importante contribuição para o setor do turismo roraimense, sendo a primeira instituição a acreditar e a investir no turismo no Município de Amajari, região do Tepequém, onde instalou a Instância Ecológica do Sesc, que, nos últimos anos, motivou muitos empreendedores da própria localidade a investirem no turismo regional, de aventura e ecológico.

O Senac tem se destacado na capacitação e qualificação profissional em diversas áreas, mas principalmente na qualificação de profissionais que atuam no setor hoteleiro e de turismo e no setor de estética.

Além disso, oferece qualificação profissional à distância.

Apesar da preocupação com a qualificação profissional, o Senac não perde a dimensão social que norteia todo o Sistema Fecomércio de Roraima e, em parceria com a Petrobras, desenvolve projeto voltado para atender jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Este projeto inclui qualificação profissional, com o objetivo de inseri-los no mercado de trabalho por meio de parcerias com diversas empresas e instituições.

Por sua vez, o Instituto Fecomércio de Pesquisa e Desenvolvimento de Roraima tem contribuído para o desenvolvimento intelectual da sociedade roraimense.

Foi pioneiro ao produzir o guia de turismo e o guia de saúde de Roraima, demonstrando as opções dos dois setores. Também é responsável pela publicação do Anuário Econômico do Estado, realiza pesquisas diversas, dentre elas o senso empresarial.

Já a aniversariante, a Fecomércio, tem tido uma postura política compromissada com o desenvolvimento de Roraima, procurando interiorizar suas ações positivas e fomentando as relações internacionais de Roraima com os demais países da América Latina, através

de realização de eventos internacionais em Roraima e também no envio de delegações de empresários roraimenses em outros países.

Tem uma representação ativa nos conselhos paritários da sociedade local, o que é determinante na elaboração de políticas públicas focadas na melhoria da qualidade de vida da população, principalmente a mais necessitada.

Então, meus amigos, queridos Senadores, no momento em que a Fecomércio comemora os seus 20 anos em Roraima, Sr. Presidente, quero deixar aqui meus parabéns a todos os diretores, os sindicatos e, principalmente, aos trabalhadores e trabalhadoras que ajudam a construir essa história bonita no meu Estado de Roraima.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Muito bem, Senadora Angela Portela, foi um brilhante discurso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Pois não, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Estou atrapalhando. O senhor estava cumprimentando a nossa oradora. Eu aguardo seu cumprimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Mas cumprimento V. Ex<sup>a</sup> agora, que já aproveita e faz, em cumprimento, a sua fala.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só quero encaminhar à Mesa um voto de pesar. Perdemos, lá no Rio Grande, um amigo.

Faleceu ontem o ex-prefeito da cidade de Caí, lá no meu Rio Grande, o Sr. Egon Schneck, aos 68 anos de idade. Ele estava muito doente. Ocupou o cargo de prefeito por dois mandatos, sendo também vice-prefeito por um mandato.

Egon teve sua trajetória política iniciada como prefeito da cidade de Ivoti e depois se transferiu para o Caí. O corpo foi velado e foi enterrado hoje à tarde.

Deixo aqui a minha total solidariedade a todos os moradores do Caí, e naturalmente do Rio Grande – porque ele era amigo de todos –, e em especial à esposa Marlise e aos filhos Régis, Ronaldo, Cristina e Rafael. Para tanto – aqui termino –, gostaria que o presente voto fosse enviado para a sede da Prefeitura do Caí, na Rua Marechal Floriano, 426, Bairro Centro, São Sebastião do Caí.

Era isso e obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 418, DE 2011**

Nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento de Egon Schneck.

Faleceu na tarde de ontem (13) o ex-prefeito de São Sebastião do Caí, estado do Rio Grande do Sul, Egon Schneck, aos 68 anos de idade, depois de longa enfermidade. Ele ocupou o cargo de prefeito por dois mandatos (1989/1992 e 1997/2000), sendo também vice-prefeito (1983/1988). Egon Schneck teve sua trajetória política iniciada como prefeito da cidade de Ivoti, entre os anos de 1969 e 1972.

O corpo está sendo velado no centro de cultura de São Sebastião do Caí e vai ser enterrado às 16 horas no Cemitério da Igreja Evangélica Martim Lutero da cidade. Deixo minha solidariedade e condolências à esposa Marlise e aos filhos Régis, Ronaldo, Cristina e Rafael.

Para tanto, gostaria que o presente voto fosse enviado para a sede da Prefeitura na Rua Marechal Floriano Peixoto, 426 – Bairro Centro – CEP 95760-000 – São Sebastião do Caí – RS.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Paim, nós nos juntamos à manifestação de pesar de V. Ex<sup>a</sup> pelo falecimento do companheiro citado há pouco no plenário, por meio de sua manifestação.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos. V. Ex<sup>a</sup> falará pela Liderança e disporá de até vinte minutos.

Antes que o Senador Jayme chegue à tribuna, lembro a este Plenário que há um pleito que foi enviado aqui à Mesa, de diversos trabalhadores brasileiros a respeito do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2007, que trata da anistia dos trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos, para que nós o apreciemos aqui em plenário, uma vez que comissões desta Casa já apreciaram esta matéria.

O Senador Paulo Paim conhece sobejamente bem este projeto. Os trabalhadores foram punidos em razão de participação em movimentos grevistas. Portanto, há uma solicitação para que articulemos junto às lideranças desta Casa e à Presidência do Senado para que esta matéria possa chegar ao plenário para apreciação, já que foi sobejamente bem discutida nas comissões e pronta está para ser apreciada em plenário.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Presidente, pela ordem. Eu gostaria de saber quando eu falarei. Estou inscrito e quero ter uma ideia.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – V. Ex<sup>a</sup> é um dos últimos inscritos. Ainda tem o Senador Raupp; tem inscrito aqui ainda o Senadores Lindbergh e Alvaro Dias. São os dois Senadores ainda que estão na frente de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – E, por último, por que o nome de V. Ex<sup>a</sup> só está Pinheiro e não Walter Pinheiro? O nome parlamentar é Pinheiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Porque o nome de guerra que a gente tem utilizado é este nome, Pinheiro, então achamos por bem...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – É o nome pelo qual V. Ex<sup>a</sup> é conhecido no Estado da Bahia? O nome de guerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – É o nome de guerra, é o nome escolhido para que a gente possa utilizar no painel.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Respeitar o povo. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Com a palavra, o Senador Jayme Campos. V. Ex<sup>a</sup> tem até vinte minutos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não vou ocupar os vinte minutos. Pelo contrário, serei o mais breve possível para fazer aqui o meu pronunciamento na tarde-noite de hoje.

Entretanto, antes de tudo, quero cumprimentar também a Senadora Angela Portela pelo belo discurso e dizer que na verdade V. Ex<sup>a</sup> tem, até certo ponto razão. Eu tenho acompanhado aqui os pronunciamentos dos Senadores, sobretudo João Pedro e outros aqui, o próprio Walter Pinheiro, na defesa intransigente do Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Eu posso afiançar e me causou até surpresa na medida em que eu estive no FDE esta semana com a Prefeita da cidade de Alta Floresta e vi, me parece, dá a entender, e eu posso acreditar que as coisas estão melhorando.

A proposta da Presidente Dilma é construir 6 mil creches. Ou seja, se são 1.500 creches por ano, durante os quatro anos de mandato, serão, portanto, 6 mil creches!

Lá, fui muito bem recebido pelo Diretor Dr. Leopoldo. Ele nos assegurou recursos para a construção de duas creches. Mesmo não sendo da base aliada, senti a boa vontade e, acima de tudo, o compromisso de que a liberação dos recursos será feita, no máximo, até o mês de julho. E ali a prefeitura poderá construir duas creches para atender a 500 crianças.

Isso é tão importante, Senador Paulo Paim, na medida em que aquela cidade está recebendo agora, ali no vizinho Município de Paranaíta – até a própria Alta Floresta será contemplada – algumas usinas hidrelétricas. Para que V. Ex<sup>a</sup> tenha conhecimento, serão quatro mil empregos diretos, e precisa ter creche para as crianças, filhos desses trabalhadores.

Não posso deixar de dizer que tem problemas este Governo. É obvio que tem. Todavia, vai haver avanços. Se, de fato, se concluir este grande programa de construção de creche, parece-me que é um avanço significativo nessa área para atender à demanda reprimida de hoje em relação às crianças em todos os Municípios deste imenso País.

Concordo com a senhora em termos, espero que melhore, principalmente a questão da saúde. Imagino que temos de avançar diante, naturalmente, das dificuldades que temos acompanhado não só no Mato Grosso, mas no próprio Estado de Roraima, entre outros Estados que têm dificuldades.

Contudo, espero – como brasileiro, acredito em uma perspectiva melhor para a sociedade – que avancemos também na área de saúde pública, de segurança, emprego, renda, enfim, para os menos afortunados deste País.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz aqui hoje é a nossa preocupação em relação a ampliação e criação de novas reservas indígenas em nosso Estado e, posso dizer também, no Brasil.

Não é novidade a constatação de que apesar dos grandes avanços obtidos com a Constituição de 1988, nosso atual ordenamento ainda merece algum reparo quanto à excessiva concentração de poder nas mãos do chefe do Executivo Federal. A prova disso é a quantidade indiscriminada de medidas provisórias impostas, em série e, quase sempre, não tão relevantes nem urgentes, como as que apreciamos quase toda semana nesta Casa.

A prova disso é também a numerosa gama de atos administrativos por meio dos quais se resolvem, mediante simples decreto, questões estratégicas, de extrema relevância nacional, muitas vezes sem necessária reflexão e suficiente debate, vez que importantíssimas decisões se operam indiferentes ao exame, e até mesmo ao conhecimento, do Congresso Nacional.

Exemplo de uma dessas anomalias é o processo de demarcação de terras indígenas, tema para o qual ora rogo especial atenção deste Plenário.

A sistemática hoje vigente não só desequilibra o ideal democrático de freios e contrapesos entre os Poderes da República, como também desestabiliza e põe em xeque a garantia dos princípios básicos, como

a soberania nacional, o pacto federativo e o direito de propriedade.

Sem o controle do Legislativo, áreas indígenas são hoje determinadas, no mais das vezes, de acordo com a conveniência isolada de militantes sociais e antropólogos, amparados por resoluções, portarias e instruções normativas, não raro arbitrárias ou a partir de critérios dúbios, que trazem como resultado final uma reconfiguração do território brasileiro que nem sempre corresponde à realidade dos interesses nacionais.

Importa ressaltar o significativo aprimoramento advindo da orientação vinculante do Supremo Tribunal Federal, quando por ocasião dos conflitos ocasionados pela demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, fixou 19 parâmetros para demarcação de novas reservas.

Entretanto, em que pese a incontestável necessidade de estabelecimento de tais diretrizes, estas não se dispõem expressas em lei, o que leva certas correntes doutrinárias a questionar a sua aplicabilidade incondicional de forma coercitiva e automática.

Ademais, não pode este Parlamento, Senador Antonio Carlos Valadares, valoroso e operoso Senador, ex-Governador, furtar-se à sensível responsabilidade de participar ativamente em decisões de tamanha envergadura para segurança e desenvolvimento do País.

Por isso, defendemos com veemência a revisão dos dispositivos constitucionais atinentes e a adequação de normas infraconstitucionais afins, para que as 19 condições estabelecidas pelo STF se consubstanciem em mandamento legal, em cujo enunciado se ampliem as garantias de efetiva participação dos entes federativos em todas as etapas do processo demarcatório, cabendo sempre ao Congresso a palavra final.

Nesse sentido, pretendemos apresentar nossa contribuição, na forma de substitutivo à PEC nº 38, de 1999, da lavra do ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti, no sentido de atualizar e aprimorar essa importante matéria, recentemente desarquivada, que deverá vir ao plenário tal como instruída pela Comissão de Constituição e Justiça em 2004.

No mesmo contexto, pretendemos apresentar um projeto de lei compatibilizando, consolidando e aperfeiçoando diversas proposições já arquivadas com propósito similar.

Faz-se igualmente relevante considerar o teor do Projeto de Lei nº 4.791, de 2009, de autoria dos nobres Deputados Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro, que ora tramita na Câmara e que também objetiva submeter definitivamente ao crivo dos legítimos representantes do povo brasileiro, eleitos pela vontade popular, a demarcação das terras e a criação de novas reservas indígenas.

Nas palavras dos referidos autores, “estudos antropológicos superficiais, conduzidos por profissionais sem a necessária isenção, fundamentam a demarcação de imensas áreas do território nacional, muitas vezes superior à área de países inteiros, em ofensa aos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade”.

Nossa sociedade, nossos produtores, não podem viver esse insegurança. Não podem seguir ao sabor da vontade e de decisões que não sejam aquelas legitimamente delegadas pela representação expressa nas urnas.

Conclamo esta Casa, portanto, a debruçar-se sobre o risco da colossal omissão que significaria tirar do âmbito de nossas discussões a decisão sobre demarcação, criação e destinação de terras indígenas.

Não custa lembrar que, ao longo da história, todas as sociedades que cederam às pressões e encantos para abrir mão das prerrogativas de seus representantes, suprimindo da apreciação legislativa a vital escolha de seu destino, acabaram por enveredar pelos sofridos e sombrios caminhos do autoritarismo sem volta.

Certamente não é isso que queremos para o nosso Brasil.

Sr. Presidente, concluindo, essa nossa preocupação e toda essa movimentação que nós estamos fazendo tem como causa o aumento exacerbado, da ampliação da criação de reservas indígenas em meu Estado, Senador João Pedro.

Há poucos dias, estive com o Ministro da Justiça, acompanhado da bancada federal e de várias representações de entidades de classe daquele Estado. O Governo, sem nenhum critério, ampliou a reserva lá da região do Porto Esperidião e também lá na região de Comodoro e Uirapuru. O que mais me chamou a atenção foi o documento apresentado pela Federação da Agricultura do Mato Grosso, por intermédio do seu Presidente, mostrando sua preocupação, pois já se fala em estudos feitos pela Funai para ampliação de mais 35 reservas indígenas.

Meu Deus, onde vamos parar? O Mato Grosso vai acabar. E o mais grave, Senador João Pedro, é que são áreas altamente produtivas. Essa da reserva de Uirapuru é altamente produtiva. Na região de Porto Esperidião, são quase trezentos pequenos produtores que hoje, com certeza, estão vivendo essa insegurança jurídica, muitos com dificuldades até mesmo de comercializar, se for o caso, um pedaço da sua terra.

Por isso venho aqui dizer aos meus Colegas, meus Pares, que é muito importante, Senador Raupp, para nós daquela região do Brasil fazer com que tenhamos segurança. Acima de tudo, não se pode sem uma regra buscar essas ampliações.

Acho que o Congresso tem o papel, tem a responsabilidade, como nós estamos representando o povo brasileiro, de analisar a ampliação, a criação das reservas e passar tudo para o Congresso Nacional, sobretudo para sabermos se, de fato, é ou não é importante para o País.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Senador Jayme Campos, estou prestando atenção no discurso que faz e gostaria de dialogar com V. Ex<sup>a</sup> para chamar atenção. V. Ex<sup>a</sup> faz uma crítica, até usou o termo exorbitante para falar do aumento das áreas indígenas.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Ampliação crescente e criação de novos parques, novas reservas.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Quero refletir com V. Ex<sup>a</sup> e citar um dado. Agora mesmo, segundo a Conab, o Brasil vai bater o recorde de produção de grãos. Estamos vivendo um debate intenso, estamos travando um debate intenso sobre o Código Florestal. Não podemos desconhecer a presença indígena em todo o Brasil, fundamentalmente na região da Amazônia. V. Ex<sup>a</sup> é Senador por um dos grandes Estados do nosso País, Mato Grosso, que compõe a floresta amazônica. Mato Grosso tem as duas florestas, na direção da floresta e na direção do cerrado. Faço a ponderação porque, é claro, definir a terra indígena não é simples. Tem que ter uma série de elementos que a antropologia acaba definindo, questões que nós não enxergamos, porque são questões imemorais. Então, não é simples – esta é a minha ponderação –, definir terra indígena. Mas não podemos deixar de reconhecer os povos indígenas, de trabalhar no sentido de o Estado brasileiro tratar essas populações primeiras, que vivem sob pressão, hoje, da lógica, da economia, das culturas que invadem o seu território. Então, definir não é simples. Quer dizer, não é simples definir o espaço rural, a lógica rural, a lógica da regularização fundiária e a definição de terras indígenas. Então, isso é uma equação complexa. Esta é a minha ponderação, para dizer que o Brasil continua produzindo, que o Brasil continua regularizando suas terras, que o Brasil vem batendo recordes na produção de grãos a cada ano e que os povos indígenas acabam na situação de não terem para onde ir com a expansão do capitalismo, com a expansão da ocupação na Amazônia. Então, esta é a minha ponderação. Sei que V. Ex<sup>a</sup> é um homem ponderado, de diálogo. Então, como definir áreas que temos que reconhecer, as duas áreas: a área de produção, a área para atender às demandas das organizações, das cooperativas, das associações e, de forma respeitosa, as terras indígenas. Não é simples, mas quero dizer que sempre faço a defesa dos povos indígenas, até

porque são poucas as vozes para defender o direito territorial, o direito cultural, o direito étnico dos povos indígenas. V. Ex<sup>a</sup> não está contra...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – De maneira nenhuma.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> está ponderando sobre essa definição, sobre o tamanho territorial. Então, precisamos, na realidade, garantir um bom diálogo com a Funai, com o Ministério da Justiça, no sentido de mediar e definir esses territórios, o que é produtivo, o que é da regularização fundiária, o que pertence às cooperativas. O que não podemos – talvez o termo seja forte – é esmagar uma cultura que começou o nosso País, que começou a formar esta grande Nação que V. Ex<sup>a</sup> representa aqui neste Senado.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador João Pedro. Eu estou convencido de que V. Ex<sup>a</sup> concorda com meu pronunciamento, até porque é uma equação muito difícil. Não tenho dúvida nenhuma.

Entretanto, V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento de que o Brasil, Senador Paulo Paim, tem 120 milhões de hectares de terra à disposição dos povos indígenas. Não há nenhum país do planeta que mais respeite os povos indígenas. E, particularmente, o que nós queremos é não apenas que os povos indígenas continuem sendo respeitados, mas que, acima de tudo, o Governo também tenha a obrigação de dar até um tratamento especial.

Lamentavelmente, ...

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – O País é liderança nesse aspecto de reconhecer, de tratar os povos indígenas. O Brasil é uma liderança.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – O número de hectares de terras indígenas é uma demonstração inequívoca de que o Brasil, com certeza, respeita os povos indígenas.

Entretanto, o que me traz aqui é a preocupação das ampliações sem nenhum critério, Senador João Pedro. Lamentavelmente, se eu fosse citar aqui alguns casos que estão acontecendo, particularmente em Mato Grosso, de que eu posso falar por conhecer, pois é um Estado de que tive a primazia de ser Governador, pelo qual fui e sou Senador da República, Estado que conheço tão bem quanto V. Ex<sup>a</sup> conhece o seu Estado do Amazonas.

Agora, o mínimo que temos que dar é segurança jurídica também ao cidadão, ao trabalhador. Só para dar um exemplo, Senador Paim, existe uma comunidade chamada Ouro Preto, onde moram 400 pequenos produtores rurais – um tem 50 hectares, outro tem 30, outro tem 60 – e existe uma reserva indígena lá. Eles querem ampliar a reserva indígena. Vai chegar até essa

área que eu disse para o senhor. Pergunto: onde vamos colocar 400 famílias que estão ali, algumas já há 40 anos, fundadoras da região, da cidade?

São assuntos com que temos que nos preocupar. Chegam, às vezes, até a pensar em guerrear, os brancos contra os índios. É uma preocupação que nós temos que ter, sobretudo para dar segurança jurídica. Ninguém quer deixar de ampliar ou criar, mas com critério, de forma responsável, não pegando aqui um antropologista que, representando ONGs internacionais, venha querendo colocar regras para nós, brasileiros.

Senador João Pedro, eu sou brasileiro, sou nacionalista, defendo o interesse do povo brasileiro. Não posso permitir que fiquemos, muitas vezes, à mercê de políticas de fora para dentro. Aí não! E o que se percebe, com muita clarividência, é que está havendo interferência de fora para dentro, como é o caso que vi lá, há pouco dias, que até estou acompanhando, na região de Alta Floresta, Apiacás, Monte Verde e Bandeirantes.

Ora, o senhor sabe quantos hectares vão tomar de mais de duas mil famílias ali? Vão tomar 440 mil hectares. E lá não tinha índio, até porque a documentação que se tem, a escritura pública, é da década de 1960. Ora, o governo titulou, o cidadão foi para lá, levou sua família, e agora, de um momento para outro, de uma hora para outra, chega gente lá, muitas vezes de jato, João Pedro, desce em Alta Floresta, bacana, missa encomendada, vai para a área lá e delimita. Hoje tem muita facilidade. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, com GPS, demarca aqui e ali, e pronto. Eu pergunto para os senhores: onde está o direito de propriedade? Onde está a segurança jurídica? Com essas coisas eu não concordo em hipótese alguma. Algumas providências têm que ser tomadas, até porque não podemos entregar o Brasil para políticas internacionais ou para os pseudodefensores dos povos indígenas.

Muitos interesses estão ali, até comerciais, V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, no seu Estado tem. Nós não podemos permitir isto, Senador. Esta é a minha opinião, estas são as observações que temos que deixar muito claras. O senhor é inteligente e sabe perfeitamente que essa é a realidade dos fatos.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – É só para voltar a uma questão levantada por V. Ex<sup>a</sup>. Da mesma forma que nós temos, o Estado brasileiro, que reconhecer as terras indígenas, nós também temos que garantir as terras das populações tradicionais e tratar bem a forma como a Amazônia foi ocupada. Na década de 70, havia uma propaganda grande para as famílias saírem do sul e irem para a Amazônia. Então, nesses últimos 50 anos a migração foi grande. E nós não podemos, evidentemente, arrancar de lá famílias que estão

lá há quarenta, cinquenta anos, algumas até há mais tempo. São populações tradicionais da Amazônia, que vivem da pesca, da castanha, enfim, dos produtos da floresta. Nós também temos que reconhecer essas populações. Para terminar, já que V. Ex<sup>a</sup> está falando da questão indígena, quero dizer que hoje faz 50 anos da criação do Parque Nacional do Xingu. É bom lembrar, porque o parque nasceu de um decreto do então Presidente Jânio Quadros, naqueles sete meses. Assim como não podemos nos esquecer do decreto desse parque, que é uma referência como terra indígena, não podemos nos esquecer dos irmãos Villas-Bôas, brasileiros que trabalharam de forma muito abnegada pela questão indígena e pelo povo do Mato Grosso, pela criação do Parque Nacional do Xingu, que é uma referência internacional.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador Valdir Raupp, com muita honra.

**O Sr. Valdir Raupp** (Bloco/PMDB – RO) – Nobre Senador Jayme Campos, ouço atentamente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e o parabenizo por esse brilhante pronunciamento, e quero dizer que lamentamos que os Estados, até mesmo as outras nações, os outros países, mas vamos falar aqui do território nacional, que os outros Estados brasileiros não tenham demarcado tantas áreas de reservas indígenas, ou até mesmo parques nacionais, parques ecológicos, como nós temos na Amazônia. Talvez a pressão sobre nós fosse hoje um pouco menor se tivéssemos no Estado de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro e outros as mesmas reservas que temos na Amazônia. E eu louvo até a atitude dos governos que ao longo do tempo demarcaram inúmeras reservas indígenas. Eu sei que no meu Estado há em torno de 17 reservas indígenas, algumas até com dois milhões de hectares. Isso é muito bom, isso ajuda a preservar o meio ambiente, as nossas florestas, mas eu acho que tem hora que há exagero. Agora mesmo, no Município de Guajará-Mirim, estão integrando a uma reserva indígena uma reserva de seringueiros, um seringal. Lá estão em torno de 200 famílias de seringueiros históricos, que estão deixando de pai para filho, talvez por mais de cem anos. A cidade de Guajará completou agora, no último domingo, 82 anos de fundação, e certamente esses seringais são mais antigos do que a cidade, do que o Município de Guajará-Mirim. E lá estão em torno de 200 seringueiros, apavorados, não sabem onde vão ser jogados, porque estão anexando esse seringal a uma reserva indígena. Já saiu uma portaria e só falta ser expedido o decreto. Então, veja bem, acho que os seringueiros também têm o mesmo direito. Com todo o

respeito, eu defendo, eu sou amigo... Quando governador, eu fiz um trabalho muito forte com minha esposa, que era Deputada Federal já na época, Marinha Raupp, que é adorada pelos índios do meu Estado, defendendo nossos índios, inclusive firmando convênios, com programas, com todas as nações indígenas do nosso Estado. Temos uma relação muito forte e muito boa. Quero até que essas reservas sejam ampliadas, mas não tirando de seringueiros ou de colonos. Tem uma outra reserva que está para ser demarcada, tirando em torno de 1.500 produtores rurais e seringueiros no Município de São Francisco. Então, nós estamos vendo muito isso no Brasil. Eu poderia até dar aqui uma sugestão: por que, então, não ampliar as reservas ou até se criar novas reservas com os parques? Eu sei que os índios preservam. Eu sei que as reservas dos índios são importantes para a preservação. Então, vamos pegar as áreas biológicas, os parques nacionais e transformá-los em reservas indígenas. Nada contra, porque a preservação seria talvez até melhor. Eu conheço alguns parques nacionais que foram invadidos ao longo do tempo, invadidos por milhares e milhares de famílias. E as reservas indígenas são mais protegidas até que os parques nacionais. Mas não tirar colonos já assentados, não tirar seringueiros que estão explorando e ganhando o pão de cada dia para se ampliar reservas. Era essa a contribuição. Muito obrigado.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço seu aparte. Essa é minha observação, sobretudo na certeza de que até a ideia de V. Ex<sup>a</sup> é muito válida: ceder os parques, as reservas para os povos indígenas seria uma solução. Eles preservariam bem melhor que o Governo porque na verdade, Senador Paulo Paim, os grandes incêndios que existem na Amazônia são nos parques. V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento disso. O que se apanha de madeira... Ou seja, muitas pessoas vão lá e usam o parque para a extração de madeira para vender e comercializar, porque o Governo não tem capacidade de fiscalizar. Nesse caso, imagino que a ideia é louvável, é meritória.

Espero que o Governo Federal veja de outra forma, sobretudo permitindo que se dê tranquilidade àqueles que produzem e que estão com sua família há muitos anos. Quero crer que esse será o melhor encaminhamento para resolvermos essa problemática e, acima de tudo, preservar uma boa convivência entre os cidadãos que já estão lá na terra e os povos indígenas.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, por sua paciência.

*Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Walter Pinheiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Valdir Raupp e, em seguida, à Senadora Gleisi Hoffmann.

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria, nesta ocasião, de registrar os 100 primeiros dias de Confúcio Moura no cargo de Governador do Estado de Rondônia. A vitória nas eleições estaduais de 2010 foi mais um passo vitorioso na invicta trajetória desse que é, hoje, um dos grandes nomes do PMDB nacional. Confúcio foi Deputado Federal por três mandatos, Prefeito de Ariquemes por duas vezes e Secretário Estadual de Saúde.

Em todos esses cargos, Confúcio Moura saiu com elogios. Seus primeiros 100 dias como Governador, não obstante o fato de que se trata de pouco tempo para avaliar uma administração, já dão a indicação de que sua gestão à frente do Estado de Rondônia será marcada pela austeridade, pela responsabilidade e pelo zelo com a coisa pública.

Em se tratando, Sr. Presidente, que na Amazônia, nesse período, chove muito, é difícil um governo conseguir realizar tantas coisas em tão pouco tempo. Assim, de forma resumida, apresento as primeiras ações do Governador Confúcio Moura, desenvolvida em cada secretaria de governo.

Na Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (Sedam), a Coordenadoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental já licenciou 372 atividades, sendo 300 renovações de licenças e 72 novos empreendimentos, com capacidade de empregabilidade de cerca de 1.700 pessoas.

Na Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico, implantação do Banco do Povo nas cidades de Guajará-Mirim e Machadinho do Oeste, além dos programas de microcrédito e incentivo tributário.

É bom lembrar que o Governador Confúcio Moura pretende implantar 30 agências do Banco do Povo, uma experiência feita na cidade de Ariquemes. O Município criou o Banquinho, o Banco do Povo, que gerou mais de 700 empregos diretos, com pequenos financiamentos de mil reais, dois mil reais, três mil reais.

Essa secretaria também está desenvolvendo projeto da Zona de Processamento de Exportação, projeto que aprovei aqui no Senado e deve ser implantado em Porto Velho, que está em andamento. A meta é atrair 40 novas indústrias exportadoras até 2014. Isso vai servir como amortecedor de uma tensão social dos empregos das usinas do rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, que daqui a dois, três anos não teremos mais. Esses empregos qualificados poderão ser empregados nes-

sa Zona de Processamento de Exportação, que é um verdadeiro polo industrial.

Consolidação do Distrito Industrial de Porto Velho e um terminal portuário moderno, um novo porto para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, implantação do Sistema Estadual do Esporte e Sistema Estadual de Cultura. No esporte está sendo implantado o programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, uma parceria com o Governo Federal.

Na Secretaria Estadual de Turismo, os projetos imediatos são salvaguardar patrimônios históricos, como os museus de Vilhena e Guajará-Mirim, além de reformar o Prédio do Relógio, criando o Museu da Imagem e do Som e o Memorial da Cidade.

No Departamento de Estradas e Rodagens, em três meses foram economizados mais de três milhões de reais no que se refere à folha de pagamento, setor administrativo, peças e combustíveis. O Aeroporto de Cacoal entrou em funcionamento, um aeroporto estadual; oito obras de asfaltamento e cinco de restauração de rodovias pavimentadas serão reiniciadas em maio. Nelas, o governo investirá cerca de 200 milhões de reais para asfaltar 193 quilômetros de estradas e restaurar outros 127 quilômetros com asfalto usinado.

As residências regionais de Jaru e Alvorada do Oeste foram reativadas e 100% do parque de máquinas recuperado e revisado.

O Projeto Estradão, lançado em Cacoal no dia 02/04, prevê o encascalhamento de 100% das estradas de responsabilidade do Estado e a substituição de pontes de madeira por pontes e bueiros de concreto, abertura lateral e sinalização das estradas e iluminação dos trevos estaduais.

Projeto Asfalto Bom: 400 quilômetros de asfalto usinado a quente para os Municípios e distritos do Estado. Construção de ponte de 145 metros sobre o rio Pimenta Bueno, na RO-391.

Departamento Estadual de Trânsito: aumento de **blitzes** educativas em todo o Estado e intensificação da fiscalização do trânsito de Porto Velho para diminuir os acidentes, já com resultados positivos.

Procuradoria-Geral do Estado: economia de cerca de 2 bilhões, quantia que permaneceu nos cofres públicos do Estado graças à ação da Procuradoria-Geral do Estado.

Casa Civil: melhorou a articulação política do governo com os parlamentares, prefeitos e demais órgãos públicos, além de assistir, direta e indiretamente, o governador no desempenho de suas funções.

Coordenadoria-Geral de Apoio Administrativo: economia, nos dois primeiros meses deste ano, da quantia de R\$1.181.934,00, no que refere ao consu-

mo de serviços essenciais, como telefonia fixa, móvel, Internet e energia elétrica.

A economia no que se refere à energia elétrica se deu porque o contrato com a Eletrobrás Distribuição Rondônia foi readequado à realidade de consumo do Estado.

Departamento de Obras e Serviços Públicos: a conclusão de obras importantes, como o Centro Administrativo Rio Madeira e o Teatro Estadual serão prioridades, entre outras. Por meio da compensação socioambiental das obras das usinas do rio Madeira, o Deosp recebeu as obras do Hospital Regional de Cacoal e acompanha a reforma e a ampliação do Hospital de Base Ary Pinheiro, a cargo do consórcio Santo Antônio, que são as duas usinas hidrelétricas.

As vinte obras do complexo do Hospital de Base somam recursos da ordem de R\$32 milhões para melhorar a saúde.

A cargo do consórcio Energia Sustentável do Brasil, está em andamento a construção da nova unidade da Policlínica Oswaldo Cruz, no valor de R\$ 6,6 milhões.

Implantação de estação de tratamento de esgoto no Hospital e Pronto-Socorro João Paulo II. Construção de mais uma Unidade de Terapia Intensiva no Hospital João Paulo II.

Secretaria de Estado da Administração: a SEAD tem atuado em parceria com os sindicatos de cada categoria e acredita que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários é uma forma de valorizar o servidor. E estamos ultimando as tratativas para a assinatura do decreto da transposição de mais de 20 mil servidores, trazendo economia para o Estado e melhoria para os servidores.

Secretaria de Agricultura: reativação do Programa Semear, por meio do qual foram distribuídas 333 toneladas de sementes de feijão. Essa ação imediata beneficiou mais de 15 mil famílias de pequenos produtores rurais e vai representar, em condições climáticas normais, uma produção de mais de 8,9 mil toneladas do produto. Ao longo do ano, estará entregando sementes de arroz e milho para a agricultura familiar e calcário para os produtores.

O programa de melhoria na bovinocultura leiteira terá recursos da ordem de R\$ 6 milhões.

Fortalecimento do Funcafé. Incentivo aos sistemas agroflorestais de consórcios com cacau. Também as campanhas de vacinação contra a febre aftosa.

Bombeiros: as principais ações foram a valorização profissional, a redução do tempo de resposta nas ocorrências, a descentralização do 1º Grupamento de Bombeiros, Defesa Civil e Busca e Salvamento, con-

tenção de despesas e substituição das Unidades de Resgate, aumentando a qualidade do atendimento.

Na Secretaria de Justiça, está sendo feita a revisão das penas, levantamento dos benefícios de cada apenado e estão sendo implantadas as tornozeleiras eletrônicas.

Quatro unidades prisionais receberam novos laboratórios de informática: Casa de Detenção Dr. José Mário Alves, Penitenciária Ênio Pinheiro, Penitenciária Edvan Mariano Rosendo e Penitenciária Feminina. Foi instalada Internet em todas as unidades prisionais.

Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania: a secretaria está estruturando a Gerência Especializada em Segurança de Fronteira, que atuará aliada com o Governo Federal em vários projetos na área de fronteira, entre eles a Operação Cerco Integrado. O programa de segurança pública em implementação pela Sesdec tem cinco pontos: polícia comunitária, valorização do servidor, inteligência, tecnologia e interação.

Secretaria de Saúde: ação imediata na saúde pública, nos primeiros dias do Governo Confúcio Moura, com repercussão na mídia local e nacional, com destaque para o Jornal Nacional, da Rede Globo, o Jornal Nacional no Ar, como é chamado.

Foram adquiridos equipamentos hospitalares de última geração, para que todas as unidades de saúde, tanto no interior quanto na capital, ofereçam um serviço de qualidade à população.

Com a meta de descentralizar a saúde, foram assinados convênios para o repasse de recursos financeiros aos hospitais regionais de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. O objetivo é dar condições para que esses polos prestem atendimento de melhor qualidade e desafoguem os hospitais da capital.

Foi firmado convênio para aumentar o repasse de verba para a contratação de leitos de UTI e firmado convênio com o Instituto Nacional de Traumatologia para a realização de cirurgias ortopédicas.

Outra medida comemorada pela Sesau é a ampliação do número de leitos em quase todos os hospitais regionais. A meta é desafogar o atendimento no pronto-socorro João Paulo II, em Porto Velho, e, ao mesmo tempo, oferecer à população um serviço de melhor qualidade. Só para a capital foram mais de 17 leitos adquiridos por meio de convênio com o Hospital Santa Marcelina.

A construção de novos hospitais deverá acontecer em Porto Velho e em Guajará-Mirim, como o término com atendimento pleno no Hospital Regional de Cacoal e R\$6 milhões em convênio para o Hospital São Daniel Comboni, também de Cacoal, um hospital filantrópico, para atendimento de alta complexidade,

como hemodiálise, cirurgias cardíacas e oncologia – tratamento do câncer.

Voltando, ainda, Sr. Presidente, à questão da saúde, é claro que a saúde é a menina dos olhos do governador, como ele é médico, e é uma área que precisa ser melhorada. Nós entendemos que ainda há muito o que melhorar na Secretaria de Saúde para que seja implantado um serviço de melhor qualidade à população do nosso povo, do povo do Estado de Rondônia.

Na Secretaria de Educação, havia 38 obras paralisadas às vésperas do reinício das aulas. Nos primeiros dias, regularizou-se o transporte escolar com as prefeituras, foram convocados os aprovados no concurso, contratados professores emergencialmente e distribuídas duas mil unidades de carteiras escolares.

Está sendo elaborado um projeto para a implantação de vinte escolas indígenas.

Para atender reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTERO, foi determinada a carga horária de 26 horas semanais, conforme Lei nº 11.738, para os professores de Rondônia.

Outro projeto em andamento é o de implantação de cursos profissionalizantes em regime de tempo integral, numa parceria com o Instituto Federal e com o Senai.

É bom ressaltar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o Governo Federal está implantando também inúmeras escolas técnicas federais no meu Estado, como Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, Porto Velho, Ariquemes e outras cidades.

Outro projeto em andamento é o de implantação de cursos profissionalizantes, como já dissemos aqui, em parceria com o Governo Federal.

Secretaria de Planejamento: para a elaboração do Plano Plurianual – PPA, referente ao período 2012-2015, os poderes, instituições e secretarias estão sendo ouvidos, no intuito de se elaborar um planejamento real.

Outro programa também é o de saneamento. A Secretaria de Planejamento, juntamente com a Caerd, empresa de saneamento, estão desenvolvendo pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, com contrapartida do Estado, aproximadamente R\$1 bilhão. Na nossa capital e em algumas cidades do interior, há água tratada e esgoto, melhorando o saneamento para a população do nosso Estado.

O Governador Confúcio Moura assinou, em Brasília, juntamente com o Ministro de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, a regularização urbana de 311 mil imóveis que estão localizados em 26 cidades do Estado.

Secretaria de Finanças. Dívida que o Estado assumiu dos governos passados: o Governo chamou os fornecedores e os prestadores de serviço e ofereceu um acordo para o pagamento parcelado de todas as dívidas, uma economia para o Estado de Rondônia.

Graças aos cortes de gastos, a situação financeira está estabilizada. A arrecadação cresceu um pouco e vem garantindo a execução orçamentária, estimada em pouco mais de R\$5,2 milhões ao longo do ano.

Secretaria de Estado de Assistência Social: nesse período, foram realizados diagnósticos da área social do Estado; encontro com secretários municipais da área em todo o Estado; além da reestruturação da própria Secretaria.

É com satisfação, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que vemos Rondônia firme no caminho do desenvolvimento e constatamos que o Governador Confúcio Moura está obtendo sucesso no cumprimento de seus compromissos de campanha.

Apesar de, Sr. Presidente, como é comum nos Estados e no Governo Federal – eu que já fui Prefeito e Governador –, muitas aves de rapina muitas vezes ficarem cercando o governo para obter vantagens pessoais, no que depender do meu Partido, do PMDB, dos nossos aliados, estaremos prontos para partir em defesa do Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura, assim como temos feito com o Governo Federal nas parcerias que realizamos no governo passado com o Presidente Lula.

O PMDB, mesmo sem ter ocupado um único cargo, nos primeiros dois anos do primeiro mandato do governo Lula, não faltou com a sua responsabilidade. Dado o tamanho do nosso Partido, a responsabilidade do PMDB, não podemos negar a governabilidade para governo nenhum que esteja bem intencionado.

Da mesma forma, estamos trabalhando em parceria com o Governo da Presidente Dilma Rousseff. Temos como companheiro de chapa, numa campanha vitoriosa, para ajudar a governar, o nosso Vice-Presidente da República Michel Temer, que é o Presidente do meu Partido. Ele está licenciado, e estou ocupando interinamente a Presidência Nacional do PMDB, mas será uma interinidade longa que vai durar até 2013.

Então, repito, ao que depender do PMDB, tanto no Governo Federal, quanto lá no governo do meu Estado e tenho certeza de que em outros governos também pelo Brasil afora, estaremos prontos para ajudar e para defender. O importante é que a população saia ganhando, que a população saia vencendo, e que as aves de rapina saiam perdendo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, representante do PT do Paraná. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Não pretendo usar o tempo. Na realidade, fiz questão de subir a esta tribuna hoje para registrar um fato muito importante ocorrido na semana passada e que infelizmente foi pouco divulgado, até entendido pela sua importância, pelo fato de termos vivido, naquela semana, uma das maiores tragédias da nossa história, que foi o acontecimento envolvendo os estudantes da escola do Rio de Janeiro.

Falo aqui de um evento que a Presidenta Dilma tinha marcado e também não realizou em razão da tragédia ocorrida, mas que simboliza fortemente um avanço do Governo em relação ao empreendedorismo, principalmente ao microempreendedorismo. Estou falando do microempreendedor individual, formalizado através de medida que o Governo adotou em 2006. E essas medidas adotadas e depois regulamentadas trouxeram, para a data que a Presidente tinha marcado, a comemoração da adesão de mais de um milhão de inscrições no Programa do Microempreendedor Individual.

O que quer dizer esse Programa? São pessoas, microempreendedores que passaram a pagar uma alíquota menor da previdência social. A previdência social, como todos sabemos, tem uma alíquota de 20% que é dividida, no caso de empregado e patrão, na ordem de 12% e 8%. Mas nunca tivemos uma tabela diferenciada para aqueles empreendedores ou para aquelas pessoas que não tinham regras estabelecidas de trabalho, ou seja, não tinham formalização de trabalho, e acabavam trabalhando por conta própria. A pessoa contribuía com 20%, que seria um contribuinte individual, seria, portanto, um profissional liberal ou outra profissão, mas teria que arcar, tanto com a sua contribuição, como com a contribuição patronal.

Já no governo Lula, tivemos um avanço com a mudança de uma legislação que reduziu a contribuição, a alíquota do empreendedor individual para a ordem de 11%. Ou seja, quem tem um empreendimento ou é um profissional liberal não precisa pagar, portanto, os 20% completos.

E o que tivemos na semana passada foi um avanço em relação a essa norma. A Presidenta Dilma resolveu, para o caso do microempreendedor, ou seja,

aquele empreendedor que pode ter, no máximo, um empregado, de profissões mais modestas no sentido de faturamento, pudesse pagar uma alíquota do INSS, da Previdência Social, na ordem de 5%. Isso faz uma diferença muito grande na renda do trabalhador.

Só para se ter uma ideia do que significam esses valores: pela regra passada, de 11%, a contribuição desse microempreendedor à previdência social seria de cerca de R\$59,40, já bem menor do que se ele fosse pagar 20%. Ainda assim, ele teria que acrescentar R\$1,00 pelo ICMS e mais R\$5,00 pelo ISS. Agora, com essa mudança feita pela Presidenta Dilma, o que nós temos é um valor de contribuição, do ponto de vista da Previdência, de R\$27,25. Isso faz uma diferença muito grande para aquelas pessoas que têm um faturamento anual de até R\$36 mil, porque aí é que se enquadra o microempreendedor individual, aquele que fatura até R\$36 mil por ano.

Quem são esses microempreendedores? Na realidade, na classificação da legislação, são 467 ocupações. São elas: doceira, pipoqueiro, borracheiro, barbeiro, artesão, encanador, carpinteiro, engraxate, jardineiro, jornaleiro, manicure, cabeleireira, quitandeira e assim por diante. São muitas as áreas de empreendedorismo atingidas por essa medida. Então, aquele pipoqueiro, que antes estava pagando, para ter proteção da Previdência Social e estar formalizado perante o Fisco, portanto exercer sua cidadania tributária, que estava pagando, com o benefício de uma legislação aprovada no governo do Presidente Lula, por volta de R\$59 a R\$65, vai passar a pagar por volta de R\$27 a um pouco mais de R\$30 por mês, para ter o benefício previdenciário, ou seja, a proteção previdenciária, e também para poder estar regularizado perante o Fisco. Isso é muito importante, porque dá segurança a esses microempreendedores, dá condições de eles estabelecerem o seu negócio e não sofrerem nenhuma insegurança jurídica.

Pois bem, isso é um avanço grande, foi publicada a medida provisória, que é a de nº 529, no dia 8 de abril, na sexta-feira passada, e já vai valer a partir de maio.

Então, os microempreendedores que estão nos ouvindo e que já estavam cadastrados anteriormente devem fazer o cadastramento agora, para que possam ser beneficiados, e os que não fizeram ainda, é uma grande oportunidade de fazer. E para isso basta entrar no portal do empreendedor: [www.portaldoeempreendedor.gov.br](http://www.portaldoeempreendedor.gov.br).

É um avanço importantíssimo, é fundamental nós divulgarmos, porque nós queremos um país formalizado, um país com trabalhadores com carteira assinada, um país com empresários que formalmente

estão recolhendo os seus tributos, que estão pagando sua Previdência, um país com microempreendedores formalizados, porque a formalização é garantia de direitos e é garantia de que se tenha rede de proteção social neste País.

E eu aproveito aqui também para divulgar que, em razão dessa medida provisória, e hoje vence o prazo de emendas a essa medida, que vai começar a tramitar depois na Câmara dos Deputados, juntamente com as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e com as Deputadas Luci Choinack e Benedita da Silva, apresentamos uma emenda. E qual é essa emenda? A de colocar também como beneficiários dessa alíquota diferenciada de 5% o chamado segurado facultativo, onde se insere a dona de casa. Porque a legislação do microempreendedor, que já determinava o pagamento de 11%, portanto, pagamento reduzido, também dava condições ao segurado facultativo de fazer esse plano previdenciário. E era aí que estavam incluídas as donas de casa.

Segurado facultativo é aquele segurado que não tem renda alguma. Ele não é microempreendedor, ele não é empregado, ele não é contribuinte individual, às vezes está desempregado, mas quer contribuir com a Previdência, para não perder a proteção social. Então, ele também tinha direito de contribuir com base nesta lei.

Ora, nós achamos justo o microempreendedor, que tem um faturamento pequeno, ter direito de ter os 5% de contribuição, mais justo ainda é o segurado facultativo, que não tem renda anual alguma, e aí está inserida uma grande parte da nossa população feminina, as chamadas donas de casa, pessoas que trabalham muito, de manhã, de tarde e de noite. Elas não têm férias, não têm final de semana, não têm descanso e têm que ter proteção dessa rede social tão importante, que é a nossa Previdência.

Quero fazer essa comunicação e dizer que vai tramitar, junto com a medida provisória, a emenda que nós, Senadoras e Deputadas, apresentamos, para que a dona de casa, ou seja, todos os segurados facultativos, também sejam beneficiados pela alíquota diferenciada, uma alíquota de 5%.

Essa é uma oportunidade muito grande, porque sabemos que, a partir do momento em que começamos a contribuir para o INSS, para a Previdência, no primeiro ano de contribuição, já temos avanços importantes: já temos direito à licença maternidade, ao auxílio-saúde, à aposentadoria por invalidez e, no caso de morte, já no primeiro mês, os filhos têm direito a pensão. Isso é fundamental, porque hoje, se uma dona de casa fica doente, apesar do atestado médico, apesar do reconhecimento da doença, não tem como

parar de trabalhar, porque ela não vai receber nada. Muitas vezes, mesmo doente, tem que continuar com os seus afazeres em casa.

Portanto, é uma oportunidade para que as donas de casa comecem a contribuir de forma maior para a Previdência.

É claro que isso não impede o projeto que nós já apresentamos aqui em março, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que cria regras de transição e prazo de carência em relação à idade. Isso nós vamos continuar discutindo. Mas, desde já, conseguir colocar as donas de casa com uma contribuição de R\$27,00 ou R\$28,00 por mês para a Previdência é um grande avanço. E devemos isso à iniciativa da Presidenta Dilma, que, quando estava nessa comemoração, olhou para a equipe e disse: – Mas, os microempreendedores, pelo trabalho que fazem e pelo faturamento que têm, estão pagando muito. Nós precisamos reduzir. E em um dia, ela determinou que fosse feita uma medida provisória para reduzir a alíquota.

Então, isso é de grande importância.

Quero parabenizar a nossa Presidenta pela sensibilidade, pelo programa. Fazer um incentivo a todos que estão nos ouvindo e que se encaixam nas regras do empreendedorismo individual para que procurem a formalização. É uma proteção social, é uma garantia de ter depois, mais tarde, uma aposentadoria e, sobretudo, de estar formalizado, com a sua cidadania tributária em ordem.

Era isso, Sr. Presidente.

Quero agradecer esse espaço e agradecer, também, a oportunidade de falar de um tema que considero muito importante, que começou com o Governo do Presidente Lula e está sendo aprofundado e avançado no Governo da nossa Presidenta Dilma.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria que a nobre Senadora Gleisi presidisse a sessão, uma vez que eu vou ocupar a tribuna como orador inscrito.

*O Sr. Antonio Carlos Valadares deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Gleisi Hoffmann.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares, pelo tempo regimental.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Gleisi Hoffmann, aproveito o momento em que estou ocupando esta tribuna para fazer uma homenagem a membros do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe que foram recentemente conduzidos à direção daquela modelar instituição em Araca-

ju, no Estado de Sergipe, quando houve a posse da Presidenta Desembargadora Suzana Maria Carvalho Oliveira e da Vice-Presidenta Corregedora Desembargadora Marilza Maynard, posse essa que se deu em um momento importante para aquele tribunal, por ser um dos primeiros a implantar a biometria.

A escolha de Sergipe entre os Estados da Federação a ter toda a identificação dos eleitores por este meio se deu pelo fato de possuir uma Justiça Eleitoral organizada, merecendo destaque o trabalho desenvolvido pelo Presidente anterior, Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça.

A Desembargadora Suzana Maria Carvalho Oliveira foi escolhida por aclamação para ocupar a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral. Sergipana do Município de Estância, começou a carreira jurídica como advogada, tendo ingressado na Magistratura de Carreira de Sergipe em 1978. No Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, foi Juíza Eleitoral da 2ª Zona e, como já dito, atuou à frente da Corregedoria Regional Eleitoral. Escolhida que foi pelos seus pares no Tribunal de Justiça do Estado, a Desembargadora Suzana Maria Carvalho Oliveira assumiu uma das vagas destinadas à classe de desembargador no Tribunal Regional Eleitoral no dia 08/01/2010, ocupando de imediato a Vice-Presidência e o cargo de Corregedora Regional Eleitoral.

A Desembargadora Marilza Maynard, natural de Laranjeiras, Sergipe, atuou na advocacia e iniciou na Magistratura em 1º de dezembro de 1971. Dirigiu a Escola Superior da Magistratura no biênio 1999/2001 e foi eleita Corregedora-Geral da Justiça para o biênio 2001/2003. Assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça no biênio 2005-2007. Atuou como Juíza Eleitoral por 20 anos consecutivos, vindo a integrar o TRE de Sergipe como membro efetivo na classe de juiz, por dois biênios. Foi Corregedora Regional Eleitoral e Juíza Corregedora e membro da Comissão Nacional de Racionalização – CNR/AMB. É membro da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Também é de importância singular para a história da Justiça Eleitoral em Sergipe a homenagem de figuras de relevância para a vida eleitoral e a instalação da revisão biométrica do eleitorado sergipano.

A homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski com a Medalha do Mérito Eleitoral, de

incontestável merecimento para receber a medalha em seu mais alto grau, Grã-Cruz.

O Governador Marcelo Déda teve sua carreira política alavancada pela atividade legislativa, destacou-se na Câmara Federal, onde primou pelo respeito às instituições democráticas. Essas qualificações, por todos conhecidas, ensejaram sua escolha.

Igualmente foi decidido que se homenageassem ex-Presidentes do Tribunal Eleitoral, que, por seus relevantes serviços, fizeram jus às condecorações.

Desembargador Luiz Antonio Araújo Mendonça. Em sua valorosa gestão, constatou-se o aperfeiçoamento de várias tarefas e serviços desse tribunal e a quem foi atribuído empenho em trazer para Sergipe o recadastramento eleitoral através da biometria.

Desembargador Cláudio Dinart Deda Chagas. Foi homenageado principalmente pelos projetos desenvolvidos em sua gestão: “Projeto Eleitor do Futuro”, “Projeto Mesário: um Cidadão Especial”, o “Programa Nosso Ambiente” e o projeto “Você é a Justiça Eleitoral”.

Desembargadora Josefa Paixão de Santana. Entre outros trabalhos, implantou a modernização da votação eletrônica no Estado de Sergipe.

Srª Presidente, com essa homenagem que ora estamos fazendo ao Tribunal Regional Eleitoral, procuramos fazer justiça a uma instituição que tem prestado relevantes serviços à Justiça Eleitoral, ao aprimoramento da votação no Estado de Sergipe, como também à lisura com que tem dirigido nossos pleitos para prefeitos, vereadores, presidente da República, governadores, deputados federais e deputados estaduais.

Nossas homenagens, portanto, à ilustre Desembargadora Suzana Maria Carvalho Oliveira por ter tomado posse à frente da Presidência daquele Tribunal e pelo exercício coerente, singular e exemplar no Tribunal de Justiça como membro daquela instituição padrão que é o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Com essas palavras, Srª Presidente, encerro minha participação esta noite, ratificando as homenagens ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e à nova Diretoria eleita e empossada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 115, DE 2011**  
**(nº 2.600/2010, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.**

**Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas Notas, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o  
Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C  
do Tratado de Itaipu - Setembro 2009

**EMBAIXADA DO BRASIL EM ASSUNÇÃO**

Nº 528

Assunção, 1º de setembro de 2009.

Senhor Ministro,

Com referência ao Artigo XV do Tratado de Itaipu, celebrado em 26 de abril de 1973, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, tenho a honra de propor a Vossa Excelência que o valor estabelecido no numeral III.8 do Anexo C do Tratado, ou seja, o montante necessário para a compensação a uma das Altas Partes Contratantes por gigawatt-hora cedido à outra Alta Parte Contratante, passe a ser multiplicado por 15.3 (quinze inteiros e três décimos).

2. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de igual teor e mesma data, constituem um acordo entre os dois Governos e entrarão em vigor na data em que ambos tenham comunicado à outra Parte o cumprimento dos procedimentos internos de sua aprovação pelos respectivos Congressos Nacionais.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.



EDUARDO DOS SANTOS  
Embaixador da República Federativa do Brasil

A Sua Excelência o Senhor  
HÉCTOR LACOGNATA  
Ministro de Relações Exteriores da República do Paraguai

**EMBAIXADA DO BRASIL EM ASSUNÇÃO****TRADUCCIÓN NO OFICIAL**

Nº 528

Asunción, 1 de septiembre de 2009.

Señor Ministro,

Con referencia al Artículo XV del Tratado de Itaipú, celebrado el 26 de abril de 1973, entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Paraguay, tengo el honor de proponer a Vuestra Excelencia que el valor establecido en el numeral III.8 del Anexo C del Tratado, o sea, el monto necesario para la compensación a una de las Altas Partes Contratantes por gigawatt-hora cedido a la otra Alta Parte Contratante, pase a ser multiplicado por 15.3 (quince enteros y tres décimos).

2. La presente Nota y la de Vuestra Excelencia, de igual tenor y misma fecha, constituyen un acuerdo entre los dos Gobiernos y entrarán en vigencia en la fecha en que ambos hayan comunicado a la otra Parte el cumplimiento de los procedimientos internos de su aprobación por los respectivos Congresos Nacionales.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las garantías de mi más alta consideración.

(EDUARDO DOS SANTOS)  
Embajador de la República Federativa del Brasil

A Su Excelencia el Señor  
HÉCTOR LACOGNATA  
Ministro de Relaciones Exteriores de la República del Paraguay

*Ministerio de Relaciones Exteriores*

N. R. N° 4 /09

Asunción, 1 de setiembre de 2009

Señor Embajador.

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en ocasión de acusar recibo de su nota del día de la fecha que expresa cuanto sigue:

"Señor Ministro,

Con referencia al Artículo XV del Tratado de Itaipú, celebrado el 26 de abril de 1973, entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Paraguay, tengo el honor de proponer a Vuestra Excelencia que el valor establecido en el numeral III.8 del Anexo C del Tratado, o sea, el monto necesario para la compensación a una de las Altas Partes Contratantes por gigawatt-hora cedido a la otra Alta Parte Contratante, pase a ser multiplicado por 15.3 (quince enteros y tres décimos).

2. La presente Nota y la de Vuestra Excelencia, de igual tenor y misma fecha, constituyen un acuerdo entre los dos Gobiernos y entrarán en vigencia en la fecha en que ambos hayan comunicado a la otra Parte el cumplimiento de los procedimientos internos de su aprobación por los respectivos Congresos Nacionales.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las garantías de mi más alta consideración.  
(Firmado Eduardo Dos Santos, Embajador de la República Federativa del Brasil)"

Por tanto, tengo el honor de confirmar en nombre del Gobierno de la República del Paraguay, la aceptación del texto arriba transcrito y convenir que la Nota de Vuestra Excelencia y la presente, de idéntico tenor y misma fecha constituyen un Acuerdo entre nuestros dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

  
Héctor Lacognata  
Ministro de Relaciones Exteriores

A Su Excelencia  
Don Eduardo Dos Santos  
Embajador de la República Federativa del Brasil  
Asunción

Mensagem nº 951, de 2009

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, de Minas e Energia e da Fazenda, o texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.

Brasília, 19 de novembro de 2009.

EMI Nº 00343 MRE/MME/MF – PAIN-BRAS-PARG

Brasília, 10 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o teor das Notas Reversais firmadas, em 1º de setembro de 2009, pelo Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai Eduardo dos Santos e pelo Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai Héctor Lacognata, com as quais os Governos do Brasil e do Paraguai dão seguimento ao acordo alcançado por Vossa Excelência e pelo Presidente Fernando Lugo, relativo à aprovação congressional dos novos valores a serem recebidos pelo Paraguai a título de cessão de energia de Itaipu.

2. As Notas Reversais elevam a 15,3 o fator de multiplicação aplicado aos valores estabelecidos no Anexo C do Tratado de Itaipu para os pagamentos por cessão de energia.

3. Com base nos valores realizados no exercício de 2008, os pagamentos anuais feitos ao Paraguai a título de cessão de energia passariam de cerca de US\$ 120 milhões para cerca de US\$ 360 milhões.

4. As Notas Reversais entrarão em vigor depois de cumpridos os procedimentos internos para sua aprovação.

5. No caso atual, as Notas Reversais estabelecem novo patamar de pagamento. O custo adicional, conforme decisão já antecipada por Vossa Excelência, será arcado com recursos a serem definidos pelo Tesouro Nacional, de forma a não onerar a tarifa de energia elétrica paga pelo consumidor brasileiro.

6. Por se tratar de novos valores e em razão de representar encargo gravoso para o patrimônio nacional, nos termos da Constituição Federal (artigos 49, I e 84, VIII), o acordo por Notas Reversais requer a aprovação do Congresso Nacional.

7. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas das Notas Reversais.

Respeitosamente,

*Assinado por: Celso Luiz Nunes Amorim, Guido Mantega, Edison Lobão*

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 116, DE 2011**

**(nº 1.739/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.**

**Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

### **ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS**

O Governo da República Federativa do Brasil  
e

O Governo da República Bolivariana da Venezuela  
(doravante denominados "Partes"),

Motivados pelo desejo de desenvolver relações de cooperação em matéria penal, especificamente no que se refere à execução de sentenças penais;

Conscientes de que a referida cooperação enaltece os objetivos da Justiça e permite a reabilitação de pessoas condenadas;

Desejando adotar mecanismos que facilitem a referida reabilitação das pessoas condenadas;

Considerando que a melhor forma de alcançar esse objetivo é dando oportunidade às pessoas condenadas para cumprirem sua sentença no país do qual são nacionais,

Acordaram celebrar o presente Acordo para regularizar a transferência de condenados entre ambos os Estados.

### **Artigo 1** **Definições**

Para os fins deste Acordo:

- a) “sentença” significa uma decisão definitiva de uma Corte ou Tribunal competente, que impõe uma condenação;
- b) “nacional” significa aquela pessoa a quem os ordenamentos jurídicos atribuem tal condição;
- c) “pessoa condenada” significa uma pessoa que, no território de uma das Partes, tenha sido condenada, em virtude de sentença definitiva, a uma pena ou medida de segurança privativa de liberdade, ou esteja sob liberdade condicional;
- d) “Estado de Cumprimento” significa o Estado para o qual condenado pode ser ou foi transferido, a fim de cumprir a pena;
- e) “Estado de Condenação” significa o Estado onde se condenou a pessoa que pode ser transferida ao Estado de Cumprimento;
- f) “condenação” significa qualquer pena ou medida de segurança que envolva privação de liberdade no Estado de Condenação, ordenada pela autoridade judicial, por um período de tempo limitado ou determinado, devido a um crime.

### **Artigo 2** **Princípios Gerais**

1. As Partes se comprometem a prestar a maior cooperação possível em todas as questões relativas à transferência de pessoas condenadas, conforme as disposições deste Acordo.
2. Em conformidade com as disposições deste Acordo, as Partes se comprometem a transferir as pessoas condenadas do território do Estado de Condenação ao Estado de Cumprimento, a fim de que a pena imposta seja cumprida. Para tal fim, essas pessoas poderão expressar a qualquer das Partes seu desejo de ser transferidas, de acordo com este Artigo.
3. A transferência poderá ser solicitada por ambas as Partes, em conformidade com o presente Acordo.

### **Artigo 3** **Autoridade Central**

As Partes designam como autoridades centrais encarregadas de exercer as funções previstas neste Acordo o Ministério da Justiça, por parte da República Federativa do Brasil, e o Ministério do Poder Popular para as Relações Interiores e Justiça, por parte da República Bolivariana da Venezuela.

### **Artigo 4** **Condições da Transferência**

A transferência poderá ser realizada sob as seguintes condições:

- a) que a pessoa condenada seja nacional do Estado de Cumprimento, de acordo com o que dispõe o inciso “b” do Artigo 1º deste Acordo;
- b) que a pessoa condenada não tenha sido sentenciada à pena de morte, à pena perpétua, infame ou restritiva de liberdade superior a trinta anos, salvo o caso em que estas tenham sido comutadas;

- c) que a transferência seja possível, de acordo com as leis e normas internas vigentes no Estado de Condenação;
- d) que o restante da pena a ser cumprida no momento em que se apresente a solicitação seja de pelo menos doze meses;
- e) que a sentença seja definitiva, ou que o condenado tenha renunciado a todos os direitos de impugnação;
- f) que o condenado ou seu representante legal, em seu nome, por razão de seu estado físico ou mental, solicite e consinta por escrito a transferência;
- g) que as Partes acordem a transferência, em virtude do presente Acordo;
- h) que os atos ou omissões que tenham ocasionado a sentença penal no Estado de Condenação sejam também puníveis no Estado de Cumprimento, mesmo que inexistam tipificação idêntica;
- i) que a pessoa sentenciada não seja condenada por um delito político e militar.

#### Artigo 5

##### Obrigação de Prestar Informação

1. As Partes informarão sobre as disposições deste Acordo a qualquer pessoa condenada a quem o referido instrumento possa ser aplicado.
2. Se a pessoa condenada manifestou ao Estado de Condenação interesse em ser transferida, em conformidade com este Acordo, o Estado de Condenação informará ao Estado de Cumprimento a esse respeito com a maior brevidade possível, uma vez que sentença seja definitiva.
3. Deverão ser incluídas as seguintes informações:
  - a) nome, lugar e data de nascimento da pessoa condenada;
  - b) seu endereço no Estado de Cumprimento;
  - c) uma relação dos fatos em que se fundamentou a condenação;
  - d) a natureza, duração e data de começo da condenação; e
  - e) qualquer outra informação que o Estado de Cumprimento possa requerer para considerar a possibilidade de transferência e informar à pessoa condenada e ao Estado de Condenação sobre as consequências da mesma, conforme sua legislação.
4. Se a pessoa condenada manifestou ao Estado de Cumprimento seu desejo de ser transferida, o Estado de Condenação prestará ao Estado de Cumprimento, com a maior brevidade, a informação mencionada no parágrafo 3 deste artigo.

5. A pessoa condenada será informada, por escrito, de qualquer medida adotada pelo Estado de Condenação ou pelo Estado de Cumprimento em relação ao seu pedido de transferência.

### Artigo 6

#### Solicitações e Respostas

1. As solicitações de transferência iniciar-se-ão mediante uma petição por escrito apresentada pela autoridade central do Estado de Condenação, mediante a via diplomática, à autoridade central do Estado de Cumprimento.

2. A pessoa condenada será entregue pelas autoridades competentes do Estado de Condenação às do Estado de Cumprimento, em um lugar acordado por ambas as Partes. O Estado de Cumprimento será responsável pela custódia e transporte da pessoa condenada a partir do Estado de Condenação.

3. Cada uma das Partes poderá recusar a transferência da pessoa condenada.

4. Se, por qualquer motivo, uma das Partes não estiver de acordo com a transferência de uma pessoa condenada, notificará sua decisão sem demora à outra Parte.

5. Antes que a transferência ocorra, o Estado de Condenação concederá ao Estado de Cumprimento, caso seja solicitada, a oportunidade de verificar, por intermédio de um funcionário designado conforme as leis deste, que o consentimento do condenado tenha sido dado voluntariamente e com pleno conhecimento das consequências legais inerentes ao ato.

6. O Estado de Cumprimento cobrirá o custo do traslado do condenado, em conformidade com as disposições deste Acordo, exceto o gasto dessa natureza incorrido exclusivamente em território do Estado de Condenação.

### Artigo 7

#### Documentos Justificativos

1. Caso seja solicitada uma transferência, o Estado de Condenação proporcionará ao Estado de Cumprimento os seguintes documentos:

- a) cópia da sentença e das normas legais aplicadas à pessoa condenada;
- b) comprovante do tempo de pena que tenha sido cumprida e que ainda resta a cumprir;
- c) uma declaração com o consentimento referente à transferência, mencionada no inciso (f) do artigo 4º;
- d) o relatório médico sobre a pessoa condenada, se for o caso, assim como informação sobre seu tratamento e qualquer recomendação referente ao seu tratamento posterior;

- e) relatório social sobre a conduta da pessoa condenada durante sua permanência no estabelecimento prisional.

2. Os documentos apresentados por qualquer das Partes, em conformidade com este Acordo, estarão isentos de toda formalidade de legalização consular.

### **Artigo 8**

#### **Informação sobre a Execução da Sentença**

O Estado de Cumprimento proporcionará ao Estado de Condenação informação sobre a execução da sentença:

- a) quando solicitada;
- b) quando considere que a pena tenha sido cumprida; ou,
- c) se o condenado fugir.

### **Artigo 9**

#### **Jurisdição**

1. O Estado de Condenação terá a jurisdição exclusiva com relação às penas impostas e qualquer procedimento que disponha a revisão, modificação, ou anulação das sentenças proferidas por suas autoridades judiciais. Exercerá, igualmente, o direito exclusivo de outorgar indulto, anistia ou clemência à pessoa condenada. Ao ser comunicado de qualquer decisão a esse respeito, o Estado de Cumprimento dar-lhe-á execução.

2. A pena ou medida de segurança imposta à pessoa condenada será aplicada segundo o ordenamento jurídico do Estado de Cumprimento. O Estado de Cumprimento, mediante decisão judicial ou resolução administrativa, poderá adaptar a pena imposta pelo Estado de Condenação ao que estabelece seu ordenamento jurídico interno em relação a fatos puníveis de igual natureza. Em nenhuma hipótese a referida sentença poderá agravar ou exceder o máximo previsto no ordenamento jurídico do Estado de Condenação.

3. A entrega da pessoa condenada às autoridades competentes do Estado de Cumprimento suspenderá a execução da pena no Estado de Condenação.

4. Caso o Estado de Condenação, em consonância com suas leis e regulamentos, considere que a pena tenha sido cumprida, esta não poderá continuar sendo executada pelo Estado de Cumprimento.

### **Artigo 10**

#### **Aplicação Temporal**

Este Acordo é aplicável à execução de sentenças impostas antes ou depois de sua entrada em vigor.

### Artigo 11 Emendas

O presente Acordo poderá ser emendado por mútuo consentimento das Partes. As emendas entrarão em vigor na forma prevista no Artigo 13, referente à entrada em vigor.

### Artigo 12 Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia que surja, relacionada à interpretação ou execução do presente Acordo, será resolvida mediante negociações diretas entre as Partes, pela via diplomática.

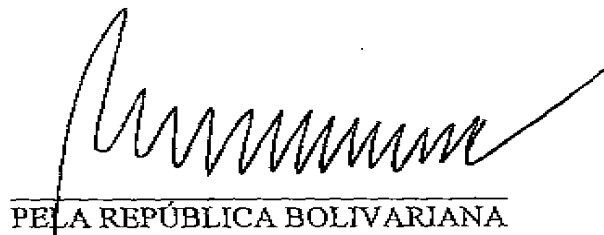
### Artigo 13 Entrada em Vigor e Denúncia

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação escrita e pela via diplomática, mediante a qual as partes informem, uma a outra, sobre o cumprimento de seus respectivos procedimentos constitucionais e legais internos. O Acordo terá uma duração de cinco (5) anos e poderá ser renovado automaticamente por períodos iguais, salvo o caso em que uma das Partes comunique à outra, por escrito e pela via diplomática, sua intenção de não renová-lo, com um mínimo de três (3) meses de antecedência à data de sua expiração.
2. Qualquer das Partes poderá desconstituir, em qualquer momento, este Acordo, mediante notificação escrita à outra Parte pela via diplomática. A denúncia entrará em vigor transcorridos 3 (três) meses da data de recebimento da mencionada comunicação.
3. Independentemente de seu término, este Acordo continuará sendo aplicado à execução de sentenças de condenados que tenham sido transferidos, em conformidade com este instrumento, antes da data em que sua denúncia surta efeito. Este Acordo será aplicado, igualmente, às solicitações de transferência que estejam em tramitação.

Feito em Caracas, aos 27 dias do mês de junho de 2008, em dois exemplares originais, redigidos nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL  
Antonio José Ferreira Simões  
Embaixador



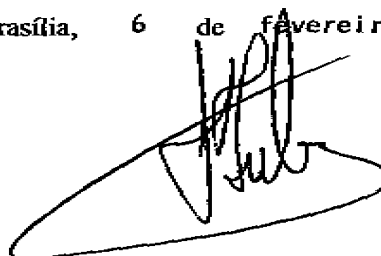
PELA REPÚBLICA BOLIVARIANA  
DA VENEZUELA  
Nicolás Maduro Moros  
Ministro do Poder Popular para as  
Relações Exteriores

**Mensagem nº 52, de 2009**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.

Brasília, 6 de fevereiro de 2009.



EM No 000310 MRE DCJI/DAI/DAM IV -- JUST BRAS VENE

Brasília, 8 de agosto de 2008.

00001.007242/2008-80

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.

2. No contexto da crescente importância da cooperação judicial para a agenda da política externa brasileira e dos amplos contornos da inserção internacional do País, que também provocam aumento das demandas de assistência jurídica mútua, resultam relevantes as iniciativas de atualização normativa da cooperação internacional no setor.

3. O instrumento em apreço imprime densidade às relações entre o Brasil e a Venezuela, uma vez que normatiza a cooperação entre as Justiças desses dois países. O presente Acordo foi firmado com o intuito de proporcionar às pessoas que se encontrem privadas de liberdade, em razão de uma decisão judicial, a possibilidade de, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua, cumprirem a sua pena em um meio social e cultural com o qual estejam familiarizadas. Inscreve-se, portanto, em um sentido amplo de assistência jurídica, favorecendo a reinserção social das pessoas condenadas, um dos objetivos precípuos da pena para o ordenamento jurídico pátrio. Reflete, também, a tendência marcante, nos dois países, de respeito aos direitos humanos, que não são apenas normas e princípios universalmente reconhecidos, mas valores fundamentais do *modus vivendi* internacional.

4. Ao celebrar o Acordo em tela, Brasil e Venezuela não deixam de atentar para o princípio da soberania de jurisdição para a revisão das sentenças proferidas por seus tribunais, mesmo no caso em que o condenado já tenha sido transferido. Nota-se que a prescrição do artigo 9º não representa abdicação da soberania sobre o processo e a jurisdição de cada Estado-Parte, mas a simples transferência da fase de execução penal, para cumprimento do restante de suas penas em seus países de origem. O Acordo visa, assim, a instituir mecanismo moderno de cooperação, que agilizará a transferência de pessoas entre os dois países.

5. O mecanismo de intercâmbio entre as Partes tramitará pela Autoridade Central indicada pelo país membro - o Ministério da Justiça, no caso do Brasil. A utilização de Autoridades Centrais para a tramitação de pedidos de cooperação jurídica torna os procedimentos mais expeditos e, em consequência, mais eficazes.

6. Quanto à vigência, existe a previsão, no artigo 13, de que o Acordo entrará em vigor na data da última notificação escrita e pela via diplomática, mediante a qual as Partes informem, uma à outra, sobre o cumprimento de seus respectivos procedimentos constitucionais e legais internos. A denúncia, por sua vez, terá efeito três meses após a data de recebimento, por uma das Partes, da notificação escrita da outra Parte sobre a intenção de denunciá-lo.

7. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Legislativo, submeto a Vossa Excelência as cópias autênticas do Acordo, juntamente com o projeto de Mensagem ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimarães Neto*

## **LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/ PT – PR) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 115 e 116, de 2011, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre as matérias, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/ PT – PR) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 13, de 2007**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *cria o Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela e dá outras providências*;
- **Projeto de Resolução nº 18, de 2007**, da Senadora Serys Slhessarenko, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-México*;
- **Projeto de Resolução nº 24, de 2007**, do Senador Paulo Paim, que *institui a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante*;
- **Projeto de Resolução nº 30, de 2007**, do Senador Paulo Paim, que *institui a Frente Parlamentar pela valorização do Trabalho*;
- **Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2010**, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca e dá outras providências*;
- **Projeto de Resolução nº 61, de 2010**, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e dá outras providências*; e
- **Projeto de Resolução nº 67, de 2010**, do Senador Flexa Ribeiro, que *autoriza a filiação do Senado Federal à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) e dá outras providências*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/ PT – PR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 30, de 2011**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 30/11-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 13 de abril de 2011

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou

o Substitutivo do Senador Marcelo Crivella ao Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006 que “Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros”, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/ PT – PR) – Com referência ao Ofício nº 30, de 2011, a Presidência comunica ao Plenário que ao Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/ PT – PR) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 74, de 2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1999, sancionado e convertido na Lei nº 12.398, de 28 de março de 2011.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 74/11/PS-GSE

Brasília, 13 de abril de 2011

**Assunto:** Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 4.486, de 2001 (PLS nº 76/99), que “Acrescenta parágrafo único ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e dá nova redação ao inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estender aos avós o direito de visita aos netos”, foi sancionado pela Excelentíssima

Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.398, de 28 de março de 2011.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 41/2011 – CDR/PRES

Brasília, 13 de abril de 2011

**Assunto:** Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia (CDRAM).

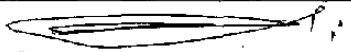
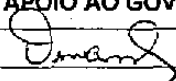
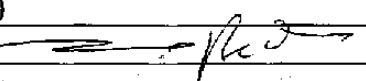

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Subcomissão Permanente da Amazônia (CDRAM), criada no âmbito da Comissão de desenvolvimento Regional e Turismo, em reunião realizada em 12 de abril do corrente, instalou os seus trabalhos e elegeu para o Biênio 2011/2012:

– Presidente: Senadora **Vanessa Grazziotin** (PCdoB – AM)

– Vice Presidente: Senador **Vicentinho Alves** (PR – TO)

Respeitosamente, – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR .

ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE - CDR	
ASSINAM OS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA - CDRAM	
PRESIDENTE:	 SEN. MOZARILDO CAVALCANTI
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB) 	ACIR GURGACZ (PDT)
VICENTINHO ALVES (PR)	JOÃO PEDRO (PT) 
BLOCO PARLAMENTAR (PV, PMDB, PP, PMN, PSC)	
ANA AMÉLIA (PP)	MOZARILDO CAVALCANTI (PTB) 
IVO CASSOL (PP)	LOBÃO FILHO (PMDB)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES (PSDB)	LÚCIA VÂNIA (PSDB)

## COMISSÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO-CDR

### REQUERIMENTO Nº 1 DE 2011

Nos termos dos arts. 73 e 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada a debater a Amazônia, em especial propostas de desenvolvimento

sustentável, de forma que possibilite minimizar prejuízos ao seu meio ambiente e ecossistema, além de debater investimentos estruturais para a melhoria das condições do turismo na região

### Justificação

A Amazônia é uma vasta região, rica em recursos naturais e possuidora da maior floresta tropical e do maior rio em volume de água do mundo, com mais de 7 milhões de km<sup>2</sup> e 1.100 afluentes. Possui grandes estoques de madeira, borracha, castanha,

peixes, minérios e plantas, das quais se extraem óleos e essências para uso medicinal, cosméticos e alimentício, entre outros, bem como confecção de artesanato.

Estando entre as competências desta Comissão de desenvolvimento Regional e Turismo questões relacionadas ao desenvolvimento das regiões do Brasil,

torna-se adequada a criação desta subcomissão para tratar de forma profunda e específica a Amazônia brasileira, em especial o desenvolvimento sustentável, bem como os investimentos estruturais para a melhoria das condições do turismo na região.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2011. –  
Senadora **Vanessa Grazziotin**.

# COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

REQUERIMENTO Nº <u>01</u> /2011-CDR	
ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE <u>03/02/2011</u> OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)	
PRESIDENTE: <u>Senador Benedito de Lira</u>	
AUTOR: <u>Senadora Vanessa Grazziotin</u>	
<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTE</u>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
WELLINGTON DIAS (PT)	1- PAULO PAIM (PT)
ANA RITA (PT)	2- JOÃO PEDRO (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)	3- JOSÉ PIMENTEL (PT)
VICENTINO ALVES (PR)	4- MAGNO MALTA (PR)
JOÃO DURVAL (PDT)	5- ALCIR GURGACZ (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	6- VAGO
<b>BLOCO PARLAMENTAR (PV, PMDB, PP, PMN, PSC)</b>	
ANA AMÉLIA (PP)	1- JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	2- LOBÃO FILHO (PMDB)
VITAL DO REGO (PMDB)	3- VAGO
WILSON SANTIAGO (PMDB)	4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
IVRO NOGUEIRA (PP)	5- IVO CASSOL (PP)
BENEDITO DE LIRA (PP)	6- GARIBALDI ALVES (PMDB)
<b>BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)</b>	
AÉCIO NEVES (PSDB)	1- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	2- MARISA SERRANO (PSDB)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3- KÁTIA ABREU (DEM)
<b>PTB</b>	
MOZARILDO CAVALCANTE	1- ARMANDO MONTEIRO
<b>PSOL</b>	
VAGO	1- VAGO

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.



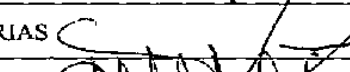
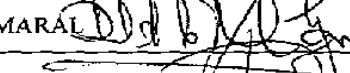
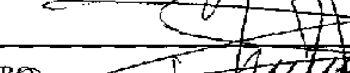
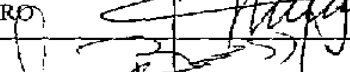

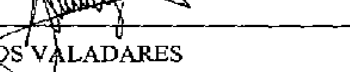
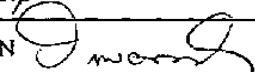
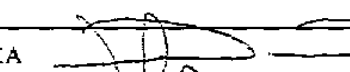
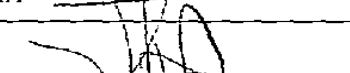
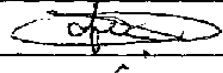
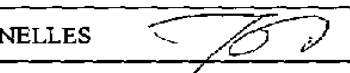
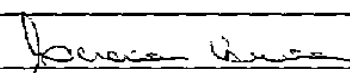
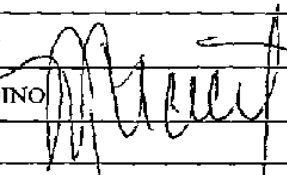
São lidos os seguintes:

## **PARECER Nº 120, DE 2011**

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 51, de 2011 (nº 058/2011, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal a indicação do Senhor **CLÁUDIO PASSOS SIMÃO** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em votação secreta, realizada em 14 de abril de 2011, apreciando o relatório apresentado pelo Senador **BLAIRO MAGGI**, sobre a Mensagem (SF) nº 51, de 2011, opina pela aprovação da indicação do Senhor **CLÁUDIO PASSOS SIMÃO** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, por 12 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2011.

Mensagem "SF" nº 51, de 2011	
ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 14/04/2011, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: 	
RELATOR: 	
TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
LINDBERGH FARIAS 	1- HUMBERTO COSTA
DELÍCIO DO AMARAL 	2- JOSÉ PIMENTEL
JORGE VIANA 	3- WELLINGTON DIAS
WALTER PINHEIRO 	4- MARCELO CRIVELLA
BLAIRO MAGGI 	5- VICENTINHO ALVES
ACIR GURGACZ 	6- PEDRO TAQUES
ANTONIO CARLOS VALADARES	7- RODRIGO ROLLEMBERG
INÁCIO ARRUDA	8- VANESSA GRAZZIOTIN 
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
VALDIR RAUPP	1- ROMERO JUCÁ
WALDEMIR MOKA 	2- GILVAM BORGES
LOBÃO FILHO 	3- ROBERTO REQUIÃO
VITAL DO RÊGO	4- JOÃO ALBERTO SOUZA
RICARDO FERRAÇO	5- WILSON SANTIAGO
EDUARDO BRAGA	6- CASILDO MALDANER 
CIRO NOGUEIRA	7- EDUARDO AMORIM
FRANCISCO DORNELLES 	8- IVO CASSOL
Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)	
FLEXA RIBEIRO	1- AÉCIO NEVES
LÚCIA VÂNIA 	2- ALOYSIO NUNES FERREIRA
MÁRIO COUTO	3- CYRO MIRANDA
DEMÓSTENES TORRES	4- JAYME CAMPOS
PTB	
FERNANDO COLLOR	1- ARMANDO MONTEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	2- JOÃO VICENTE GLAUDINO 
PSOL	
	1-

**RELATOR: Senador BLAIRO MAGGI**

Por meio da Mensagem (SF) nº 51, de 2011 (nº 58, de 2011, na origem), a Senhora Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor CLÁUDIO PASSOS SIMÃO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), autarquia vinculada ao Ministério da Defesa, criada pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

A Constituição Federal (art. 52, III, f) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por maioria absoluta e voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Nesse sentido, a Lei nº 11.182, de 2005, que criou a ANAC, estabelece, no seu art. 12, que os diretores da Agência serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovados pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Outrossim, em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito estabelecido no art. 383, também da nossa carta regimental.

Consta dos autos da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades”.

Segundo informa o currículo apresentado, o Senhor CLÁUDIO PASSOS SIMÃO é cidadão brasileiro, nascido em 30 de março de 1959, na Cidade do Rio de Janeiro. Sua formação acadêmica abrange a graduação em Engenharia Aeronáutica, realizada no Centro Técnico Aeroespacial / Instituto Tecnológico da Aeronáutica (CTA/ITA) e concluída em 1983; e a especialização em Ensaios de Vãos, realizada no Instituto de Aeronáutica e Espaço (CTA/IAE) em 1991.

Sua experiência profissional registra extensa atuação na área aeronáutica – inicialmente como militar e depois como servidor civil comissionado –, com destaque para as seguintes funções: Oficial Engenheiro da Força Aérea Brasileira; Engenheiro da Divisão de Aeronaves e Manutenção do antigo Departamento de Aviação Civil

(DAC); Engenheiro de Prova da Divisão de Homologação Aeronáutica do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (CTA/IFI); e Chefe da Divisão de Homologação Aeronáutica / Divisão de Certificação da Aviação Civil, também do CTA/IFI.

Na ANAC, onde atua desde 2006, exerceu sucessivamente as funções de Gerente-Geral de Certificação de Produtos Aeronáuticos, de abril de 2006 a agosto de 2008, e de Superintendente de Aeronavegabilidade, de agosto a outubro de 2008, quando, por indicação do Presidente da República e após ter seu nome aprovado pelo Senado Federal, assumiu pela primeira vez o cargo de Diretor da Agência, no qual permanece até o momento.

As informações curriculares apresentadas dão conta, ainda, de sua participação em diversos cursos na área da aviação civil, dentre os quais destacamos: "General Performance Engineering & Performance Engineer Operations Course", realizado na Boeing, em Seattle, nos Estados Unidos; "Sistemas Automáticos de Controle de Voo", no CTA/TTA, em São José dos Campos; e o "Primeiro Curso de Familiarização para Pilotos com o EMB-145", na Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), também em São José dos Campos.

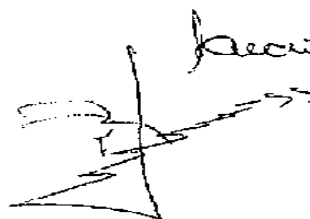
Registramos, por fim, que o indicado foi membro oficial do painel de especialistas em aeronavegabilidade continuada da Organização Internacional de Aviação Civil (OACI) no período de 1987 a 1990.

A análise do *curriculum vitae* encaminhado evidencia, assim, que a formação acadêmica, a trajetória e o desempenho profissional do indicado credenciam-no para a recondução ao cargo para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 11.182, de 2005, bem como as exigências constantes do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão (*curriculum vitae*, conforme especificado no inciso I; e demais declarações relacionadas no inciso II).

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor CLÁUDIO PASSOS SIMÃO, constante da Mensagem nº 51, de 2011 (nº 58, de 2011, na origem).

Sala da Comissão,

 Kaciia Janine, Presidente

, Relator

## **PARECER**

### **Nº 121, DE 2011**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 1, de 2010, da Associação em Defesa do Autista, encaminhando sugestões para elaboração de projeto de lei sobre autismo.

RELATORA: Senadora ANA RITA

#### **I – RELATÓRIO**

Vem à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nos termos do disposto no art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sugestão legislativa apresentada pela Associação em Defesa do Autista (ADEFA), que visa a instituir o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista.

Essa sugestão – que tramita como Sugestão nº 1, de 2010 – consubstancia-se em anteprojeto de lei que estabelece os direitos fundamentais da pessoa autista; equipara o portador desse distúrbio à pessoa com deficiência; institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista, “determinando as medidas a serem adotadas pelo Poder Público”; e cria, no âmbito da União, um “cadastro único das pessoas autistas”, com a finalidade de produzir estatísticas nacionais sobre o problema.

O Sistema Nacional aventado articulará, segundo a proposta, os organismos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho, transporte e habitação) para a coordenação de políticas e a execução de ações assistenciais e prestacionais – o que o anteprojeto denomina de “tratamentos e outros atendimentos às pessoas autistas”.

Em relação a cada um dos setores da Administração articulados pelo referido sistema, o anteprojeto determina ações programáticas específicas para a efetivação do direito correspondente.

Para a efetivação do Sistema, o anteprojeto propõe que a administração pública firme convênios e parcerias com pessoas jurídicas de direito privado, sob supervisão e fiscalização do poder público, com vistas à implementação dos “tratamentos e outros atendimentos”.

Na área de saúde, o regulamento alcança, também, “o atendimento oferecido pelos planos privados de saúde”.

Para os autores, a proposição é justificada pelo significativo crescimento da prevalência dos transtornos associados ao autismo. Isso se traduz em um elevado número de pessoas com essa condição em nosso meio, constituindo “uma urgente e crescente crise de saúde pública”.

Justifica-se, segundo os autores, também, pela elevada frequência de atos discriminatórios e de tratamento desumano a que são submetidas as pessoas autistas e, ainda, em razão de o diagnóstico e o tratamento precoces serem essenciais para a limitação das incapacidades associadas e para a integração social das pessoas com esse tipo de deficiência. Apontam que, no Brasil, tal integração é “extremamente precária”.

## II – ANÁLISE

A incidência e a prevalência de autismo variam grandemente, de acordo com as características da população pesquisada e da metodologia do estudo. No entanto, pesquisas realizadas em vários países reportam uma constatação em comum: o crescimento, nos últimos anos, do número de casos de autismo.

Esses artigos, divulgados em conceituadas publicações médicas e científicas – entre as quais destacam-se as revistas *Lancet*, *Public Health Report* e a da Associação Médica de Israel – relatam aumento na frequência desses transtornos nos Estados Unidos, no Reino Unido, em Israel e em outros países, nos últimos anos, apontando uma taxa de cerca de 30 casos por 10.000 crianças.

Esse aumento é atribuído a fatores como: a adoção de novos critérios de diagnósticos e de classificação; as mudanças nas políticas e práticas relativas à atenção ao autista naqueles países; e o aumento da conscientização e

do conhecimento sobre a síndrome por parte tanto da população em geral quanto dos profissionais de saúde.

No Brasil, o número de estudos epidemiológicos sobre autismo é pequeno. Entre eles estão: um estudo publicado na *Revista de Pediatria*, em 2004, que mostra uma prevalência de autismo entre 4 e 13 casos por 10.000; e um levantamento realizado em Atibaia, Estado de São Paulo, que identificou a ocorrência, naquele município, de “uma prevalência próxima do limite inferior das taxas encontradas na literatura”.

A maior parte da variabilidade das taxas observadas pelos diferentes estudos é considerada não etiológica. Isso quer dizer que essa variação pode ser explicada por diferenças nos critérios adotados para o diagnóstico e nos métodos de busca de casos ou por outros fatores relacionados ao desenho do estudo. No entanto, a contribuição das mudanças nos padrões e critérios de diagnóstico e seu melhoramento como fator explicativo desse aumento permanece não esclarecida.

Para os autores desses estudos, o aumento nos índices de prevalência de autismo significa que mais indivíduos estão sendo identificados como tendo essa ou outras condições similares, e não que a incidência de autismo esteja aumentando. Todavia, nem todos aceitam que esse grande aumento, pelo menos nos Estados Unidos e no Reino Unido, possa ser explicado apenas pela mudança de critérios de diagnóstico ou pela melhoria ou pela ampliação do acesso ao diagnóstico. Sugerem, assim, uma “abordagem de maior precaução” na avaliação do crescimento da incidência do autismo, que pode, realmente, vir a constituir matéria de “urgente preocupação pública”.

Essa é a posição defendida pela Adefa, proponente da norma em comento. Para a entidade, também no Brasil o autismo representa “uma urgente e crescente crise de saúde pública” e exige “uma ação urgente dos setores públicos”.

Por essa razão, concordamos que é chegada a hora de o País contar com uma legislação que não apenas reconheça e assegure os direitos das pessoas atingidas pelo problema – as pessoas com transtornos do espectro autista, suas famílias e cuidadores – como também estimule e favoreça o seu enfrentamento.

Estão, assim, afirmadas a relevância e a oportunidade da medida. Cumpre registrar, no entanto, que a proposição legislativa formulada pela Associação em Defesa do Autista apresenta sérios problemas que precisam ser contornados para possibilitar sua adoção pela CDH.

A Sugestão atende ao que dispõe o art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, que estabelece, entre as competências da CDH, *opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil*. Nesse sentido, a Sugestão nº 1, de 2010, pode e merece ser acolhida e adotada por esta Comissão.

Sob o aspecto formal, observamos ser constitucional e regimental a apresentação, por parlamentar, de projeto de lei que institua política de atenção aos autistas, para estabelecer direitos fundamentais, equipará-los às pessoas com deficiência e, assim, incluí-los como beneficiários das políticas já estabelecidas para aquele segmento. No entanto, ao determinar medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo – medidas que alcançam, inclusive, as administrações dos Estados e Municípios – a proposição incorre em vício de iniciativa, por contrariar os princípios constitucionalmente definidos de separação dos poderes e da organização federativa do Estado.

De fato, importa observar que tais matérias se enquadram no âmbito da iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, conforme prescreve o art. 61, § 1º, da Constituição Federal. Esse dispositivo reserva ao Presidente da República a iniciativa das leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública. Da mesma forma, o art. 84, inciso VI, alínea *a*, da Carta Magna, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, estabelece que compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal.

Assim, entendemos que é constitucional o estabelecimento de uma política geral de atenção ao autista, por iniciativa do Senado Federal, mas não a imposição de ações executivas e a criação de sistemas e programas de caráter administrativo. A simples apreciação da topografia constitucional quanto a esse tema nos impõe especial cuidado no respeito às cláusulas e princípios constitucionais que tratam da separação dos poderes. No caso do anteprojeto sugerido, por mais razoável e sensata que seja a proposta, nela identificamos afronta à Lei Maior, pois invade competência do Poder Executivo.

Lembramos, ainda, que atribuir competências ou impor obrigações aos poderes executivos estaduais e municipais amplia o rol de inconstitucionalidades da proposição, por ferir o princípio federativo da organização do Estado brasileiro.

Tendo em conta os argumentos expedidos, sugerimos a transformação do anteprojeto em um texto normativo que institua não um sistema de atendimento, mas uma política de atenção ao autista, com expressa identificação de direitos. Sugerimos, ademais, que isso se faça na forma de projeto de lei que estabeleça uma política nacional com diretrizes gerais.

Assim, submetemos essa matéria de extrema urgência social à apreciação da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, lembrando que o tema já foi amplamente discutido, tanto em audiências públicas quanto em reuniões de trabalho. Tais reuniões e audiências foram promovidas nesta Casa por nossa iniciativa, contando com a ativa participação dos segmentos populacionais que lutam em defesa dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

### **III – VOTO**

Em vista do exposto, somos pela aprovação da Sugestão nº 1, de 2010, na forma do seguinte

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2011**

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por:

I – deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações, apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

**Art. 2º** São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I – a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II – a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III – a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV – a inclusão dos estudantes com transtorno do espectro autista nas classes comuns de ensino regular e a garantia de atendimento educacional especializado gratuito a esses educandos, quando apresentarem necessidades especiais e sempre que, em função de condições específicas, não for possível a sua inserção nas classes comuns de ensino regular, observado o disposto no Capítulo V – Da Educação Especial – do Título V da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

V – o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990;

VI – a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII – o incentivo à formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como de pais e responsáveis;

VIII – o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao Transtorno do Espectro Autista no País.

*Parágrafo único.* Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

**Art. 3º** São direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III – o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral de suas necessidades de saúde, incluindo:

- a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- b) o atendimento multiprofissional;
- c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) os medicamentos;
- e) a informação que auxilie no diagnóstico e no tratamento;

IV – o acesso:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social.

*Parágrafo único.* Em casos de comprovada necessidade, a pessoa

com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

**Art. 4º** A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

*Parágrafo único.* Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

**Art. 5º** A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o art. 14 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

**Art. 6º** O § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 98. ....

.....

§ 3º A concessão de horário especial de que trata o § 2º estende-se ao servidor que tenha sob sua responsabilidade e sob seus cuidados cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

.....” (NR)

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

É fato que as pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) apresentam dificuldades cognitivas e comunicativas. Essas limitações dificultam sua integração social e as transformam em vítimas frequentes de discriminação. A discriminação chega, muitas vezes, ao absurdo do tratamento desumano e degradante.

Para agravar a situação, além das peculiaridades cognitivas e relacionais, as pessoas com esse transtorno podem apresentar comprometimento fisiológico, necessitando de contínuo acompanhamento médico especializado.

Sem sombra de dúvidas, o diagnóstico e o tratamento especializado precoces são essenciais nesse processo; são mesmo indispensáveis para garantir a integridade física e moral desse segmento da população e, também, para permitir sua integração social. Contudo, por falta de uma política direcionada à pessoa com transtorno do espectro autista, há pouco conhecimento sobre o tratamento adequado, pouco esforço de apoio às famílias e nenhum programa de prevenção do transtorno no Brasil – o que tem possibilitado o aumento ainda não dimensionado adequadamente do número de pessoas autistas no País.

Lamentavelmente, a pessoa com transtorno do espectro autista, muitas vezes, é privada do convívio social e do acesso a escolas, a hospitais e ao mercado de trabalho.

São graves as consequências da falta de pesquisas e estudos epidemiológicos que permitam conhecer a magnitude do problema no Brasil e os mecanismos de combate ao crescimento do número de autistas. Nos Estados Unidos, diferentemente, há muito se estuda a questão do autismo. Estatísticas recentes divulgadas pelo Centro para o Controle de Doenças apontam que 1 em cada 70 meninos americanos sofre de autismo. Isso representa um aumento assustador de 57% no número de casos no período de 2002 a 2006 e crescimento de 600% nos últimos 20 anos.

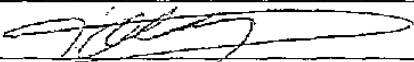


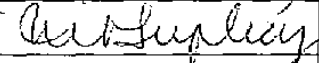
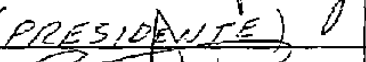
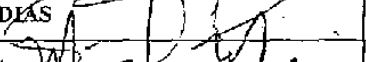
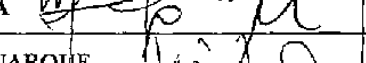
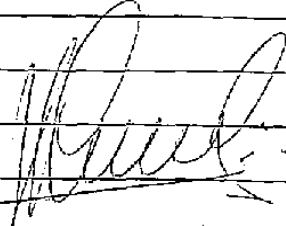
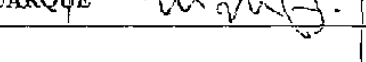
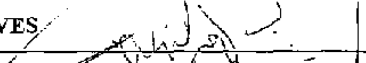

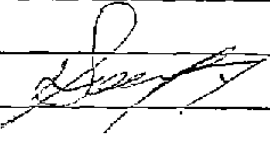
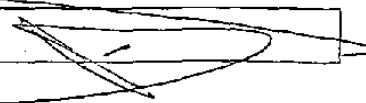
No Brasil, a situação parece ser tão séria quanto a americana. Estatísticas nacionais citadas pela *Revista Época*, de 11 de junho de 2007, apontaram que 1 em cada 150 crianças nascidas seja autista. Apesar desse dado alarmante, infelizmente, no Brasil, não existem dados estatísticos nem estudos científicos que comprovem o número real de autistas brasileiros. No entanto, os poucos dados de que se dispõe são mais do que suficientes para um alerta e certamente reforçam o entendimento de que o problema do autismo é uma crescente crise de saúde pública e demanda ações urgentes.

Assim, é fundamental o desenvolvimento de uma política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, garantindo-lhe condições de dignidade, desenvolvimento e o pleno exercício de sua cidadania; assegurando também o estímulo à pesquisa e ao esclarecimento público sobre o problema.

Nesse sentido, reconhecendo a urgência que a situação impõe, apresentamos este projeto de lei, que estabelece uma política de atenção à pessoa com transtorno do espectro autista. E, assim, ciente da importância da medida para sanar tão grave problema de saúde pública no País, conclamamos o apoio dos Nobres Pares a sua aprovação.

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

ASSINARAM A SUGESTÃO NA REUNIÃO DE 31/03/2011, OS SENHORES SENADORES

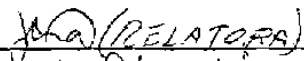
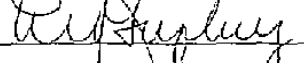
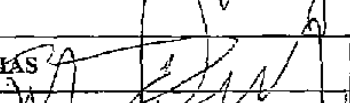

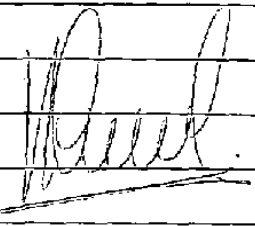
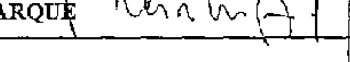
PRESIDENTE: 	
RELATOR: 	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)</b>	
ANA RITA  (RELATORA)	1. ANGELA PORTELA
MARTA SUPPLY 	2. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM (PRESIDENTE) 	3. HUMBERTO COSTA
WELLINGTON DIAS 	4. JOÃO PEDRO
MAGNO MALTA 	5. VICENTINHO ALVES 
CRISTAVAM BUARQUE 	6. JOÃO DURVAL
VAGO	7. LÍDICE DA MATA
<b>BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)</b>	
PEDRO SIMON	1. GILVAM BORGES
VAGO	2. EUNÍCIO OLIVEIRA
GARIBALDI ALVES 	3. RICARDO FERRAÇO
JOÃO ALBERTO SOUZA 	4. WILSON SANTIAGO 
SÉRGIO PETECÃO	5. EDUARDO AMORIM
PAULO DAVIM	6. VAGO
<b>BLOCO PARLAMENTAR PSDB/DEM (PSDB, DEM)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. CYRO MIRANDA
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
<b>PTB</b>	
MOZARILDO CAVALCANTI	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>PSOL</b>	
MARINOR BRITO	1. RANDOLFE RODRIGUES 

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

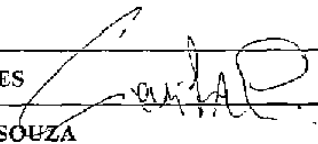
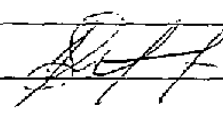
ASSINARAM O PROJETO NA REUNIÃO DE 31/03/2011, OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	
RELATOR:	

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)**

ANA RITA		1. ANGELA PORTELA	
MARTA SUPPLY		2. GLEISI HOFFMANN	
PAULO PAIM		3. HUMBERTO COSTA	
WELLINGTON DIAS		4. JOÃO PEDRO	
MAGNO MALTA		5. VICENTINHO ALVES	
CRISTAVAM BUARQUE		6. JOÃO DURVAL	
VAGO		7. LÍDICE DA MATA	

**BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**

PEDRO SIMON		1. GILVAM BORGES	
VAGO		2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
GARIBALDI ALVES		3. RICARDO FERRAÇO	
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. WILSON SANTIAGO	
SÉRGIO PETECÃO		5. EDUARDO AMORIM	
PAULO DAVIM		6. VAGO	

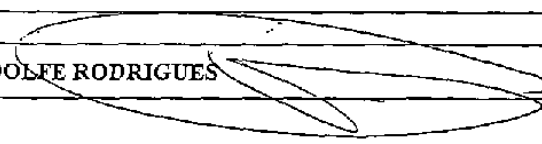
**BLOCO PARLAMENTAR PSDB/DEM (PSDB, DEM)**

VAGO		1. VAGO	
VAGO		2. CYRO MIRANDA	
DEMÓSTENES TORRES		3. JOSÉ AGRIPINO	

**PTB**

MOZARILDO CAVALCANTI		1. VAGO	
VAGO		2. VAGO	

**PSOL**

MARINOR BRITO		1. RANDOLFE RODRIGUES	
---------------	--	-----------------------	--

## **LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

-----

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

-----

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

-----

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

-----

### **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

-----

#### **DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

**Art. 59.** Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

**Art. 60.** Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

**Parágrafo único.** O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

---

#### **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

---

#### **LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001.**

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

---

**Art. 4º** A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

---

**LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998.**

Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

---

Art. 14. Em razão da idade do consumidor, ou da condição de pessoa portadora de deficiência, ninguém pode ser impedido de participar de planos privados de assistência à saúde.

---

**LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990**

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

---

Art. 98. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 3º As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário na forma do inciso II do art. 44.

---

*DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.*

**RELATÓRIO**

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

**I – RELATÓRIO**

Vem à apreciação desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nos termos do disposto no art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sugestão legislativa apresentada pela Associação em Defesa do Autista (ADEFA), que visa a instituir o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista.

Essa sugestão -- que tramita como Sugestão nº 1, de 2010 -- consubstancia-se em anteprojeto de lei que estabelece os direitos fundamentais da pessoa autista; equipara o portador desse distúrbio à pessoa com deficiência; institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista, “determinando as medidas a serem adotadas pelo Poder Público”; e cria, no âmbito da União, um “cadastro único das pessoas autistas”, com a finalidade de produzir estatísticas nacionais sobre o problema.

O Sistema Nacional aventado deveria articular os organismos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho, transporte e habitação) para a coordenação de políticas e a execução de ações assistenciais e prestacionais -- o que o anteprojeto denomina de “tratamentos e outros atendimentos às pessoas autistas”.

Em relação a cada um dos setores da Administração articulados pelo referido sistema, o anteprojeto determina ações programáticas específicas para a efetivação do direito correspondente.

Para a efetivação do Sistema, o anteprojeto propõe que a administração pública firme convênios e parcerias com pessoas jurídicas de direito privado, sob supervisão e fiscalização do poder público, com vistas à implementação dos “tratamentos e outros atendimentos”.

Na área de saúde, o regulamento alcança, também, “o atendimento oferecido pelos planos privados de saúde”.

Para os autores, a proposição é justificada pelo significativo crescimento da prevalência dos transtornos associados ao autismo. Isso se traduz em um elevado número de pessoas com essa condição em nosso meio, constituindo “uma urgente e crescente crise de saúde pública”.

Justifica-se, segundo os autores, também, pela elevada frequência de atos discriminatórios e de tratamento desumano a que são submetidas as pessoas autistas e, ainda, em razão de o diagnóstico e o tratamento precoces serem essenciais para a limitação das incapacidades associadas e para a integração social das pessoas com esse tipo de deficiência. Aparentam que, no Brasil, tal integração é “extremamente precária”.

## II – ANÁLISE

A incidência e a prevalência de autismo variam grandemente, de acordo com as características da população pesquisada e da metodologia do estudo. No entanto, pesquisas realizadas em vários países reportam uma constatação em comum: o crescimento, nos últimos anos, do número de casos de autismo.

Esses artigos, divulgados em conceituadas publicações médicas e científicas – entre as quais destacam-se as revistas *Lancet*, *Public Health Report* e a da Associação Médica de Israel – relatam aumento na frequência desses transtornos nos Estados Unidos, no Reino Unido, em Israel e em outros países, nos últimos anos, apontando uma taxa de cerca de 30 casos por 10.000 crianças.

Esse aumento é atribuído a fatores como: a adoção de novos critérios de diagnósticos e de classificação; as mudanças nas políticas e práticas relativas à atenção ao autista naqueles países; e o aumento da conscientização e do conhecimento sobre a síndrome por parte tanto da população em geral quanto dos profissionais de saúde.

No Brasil, o número de estudos epidemiológicos sobre autismo é pequeno. Entre eles estão: um estudo publicado na *Revista de Pediatria*, em 2004, que mostra uma prevalência de autismo entre 4 e 13 casos por 10.000; e um levantamento realizado em Atibaia, Estado de São Paulo, que identificou a ocorrência, naquele município, de “uma prevalência próxima do limite inferior das taxas encontradas na literatura”.

A maior parte da variabilidade das taxas observadas pelos diferentes estudos é considerada não etiológica. Isso quer dizer que essa variação pode ser explicada por diferenças nos critérios adotados para o diagnóstico e nos métodos de busca de casos ou por outros fatores relacionados ao desenho do estudo. No entanto, a contribuição das mudanças nos padrões e critérios de diagnóstico e seu melhoramento como fator explicativo desse aumento permanece não esclarecida.

Para os autores desses estudos, o aumento nos índices de prevalência de autismo significa que mais indivíduos estão sendo identificados como tendo essa ou outras condições similares, e não que a incidência de autismo esteja aumentando. Todavia, nem todos aceitam que esse grande aumento, pelo menos nos Estados Unidos e no Reino Unido, possa ser explicado apenas pela mudança de critérios de diagnóstico ou pela melhoria ou pela ampliação do acesso ao diagnóstico. Sugerem, assim, uma “abordagem de maior precaução” na avaliação do crescimento da incidência do autismo, que pode, realmente, vir a constituir matéria de “urgente preocupação pública”.

Essa é a posição defendida pela Adefa, proponente da norma em comento. Para a entidade, também no Brasil, o autismo representa “uma urgente e crescente crise de saúde pública” e exige “uma ação urgente dos setores públicos”.

Por essa razão, concordamos que é chegada a hora de nosso país contar com uma legislação que não apenas reconheça e assegure os direitos das pessoas atingidas pelo problema – as pessoas com transtornos do espectro autista, suas famílias e cuidadores – como também estimule e favoreça o seu enfrentamento.

Estão, assim, afirmadas a relevância e a oportunidade da medida. Cumpre registrar, no entanto, que a proposição legislativa formulada pela Associação em Defesa do Autista apresenta sérios problemas que demandam contorno para que a proposta possa ser adotada pela CDH.

A Sugestão atende ao que dispõe o art. 102-E, inciso I, do RIsf, que estabelece entre as competências da CDH *opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil*. Nesse sentido, a Sugestão nº 1, de 2010, pode e merece ser acolhida e adotada por esta Comissão.

Sob o aspecto formal, observamos ser constitucional e regimental a apresentação, por parlamentar, de projeto de lei que institua política de atenção aos autistas, para estabelecer direitos fundamentais, equipará-los às pessoas com deficiência e, assim, incluí-los como beneficiários das políticas já estabelecidas para aquele segmento. No entanto, ao determinar medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo – medidas que alcançam, inclusive, as administrações dos Estados e Municípios – a proposição incorre em vício de iniciativa, por contrariar os princípios constitucionalmente definidos de separação dos poderes e da organização federativa do Estado.

De fato, importa observar que tais matérias se enquadram no âmbito da iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, conforme prescreve o art. 61, § 1º, da Constituição Federal. Esse dispositivo reserva ao Presidente da República a iniciativa das leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública. Da mesma forma, o art. 84, inciso VI, alínea *a*, da Carta Magna, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, estabelece que compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal.

Assim, entendemos que é constitucional o estabelecimento de uma política geral de atenção ao autista, por iniciativa do Senado Federal, mas não a imposição de ações executivas e a criação de sistemas e programas de caráter administrativo. A simples apreciação da topografia constitucional quanto a esse tema nos impõe especial cuidado no respeito às cláusulas e princípios constitucionais que tratam da separação dos poderes. No caso do anteprojeto sugerido, por mais razoável e sensata que seja a proposta, nela identificamos afronta à Lei Maior, pois invade competência do Poder Executivo.

Lembramos, ainda, que atribuir competências ou impor obrigações aos poderes executivos estaduais e municipais amplia o rol de inconstitucionalidades da proposição, por ferir o princípio federativo da organização do Estado brasileiro.

Tendo em conta os argumentos expedidos, sugerimos a transformação do anteprojeto em um texto normativo que institua não um sistema de atendimento, mas uma política de atenção ao autista, com expressa identificação de direitos. Sugerimos, ademais, que isso se faça na forma de projeto de lei que estabeleça uma política nacional com diretrizes gerais.

Assim, submetemos à apreciação da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa essa matéria de extrema urgência social, lembrando que o tema já foi amplamente discutido, tanto em audiências públicas quanto em reuniões de trabalho promovidas nesta Casa por nossa iniciativa, com os segmentos populacionais que lutam em defesa dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

### **III – VOTO**

Em vista do exposto, somos pela **aprovação** da Sugestão nº 1, de 2010, na forma do seguinte

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2010**

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por:

I – Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações, apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I – a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II – a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, implementação, acompanhamento e avaliação;

III – a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV – a inclusão dos estudantes com transtorno do espectro autista nas classes comuns de ensino regular e a garantia de atendimento educacional especializado gratuito a esses educandos quando apresentarem necessidades especiais e sempre que, em função de condições específicas, não for possível a sua inserção nas classes comuns de ensino regular, observado o disposto no Capítulo V (Da Educação Especial) do Título III, da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

V – o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VI – a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII – o incentivo à formação e à capacitação de pais, responsáveis e profissionais envolvidos no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

VIII – o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao Transtorno do Espectro Autista no País.

*Parágrafo único.* Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

**Art. 3º** São direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III – o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral de suas necessidades de saúde, incluindo:

- a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- b) o atendimento multiprofissional;
- c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) medicamentos;
- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV – o acesso:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social;

*Parágrafo único.* Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º desta lei, terá direito a acompanhante especializado.

**Art. 4º** A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

*Parágrafo único.* Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

**Art. 5º** A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o art. 14 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

**Art. 6º** O § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.98. ....

.....

§ 3º A concessão de horário especial de que trata o § 2º deste artigo estende-se ao servidor que tenha sob sua responsabilidade e sob seus cuidados cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

§ 4º .....” (NR)

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

É fato que as pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) apresentam dificuldades cognitivas, comunicativas e sejam, em grau de maior comprometimento, propensas a auto e heteroagressão. Barreiras consideradas entraves a sua integração social e que as transformam em vítimas frequentes da inapropriedade de cuidados e de discriminação. Constata-se que a **falta de políticas públicas que atendam às especificidades do espectroautista é na realidade a responsável maior pela exclusão social, discriminação e pelas práticas absurdas do tratamento desumano e degradante a que está submetido este segmento.**

Para agravar a situação, além das peculiaridades cognitivas e relacionais, as pessoas com esse transtorno podem apresentar comprometimento fisiológico, necessitando de contínuo acompanhamento médico especializado.

Sem sombra de dúvidas, o diagnóstico e o tratamento especializado precoces são essenciais nesse processo; são mesmo indispensáveis para garantir a integridade física e moral desse segmento da população e, também, para permitir sua integração social. Contudo, por falta de uma política direcionada à pessoa com transtorno do espectro autista, há pouco conhecimento sobre o tratamento adequado, pouco esforço de apoio às famílias e nenhum programa de prevenção do transtorno no Brasil – o que tem possibilitado o aumento ainda dimensionado adequadamente do número de pessoas com autismo no País.

Lamentavelmente, a pessoa com transtorno do espectro autista, muitas vezes, é privada do convívio social e do acesso a escolas, a hospitais e ao mercado de trabalho.

São graves as consequências da falta de pesquisas e estudos epidemiológicos que permitam conhecer a magnitude do problema no Brasil e os mecanismos de combate ao crescimento do número de pessoas com autismo. Nos Estados Unidos, diferentemente, há muito se estuda a questão autista. Estatísticas recentes divulgadas pelo Centro para o Controle de Doenças (CDC) apontam que 1 em cada 70 meninos americanos sofre de autismo. Isso representa um aumento assustador de 57 % no número de casos no período de 2002 a 2006 e crescimento de 600% nos últimos 20 anos.

No Brasil, a situação parece ser tão séria quanto a americana. Estatísticas nacionais citadas pela *Revista Época*, de 11 de junho de 2007, apontaram que 1 em cada 150 crianças nascidas seja autista. Apesar desse dado alarmante, infelizmente, no Brasil, não existem dados estatísticos nem estudos científicos que comprovem o número real de pessoas com autismo no Brasil. No entanto, os poucos dados de que se dispõe são mais do que suficientes para um alerta e certamente reforçam o entendimento de que o problema autista é uma crescente crise de saúde pública e demanda ações urgentes.<sup>FL</sup>

Assim, é fundamental o desenvolvimento de uma política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, garantindo-lhe condições de dignidade, desenvolvimento e o pleno exercício de sua cidadania; assegurando também o estímulo à pesquisa e ao esclarecimento público sobre o problema.

Nesse sentido, reconhecendo a urgência que a situação impõe, apresentamos este projeto de lei, que estabelece uma política de atenção à pessoa com transtorno do espectro autista. E, assim, ciente da importância da medida para sanar tão grave problema de saúde pública no País, conclamamos o apoio dos Nobres Pares a sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

 Relator

## **PARECER Nº 122, DE 2011**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.

**RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES**

### **I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 100, de 2010, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que prevê a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.

O Projeto acrescenta os arts. 190-A a 190-E ao corpo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na internet e o correspondente procedimento, estabelecendo os seguintes requisitos e limitações legais: *a*) necessidade de autorização judicial; *b*) imprescindibilidade da medida (que não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios); *c*) requerimento do Ministério Público; *d*) justificação individualizada (pessoas investigadas); *e*) prazo de noventa dias, prorrogáveis até o limite de trezentos e sessenta dias (190-A); *f*) sigilo da operação (190-B); *g*) responsabilidade do agente policial por excessos cometidos (190-C); *h*) apoio dos órgãos de registro público para otimizar a infiltração (190-D); *i*) registro pormenorizado de toda a operação, a serem reunidos em autos apartados (190-E).

Não foram apresentadas emendas até o momento.

### **II – ANÁLISE**

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade não foram identificados no projeto.

A Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, em vários meses de investigação, concluiu pela necessidade premente de dotar o Estado de mais um instrumento de prevenção e repressão à pedofilia: a infiltração de agentes policiais na internet, meio privilegiado de aproximação e aliciamento de crianças e adolescentes por pessoas com más intenções. Trata-se do que ficou conhecido como *internet grooming*, processo pelo qual o pedófilo, protegido pelo anonimato, seleciona e aborda vítimas potenciais.

A infiltração é um poderoso instrumento de intimidação. Ele serve tanto à repressão quanto à prevenção. Tornada lei, a proposta criará um ambiente de dúvida e insegurança para os pedófilos, que poderão ser surpreendidos por todo um aparato garantido pelo Estado e presente no outro lado da conexão.

A proposta atende aos critérios constitucionais de proporcionalidade e razoabilidade, trazendo um procedimento simples e eficiente, voltado para o combate de crimes específicos, relacionados à liberdade sexual de crianças e adolescentes, com atuação do Ministério Público, destinatário imediato das provas colhidas. Prevê-se, ainda, o registro de todos os atos da operação, a serem reunidos em autos apartados protegidos por sigilo.

Considero tratar-se, pois, de um avanço para a legislação penal de nosso País.

### III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010.

Sala da Comissão, 06 de abril de 2011.

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

, Presidente

, Relator

#### IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 06/04/2011, aprova Parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010, conforme Relatório reformulado pelo Senador Demóstenes Torres durante a discussão, concluindo com voto favorável ao Projeto, com uma emenda que apresentou, nos seguintes termos:

#### EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se ao inciso II do § 1º do art. 190-A, na forma do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 190-A.....

§ 1º.....

II – não poderá exceder o prazo de noventa dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a setecentos e vinte dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial.

..... (NR)”

Sala das Comissões, 6 de abril de 2011

  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 100 DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/04/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <b>SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA</b>	
RELATOR: <i>Senador Demóstenes Torres</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)</b>	
JOSÉ PIMENTEL <i>José Pimentel</i>	1. EDUARDO SUPPLY
MARTA SUPPLY <i>Marta Supply</i>	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ <i>Anibal Diniz</i>
JORGE VIANA <i>Jorge Viana</i>	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	5. JOÃO RIBEIRO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
<b>BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)</b>	
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>Eunício Oliveira</i>	1. RENAN CALHEIROS
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÉGO	4. RICARDO FERRAÇO
LUIZ HENRIQUE	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
<b>BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)</b>	
AÉCIO NEVES	1. MÁRIO COUTO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
<b>PTB</b>	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
<b>PSOL</b>	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 05/04/2011

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

=====

**LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Art. 190. A intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semi-liberdade será feita:

I - ao adolescente e ao seu defensor;

II - quando não for encontrado o adolescente, a seus pais ou responsável, sem prejuízo do defensor.

§ 1º Sendo outra a medida aplicada, a intimação far-se-á unicamente na pessoa do defensor.

§ 2º Recaindo a intimação na pessoa do adolescente, deverá este manifestar se deseja ou não recorrer da sentença.

.....

**DOCUMENTO(S) ANEXADO(S) PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.**

**FRAGMENTO DAS NOTAS TAQUIGRÁFAS DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 54ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 6 DE ABRIL DE 2011, ÀS 10 HORAS E 32 MINUTOS.**

Item 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2010.

Não terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da Polícia na Internet, com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. Autoria: CPI da Pedofilia, de 2008, do Senado Federal. Relator: nobre Senador Demóstenes Torres, a quem concedo a palavra para proferir o seu voto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, esse é um projeto muito bom que vai ajudar a combater a pedofilia na Internet. O que ele prevê, em síntese? Ele prevê infiltração de agentes da Polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de crianças e de adolescentes, crimes definidos nos arts. 240-A a 244... Melhor dizendo, crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D do Estatuto da Criança e do Adolescente, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Código Penal. Em síntese, desde armazenar fotografia, aliciar criança, prostituição infanto-juvenil.

Qual é o objetivo desse projeto?

É um projeto que está sendo feito em vários lugares do mundo porque apareceu a figura do que se chama Internet grooming. O que é Internet grooming? É o pedófilo que entra nos chats, das salas de bate-papo, do Orkut, das redes sociais, do Facebook, se disfarça como se fosse uma criança também. Nessa fase, ele seleciona a vítima. Depois, demonstra amizade, demonstra conhecimento, conhece filme de criança como ninguém, música de adolescente. Então, ele vai envolvendo a criança, forma uma relação com essa criança, avalia todos os riscos. Depois, pede exclusividade para falar, sai da sala de bate-papo, passa a ter um contato mais íntimo. Depois, começa a conversar sobre sexo: olha, você já beijou na boca? Já fez... Daí vai, até consumir. Depois, tem a fase de constrangimento, da chantagem com a criança. É todo um processo.

A Polícia brasileira sofre muitas dificuldades porque, embora, em tese, possa acontecer essa infiltração de agentes, como se fosse um disfarce, um policial que entra ali também para tentar, dentro da rede, identificar o pedófilo. Isso tem sido deferido com muita parcimônia pelo Poder Judiciário, alegando justamente que não há uma lei que discipline, que há uma lei genérica, que é uma coisa que deveria ser melhor definida. Então, nós criamos dentro daquela CPI um projeto, feito com o auxílio do Ministério Público, da Polícia, do Ministério da Justiça, do Poder Judiciário, essa figura da infiltração de agentes da Polícia na Internet. Há vários requisitos, para também não se vulgarizar. O primeiro dos requisitos e das limitações legais é a necessidade de autorização judicial. Toda vez que alguém, um policial, for entrar na Internet dessa forma, tem que ser precedido por uma autorização de Juiz.

Segundo, a imprescindibilidade da medida. Tem que se demonstrar que aquelas provas não podem ser colhidas de outra forma. Se puderem ser colhidas de outra forma, então que se busque outra forma que não essa de entrar dentro da Internet.

Outro requisito é que haja a requisição do Ministério Público ou do delegado de polícia. Também a autoridade tem de pedir ao juiz para que tome essa medida e demonstrar a necessidade de que tenha a medida.

Depois, tem que ter uma justificação individualizada. Falar: olha, nós estamos investigando fulano de tal, que às vezes pode ter um apelido. O sujeito, muitas vezes, entra na Internet não com o nome dele. É um fake, entra com algum apelido. Então, ele tem de dizer: nós estamos investigando fulano, cujo apelido é tal, ou só tem o apelido, por esse, esse, esse e esse motivo. Tudo leva a crer, ou já está aliciando etc.

O prazo da medida é de 90 dias. O juiz vai tendo acesso ao procedimento, o promotor também, e pode haver uma prorrogação por no máximo 360 dias.

Outra situação: a operação tem de ser absolutamente sigilosa. Quer dizer, só o magistrado e aqueles que participam da investigação podem ter conhecimento porque, afinal, pode resultar inverídica e expor a intimidade de uma pessoa que, na realidade, não tem nada a ver com aquilo.

A responsabilidade do agente policial por excessos eventualmente cometidos. Às vezes, foi dado à autoridade policial um poder para fazer xis, mas ele se acha no direito de fazer outras coisas totalmente ao arrepio da autoridade policial.

O apoio dos órgãos do registro público para otimizar a infiltração. Então, é óbvio que tanto a Polícia Federal quanto... Tudo. Como nós fizemos essa operação, esses convênios todos, até com o Google, com o Facebook e com as empresas de venda de cartão de crédito, todo mundo vai participar e isso tudo tem um registro dentro da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, dos cartórios, e todo mundo vai poder contribuir com essa infiltração. Inclusive, em alguns casos, por determinação judicial, pode haver uma alteração do nome da pessoa que está entrando ali, claro que tudo isso mediante autorização judicial. E o registro pormenorizado de toda a operação, que ao final será reunido em autos apartados. Então, tudo será documentado para essa finalidade. O objetivo principal é esse, e é criar também - porque mundialmente já chegou-se à conclusão de que é um dispositivo eficaz criar um temor no pedófilo de que ele não esteja operando simplesmente com crianças, mas que a qualquer momento pode ter um agente policial, alguém infiltrado, devidamente autorizado.

Então, o objetivo é esse e o meu parecer é favorável ao projeto do jeito que ele veio. O SR. PRESIDENTE ( ) - Para discutir, tem a palavra a nobre Senadora Marta Suplicy. A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT - SP) - Eu quero parabenizar por esse excelente projeto, porque o mundo mudou e, com esses novos instrumentos eletrônicos, não temos tido a proteção que deveríamos ter para conter esse assédio de pedófilos nas redes existentes hoje.

Então, o projeto vem em muitíssima boa hora. Também me parece extremamente cuidadoso, porque o temor que nós teríamos é que esses agentes infiltrados pudessem ir além do que seria o razoável em termos de responsabilidade, mas essas limitações, como a necessidade da autorização judicial, de só utilizar se for impossível conseguir outra prova, o requerimento do Ministério Público, nominar as pessoas que serão investigadas - porque não pode ser uma autorização para investigar genericamente -, o prazo de 90 dias, prorrogáveis por 360 dias; sigilo da operação e a responsabilidade do policial pelo excesso cometido, eu acho, Senador Demóstenes Torres, protege o que significa uma infiltração numa rede social.

O projeto me parece brilhante realmente, e a sociedade aguardava uma ação nessa direção. E aí, vou acrescentar mais. Em casos, por exemplo, de abuso sexual, nós sabemos que há muitos indícios na própria escola, que a professora pode detectar pelo tipo de comportamento da criança. Mas, no caso desse policial infiltrado, acredito que quando pudermos desenvolver essa prática com mais tempo, provavelmente passaremos a detectar alguns tipos de ação e formas de comportamento que irão nos ajudar de maneira que ainda não temos a dimensão do que poderá ser.

Então, o projeto é excelente e voto a favor.

O SR. PRESIDENTE ( ) - O Senador Pedro Taques pediu a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) - Sr. Presidente, cumprimentando o Relator e me associando a ele nesta luta - e este projeto é muito bom nesse sentido - mas, com todo o respeito, eu só faria uma sugestão no sentido de que este prazo de 360 dias, de um ano, se me afigura pequeno, Ex<sup>a</sup>, e vou dizer o porquê.

A primeira operação mundial de combate à pedofilia via rede mundial de computadores, chamada Operação Catedral, ela foi desencadeada pelo FBI, pelas agências européias, e esta operação demorou um ano, dois anos, porque em um ano é possível que possamos encontrar um pedófilo. Agora, pela rede mundial de computadores nós temos uma rede de criminosos, isso em mais de um país, o que se revela a chamada criminalidade transnacional via rede mundial de computadores.

Então, parabenizo o Relator e faço a sugestão, se isso for possível, de alargar-se este tempo da infiltração, porque um ano para você tratar de pedofilia na Internet, através de um crime que é feito pela rede mundial, como o próprio nome está a dizer, em mais de um país, a prática nos

...através de um crime que é feito pela rede mundial, como o próprio nome está a dizer, em mais de um país, a prática nos revela que esse tempo não seria o ideal.

Concordo inteiramente com o projeto. Mais uma vez, parabenizo a CPI da Pedofilia, e o ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira, Bloco/PMDB - CE) - Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) - Eu só quero falar que discussões de matérias como esta me fazem sentir mais útil ao meu País, sendo Senador.

Primeiro, pela origem, como o Senador Pedro Taques falou, da proposta que vem da CPI da Pedofilia. Em segundo, pelo brilhante relatório do Senador Demóstenes, que se soma. E hoje, acho que é um desafio que temos dentro de nossas casas, todos nós

como cidadãos e todos os brasileiros. Ao mesmo tempo em que se democratiza o acesso a mecanismo de comunicação em tempo real, você também mascara com isso aquilo que já acontecia na nossa sociedade: esses crimes bárbaros, principalmente vinculados à criança; eles passam a acontecer sem que a gente possa ter a visão de movimento de pessoas, como bem descreveu o ilustre Senador e Relator Demóstenes. Eu queria me associar a essa preocupação, porque quando me foi colocado um ano, que parece ser um prazo elástico, mas estamos lidando com algo novo que está presente no mundo inteiro, que entra nas nossas casas e não sabemos como entra - e muitos pais não têm condições sequer de fazer uso do acesso à Internet de computadores, mas seus filhos são os professores, independente da idade.

Então eu só queria parabenizar a Comissão por ela apreciar esta matéria, dizer que estou com o Relator e me associar à preocupação do Senador Taques e, quem sabe, nós podemos recomendar um prazo mais elástico.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) - Senador João Ribeiro está com a palavra.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR - TO) - Sr. Presidente, eu também quero me congratular com aqueles que já se pronunciaram, e dizer que realmente nós temos que proteger nossas crianças e partir para cima daqueles que cometem todo tipo de abuso. Este projeto saiu da CPI da Pedofilia, que é comandado pelo meu colega de partido, hoje Líder, Senador Magno Malta, e que fez um belíssimo trabalho nessa área, uma CPI que realmente funcionou e que descobriu muitos rolos, muitos problemas por este País afora.

Quando a gente fala sobre a questão da criança, aí a gente tem que fazer tudo, dar tudo de nós, procurar fazer uma legislação mais ágil, mais dura, a fim de que a gente possa evitar certos tipos de constrangimentos, de problemas que vêm acontecendo em nosso País.

Sou também favorável, vamos aprovar a matéria e fazer com que a lei seja mais dura com aqueles que não têm pudor, não têm vergonha na cara, não têm sentimento e que, realmente, tentam iludir nossas criancinhas.

Por isso o meu voto é favorável e, com toda a força, com toda a determinação, vamos aprovar esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) - Não havendo mais oradores que queiram discutir, vou colocar a matéria em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) - Com a palavra o nobre Relator Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) - Sr. Presidente, o Senador Pedro Taques, o Senador Jorge Viana, e outras Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, têm preocupação, porque o prazo pode ser exíguo de 360 dias para a conclusão da investigação como tempo máximo. Esse prazo, creio eu, foi colocado pela CPI da Pedofilia para guardar consonância com outros projetos que foram aprovados aqui, que limitaram o tempo da interceptação telefônica porque, segundo levantamento feito pelo próprio Conselho Nacional de Justiça, havia um abuso quanto ao deferimento dessas interceptações telefônicas e também quanto à duração delas. Muitos simplesmente não tinham fim. Mas concordo plenamente que, no caso da Internet, a situação é outra completamente diferente e acho que vale a pena dobrar esse prazo para dois anos. Então, vamos colocar 720 dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) - A proposta de V. Ex<sup>a</sup> é incorporada. De 360 dias para 720 dias.

Em votação o relatório.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao plenário.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Os pareceres lidos vão à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 121, de 2011**, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 1, de 2010, que conclui pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011, que *institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 122, de**

**2011**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **(\*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2011**

*Modifica a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro", e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal", para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências", no sentido de vedar a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica.*

#### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º.** São vedados a venda varejista ou o oferecimento de bebidas alcoólicas em condições de pronto consumo na faixa de domínio de rodovia federal, nos terrenos contíguos e com acesso direto à rodovia e, independentemente da localização, nos postos de venda de combustíveis ou em lojas de conveniência a eles contíguas.

.....  
**§ 3º.** Ressalvados os postos de venda de combustíveis e as lojas de conveniência a eles contíguas, não se aplica o disposto neste artigo a estabelecimentos localizados em área urbana, conforme delimitada em lei municipal ou do Distrito Federal.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) Republicado por omissão de texto.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A presente iniciativa visa a eliminar impropriedade da legislação em vigor, que consiste na tolerância à venda ou à oferta de bebidas alcoólicas, em condições de consumo imediato, nos postos de venda de combustíveis automotivos.

Para tanto, propomos acrescentar à Lei nº 11.705, de 2008, a chamada “Lei Seca”, norma no sentido de dispor que, no caso dos postos de venda de combustíveis ou em lojas de conveniência a eles contíguas, o comércio de bebidas alcoólicas será proibido, inclusive dentro do perímetro urbano.

Ainda com o objetivo de aperfeiçoar o texto da Lei, propomos substituir a expressão “para consumo local” por “em condições de pronto consumo”. Julgamos que a redação atual permite o comércio de bebida às margens da rodovia, desde que o comprador a consuma fora do recinto do estabelecimento. Com a nova redação, procuramos evitar a venda de cervejas geladas e destilados em doses, por exemplo, admitida, contudo, a venda para consumo posterior.

Ressaltamos que à União compete privativamente legislar sobre trânsito, conforme disposto no art. 22, XI, da Constituição Federal, bem como para disciplinar as atividades comerciais desenvolvidas na área de influência das rodovias federais.

Ademais, está em discussão não apenas a competência da União para legislar sobre a venda de bebidas alcoólicas, mas sobre a repercussão desse tipo de comércio sobre a violência no trânsito e a segurança dos cidadãos. Entendimento contrário equivaleria a conceber, por exemplo, que o comércio de armas de fogo e munições seja matéria infensa à atuação do legislador federal.

Por outro lado, não é despiciendo lembrar, que para a tutela dos direitos consagrados pela Constituição Federal ao cidadão, o caput do art. 5º estabelece uma escala de prioridades para os bens jurídicos tutelados pela Carta, colocando em primeiro lugar a vida, seguida da igualdade, da segurança e, em último, a defesa da propriedade.

Finalmente, cumpre lembrar que, em estudo inédito, divulgado em 2001 e intitulado *Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Aglomerações Urbanas*", o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, dimensionou que os custos totais dos acidentes de trânsito ocorrido nas rodovias do país à época alcançaram a astronômica cifra de cinco bilhões e trezentos milhões de reais por ano. Isso, reitera-se, sem levar em conta aqueles ocorridos em áreas não-urbanas, onde estão instalados os maiores trechos de nossas principais rodovias.

Posteriormente, em 2006, foi divulgado outro estudo, "Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Rodovias Brasileiras", fruto de uma parceria entre o IPEA e o Departamento Nacional de Trânsito – Denatran, baseado em dados referentes a acidentes ocorridos entre os anos de 2004 e 2005. De acordo com ele, o custo total dos acidentes em rodovias chegou a R\$ 24,6 bilhões. A pesquisa constatou, ainda, que o custo médio do acidente com feridos fica em torno de R\$ 90 mil e com vítimas fatais esse valor chega a R\$ 421 mil. Os custos médios relativos às pessoas incluem custos de perda de produção, cuidados com a saúde - pré-hospitalar, hospitalar e pós-hospitalar - e remoção, traslado. Já os custos relativos aos veículos envolvem danos materiais, perda de carga e remoção, guincho, etc.

Embora não se espere que a aprovação da medida ora proposta elimine a ocorrência de acidentes de trânsito causados pela ingestão de álcool, acreditamos que ações preventivas, relacionadas com o ambiente onde o álcool é vendido e consumido, podem ser mais efetivas que medidas voltadas apenas ao comportamento dos motoristas.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador MARCELO CRIVELLA

**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

“.....  
**Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:  
.....  
**XI - trânsito e transporte;**  
.....  
”

**LEI Nº 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008**

*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

“.....**Art. 2º.** São vedados, na faixa de domínio de rodovia federal ou em terrenos contíguos à faixa de domínio com acesso direto à rodovia, a venda varejista ou o oferecimento de bebidas alcoólicas para consumo no local.  
.....

**§ 3º.** Não se aplica o disposto neste artigo em área urbana, de acordo com a delimitação dada pela legislação de cada município ou do Distrito Federal.  
.....  
”

*(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2011****Altera o caput do art. 32º da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o **caput** do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto de renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Art. 2º. O art. 32, **caput**, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. O art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projetos de instalação, ampliação, modernização e diversificação, protocolizados e aprovados até 31 de dezembro de 2023, enquadrados nos setores da economia considerados, por ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O objetivo de assegurar o desenvolvimento sustentado da economia brasileira, mediante a obtenção de taxas médias de expansão do PIB em torno de 5% ao ano, está intimamente associado ao fortalecimento das ações de consolidação do desenvolvimento regional e ao combate às desigualdades regionais.

É esse o propósito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que além de propor reduzir as desigualdades, tem como meta ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, especialmente a Amazônia e o Nordeste.

Ao longo dos anos de vigência desse incentivo fiscal na área da SUDAM, centenas de empreendimentos puderam ser implantados, promovendo a criação de mi-

lhares de empregos e contribuindo, de forma importante, para o desenvolvimento econômico e social da região. O mesmo pode-se afirmar em relação ao Nordeste.

Em relação à SUDAM, as empresas beneficiadas, instaladas em vários estados da Amazônia, têm seus projetos aprovados pelo colegiado da Superintendência, após serem submetidos à inspeção técnica, contábil e operacional. Nessa inspeção, a SUDAM verifica o cumprimento de exigências legais, entre as quais o índice de produção satisfatório e o índice operacional mínimo de 20% da capacidade instalada.

Ocorre que a limitação a 31 de dezembro de 2013, do prazo final de fruição do benefício fiscal, preocupa os empresários daquelas duas importantes Regiões do País, que temem ver seus projetos inviabilizados, com evidentes prejuízos à economia regional.

De acordo com a Lei nº 11.196, de 2005, a fruição do benefício fiscal *“dar-se-á a partir do ano-calendário subsequente àquele em que o projeto de instalação, ampliação, modernização ou diversificação entrar em operação, segundo laudo expedido pelo Ministério da Integração Nacional até o último dia útil do mês de março do ano-calendário subsequente ao início da operação”*

Isso significa que, se um determinado projeto entrou em operação em fevereiro de 2011, a fruição do benefício somente se dará a partir de abril de 2012, pois o Ministério da Integração Nacional terá até o dia 31 de março daquele ano para emitir o laudo respectivo. Mantido o prazo atual, os empreendedores disporiam de pouco tempo para aprovar seus projetos perante a SUDAM.

A ampliação do prazo de vigência até 2023 teria também a vantagem de igualar-se ao mesmo prazo do benefício fiscal que a Constituição já concede aos projetos do âmbito da SUFRAMA, e daria aos empreendedores um tempo maior para desenvolver suas iniciativas, eliminando a preocupação que já se reflete na redução do número de projetos acolhidos pela SUDAM. – Senador **Eduardo Braga**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005

**Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs**

4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Art. 32. O art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação: (Vigência)

“Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2013 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa).

## PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 171, DE 2011

**Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento) para estabelecer o sistema de controle de munições, obrigando-se o registro de número de série individual para cada projétil fabricado, importado e vendido no Brasil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

I – .....

II – cadastrar as armas de fogo e as munições produzidas, importadas e vendidas no País;

.....

.....” (NR)

Art. 2º Fica acrescentado o artigo 4º-A, na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:

“Art. 4º-A É obrigatório o registro de todas as munições produzidas, importadas e vendidas no país.

§ 1º Toda munição deve conter um número de série exclusivo e sequencial, gravado tanto na parte superior de sua cápsula como na parte interna do projétil, na forma de regulamento expedido pelo Ministério da Justiça

§ 2º Toda a venda de munições deve conter os dados do vendedor, do comprador, e do número serial de cada projétil comercializado, repassando-se periodicamente as informações aos bancos de dados do Sinarm, na forma de regulamento expedido pelo Ministério da Justiça.

§ 3º Toda a munição utilizada pelas empresas de segurança privada e pelas instituições referidas no artigo 6º desta Lei deverá possuir sistema de controle em livro próprio, de forma a identificar para qual pessoa cada munição foi fornecida, através do seu número serial”.

Art. 3º As empresas que fabricam, importam e vendem munições terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adaptar às novas exigências previstas nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

### Justificação

Atualmente há mais de 18 milhões de armas circulando no país. Desse número, cerca de apenas 11 milhões estão registradas no Sinarm (Sistema Nacional de Armas). Embora esse número seja altíssimo, é preciso reconhecer que desde 2003, com a edição do Estatuto do Desarmamento, a administração pública está trabalhando intensamente para promover apreensão das armas que estão em situação irregular.

Também é louvável o esforço que o Ministério da Justiça tem feito para criar diversas formas de controle sobre a venda de novas armas de calibre permitido, que muitas vezes fazem com que as pessoas simplesmente desistam de comprá-las diante dos extensos obstáculos burocráticos criados a partir de 2003.

Contudo, ainda não há um controle efetivo sobre a munição. Ainda que haja a limitação da venda de projéteis na quantidade máxima de 50 (cinquenta) por ano para cada proprietário de arma de fogo devidamente registrada, a verdade é que não é possível rastrear para quem cada munição em particular foi vendida.

A falta da identificação individual de cada munição impede o controle de seu uso e facilita o seu comércio ilegal. Hoje é difícil para qualquer cidadão comprar projéteis em lojas de armas, mas, contraditoriamente, é muito simples para um policial vender as munições que recebeu de sua instituição.

O caso do massacre na Escola “Tasso da Silveira”, no Rio de Janeiro, demonstrou como é fácil uma pessoa ter acesso a uma enorme quantidade de munição para fazer o que bem entender, inclusive atirar em crianças. As investigações policiais indicam que o atirador não teve muito sucesso em conseguir armas de fogo mais potentes, e por isso teve que usar dois revólveres (o que demonstra que a política de apreensão de armas está dando resultado). Por outro lado, tudo leva a crer que ele não teve grandes dificuldades em conseguir as munições, já que ele possuía mais de cem projéteis em seu poder.

Conforme já dito, não é mais possível comprar munições em lojas especializadas, a não ser para o proprietário de arma registrada, no número máximo de 50 projéteis por ano. Assim, quem quiser ter munições, precisa comprá-las no “mercado clandestino”. No momento em que houver um controle do número serial de cada munição será mais difícil o seu comércio ilegal.

Da mesma forma, a partir do momento em que as lojas de armas registrarem para quem cada munição for vendida, com seu respectivo número serial, as pessoas

que têm autorização para comprá-las ficarão inibidas de eventualmente revendê-las para terceiros.

Por fim, insta salientar que 90% das armas em circulação no país – registradas ou não – são de calibre de uso permitido. E 89,7% são de fabricação nacional<sup>1</sup>. Assim, determinar que as munições passem a conter um número de série indelével, gravado tanto em seu corpo como em sua cápsula, é uma medida tecnicamente viável, e que traria imensa repercussão na diminuição do comércio ilegal de munições.

No momento em que todas as munições tiverem um número de série, e que esse número seja devidamente cadastrado sempre que o projétil for entregue, será possível para a polícia saber quem é o responsável pelas eventuais munições que venham a ser encontradas em poder de bandidos, ou na cena de crimes, bem como saber quem foi o comprador dessa mesma munição em uma loja de armas.

Essa medida certamente irá coibir o comércio ilegal de munições, e ajudará o país a diminuir seus índices de criminalidade. Também auxiliará na política de desarmamento e impedirá que pessoas sem autorização para o porte de armas de fogo possam ter acesso a projéteis em geral.

Por todo o exposto, pedimos que os nobres Senadoras e Senadores aprovem a presente proposição.  
– Senador **Lindbergh Farias**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

**Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.**

### CAPÍTULO I

#### **Do Sistema Nacional De Armas**

Art. 1º O Sistema Nacional de Armas – SINARM, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.

Art. 2º Ao Sinarm compete:

I – identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro;

II – cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País;

<sup>1</sup> Dados do Ministério da Justiça, publicados no “**Mapeamento do Comércio e Tráfico Ilegal de Armas no Brasil**”, publicado em 2010 pela “**Publit Soluções Editoriais**”

III – cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal;

IV – cadastrar as transferências de propriedade, extravio, furto, roubo e outras ocorrências suscetíveis de alterar os dados cadastrais, inclusive as decorrentes de fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores;

V – identificar as modificações que alterem as características ou o funcionamento de arma de fogo;

VI – integrar no cadastro os acervos policiais já existentes;

VII – cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais;

VIII – cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade;

IX – cadastrar mediante registro os produtores, atacadistas, varejistas, exportadores e importadores autorizados de armas de fogo, acessórios e munições;

X – cadastrar a identificação do cano da arma, as características das impressões de raiamento e de microestriamento de projétil disparado, conforme marcação e testes obrigatoriamente realizados pelo fabricante;

XI – informar às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal os registros e autorizações de porte de armas de fogo nos respectivos territórios, bem como manter o cadastro atualizado para consulta.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não alcançam as armas de fogo das Forças Armadas e Auxiliares, bem como as demais que constem dos seus registros próprios.

.....  
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo à última a decisão terminativa.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 419, DE 2011**

Requeiro, na forma do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Casa aprove voto de aplausos e congratulações ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus – Zona Leste pelos seus 70 anos de criação.

Que esta deferência seja comunicada ao reitor João Martins Dias para que seja compartilhada com seus funcionários.

#### **Justificação**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM tem como missão promover com excelência educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento da Amazônia. Sua visão é tornar-se referência nacional em educação, ciência e tecnologia. Seus valores são pautados na ética, cidadania, humanização, qualidade e responsabilidade. Vinculado à Rede Federal de Educação Tecnologia, durante toda sua existência vivenciou diversas mudanças.

O Instituto, estruturado mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e São Gabriel da Cachoeira, atualmente é composto por dez campi: Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial, Manaus Zona Leste, Coari, São Gabriel da Cachoeira, Presidente Figueiredo, Maués, Parintins, Lábrea e Tabatinga.

Sala das Sessões, de de 2011. – Senador **João Pedro**, PT – AM.

#### **RELAÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO DO VOTO DE APLAUSOS PELO ANIVERSÁRIO DO IFAM:**

#### **Profº: João Martins Dias**

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM  
Av. 7 de setembro, 1975 – Centro  
69020-120-Manaus – AM



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

**Destinatário : Exmo. Sr. Senador JOÃO PEDRO****Órgão.....: Representante do Estado do Amazonas no Senado Federal****Fax.....: (61) 3303-1167****Data: 05/04/2011****Nº Pág.: 1****Remetente .....: Cerimonial da Assembleia Legislativa do Amazonas****Endereço.....: Av. Mário Ypiranga Monteiro, antiga Recife, 3.950 - Parque 10 Cep. 69.050-030****Fone/Fax.....: (0XX92 ) 3183-4350 / 4352 / 4354****e-mail: [cerimonial@legislativa.am.gov.br](mailto:cerimonial@legislativa.am.gov.br)**

## Mensagem

*O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas,*

*Deputado Ricardo Nicolau*

*tem a honra de convidar para a Sessão Especial*

***"Em Homenagem aos 70 anos de Criação do Instituto Federal de  
Educação de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus  
Manaus – Zona Leste"***

*conforme aprovação do Requerimento nº 213/2011 de autoria do Deputado*

*Luiz Castro (PPS), a realizar-se às 10 horas do dia 14 de abril de 2011 (quinta-feira), no  
Plenário Ruy Araújo deste Poder na Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 3.950 - Parque 10.*

*Traje: Passeio Completo*

*Militar- o correspondente*

**R.S.V.P. 3183-4352**

**3183-4354**

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 420, DE 2011**

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito sejam requeridas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas informações sobre o site <http://www.ed.conpet.gov.br/br/converse.php>, que trata de um “programa do Ministério de Minas e Energia coordenado e gerido com recursos técnicos, administrativos e financeiros da Petrobras S.A”.

Solicito as seguintes informações:

- Objetivo de criação do site;
- Orçamento;
- Quadro de pessoal;
- Conteúdo programático;
- Histórico do número de acessos ao site;
- Justificativas para a existência de respostas programadas para os termos ‘Lula’ e ‘Dilma’ e de nenhuma informação sobre os termos “FHC”, “Collor”, “Fernando Collor”, “Itamar”, “Itamar Franco” e “Governo Itamar Franco”.

#### **Justificação**

Atendendo solicitação de cidadãos através da rede mundial de computadores, o Senador Flexa Ribeiro acessou o citado site para verificar a existência de falhas de informações e clara denotação política na programação de um projeto de inteligência artificial. Nos dias 12 e 13 de Abril, o site <http://www.ed.conpet.gov.br/br/converse.php> apresentava respostas claras e cheias de adjetivos para os termos Lula e Dilma quando pesquisados, mas não dispunha de informações sobre os termos FHC, Itamar Franco e Fernando Collor.

Tal procedimento poderia até ser aceito, sob protestos, em um site partidário. Porém, é inadmissível em um veículo de comunicação estatal, gerido, financiado e mantido com recursos públicos do Estado Brasileiro. Com o avanço das tecnologias, sabemos que sites são consultados por brasileiros a todo instante como fonte de pesquisa. Por esta razão, a credibilidade de um site com o domínio .gov deve ser resguardada. Ressaltamos que falhas a exemplo das constatadas nas consultas ao site podem abalar essa credibilidade.

A explicação dessa conduta e a possível reparação se fazem necessárias, para evitar que ‘equivocos’ como estes venham a ocorrer em escala maior, como a edição de livros didáticos pelo Ministério da Educação, por exemplo. – Senador **Flexa Ribeiro**.

*(À Mesa, para decisão.)*

## **REQUERIMENTO Nº 421, DE 2011**

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito sejam requeridas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia as seguintes informações:

1. Cópias, em meio magnético, de todas as Fichas técnicas de Usinas Eólicas protocoladas na ANEEL entre o ano de 1998 e março de 2011, indicando os projetos que foram concedidos;
2. Cópias, em meio magnético, de todos os Formulários para Solicitação de Registro de Estudo de Viabilidade de UHE, protocolados na ANEEL entre o ano de 1998 e março de 2011, indicando os projetos que foram concedidos.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A manutenção do crescimento econômico vivido pela nação representa um grande desafio à nossa capacidade de ampliar, de forma sustentável, a geração de energia elétrica. Os recentes eventos trágicos no Japão reforçam nossa convicção da necessidade de buscarmos, cada vez mais, aproveitar eficientemente as fontes de energia limpa, tão abundantes em nosso país.

Solicitamos as informações citadas com o intuito de obter uma visão geral dos aproveitamentos hidrelétricos e eólicos concedidos e não concedidos ao longo dos últimos 12 anos, do potencial não aproveitado de geração e do impacto das políticas públicas no nível de interesse dos empreendedores.

Sala das Sessões,

Senador **FLEXA RIBEIRO**

**REQUERIMENTO Nº 422, DE 2011**

Requeiro nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, encaminhamento à Excelentíssima Senhora MIRIAM BELCHIOR, Ministra do Planejamento Orçamento e Gestão, a solicitação para que a Secretaria de Patrimônio e Gestão da União – SPU e SPU – ES forneça as seguintes informações:

No que se refere às taxas de ocupação dos imóveis demarcados como “terrenos de marinha ou acrescidos” pela União Federal, situados nos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica, Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy e outros municípios em cujos territórios sejam abrangidos, solicito a devida discriminação dos dispositivos legais referentes às leis e/ou atos normativos, que fundamentam a matéria, onde foram estabelecidas:

- I – A base de cálculo da taxa de ocupação e alíquota aplicada adotada para todos os anos de 1994 a 2011;
- II – Os encargos aplicados sobre o valor da Taxa de ocupação e a forma de realização do cálculo dos mesmos, referentes a todos os anos compreendidos de 1994 a 2011;
- III – Os índices e formas de aplicação dos juros de mora, aplicados em todos os anos compreendidos de 1994 a 2011;
- IV – As multas de Mora referentes às taxas de ocupação de todos os anos compreendidos de 1994 a 2011;
- V – Informação dos valores arrecadados em cada ano nos Municípios em que há incidência da cobrança da “Taxa de Terreno de Marinha”;
- VI – Requisição de cópias de todos os contratos firmados entre a SPU/ES e a MAPLAN Aerolevanteamento S/A, desde 1990 até o presente ano, cujo objeto fora a demarcação das áreas do Estado do ES abrangidas e denominadas como faixa de “Terreno de Marinha” e acrescidos.

**Justificação**

O instituto jurídico terrenos de marinha foi estabelecido na Ordem Régia de 18/11/1818, considerando uma faixa territorial nas margens marítimas da costa brasileira, determinada pela extensão de 15 braças craveiras, unidade antiga de medida em que cada braça craveira é equivalente a 2,20 m, contadas para o lado de terra a partir da “borda do mar nas marés de águas vivas”.

Em 1832 as demarcações dessas faixas territoriais passaram obedecer a critério em que o referencial tornou-se a “linha da preamar média do ano de 1831”,

conforme instruções do Ministério da Fazenda, datada de 14-11-1832.

A Secretaria do Patrimônio da União – SPU, órgão do Ministério do Orçamento, Gestão e Planejamento Entretanto, vêm demarcando os terrenos de marinha e seus acrescidos considerando uma “linha de preamar média de 1831 presumida”, porque aquele órgão do Governo Federal não demonstra possuir meios de calcular a LPM/1831 com a precisão e exatidão métrica requerida na caracterização destes terrenos.

Em razão desta incapacidade, em muitos casos legítimos proprietários de áreas alodiais, limitantes com os terrenos de marinha, tiveram as suas propriedades invadidas pelo Governo Federal, além de serem compulsados a pagar as correspondentes taxas de ocupações ou aforamentos anuais, em caráter permanente, e mais os laudêmios nos casos de transferências desses bens para terceiros.

Por tanto, em virtude do exposto, requeiro as informações relacionadas acima. – Senador **Ricardo Ferraço**.

*(À Mesa, para decisão.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos regimentais.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – O Srs. Senadores João Alberto e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (Bloco/PMDB – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero no dia de hoje, antecipadamente, parabenizar a cidade de Bacabal pelos seus 91 anos que serão completos no próximo dia 17 de abril.

A origem de seu nome – Bacabal – se deve à grande quantidade de bacaba (palmeira nativa da região) existente no local.

A ocupação de seu território teve início em 1876 pelo Coronel Lourenço Vieira da Silva, que buscava uma região fértil, com topografia e recursos naturais privilegiados, para dedicar-se à agricultura. Ali fundou uma fazenda, que mais tarde, após a abolição da escravatura, passou a ser chamada Sítio do Abreu, onde está localizada atualmente a Praça Nossa Senhora da Conceição.

A prosperidade do Sítio começou a exercer grande influência, especialmente nos imigrantes nordestinos, que para a região se deslocavam em busca de terras agricultáveis. Dessa forma, o desenvolvimento agrícola

la contribuiu para que em 1920, o lugarejo recebesse foros de distrito e autonomia municipal.

Em 17 de abril de 1920, a Lei Estadual nº 932 criou o distrito e o município, com território desmembrado de São Luiz Gonzaga.

A região voltou a ser desmembrada em 1961 para a formação dos municípios de Lago Verde, Olho d'Água das Cunhãs e São Matheus do Maranhão.

Localizada a cerca de 250 km de distância de São Luis, capital do estado do Maranhão, é chamada carinhosamente por sua gente de Princesa do Médio Mearim e Capital do Médio Mearim, além de receber por parte da população jovem a referência de Bacaba's City.

Banhada pelo rio Mearim, foi ele, até o surgimento das rodovias o meio natural de comunicação do município.

O crescimento demográfico é bastante acentuado. Em 1950 sua população era de 54.949 habitantes e segundo o IBGE, a população chegou a 99.960 habitantes em 2010.

Bacabal conta com uma rede de atendimento à população como hospitais, pronto socorro municipal, bancos, escolas públicas e particulares, campus universitários da Universidade Estadual do Maranhão e do CEUMA, emissoras de Rádios e TVs e internet.

O Bacabal Folia, carnaval fora de época, atrai todos os anos foliões das cidades maranhenses e de outros estados brasileiros para um final de semana muito movimentado e divertido.

Os clubes AABB, Icarai e Vanguarda proporcionam espaço de diversão e lazer, ao lado do estádio José Luís Corrêa, onde o Bacabal Esporte Clube contribui para alegria dos torcedores.

A cidade tem como padroeira Sta Terezinha. Possui diversos templos religiosos como a Catedral de Santa Terezinha, a Igreja de São Francisco das Chagas, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, entre outros. Templos evangélicos como a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, Batista Pioneira, Adventista do 7º Dia, Primeira Igreja Batista Presbiteriana do Brasil, Batista da Paz, Batista de Bacabal El-Shamman, Testemunhas de Jeová.

A produção do município está baseada na agricultura, pecuária e extração, além do comércio e outros serviços que movimentam a economia local.

Bacabal possui em sua história o florescer de poetas e escritores que permaneceram no anonimato por décadas. No final de 2000 foi criada a Academia Bacabalense de Letras com o objetivo de resgatar, valorizar e difundir a produção literária bacabalense e da região do Médio Mearim.

Finalizando, quero prestar homenagem à minha cidade querida fazendo minhas as palavras do poeta bacabalense Marcos Fábio Belo Matos em seu poema Quimeras:

Eu quero a alegria espalhada  
Como uma estrada sem fim  
Quero o orgulho pisado pelos  
Homens bons  
Quero a liberdade invadindo o peito  
E, afogando as vísceras, o contentamento  
Eu quero o que de me mais extinto possa existir.  
Os sentimentos bons e criadores  
Invadindo homens e seres e coisas.

Isso é o que tenho a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é indistigável o relevo da posição brasileira no cenário internacional na atualidade do século que desponta. Na última década, o crescimento extraordinário do Brasil chamou a atenção do mundo. E não por acaso. Para começar, o País ocupa lugar indiscutível de liderança regional, promovendo importante integração nas Américas. E mais, em vez de receptor de ajuda externa, passa a ser doador, buscando um mundo sem armas nucleares e atuando na vanguarda dos esforços globais para combater as mudanças climáticas.

Prevalece o pragmatismo no trato dos interesses de Estado. Na visão dos especialistas, a linha da política externa não muda de um governo para outro, mas mudam as prioridades, mudam as ênfases. Do ex-Presidente Lula à Presidenta Dilma, nota-se continuidade, mas com mudanças coerentes. A síntese desse movimento contínuo pode ser vista no esforço do governo atual em equilibrar melhor os interesses brasileiros e a necessidade de manter o prestígio internacional do País.

É parte fundamental dessa nova fase do Itamaraty se assenta na construção de uma cooperação ainda mais profunda com os centros de influência do século vinte e um. Sem dúvida, o G-20, por força do Brasil, se converteu no principal fórum global de cooperação econômica, ampliando o voto brasileiro e seu papel nas instituições financeiras internacionais.

No momento em que o Brasil se prepara para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, nossa política externa sedimenta parcerias estratégicas para a implementação de projetos ambiciosos de infraestrutura, para cujo fim não podemos prescindir da ajuda das economias avançadas. Paralelamente, a emergência do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) inaugura novas águas políticas para navegações conjuntas ainda mais desafiantes.

Sr. Presidente, sem prejuízo à nossa reputação histórica de discreta diplomacia, o Brasil não se acanha mais diante das grandes questões que afligem o mundo. A perspectiva externa do Governo brasileiro não esconde sua preferência política pelo multilateralismo, cujos alicerces favorecem os valores da autonomia, da soberania e do universalismo enquanto matrizes de inserção.

Nessa nova ordem, para além de uma projeção de um lugar de maior destaque na agenda internacional, o ativismo externo brasileiro privilegia o multipolarismo e as organizações internacionais como instâncias prioritárias para a disputa do jogo internacional.

De um outro ângulo, o Brasil se esforça por sair de anos de baixo desenvolvimento, buscando relações comerciais mais justas e equilibradas. Desse modo, é fundamental que sejam rompidas as barreiras que se erguem contra nossos produtos de exportação. Mais que isso, é crucial que se expandam as parcerias tecnológicas e educacionais com os outros países.

Para tanto, cumpre-nos alertar a lentidão das reformas nas instituições multilaterais, que ainda refletem uma realidade anacrônica de um mundo antigo. O País trabalha exaustivamente pela reforma no gerenciamento do Banco Mundial e do FMI. Aliás, nossa política externa tem propugnado por uma reforma estrutural no desenho da administração global, via ampliação do Conselho de Segurança da ONU.

No fundo, o que mobiliza o interesse brasileiro é a certeza de que um mundo mais multilateral produzirá benefícios para a paz e para a harmonia entre os povos. Não por acaso, há menos de um mês, entrou em vigor o Tratado Constitutivo da Unasul, que deverá reforçar ainda mais a unidade do nosso continente. Na mesma linha, o Mercosul completou 20 anos de existência, derrubando mitos sobre a suposta fragilidade das instituições políticas da América Latina.

Como bem salientou a Presidenta Dilma em recente pronunciamento, o Brasil está empenhado na consolidação de um entorno de paz, segurança, democracia, cooperação e crescimento com justiça social. É nesse ambiente que a política externa brasileira ancora suas bases de intervenção no intrincado e intrigante tabuleiro das relações internacionais.

Em suma, evocando as palavras da Presidenta Dilma, o País dará os passos necessários para alcançar nosso lugar entre as nações com desenvolvimento pleno, forte democracia e ampla justiça social. Nossa política externa merece, por fim, o reconhecimento de sua competência, sua habilidade e sua sutileza no trato de assuntos tão vitais à soberania do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a sessão.

*(Levanta-se a Sessão às 20 horas e 12 minutos.)*

**TRADUÇÃO DO DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO, NA SESSÃO DE 31 DE MARÇO, DE 2011, QUE ORA SE PUBLICA.**

*(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

**REUNIÃO DAS NAÇÕES UNIDAS ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE EM APOIO DA PAZ ENTRE ISRAEL E PALESTINA**

**SENADOR EDUARDO MATARAZZO SUPPLY** (PT/SP/Brasil) – Esta manhã, S. Exa. Sr Saeb Erakat, membro da Comissão Executiva da Organização para a Libertação da Palestina, além de representante da Palestina, nos perguntou como podemos contribuir para a paz e compreensão no Oriente Médio, assim ajudando tanto a Israel como à Palestina a chegar a um acordo sobre a proposta de dois Estados, sobre as fronteiras de 1967, e sobre o reconhecimento de Jerusalém como a capital tanto de Israel como da Palestina, assim tornando-a uma verdadeira cidade aberta.

Seria possível que os dois Estados concordassem com uma proposta que fosse realmente significativa para os 7,4 milhões de habitantes de Israel, que tem um Produto Interno Bruto por volta de US\$ 195,4 bilhões, e um PIB **per capita** por volta de US\$ 25.800 por ano, e para os 4,1 milhões de habitantes da Palestina, com um Produto Interno Bruto por volta de US\$ 11,5 bilhões por ano, e um PIB **per capita** de aproximadamente US\$ 2.900, mesmo que esta seja pouco mais que oito vezes menor que a de Israel?

Já que o Sr Erakat mencionou o Presidente Barack Obama em sua palestra, deixem-me lembrá-los de seu esplêndido discurso em 24 de julho de 2008, em frente ao Portão de Brandemburgo, em Berlim, para 200.000 pessoas, em que ele declarou que já se passou o tempo de aceitarmos os muros que separam aqueles que têm muito daqueles que não possuem quase nada, os judeus dos povos islâmicos, os cristãos daqueles de outras religiões, os imigrantes dos não imigrantes, e as pessoas de todas as etnias, entre outros.

Quais são as políticas econômicas que nos permitirão eliminar os muros entre Israel e a Cisjordânia,

entre os Estados Unidos e o México, e a acabar com o embargo a Cuba?

Eu gostaria de informá-los que os senhores poderiam considerar uma proposta que está sendo estudada cada vez mais seriamente nos cinco continentes do planeta: a Renda Básica Incondicional como o direito de todos à participação na riqueza de uma nação.

Israel e a Palestina poderiam muito bem considerar a criação de uma Renda Básica comum, que ajudaria a criar um sentimento de solidariedade que contribuiria para a pacificação dos povos dos dois Estados.

Nós, os povos do Brasil e de todos os Estados da América Latina e Caribe, estamos acostumados a ter pessoas de todas as origens trabalhando no comércio, nas indústrias, nas universidades, em hospitais e em todos os campos profissionais, onde descendentes de judeus, árabes, palestinos, italianos, africanos, alemães, chineses, japoneses, e indianos, entre outros, convivem muito bem. Assim sendo, estamos em uma posição em que podemos dizer aos judeus e palestinos que eles também podem conviver em harmonia. O Presidente Lula declarou, no ano passado, que quando ele visita o Hospital Sírio-Libanês, vê excelentes médicos árabes e judeus colaborando uns com os outros. O mesmo quando ele visita o Hospital Albert-Einstein, os dois em São Paulo. Ele propôs que a Seleção Brasileira de Futebol jogue uma partida com uma seleção mista de israelenses e palestinos, talvez a ser realizada em Londres. Nos dias 24 para 25 de dezembro do ano passado, fui convidado pela Autoridade Palestina a comparecer à linda missa de natal na Igreja de Santa Catarina, vizinha da Igreja da Natividade, onde Jesus nasceu. Pouco antes da missa, o Presidente Mamoud Abbas agradeceu a mim e ao Governo Brasileiro pelo reconhecimento dos limites da Palestina de 1967. Quando o informei da proposta do jogo de futebol feita pelo Presidente Lula, ele disse que gostaria que o jogo fosse realizado em Tel Aviv.

No mês de janeiro de 2008, fui convidado pela Assembleia Nacional do Iraque para expor a proposta de uma Renda Básica do Cidadão com vistas a democratizar e pacificar o Iraque. Informei-os das dificuldades que o técnico brasileiro de futebol Jofran Vieira teve ao dizer para os xiitas que passassem a bola para os sunitas e, esses, aos curdos e assim por diante, no ano de 2007. Quando ele conseguiu trazer harmonia ao time, eles se tornaram campeões da Ásia. No mês passado, o embaixador do Iraque no Brasil me convidou para um almoço com dois dos principais assessores do presidente Jalal Talabani para me informar que a

proposta que fiz naquela visita sobre a Renda Básica do Cidadão foi agora aceita.

A partir de qualquer fonte de riqueza que é criada em qualquer comunidade, município, região ou estado, sempre é possível separar parte desse valor para criar um fundo que será de propriedade de todos. Uma vez que o fundo estiver acumulado, tal iniciativa possibilitará no futuro o pagamento de uma renda básica como o direito de cada um na participação da riqueza daquela região, conforme tão bem defendido por Thomas Paine, grande ideólogo das Revoluções Francesa e Americana, e pelo professor Philippe Van Parijs, maior defensor da proposta na atualidade e que foi convidado recentemente para dar palestras em universidades em Israel e na Palestina.

Existe um exemplo prático no que diz respeito à Renda Básica? Sim. No Alasca, o Fundo Permanente do Alasca, que foi criado em 1976 e que faz a captação de 25% dos royalties da exploração de recursos naturais, vem pagando a todas as pessoas que moram naquela região há pelo menos um ano dividendos anuais que variam de US\$ 300,00 (início dos anos 80) a US\$ 3.269 (ano de 2008) – a todos os habitantes que moram lá há pelo menos um ano.

Qual o resultado dessa experiência? Tornou o Alasca em um dos estados com a distribuição de renda mais igualitária dos 50 estados dos EUA.

Algum país já criou uma lei que beneficiasse todos os seus habitantes com a Renda Básica do Cidadão? Sim. O Brasil, em 2004. A lei será introduzida gradualmente, conforme os critérios do executivo, a começar pelos cidadãos que estão em maior necessidade, tal como faz o programa Bolsa Família, até que um dia, todos os brasileiros recebam o benefício.

Existem outros exemplos? Experiências importantes estão no início no Irã e na vila rural de Otjivero na Namíbia, onde 1000 pessoas começaram a receber, em janeiro de 2008, a modesta renda básica de 1000 dólares namibianos, com resultados bem positivos conforme presenciei no último mês de fevereiro.

Por que a Renda Mínima do Cidadão é algo tão positivo?

A proposta possui os seguintes benefícios: (como explicado na palestra a seguir)

Dedico o que escrevi nesta palestra, que, na verdade, é um aprofundamento da palestra que apresentei durante o XIII Congresso Internacional da BIEN, realizado em São Paulo em 1º de julho de 2010, ao 60º aniversário do professor Philippe Van Parijs, que nos ensinou muito e tem sido fonte de inspiração sobre as origens e a qualidade da proposta

Algumas boas notícias sobre o avanço da Renda Básica Incondicional Palestra ministrada durante o

10º Congresso Norte-Americano sobre a Garantia da Renda Básica Incondicional Nova York, 27 de fevereiro de 2011 Eduardo Matarazzo Suplicy <sup>2</sup>

As pessoas que estavam presentes no Congresso de Garantia de Renda Básica dos Estados Unidos (USBIG) em Washington D.C., em 2004, se lembrarão que, em uma de nossas conferências mais importantes, tive a honra de compartilhar a mesa com o ex governador do Alasca, Jay Hammond (1922-2005). Na ocasião, falei sobre o desenvolvimento da proposta de uma Renda Básica de Cidadania no Brasil. Eu disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia sancionado a Lei 10835/2004, que institui a RBC, passo a passo, de acordo com os critérios do Executivo, beneficiando primeiramente aqueles que mais necessitam, da mesma forma que o faz o Programa Bolsa Família, até o dia em que teremos uma renda igual para todos como direito de participar da riqueza da nação. Jay Hammond fez seu discurso sobre como ele havia primeiramente proposto a criação de um fundo que pertenceria a todos na vila de pescadores da Baía de Bristol e como, em 1976, como governador, ele propôs que as pessoas separassem 25% dos **royalties** provenientes da exploração de recursos naturais para construir o que se tornou a história bem sucedida do sistema do Fundo Permanente do Alasca. Nesse dia, perguntei a Jay Hammond se ele havia lido, antes de fazer as propostas, o ensaio “Justiça Agrária” de Thomas Paine, escrito em 1795 e dirigido à Assembléia Nacional da França. Ele não havia lido. Mencionei, e ele se mostrou feliz por isso, que ele havia colocado em prática as idéias expressas dois séculos antes por um dos ideólogos mais importantes das Revoluções Americana e Francesa. Mais do que isso ele me disse que, da mesma forma que eu estava tentando fazer com que o Iraque seguisse o exemplo do Alasca, ele também estava tentando persuadir seu colega do Partido Republicano, o presidente George W. Bush, a propor que os iraquianos seguissem o exemplo do Alasca, uma vez que eles têm muitas reservas de petróleo.

<sup>2</sup> Eduardo Matarazzo Suplicy é senador pelo PT-SP, desde sua primeira eleição, em 1990, também eleito em 1998 e em 2006, cada vez para um período de 8 anos; professor de Economia na Escola de Administração de Empresas e de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, PhD em Economia pela Michigan State University, nos Estados Unidos da América, 1973, autor do projeto de lei que deu origem à Lei 10835/2004 que institui a Renda Básica de Cidadania no Brasil, e co-Presidente Honorário da BIEN – Basic Income Earth Network (Rede Mundial de Renda Básica). Entre outros livros, ele é autor de “A Renda de Cidadania – A Saída é Pela Porta”, Editora Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora, 6ª edição, 2010.

Bem, as pessoas que estavam aqui em Nova York em 2009 se lembrarão de que lhes contei sobre a minha viagem ao Iraque, em janeiro de 2008. Convidado pelo presidente do Conselho de Representantes, passei dois dias em Bagdá discutindo com vários ministros e membros do parlamento como eles poderiam democratizar e pacificar aquela nação por meio da introdução de uma Renda Básica de Cidadania que faria com que todos sentissem que participam da riqueza da nação. Mostrei aos senhores o vídeo de quando cheguei lá, muito bem protegido por um capacete e um colete à prova de balas. Três semanas atrás, em Brasília, fui convidado para almoçar com o embaixador do Iraque no Brasil, com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque e com dois principais assessores do presidente iraquiano. Eles queriam me dizer que as propostas que apresentei em Bagdá, em 2008, haviam sido, recentemente, o tema de uma mensagem enviada pelo presidente Jalal Talabani e aceita pelo Parlamento, com o fim de determinar que as reservas de petróleo do Iraque pertencem ao povo e às províncias, e que cada família iraquiana deveria ter o direito de receber cerca de US\$ 65 por mês, o que significaria cerca de US\$ 15 a US\$ 20 mensais para todos os 30 milhões de iraquianos. Ainda não sei todos os detalhes.

Também, no Congresso de Renda Básica dos Estados Unidos de 2009, Guy Standing falou sobre a experiência pioneira que estava sendo implantada na vila rural de Otjivero, na região de Omitara, na Namíbia, a 100 km de Windhoek, a capital do país. Ele sugeriu que todos os presentes naquele momento pudessem contribuir para o fundo que foi criado a partir de contribuições voluntárias de cidadãos da Namíbia e de outros lugares do mundo, assim como contribuições de igrejas alemãs, que foram persuadidas a ajudar, principalmente, pelos esforços do bispo Zephaniah Kameeta, presidente da Coalizão a favor da Renda Básica da Namíbia. De 6 a 12 de fevereiro de 2011, visitei a Namíbia para ver com meus próprios olhos os resultados da concessão de mil dólares namibianos por mês (cerca de US\$ 13) para os quase mil habitantes de Otjivero, que faziam jus a esse direito se estivessem morando lá desde dezembro de 2007. Eles receberam esse valor no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2009. A partir de janeiro de 2010, o valor foi um pouco menor, 80 dólares namibianos por mês. Fomos do aeroporto de Windhoek diretamente a Otjivero junto com o bispo Kameeta, Dirk e Claudia Haarmann e outros entusiastas da Coalizão a favor da Renda Básica da Namíbia e acompanhados pelo embaixador brasileiro na Namíbia, José Vicente Lessa. Quando chegamos, por volta das 13 horas e debaixo de um sol fortíssimo, saímos dos carros para andar com o povo, que nos

recebeu com músicas e danças, até pararmos debaixo de uma grande acácia, onde mais de 300 pessoas esperavam sentadas para falar conosco.

Disse a elas o quanto estava feliz por conhecer aquela experiência, uma vez que, no Brasil, uma lei que instituía a Renda Básica de Cidadania, que seria instituída gradualmente, havia sido aprovada. Disse, também, que estava estimulando experiências locais, como a de implementar a renda básica. Por outro lado, pude ver o quanto eles queriam que as autoridades namibianas do poder executivo, assim como as autoridades da Assembléia Nacional, conhecessem as vantagens do que estava acontecendo, de forma a realmente abraçar a causa e implementá-la em toda a Namíbia.

O Bispo Kameeta nos contou como a experiência de Otjivero fez com que nós entendêssemos melhor o milagre da multiplicação do pão e do peixe. Na Galiléia, quando Jesus foi chamado atenção por seus apóstolos, que as 5000 pessoas que ouviam sua palavra estavam cansadas e famintas, ele disse a seus discípulos para darem comida para ao povo. Mas só temos cinco pães e cinco peixes, eles disseram. Jesus então, não disse às pessoas que alguns deles mereciam e outros não; que algumas delas deveriam formar uma fila e outros não. Ele simplesmente disse para que distribuíssem igualmente entre todos. A partir desse momento, um novo sentido de solidariedade surgiu, de modo que cada um começou a ofertar aos outros qualquer coisa que pudesse ofertar. Uma vez que uma nova demanda, ainda que modesta, começou a surgir naquele vilarejo, na Namíbia, algumas pessoas começaram a cultivar hortaliças e frutas, outros faziam pão, produziam tijolos, roupas e assim por diante. As atividades econômicas e o empreendedorismo aumentaram, o desemprego diminuiu, a desnutrição praticamente desapareceu, as crianças começaram a frequentar mais a escola, a evasão escolar diminuiu de 40% para zero, a criminalidade se reduziu em 42%, um novo sentimento de ajuda surgiu, de uma forma que as pessoas ajudavam aqueles que estavam doentes para serem levados ao hospital e assim por diante.

Visitei as casas e pude ver uma mulher que cultivava mais de 10 tipos de hortaliças e frutas em torno de sua casa; outra acordava às 5h da manhã para assar pães no forno de sua própria casa, para serem vendidos a um dólar namibiano; os outros estavam costurando roupas; outros produzindo tijolos e assim por diante. Visitei a clínica e a escola primária do vilarejo que possui cerca de 350 crianças. Decidi voltar na seguinte terça-feira para falar novamente com eles e visitar as crianças em um dia de aula. Todas de uniforme e cantaram para nós belas músicas, como África,

África, África. Li para elas uma história em quadrinhos de um dos melhores cartunistas brasileiros, Ziraldo, que me ofereceu como um presente, para as pessoas entenderem melhor o que é a renda básica. Eles gostaram muito do desenho. Em retribuição cantei para elas a música “Blowin’ in The Wind”, do Bob Dylan. Em Windhoek, participei de reuniões com o presidente Hifikepunye Pohamba, com o primeiro-ministro Nahas Angula, os ministros de Comércio e Indústria, Hage Geingob, e da Saúde e Assuntos Sociais, Richard Kamvi, o diretor da Comissão Nacional de Planejamento, Tom Alwendo, o presidente da Câmara, Theo-Ben Gurirab, e o líder da bancada da Organização do Povo da África do Sudoeste (SWAPO), Peter Katjavivi, no Parlamento. Falei para todos eles sobre a relevância daquela experiência pioneira e os bons resultados que ela estava mostrando para todos nós que acreditamos na Renda Básica nos cinco continentes. Também tive a oportunidade de participar de grandes conferências da Igreja Luterana de Katutura, uma grande região populosa de Windhoek e outras conferências organizadas pela Fundação Friedrich Ebert.

Agora deixe-me falar-lhes sobre a evolução das experiências de transferência de renda no Brasil em nossas tentativas de erradicar a pobreza, como a proposta da Renda Básica de Cidadania evoluiu como resultado do desenvolvimento da humanidade, e como ela pode se tornar realidade no futuro, levando, também, em consideração visitas a outras nações onde a idéia está criando raízes. Essa é a maneira que eu normalmente discuro muitas vezes durante a semana para todos os tipos de audiências em diversas regiões do Brasil.

A experiência brasileira na luta para erradicar a pobreza, os Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família, e a perspectiva em relação à Renda Básica de Cidadania.

Foi uma honra ser convidado pela Coalizão a favor da Renda Básica da Namíbia, pelo bispo Zephaniah Kameeta, por Claudia e Dirk Haarmann, pela Fundação Friedrich Ebert, pela Igreja Evangélica Luterana da República da Namíbia e por muitos outros amigos dessa causa para conhecer a experiência pioneira de Otjivero e trocar idéias com o Primeiro Ministro Nahas Angula, o presidente e outras autoridades de seu governo executivo e legislativo.

Tive a oportunidade de trocar idéias sobre o objetivo comum de erradicar a pobreza e construir justiça com o bispo Zephaniah Kameeta em 2006, na Cidade do Cabo, durante o XI Congresso Internacional da BIEN (Rede Mundial de Renda Básica). Na ocasião, ouvimos o apelo do bispo Desmond Tutu, vencedor do Prêmio Nobel da Paz, para nos esforçarmos ao má-

ximo a fim de promover, por toda parte, a instituição desse jeito simples de acabar com a pobreza absoluta, que é a renda básica incondicional. Ouvimos o apelo novamente quando ele veio ao Brasil para o Fórum Mundial das Igrejas, em 2007. À época, o convidei para dar uma palestra sobre a Coalizão da Namíbia a favor da Garantia de Renda Básica, que estava sendo fundada, para os alunos da Fundação Getúlio Vargas, onde sou professor de economia desde 1966. Em junho de 2010, durante o Encontro Ecumênico das Igrejas, ambos falamos a um auditório lotado na Universidade Técnica de Munique. Tivemos outro encontro no XIII Congresso Internacional da BIEN, na Universidade de São Paulo.

Se a Namíbia fosse instituir, a partir de 2012, a Renda Básica de Cidadania, isso significaria que os 2,2 milhões de habitantes do país teriam um direito incondicional de usufruir dela. Nas palavras de Walter Van Trier, no Reino de Marrocos, lugar que visitei de 20 a 23 de janeiro último para ministrar uma palestra durante o Primeiro Fórum da **Caisse des Dépôts** sobre a perspectiva da renda básica, teríamos, de alguma forma, a aplicação do conteúdo de seu livro, **Everyone a King** (1995, tese apresentada à Universidade Católica de Louvain).

A Renda Básica de Cidadania deveria ser tão suficiente quanto possível para satisfazer as necessidades essenciais de cada pessoa e deveria ser paga a todos os habitantes de uma comunidade, município, estado, país, ou mesmo, algum dia no futuro, a toda a população de um continente ou do Planeta Terra. Independentemente de sua origem, raça, sexo, idade, estado civil, condição social ou econômica, todos terão o direito de receber a Renda Básica de Cidadania, a título de participação na riqueza dessa comunidade, município, estado, país, continente ou Planeta. O valor será igual para todos.

Por que pagar o mesmo para todos? Até para aqueles que têm mais recursos e não precisam desse valor para sobreviver, até mesmo para os empresários e artistas de sucesso?

Porque aqueles que têm mais irão colaborar por eles próprios e por todos os demais para o recebimento da Renda Básica de Cidadania.

E quais são as vantagens do processo?

Em primeiro lugar, é muito mais fácil explicar o conceito da Renda Básica de Cidadania do que o de tantos programas de transferência de renda que existem no Brasil e em quase todos os países.

Por exemplo: notem bem o tempo que vou levar para explicar o Programa Bolsa Família que existe no Brasil desde outubro de 2003, considerando os valores em vigor desde setembro de 2009.

Cada família no Brasil com uma renda mensal **per capita** inferior a R\$ 140 têm o direito de receber um benefício, cujo piso mensal é de R\$ 68 no caso de família com renda mensal **per capita** inferior a R\$ 70 (câmbio do dólar em 24 de abril de 2010: US\$ 1,00 = R\$ 1,76). Esta família terá também direito a receber R\$ 22, R\$ 44, ou R\$ 66 se tiver um, dois, três ou mais filhos, respectivamente, até os 16 anos de idade, além de R\$ 33 por cada adolescente de 16 a 18 anos de idade, até um máximo de dois. Portanto, o programa Bolsa Família paga um mínimo de R\$ 22 e um máximo de R\$ 200 por mês. O valor médio do benefício é de R\$ 96 por família. A despesa do Programa Bolsa Família em 2009 foi de R\$ 12,1 bilhões. O orçamento para 2010 foi de R\$ 13,6 bilhões.

Em 1º de março de 2011, a presidente Dilma Rousseff anunciou um ajuste nesses valores. Se a renda **per capita** da família for inferior a R\$ 70 mensais, ela tem o direito de receber um benefício básico de R\$ 70 por mês. Todas as famílias com renda **per capita** mensal inferior a R\$ 140 têm o direito de receber R\$ 32, R\$ 64 ou R\$ 96 se elas tiverem um, dois, três ou mais filhos de até 16 anos de idade, respectivamente, além de R\$ 38 por cada adolescente entre 16 e 18 anos, até o máximo de dois. Portanto, o valor médio do benefício por família aumentará de R\$ 96 para R\$ 115 por mês, sendo R\$ 32 o valor mínimo e R\$ 242 o máximo (em 27 de março de 2011, US\$ 1 = R\$ 1,66).

O tamanho médio da família brasileira é de 3,5 pessoas. É um pouco mais alto, cerca de 4, para as famílias que são beneficiárias do programa. Há obrigações a serem cumpridas. Se a mãe estiver grávida, deverá se apresentar à rede pública de saúde – posto de saúde ou hospital municipal – para exames e acompanhamento das condições de saúde. Os pais deverão levar os seus filhos de até 6 anos para serem vacinados de acordo com o calendário de vacinações do Ministério da Saúde. As crianças de 7 a 16 anos de idade deverão frequentar a escola, exigindo-se uma frequência mínima de 85%. Os adolescentes de 16 a 18 anos de idade devem frequentar a escola com frequência mínima de 75%.

Agora permitam que eu explique a Renda Básica. Suponhamos que, a partir de janeiro próximo, o governo anuncie o lançamento da Renda Básica de Cidadania, mesmo com um valor modesto, embora superior àquele pago às pessoas com direito ao Programa Bolsa Família. O governo irá anunciar:

A partir de janeiro próximo, todos no Brasil, incluindo os estrangeiros que aqui residem há mais de cinco anos, independentemente de sua condição econômica ou social, irão receber R\$ 40 por mês. Uma família com seis membros receberá um total de R\$ 240. À medida

que o país progredir, esse valor será aumentado, digamos, para R\$ 100, um dia, para R\$ 500, depois R\$ 1000 e assim por diante. Não será negado a ninguém. Será incondicional.

Não é mais fácil de entender?

E quais são as outras vantagens de pagar o mesmo valor para todos?

Em primeiro lugar, a eliminação de toda a burocracia envolvida no levantamento da renda de cada pessoa nos mercados formal e informal. Ou seja, na carteira de trabalho de cada trabalhador, servidor público, ou no pagamento feito a qualquer um em qualquer atividade. Ou em pagamentos não registrados, como aqueles feitos a guardadores de carros nas ruas, ao vizinho que lava a roupa ou toma conta dos seus filhos enquanto você trabalha ou aos camelôs ou feirantes.

Acaba o estigma ou a vergonha daqueles que têm de revelar: eu ganho apenas *tanto*, portanto, preciso de um suplemento de renda para poder sobreviver.

Acaba o fenômeno da dependência que ocorre no caso de programas que estipulam: quem não ganhar até *este* valor tem o direito de receber um suplemento de renda. Mas se uma pessoa ganhar um tanto pelo trabalho e então o governo cancelar este tanto para ele do programa, então a pessoa poderá decidir não aceitar aquele trabalho e, dessa forma, a pessoa ingressará no desemprego ou na armadilha da pobreza.

E se todos nós, entretanto, soubermos que a partir deste momento todos os membros das nossas famílias terão direito a uma Renda Básica de Cidadania, qualquer emprego que conseguirmos irá aumentar a nossa renda. Nesse caso haverá sempre um incentivo para o progresso.

A maior vantagem da Renda Básica de Cidadania é o fato de elevar o nível de dignidade e liberdade. No mesmo sentido dado pelo vencedor do Prêmio Nobel Amartya Sen em “Desenvolvimento como Liberdade”: o desenvolvimento, para valer a pena, deve significar um alto grau de liberdade para todos na sociedade. É o caso, por exemplo, de uma moça que não tem outra alternativa para sobreviver que não seja vender o seu corpo. Ou de um jovem que, para sustentar a si e à sua família, é obrigado a trabalhar no tráfico. Ou mesmo o caso de um trabalhador rural, que só consegue empregos em condições de escravidão. Se essas pessoas e suas famílias receberem a Renda Básica de Cidadania, elas podem certamente recusar essas alternativas e aguardar mais um pouco até chegar uma oportunidade que esteja mais de acordo com seu desejo ou vocação. Podem até se inscrever num curso profissionalizante e ter melhores chances de encontrar uma colocação.

Alguns de vocês pensarão: a Renda Básica poderá ser um estímulo ao ócio? O que podemos fazer com aqueles que têm uma tendência grande para a vagabundagem? Será que existem tantos assim? Pensemos um pouco.

Nós, seres humanos, adoramos fazer muitas coisas. E sentimo-nos responsáveis por realizar atividades diferentes, mesmo sem ser pagos pelo mercado. Por exemplo, mães que amamentam os seus filhos com imenso amor; nós, pais, que cuidamos dos nossos filhos, para que se alimentem bem, não se machuquem e para que cresçam bem; nós que cuidamos de nossos pais ou avós quando precisam do nosso apoio; nas organizações locais, igrejas, associações acadêmicas, onde muitos de nós fizemos trabalhos voluntários, porque nos sentimos úteis à comunidade. Quando grandes pintores como Vincent Van Gogh e Amadeo Modigliani pintaram as suas obras primas, foram para as ruas, tentando vendê-las para sobreviver e não tiveram êxito. Ambos adoeceram e morreram bem novos. Hoje, as suas obras valem milhões de dólares.

Além disso, nossa Constituição e leis, assim como as de muitos outros países, garantem o direito à propriedade privada. Isso significa que os proprietários de fábricas, propriedades rurais, hotéis, restaurantes, bancos, terras e títulos financeiros têm direito a receber a renda do capital, ou seja, o lucro, os aluguéis e os juros. Será que as leis brasileiras ou as da maioria de outros países mencionam que, para receber essas rendas, os donos do capital precisam demonstrar que trabalham? Não, e eles geralmente trabalham, e muitos deles também dedicam boa parte do seu tempo a trabalho voluntário. Será que eles precisam provar que os filhos vão à escola? Não. No entanto, os seus filhos geralmente frequentam as melhores escolas.

Portanto, se garantirmos àqueles que têm mais recursos o direito de receber as suas rendas incondicionalmente, por que não estender a todos, ricos e pobres, o direito de participar na riqueza da nação, como sendo o direito de qualquer cidadão do Brasil ou da Namíbia? Vamos nos debruçar sobre alguns aspectos da nossa história. Por mais de três séculos, seres humanos foram trazidos da África para trabalhar no Brasil como escravos, ajudando a acumular o capital de muitas famílias. Ou como disse o Presidente Lula, parece que Deus é brasileiro, pois ajuda a Petrobrás a achar reservas de petróleo na camada do pré-sal nas profundezas do Oceano Atlântico. Vocês não acham uma boa idéia que todos os brasileiros devam participar dessa riqueza por meio de uma renda modesta que permita a sua sobrevivência, o mesmo valor para todos, a título de um direito de cidadania?

É uma proposta que faz sentido. Os seus fundamentos surgiram durante o desenrolar da história do ser humano e estão presentes em todas as religiões e no pensamento de um grande número de filósofos, economistas e pensadores.

Quando vocês saíram de casa hoje, saíram pela janela ou passaram de outra forma?

Pela porta? Bem, tal como disse Confúcio, 520 anos antes de Cristo “a incerteza ainda é pior que a pobreza” e “pode alguém sair de casa sem ser pela porta?”.

Nós queremos provar que, se quisermos eliminar a pobreza absoluta, nos tornando uma sociedade mais igual e mais justa, e garantindo dignidade e liberdade real para todos na sociedade, a Renda Básica de Cidadania é uma solução tão simples como sair de casa pela porta.

Trezentos anos antes de Cristo, na sua obra “Política”, o filósofo Aristóteles ensinava que a política é a ciência que mostra como conseguir uma vida justa para todos – o bem comum. Para isso, é necessária uma justiça política, que deverá ser precedida de uma justiça distributiva que torna mais iguais aqueles que são tão desiguais.

Qual é a palavra hebraica mais citada na Bíblia Sagrada, 513 vezes no Antigo Testamento? É Tzedaka, que significa justiça social, justiça na sociedade, que era o grande anseio do povo judeu, bem como do povo palestino.

No Novo Testamento, nos Atos dos Apóstolos podemos observar que eles decidiram juntar tudo o que tinham e viver solidariamente, de forma a prover a cada um de acordo com as suas necessidades. Nas parábolas de Jesus, tal como na, “O Senhor da Vinha”, encontramos princípios semelhantes. O dono da vinha contratou vários trabalhadores rurais durante o dia. Com cada um deles acordou o valor que ambos consideraram justo. Ao final da jornada ele começou a pagar, começando com os que haviam chegado por último e dando a todos o mesmo valor. Quando chegou a vez do primeiro trabalhador, este se queixou: você está me pagando o mesmo valor que pagou ao que chegou por último e eu trabalhei muito mais do que ele. E o dono da vinha respondeu: mas não entendes que eu estou pagando exatamente o que nós concordamos ser o valor justo e que aquele que chegou por último também tem o direito de receber o suficiente para atender às necessidades da sua família?

Na Segunda Epístola de São Paulo aos Coríntios, ele recomenda a todos que sigam o exemplo de Jesus. Apesar de muito poderoso, Jesus decidiu juntar-se aos pobres e viver entre eles. Como está escrito, para que

haja justiça e igualdade: “O que muito colheu não teve de mais; e o que pouco, não teve de menos.”

Nesse aspecto, os seguidores de Maomé, o Alcorão, bem como o Islamismo, adotam princípios semelhantes. No Hadith, o segundo dos quatro califas, Omar, afirmou: “Todos aqueles que tiverem muitos bens deverão separar uma parte para aqueles que têm pouco ou não têm nada”.

No Budismo, o Dalai Lama, na sua “**Ética para o Novo Milênio**” afirma que se aceitarmos o consumo luxuoso dos muito ricos, deveremos primeiro garantir a sobrevivência de toda a humanidade.

Ao avançarmos na História, deparamo-nos no princípio do séc. XVI com os ensinamentos de um grande humanista, Thomas More. Em 1516, ele escreveu um livro muito interessante, a “**Utopia**”, um lugar onde tudo funciona. No livro, há um relato de um diálogo sobre a pena de morte que, introduzida na Inglaterra, não contribuiu para a redução dos crimes violentos. Assim, o personagem comenta que, em vez de infligir esses horríveis castigos a quem não resta alternativa que não a de se tornar primeiro ladrão e depois cadáver, seria muito melhor garantir a sobrevivência de todos. Com base nessa reflexão, um amigo de Thomas More, Juan Luis Vives, fez a primeira proposta de renda mínima para o prefeito da cidade flamenga de Bruges, um tratado sobre subvenção aos pobres no qual pela primeira vez ele propunha a garantia de uma renda mínima.

Dois séculos mais tarde, Thomas Paine, considerado um dos principais ideólogos das revoluções americana e francesa, falando à Assembléia Nacional Francesa, em 1795, sobre justiça agrária, argumentava que a pobreza é criada pela civilização e pela propriedade privada. Na América, onde ele havia estado antes da independência, ele não tinha visto tanta privação e pobreza quanto nas aldeias e cidades europeias. Mas considerava ser de bom senso que todo aquele que cultivasse a terra e acrescentasse alguma melhora deveria ter o direito de receber o resultado desse cultivo. Contudo, ele deveria separar uma parte dessa renda para um fundo comum. Acumulado, esse fundo deveria pagar um capital e uma renda básica a cada residente do país, não como um ato de caridade, mas como um direito de todos de participar na riqueza da nação que lhes foi tirada quando a propriedade privada foi instituída. Essa era uma proposta para todos os países.

Outro inglês, professor primário, Thomas Spence, num panfleto publicado em Londres com o título “**Direitos das Crianças**” (1797), propunha que cada cidade deveria ter leilões para cobrir todas as despesas públicas, aí incluídas as construções e a manutenção dos imóveis, bem como os impostos pagos ao

governo, com distribuição trimestral, em partes iguais, do excedente entre todos os residentes, garantindo a sua subsistência.

Em 1848, Joseph Charlier, em sua obra **“Solution du problème social”**, afirmou que todos os homens têm direito a usufruir dos recursos naturais criados pela providência para que possam prover às suas necessidades. Na obra **“Principles of Political Economy”** (1848) o economista e filósofo inglês John Stuart Mill defendia a atribuição a cada um de um valor mínimo de subsistência, tivesse ou não a capacidade de trabalhar.

Joseph Charlier viveu em Bruxelas, mesma cidade e não muito longe de onde Karl Marx e Friedrich Engels escreveram o Manifesto Comunista, em 1848, como me mostrou Philippe Van Parijs. Mais tarde, eles escreveram os volumes de **“O Capital”**. Em 1875, Karl Marx escreveu **“Crítica ao Programa de Gotha”**, onde declara que em uma sociedade mais madura as pessoas vão se comportar de tal maneira que serão capazes de adotar como slogan: “de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”.

Certa vez, quando ministrei uma palestra para uma organização de trabalhadores rurais e para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Cândido Mendes de Almeida, seu presidente, chamou minha atenção para o fato de que eu não precisava citar Karl Marx para argumentar a favor da renda garantida, já que a proposta foi muito bem defendida por São Paulo na Segunda Epístola aos Coríntios. Desde então, eu sempre cito os dois.

No século XX, filósofos e economistas de muitas tendências, após examinar diversas ideologias e propostas, chegaram a uma conclusão comum, como mostrado por Bertrand Russel, em 1918, na obra **“Caminhos para a Liberdade: Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo”**:

O Plano que estamos preconizando reduz-se essencialmente a isso: que certa renda, suficiente para prover as necessidades, seja garantida a todos, quer trabalhem ou não, e uma renda maior – tanto maior quanto o permita a quantidade total de bens produzidos – seja proporcionada aos que estiverem dispostos a dedicar-se a algum trabalho que a comunidade reconheça como útil.

Em 1920, no seu **“Um Esquema para um Bônus Estatal”**, o casal Dennis e Mabel Milner propunham que:

“Era sua proposição que todo indivíduo, todo o tempo, deveria receber de um fundo central uma pequena soma em dinheiro que seria suficiente para manter a vida e a liberda-

de de se tudo o mais falhasse; que toda pessoa deveria receber uma parte de um fundo central, de maneira que toda pessoa que tenha qualquer renda deveria contribuir com uma parcela proporcional à sua capacidade”

Em 1937, a grande economista Joan Robinson em sua **“Introdução à Teoria do Pleno Emprego”**, sugeria que aos sábados se distribuisse a todos uma libra esterlina. Seu colega na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que também era amigo de John Maynard Keynes, e que foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1977, James Edward Meade, foi um dos defensores da Renda de Cidadania. Desde o seu **“Guia de Política Econômica para um Governo Trabalhista”** em 1935 até os trabalhos mais maduros como a trilogia sobre Agathotopia, em 1989, 1992 e 1995, ele desenvolveu uma bela argumentação.

Nesses trabalhos, Meade relata sua longa viagem em busca de Utopia. Por mais que ele navegasse, não conseguiu encontrá-la. No caminho de volta, entretanto, deparou-se com a Agathotopia. Um economista que se tornou seu amigo lhe disse que os agathotopianos até que sabiam onde ficava Utopia, mas que não iriam lhe contar, pois havia uma grande diferença entre eles e os utopianos. Estes eram seres humanos perfeitos, que viviam num lugar perfeito, enquanto os agathotopianos eram seres humanos imperfeitos, que cometiam as suas bobagens e perfídias, mas que, afinal, tinham conseguido construir um bom lugar para viver.

Meade observou que, em Agathotopia, eles haviam construído instituições e soluções sociais que eram as melhores para que, simultaneamente, fosse possível alcançar os objetivos de liberdade, no sentido de cada um poder trabalhar conforme a sua vocação e de poder gastar o que receber no que bem lhe aprouver; a igualdade, no sentido de não haver grandes disparidades de renda e de riqueza; e a eficiência, no sentido de se alcançar o maior padrão de vida possível com os recursos e a tecnologia vigentes.

E quais eram essas soluções? Flexibilidade de preços e de salários para alcançar a eficiência na alocação de recursos; formas de associação entre os empresários e os trabalhadores, de maneira que os trabalhadores fossem contratados não apenas por salários, mas também por participação na produção; e finalmente, um dividendo social para prover uma renda garantida para cada cidadão. Meade propõe que se chegue a esses objetivos por passos graduais, mas firmes.

O maior economista do século XX, John Maynard Keynes, em 1939, na sua obra **“Como Pagar pela Guerra?”** publicado no jornal **“The Times”**, procurou persuadir seus compatriotas, antes de entrar na guerra, de que

eles deveriam se aprontar para a defesa e, também, para separar cerca de 2% do Produto Nacional Bruto, portanto 100 milhões de libras esterlinas, de um total de 5 bilhões de libras esterlinas, para assegurar a todas as pessoas uma renda básica.

Abba Lerner, que trabalhou com Oskar Lange na obra **“Sobre a Teoria Econômica do Socialismo de Mercado”** em 1944, publicou **“A Economia do Controle: Princípios de Economia do Bem-Estar”**, onde propõe a instituição de uma soma fixa na forma de um imposto de renda negativo para todos.

Outros economistas laureados com o Prêmio Nobel de Economia, defensores do sistema de mercado, argumentaram a favor da renda mínima garantida para aqueles que não têm o necessário para a sua subsistência. Assim, Friedrich Hayek, em **“O Caminho da Servidão”**, em 1944, George Stigler, em **“Economia da Legislação do Salário Mínimo”**, em 1946, publicado na **“American Economic Review”** nº 36 de 1946 observaram que, se quisermos erradicar a pobreza absoluta e promover o emprego, melhor que uma renda mínima seria a instituição de um imposto de renda negativo que oferecesse uma renda mínima àqueles que não atingissem o necessário com os seus rendimentos próprios. O mesmo tema se tornou popular de forma bem didática por Milton Friedman, em **“Capitalismo e Liberdade”**, em 1992. Também o Nobel James Tobin, nas décadas de 60 e 70, fez um grande esforço na elaboração e defesa de renda mínima garantida através de um imposto de renda negativo. Ele era muito diferente de Friedman em vários aspectos, pois defendia as propostas de Keynes. Em 1972, James Tobin assessorou o candidato democrata George McGovern na elaboração da proposta de um **“Demogrant”** de US\$ 1.000 por ano para todos os americanos, exatamente o conceito da renda básica.

James Tobin, Paul Samuelson, John Kenneth Galbraith, Robert Lampman, Harold Watts e mais 1.200 economistas, em 1968, enviaram um manifesto ao Congresso Americano em favor da adoção de uma renda garantida complementar. Em 1969, o Presidente Richard Nixon convidou Daniel Patrick Moynihan, arquiteto dos programas sociais dos governos de John Kennedy e Lyndon Johnson, para desenvolver o Plano de Assistência Familiar, que instituía uma renda mínima garantida por meio de um imposto de renda negativo. O plano foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas foi obstruído pelo Senado. Nessa época, quem fez um grande esforço em defesa de uma renda garantida foi Martin Luther King Jr., o que se pode observar nos seus vários ensaios publicados em 1997 sob o título **“Where Do We Go From Here: Chaos or Community?”** onde afirma: “Agora estou convencido de que a

abordagem mais simples resultará ser a mais eficaz – a solução para a pobreza é abolí-la de forma direta por meio de uma medida atualmente muito discutida: a renda garantida.”

Em 2005, quando estava nos EUA, telefonei para o ex-senador McGovern, que tinha perdido as eleições presidenciais para Richard Nixon em 1972, para lhe dizer que o Brasil tinha aprovado a instituição da Renda Básica de Cidadania, um conceito semelhante ao que ele defendia em 1972. Ele ficou feliz com a notícia e me disse: “As pessoas dizem que eu era um homem com idéias avançadas para o meu tempo”.

Em 1974, o Congresso americano aprovou uma proposta de imposto de renda negativo parcial apenas para aqueles que trabalham e não atingem um certo nível de renda, com nome Crédito Tributário por Renda Recebida (**“Earned Income Tax Credit” – “EITC”**), que teve uma importante consequência. Esse complemento de renda beneficia hoje cerca de 23 milhões de famílias e ultrapassa em média dois mil dólares por ano. Esse plano foi agregado ao Programa de Auxílio às Famílias com Crianças Menores (**Aid for Families with Dependent Children**), substituído em 1996 pela Ajuda Temporária a Famílias Necessitadas, ao Programa de Segurança no Emprego, ao Cupons de Alimentação e à Seguridade Social. Nas últimas décadas, quase todos os países europeus criaram programas de garantia e transferência de renda, tais como a Renda Mínima de Inserção na França, o Programa de Renda Mínima Familiar em Portugal, e benefícios para crianças de forma geral. Nos países latino-americanos, programas de transferência condicional de renda se espalharam, tais como *Oportunidades* no México, *Chile Solidário* no Chile, *Jefes e Jefas Del Hogar* e, mais recentemente, *Asignación Familiar* na Argentina, *Avancemos* na Costa Rica e *Ingreso Ciudadano* no Uruguai.

Em 1986, na cidade de Louvain, na Bélgica, um grupo de cientistas sociais, economistas e filósofos sociais, dentre eles Philippe Van Parijs, Guy Standing, Claus Offe e Robert van der Veen, fundaram a BIEN (**Basic Income European Network**), a Rede Européia da Renda Básica, com a finalidade de criar um fórum de debate sobre as formas de transferência de renda nos vários países e propor que em cada país seja instituída uma Renda Básica Incondicional. Desde então, a BIEN tem realizado congressos internacionais a cada dois anos. Em 2004, durante o congresso realizado em Barcelona, e como estavam presentes pesquisadores dos cinco continentes, decidiram alterar a BIEN para Rede Mundial de Renda Básica. Por ocasião do 12º Congresso Internacional da BIEN, em Dublin, em junho de 2008, foi perguntado a nós, brasileiros, se poderíamos sediar o próximo, o 13º Congresso Internacional

da BIEN. Ficou então decidido que o 13º Congresso teria lugar na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA-USP, e de fato foi realizado com grande sucesso entre os dias 30 de junho e 2 de julho de 2010. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu a diretoria executiva da BIEN, em 29 de junho, para uma audiência de 90 minutos na qual explicou os avanços de seu governo na erradicação da pobreza.

No início da década de 1960, o prefeito de uma aldeia de pescadores verificou que uma grande quantidade de riqueza era produzida sob a forma de pescado, mas que muitos dos habitantes da aldeia eram ainda muito pobres. Assim, ele falou aos habitantes sobre a criação de um imposto de 3% sobre o valor do pescado a fim de instituir um fundo de propriedade de toda a comunidade. Ele teve de enfrentar uma resistência enorme: “Outro imposto? Sou contra”.

Levou cinco anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituído, teve um sucesso tão grande que, dez anos mais tarde, esse prefeito foi eleito governador do estado do Alasca, onde uma enorme reserva de petróleo tinha sido descoberta no final da década de 1960. Em 1976, o governador Jay Hammond disse aos seus 300 mil concidadãos: “Nós não deveríamos pensar apenas na nossa geração, mas também na próxima. O petróleo, tal como outros recursos naturais, não é renovável. Por isso, vamos separar uma parte dos royalties oriundos da exploração dos recursos naturais para a constituição de um fundo que pertencerá a todos os residentes do estado do Alasca”. A proposta foi aprovada por 76 mil votos a favor e 38 mil contra, uma razão de 2 para 1. De acordo com a lei, 25% da renda derivada da exploração de recursos naturais são separados e investidos em títulos do governo americano, ações de empresas sediadas no Alasca, contribuindo assim para diversificar a economia do estado, em ações de empresas americanas e internacionais, incluindo algumas das 30 empresas mais rentáveis do Brasil, tais como a Petrobrás, Vale do Rio Doce, Itaú e Bradesco, o que significa que nós, brasileiros, estamos contribuindo para o êxito desse sistema. O capital do Fundo Permanente do Alasca aumentou de US\$ 1 bilhão no início da década de 1980, para US\$ 40 bilhões nos últimos anos. Em 2009 e 2010 esse valor caiu devido à crise econômica, mas já está em fase de recuperação.

Qualquer pessoa que residisse no Alasca por um ano ou mais, mesmo que tivesse viajado no decorrer do período, podia preencher formulário de uma página, entre 1º de janeiro e 31 de março, informando o endereço comercial e residencial, o número de membros da família até 18 anos, não sendo necessário in-

formar sua renda ou patrimônio e mais alguns dados, e o testemunho de duas pessoas sobre a veracidade das informações. Quem fizesse isso a partir do início da década de 1980, todos os anos até o início de outubro, recebia na sua conta bancária, por transferência eletrônica, ou por cheque enviado à sua residência, primeiro cerca de US\$ 300 e gradualmente um valor maior até atingir US\$ 3269 por pessoa em 2008. É interessante notar que o dividendo estipulado pelo Fundo Permanente do Alasca em 2008 foi fixado em US\$ 2069. Naquele ano, durante o governo de Sarah Palin, uma vez que os preços das fontes de energia, como o petróleo, aumentaram muito, um valor extra de US\$ 1200, oriundo do orçamento do estado, foi pago a todos os habitantes. Eu gostaria de perguntar a Sarah Palin por que ela ainda não propôs a criação de renda básica para todo o país. Em 2009, o valor caiu para US\$ 1305, devido à crise econômica que afetou a economia e reduziu os preços do petróleo e das ações na Bolsa de Nova York.

Conforme o estudo do Professor Scott Goldsmith, da Universidade do Alasca, em Anchorage, apresentado no IX Congresso Internacional da BIEN, em 2002, em Genebra, o FPA distribuiu cerca de 6% do Produto Interno Bruto, nos últimos 28 anos, a todos os habitantes do estado – hoje um total de cerca de 700 mil, dos quais 611 mil cumpriram os requisitos em 2008 – tornando o Alasca o mais igualitário entre os 50 estados desse país.

No período de 1989-99, enquanto a renda familiar **per capita** dos 20% das famílias mais ricas dos EUA aumentou 26%, a renda **per capita** dos 20% mais pobres aumentou 12%. No estado do Alasca, devido aos dividendos pagos igualmente a todos os seus habitantes, o aumento da renda familiar **per capita** dos 20% das famílias mais ricas foi de 7%. O aumento da renda familiar **per capita** dos 20% das famílias mais pobres foi de 28%, ou seja, 4 vezes mais. Isso significa que a experiência teve imenso êxito no objetivo a que se propunha – criar uma sociedade mais justa. Esses resultados foram mostrados por Scott Goldsmith em sua palestra durante o IX Congresso Internacional da BIEN, em Genebra, em 2002. Ele menciona que, hoje em dia, constitui suicídio político para qualquer liderança no Alasca propor o fim do sistema do Fundo Permanente de Dividendos do Alasca.

Gostaria de congratular Karl Widerquist, Michael Howard e Scott Goldsmith por sua iniciativa de organizar a Oficina sobre o Dividendo do Fundo Permanente do Alasca, no dia 22 de abril de 2011, em Anchorage, assim como por terem escrito um livro sobre este belo exemplo. Isto deve ser conhecido em todo o planeta.

Em 1999, os professores da Universidade de Yale, Bruce Ackerman e Ann Alstott, publicaram o livro **“The Stakeholder Society”** (A Sociedade das Partes Interessadas). Com base na proposta de Thomas Paine, eles propuseram que todos nos Estados Unidos, ao completarem 21 anos, recebessem um capital básico de 80 mil dólares para iniciar a sua vida adulta, com a possibilidade de gastar esse valor no que quisessem, concluir seus estudos, fundar uma empresa ou qualquer outra coisa. Um dos seus alunos de pós-graduação, membro da Sociedade Fabiana, apresentou a idéia ao seu amigo pessoal, o ex Primeiro Ministro Tony Blair. Quando Blair anunciou que a sua esposa Cherie estava grávida do seu quarto filho, Alexander, ele afirmou que daquele momento em diante cada criança nascida na Inglaterra receberia por ocasião do nascimento e ao completar 6, 11 e 16 anos, um depósito bancário nos valores de 250, 50, 50 e 50 libras esterlinas, respectivamente. Se a família da criança tivesse uma renda familiar anual inferior a certo nível, cerca de 17 mil libras esterlinas, esses valores passariam a ser de 500, 100, 100 e 100 libras, respectivamente. Uma vez que esses depósitos iriam render juros, quando a criança fizesse 18 anos, teria à sua disposição um valor de cerca de 4 ou 5 mil libras esterlinas, a título de direito de participação na riqueza da nação. Com o nome de **“Child Fund Trust”**, essa lei foi aprovada pelo Parlamento do Reino Unido em 13 de maio de 2003. Finalmente, a proposta de Thomas Paine, formulada em 1795, foi aplicada na sua terra natal, ainda que de forma modesta. O atual Governo Conservador do Reino Unido, devido à crise econômica, decidiu abolir o **“Child Fund Trust”**.

No Brasil, podemos considerar a instituição da Renda Básica de Cidadania como algo em consonância com os valores defendidos pelas comunidades indígenas, pelos quilombolas e abolicionistas e por todos os pesquisadores e cientistas que lutam pela criação de uma nação justa no Brasil. Entre eles podemos citar Caio Prado Junior, Milton Santos, Josué de Castro e Celso Furtado. Josué de Castro, autor da **“Geografia da Fome”** e da **“Geopolítica da Fome”**, quando deputado federal pelo PTB, já preconizava esse direito como se pode observar no seu pronunciamento em 1956, na Câmara dos Deputados, num discurso sobre a desigualdade de renda: **“Defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que têm todos os brasileiros de ter um mínimo necessário para sua subsistência.”**

Foi no período de 1966-68, quando eu cursava o Mestrado em Economia na Michigan State University nos EUA, que me deparei com o conceito de garantia de renda por meio do imposto de renda negativo. Eu

me familiarizei melhor com o conceito enquanto fazia o doutorado em Economia na MSU e passei 15 meses estudando na Universidade de Stanford. Quando voltei ao Brasil, interagi com o professor Antonio Maria da Silveira que, em 1975, na Revista Brasileira de Economia, propôs a instituição de um imposto de renda negativo no Brasil no artigo **“Moeda e Redistribuição de Renda”**. Quando fui eleito senador pelo PT-SP, pela primeira vez em 1990, chamei o professor Antonio Maria da Silveira para colaborar na proposta do Programa de Garantia da Renda Mínima – PGRM. Todo brasileiro com 25 anos de idade ou mais que ganhava menos de 45 mil cruzeiros por mês, tinha direito a receber do Estado um suplemento de 30% a 50% – a critério do Poder Executivo – da diferença entre aquele valor (na época cerca de US\$ 150 por mês) e os seus proventos. O projeto foi aprovado por consenso de todos os partidos pelo Senado Federal em 16 de dezembro de 1991. Foi enviado à Câmara dos Deputados onde, na Comissão de Finanças e Tributação, recebeu um parecer escrito entusiástico do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).

A partir daí, surgiu o debate sobre o tema no Brasil. Em 1991, durante um debate entre cerca de 50 economistas com afinidades com o PT, organizado em Belo Horizonte, onde, a convite de Walter Barelli, Antonio Maria da Silveira e eu apresentamos a proposta do PGRM, o professor José Márcio Camargo da PUC-RJ observou que a garantia de uma renda mínima era um bom passo, mas que deveria ser dada a famílias necessitadas, com filhos em idade escolar que frequentassem a escola com regularidade. Dessa forma, não seriam forçados a trabalhar mais cedo a fim de ajudar na subsistência da família. Ele escreveu dois artigos sobre o assunto no jornal **“Folha de S. Paulo”**, em 3 de dezembro de 1991 e 10 de março de 1993. Em 1986, o professor Cristóvam Buarque, da Universidade de Brasília, desenvolveu proposta semelhante.

Assim, em 1995, tendo em mente essas considerações, o prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB), e o governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque (PT), deram início a programas de renda mínima vinculados a oportunidades de educação, o Bolsa-Escola. Cada família que à época não tivesse uma renda equivalente a meio salário mínimo **per capita**, ou seja, R\$ 70, teria o direito a receber a diferença a fim de completar os 70 reais **per capita** em Campinas, ou um salário mínimo no DF. Essas experiências espalharam-se por vários municípios, tais como Ribeirão Preto, Piracicaba, Jundiaí, São José dos Campos, Belo Horizonte, Belém, Mundo Novo, etc. Vários projetos de lei foram apresentados no Congresso

Nacional, solicitando o apoio do Governo Federal para os municípios dispostos a adotar o programa.

Em 1996, convidei o professor Philippe Van Parijs, filósofo e economista, que havia defendido muito bem a Renda Básica de Cidadania, a participar de uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, em que também estava presente o deputado Nelson Marchezan, um dos proponentes do projeto de renda mínima. Van Parijs afirmou que a renda básica incondicional seria um objetivo melhor, mas que a garantia de uma renda mínima associada a oportunidades de educação já era um bom passo, uma vez que estava relacionada com investimento em capital humano. Foi então que o presidente Fernando Henrique Cardoso deu sinal positivo para o Congresso Nacional aprovar a Lei 9.533 de 1997. A lei autorizava o governo federal a conceder um apoio financeiro de 50% do montante gasto pelos municípios com a renda mínima associada a programas de ações sociais e educativas.

Em março de 2001, o Congresso Nacional aprovou e o presidente Fernando Henrique sancionou a nova lei, de sua iniciativa, lei 10219/2001, autorizando o governo federal a celebrar acordos com os governos dos municípios brasileiros para adoção do programa de renda mínima vinculado a oportunidades de educação, o chamado Bolsa-Escola. O presidente deu à nova lei o nome de José Roberto Magalhães Teixeira, em homenagem ao prefeito de Campinas, que tinha falecido. Mais tarde, o governo instituiu os programas Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás. Em 2003, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o programa Vale-Alimentação.

Em outubro de 2003, o governo do presidente Lula resolveu unificar e racionalizar os diferentes programas, a saber, o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, unidos num só programa, chamado Bolsa Família, que tinha registradas 3,5 milhões de famílias em dezembro de 2003. O número aumentou para 6,5 milhões de famílias em dezembro de 2004, 8,5 milhões de famílias em dezembro de 2005, 11 milhões de famílias em dezembro de 2006 e 12,8 milhões de famílias em janeiro de 2011.

O programa Bolsa Família, entre outros instrumentos de política econômica, contribuiu para a redução da pobreza absoluta e do nível de desigualdade no Brasil. De acordo com o IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (no. 30, PNAD 2008, Primeira Análise de 24 de setembro de 2009) o coeficiente de Gini de desigualdade da renda familiar **per capita**, que atingiu 0,599 em 1995 e 0,581 em 2003, diminuiu gradualmente a cada ano, chegando a 0,544 em 2008 e 0,53 em 2009. A proporção de famílias abaixo da linha

de pobreza extrema, com renda **per capita** abaixo de 93,75 reais, que era de 17,5% em 2003, diminuiu para 8,8% em 2008. A proporção de famílias pobres, com renda **per capita** abaixo de 187,50 reais, diminuiu de 39,4% para 25,3% em 2008.

Este resultado favorável também pode ser mostrado da forma seguinte. Os 20% das famílias mais pobres tiveram crescimento de renda **per capita** 47% mais rápido que a renda dos 20% mais ricos. Enquanto que em 2001, a renda média dos 20% das famílias mais ricas era de 27 vezes a renda média dos 20% das famílias mais pobres, em 2008 foi de 19 vezes, uma redução de 30% na desigualdade em 7 anos.

O Brasil, apesar do progresso conseguido, é ainda um dos países com maior desigualdade no mundo. Enquanto que os 40% mais pobres vivem com 10% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 40% dessa renda. A renda em mãos de 1% dos mais ricos é igual à de 45% dos mais pobres. A criação e expansão do programa Bolsa Família, precedido pelo Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e outros, teve efeitos positivos. A razão da aplicação da Renda Básica de Cidadania é conseguir uma erradicação mais eficaz e direta da pobreza absoluta, uma maior igualdade e a garantia de maior liberdade real para todos.

Durante a década de 1990, tive uma maior interação com os pesquisadores que fundaram a BIEN, participando nos congressos bianuais. Estava convencido de que, melhor do que uma garantia de renda por meio de imposto de renda negativo ou outras formas sujeitas a condições específicas, seria uma Renda Básica incondicional para toda a população. Por esta razão, em dezembro de 2001, apresentei um novo projeto de lei perante o Senado para a instituição de uma Renda Básica de Cidadania, a RBC. Após ter analisado a proposta, o relator da Comissão, senador Francelino Pereira (PFL-MG), me disse: Eduardo, é uma boa idéia. Mas você terá de compatibilizá-la com a Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com a qual para cada despesa é necessário ter uma receita correspondente. Será que você aceita um parágrafo dizendo que será instituída por estágios, sob o critério do Poder Executivo, começando com os mais necessitados, tais como a Bolsa Escola e depois o Bolsa Família até um dia poder ser estendido a todos? Achei que fazia sentido, lembrei a recomendação de James Meade e aceitei. Dessa forma, o projeto de lei foi aprovado por consenso por todos os partidos no Senado, em dezembro de 2002, e na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2003. Em janeiro de 2004, o ministro das Finanças, Antônio Palocci, explicou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, uma vez que o programa seria instituído de forma gradual, seria factível e o presidente

poderia sancioná-lo. Assim, em 8 de janeiro de 2004, o presidente sancionou a Lei no. 10.835/2004, criando a RBC. Nesse mesmo dia ele recebeu a seguinte mensagem do economista Celso Furtado:

*“Neste momento em que Vossa Excelência sanciona a Lei de Renda Básica de Cidadania, quero expressar-lhe minha convicção de que, com essa medida, nosso país se coloca na vanguarda daqueles que lutam pela construção de uma sociedade mais harmoniosa. Com frequência o Brasil tem sido frequentemente mencionado como um dos últimos países a abolir a escravidão. Agora, com esse ato, que resulta dos princípios de boa cidadania e da ampla visão social do senador Eduardo Matarazzo Suplicy, o Brasil será visto como o primeiro que institui um sistema abrangente de solidariedade e, mais do que isso, aprovado pelos representantes de seu povo”.*

Da mesma forma que os primeiros programas de renda mínima associados à educação tiveram início localmente, em Campinas e no Distrito Federal, será também possível dar início à Renda Básica de Cidadania em comunidades e municípios.

Entre os países em desenvolvimento, houve uma experiência significativa na Namíbia, na aldeia Otjivero/Omitara, a 100 km da capital, Windhoek, em janeiro de 2008. Cada um dos 1000 habitantes deste aglomerado rural começou, a partir de janeiro de 2008, a receber 100 dólares namibianos por mês (correspondentes a cerca de US\$ 13). A iniciativa partiu da *Coalizão a Favor da Renda Básica da Namíbia*. O seu principal entusiasta, o Bispo Zephania Kameeta, da Igreja Luterana, recolheu contribuições voluntárias de várias fontes, incluindo o Sindicato dos Trabalhadores da República Federal da Alemanha, a fim de conseguir os fundos necessários. A revista *Der Spiegel* de agosto de 2009 publicou uma ampla reportagem intitulada *“Como um esquema de renda básica salvou uma aldeia na Namíbia”*. Nela, a revista enfatizou uma série de consequências positivas dessa experiência. A atividade econômica melhorou, micro-empresendimentos foram iniciados, a pobreza absoluta diminuiu, a frequência das crianças na escola aumentou, o grau de nutrição subiu, a auto-estima das pessoas aumentou e a sociedade mostrou um enorme interesse por essa experiência pioneira.

No Brasil, a Recivitas – Instituto pela Revitalização da Cidadania, após ter criado na vila de Paranapiacaba, na Serra do Mar, com 1200 habitantes, uma Biblioteca e uma Brinquedoteca Livres, para que as pessoas tivessem acesso ao uso de livros e brinquedos, decidiu propor aos seus habitantes a criação da Renda Básica de Cidadania. A presidente Bruna Augusto Pereira e o coordenador Marcos Brancaglione dos Santos, aguardam agora que o prefeito de Santo André, município

onde se localiza a vila, tome providências no sentido de dar continuidade ao projeto. Enquanto esperam, deram início a uma experiência pioneira na vila Quatinga Velha, em Mogi das Cruzes: desde o início de 2009, têm pagado 30 reais ou 18 dólares mensais a 77 pessoas. Isso se mostrou possível graças às contribuições voluntárias de vários cidadãos.

Outra experiência positiva está tendo lugar em Santo Antonio do Pinhal, na Serra da Mantiqueira, a 177 km de São Paulo, no caminho para Campos do Jordão. Lá, em 29 de outubro de 2009, a Câmara Municipal, por votação unânime dos seus 9 vereadores, aprovou o projeto de lei municipal para a criação de uma Renda Básica, apresentado pelo prefeito José Augusto Guarnieri Pereira do PT, eleito em 2004 por 55% dos votos e reeleito em 2008 com 79,06% dos votos. A lei foi sancionada pelo prefeito em 12 de novembro de 2009. Dos 5564 municípios brasileiros, foi o primeiro a aprovar uma lei instituindo a RBC. O artigo 1º da lei diz o seguinte:

*“Com o objetivo de transformar Santo Antonio do Pinhal em um Município que harmonize o desenvolvimento econômico e social sustentáveis com a aplicação dos princípios de justiça, que signifiquem a prática da solidariedade entre todos os seus moradores, e, sobretudo para garantir maior grau de dignidade para todos os seus habitantes, fica instituída a Renda Básica de Cidadania de Santo Antonio do Pinhal – RBC, que se constituirá no direito de todos os residentes registrados ou residentes no Município por pelo menos cinco anos, não importando sua condição socioeconômica, de receber um benefício monetário.”*

Exatamente como na lei federal, a RBC terá um mesmo valor para todos e será suficiente para satisfazer as necessidades vitais mínimas de cada um, tendo em conta o nível de desenvolvimento do município e suas possibilidades orçamentárias. Será posto em prática por estágios, de acordo com o critério do Conselho Municipal da RBC, dando prioridade aos segmentos mais necessitados da população.

A fim de financiar a RBC, será criado um Fundo Municipal com as seguintes fontes: 6% das receitas fiscais do município; doações de indivíduos ou empresas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais; transferências monetárias dos governos estadual e federal; receitas geradas pelo investimento de fundos disponíveis e outros recursos. Santo Antonio do Pinhal, com 7036 habitantes (em 2008, de acordo com o IBGE), metade residentes na área rural e metade na área urbana, tem 60 pousadas com 1300 leitos, 32

restaurantes, agricultores de pequeno e médio porte, artesãos e várias atividades comerciais e industriais. Há boas escolas e um baixo índice de criminalidade, com um índice zero de homicídios.

Em fevereiro e março de 2011, fui a Santo Antonio do Pinhal para participar de uma reunião com o prefeito e um grupo de oito pessoas que estavam pensando sobre os passos a ser tomados para realmente tornar realidade a Renda Básica de Cidadania para os 7 mil habitantes nos próximos anos.

É perfeitamente possível que os visitantes, que encham as pousadas e os restaurantes nos feriados, se sintam entusiasmados em contribuir para a realização pioneira da RBC e os princípios de justiça elaborados pelo filósofo John Rawls na sua obra *“Uma Teoria da Justiça”*, de 1971. De acordo com o professor Philippe Van Parijs, na sua obra **“Liberdade Real para Todos – O que (se é que alguma coisa) pode justificar o capitalismo?”**, Oxford, 1995 (**Real Freedom for All? What (if anything) may justify capitalism?**), a RBC é um dos instrumentos que contribuem para a realização destes três princípios:

- 1) Todas as pessoas têm direito igual ao conjunto mais extenso de liberdades fundamentais que seja compatível com a atribuição a todos desse mesmo conjunto de liberdades (princípio de igual liberdade);
- 2) Desigualdades de vantagens socioeconômicas só se justificam se:
  - a) contribuírem para a melhoria da situação dos menos favorecidos da sociedade (princípio da diferença), e se
  - b) forem vinculadas a posições que todos têm oportunidades iguais de ocupar (princípio de igualdade de oportunidades).

A fim de viabilizar a RBC, seria necessário conseguir um volume de recursos muito grande. Se quisermos ir mais longe do que o Programa Bolsa Família, ainda que de forma modesta, deveremos começar com um valor no mínimo mais alto do que a média paga pelo Bolsa Família, ou seja, 96 reais por família, o que significa algo em torno de 32 reais por pessoa numa família de três membros. Assim, se pensarmos acerca de uma RBC de 40 reais, isto significaria 240 reais por mês para uma família de 6 membros. Em 12 meses, o valor anual seria de 480 reais por pessoa. Se considerarmos 191 milhões de brasileiros no início de 2011, teríamos necessidade de 91,68 bilhões de reais, algo em torno de 2,71% do PNB de 3,338 trilhões de reais, ou 2,287 trilhões de dólares em 2010, cerca de 6,7 vezes o orçamento do Bolsa Família, de 13,6 bilhões de reais em 2010, um salto considerável.

Quarenta reais ou 23,5 dólares por mês é uma soma modesta, mas com o tempo, com o progresso do país e a crescente aprovação da população, a RBC poderia chegar a 100 reais, 1000 reais, e por aí fora. Uma forma de tornar isso possível é a criação de um Fundo Brasil de Cidadania, de acordo com o projeto de lei 82/1999, que eu apresentei ao Senado. Já foi aprovado por consenso no Senado e está tramitando na Câmara dos Deputados, onde obtive a aprovação da Comissão de Seguridade Social e Família, e está aguardando agora na Comissão de Finanças e Tributação o relatório com o parecer do deputado Ciro Gomes (PSB-CE). Este Fundo é constituído por 50% dos recursos gerados pela autorização de concessão de exploração de recursos naturais, 50% das receitas oriundas dos aluguéis dos imóveis do governo, que pertencem a toda população e 50% dos recursos oriundos da concessão de serviço público e de obra pública e outros recursos. O volume de recursos gerados decorrentes dos investimentos dos recursos do Fundo, tal como acontece com o Fundo Permanente do Alasca, serão usados para pagar a RBC a todos os residentes no Brasil.

À medida que mais pessoas entenderem como a RBC poderá contribuir para a construção de um Brasil mais justo e mais civilizado, mais vozes se erguerão para dizer ao Presidente da República, aos governadores e aos prefeitos: é uma boa proposta. Vamos colocá-la em prática já. Como os candidatos à presidência de 2010 e seus partidos estão vendo a perspectiva da RBC?

Durante o IV Congresso Nacional do PT realizado em Brasília, de 19 a 21 de fevereiro de 2010, pelo voto unânime de seus 1350 delegados, foi aprovada a seguinte diretriz como parte do Programa Presidencial da candidata Dilma Rousseff, então aclamada por consenso:

#### “A Grande Transformação

O crescimento acelerado e a luta contra as desigualdades raciais, sociais, regionais e a promoção do desenvolvimento sustentável será o eixo da estrutura do desenvolvimento econômico.

19) A expansão e o fortalecimento do mercado de bens de consumo popular, que produz impacto positivo forte sobre o conjunto do setor produtivo, será alcançado por:

a) .....

f) permanente aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para erradicar a fome e a pobreza,

para facilitar o acesso da população ao emprego, educação, saúde e maior renda;

**g)** transição do Programa Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania – RBC, incondicional, como um direito de toda a pessoa de participar da riqueza da nação, como previsto na Lei 10.53/2004, uma iniciativa do PT, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de janeiro de 2004.”

Em julho de 2008, depois de ter visitado o Iraque, a convite do presidente de sua Assembléia Nacional, e antes de atender o convite do presidente José Ramos Horta para visitar o Timor Leste, com finalidade de propor a instituição da RBC, solicitei audiência à Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Por uma hora e 45 minutos, expliquei-lhe com razoável profundidade as vantagens e a evolução da proposta da RBC. Na conclusão, ela me disse que a considerou muito interessante. Em dezembro daquele ano, transmiti-lhe pessoalmente que compreendia bem os seus méritos pessoais que fizeram com que o presidente Lula a escolhesse para candidata à sua sucessão. E como ela havia se mostrado a favor da RBC, decidi apoiá-la para que possa instituí-la.

A senadora Marina Silva, candidata do PV que teve 19,6 milhões, ou 20%, dos votos em outubro último e ficou em terceiro lugar, informou-me que também é a favor da implementação da RBC e orientou um dos principais formuladores das diretrizes de seu programa de governo que a considere, dentre as políticas socioambientais. Assim, o Professor José Eli da Veiga, da USP, no documento preparado para a campanha presidencial de Marina Silva, escreveu:

Tanto os usos dos recursos naturais quanto os impactos negativos sobre ecossistemas – em suas inúmeras formas – podem gerar contribuições a um Fundo que permita a distribuição de um dividendo anual a todos os brasileiros e residentes estrangeiros por um ano ou mais. É uma forma de participação efetiva na riqueza gerada pelo País como um direito dos cidadãos.

José Serra, candidato do PSDB que ficou em segundo com 43,7 milhões de votos, ou 44% do total no segundo turno das eleições presidenciais de 31 de outubro de 2010, está consciente de que seu partido votou a favor do projeto de lei que institui a RBC. Sua familiaridade com os programas de transferência de renda pode ser constatada pelo anúncio que fez como governador de São Paulo, em 18 de março de 2010, do aumento do teto de R\$ 100 para R\$ 200, como renda familiar **per capita**, para as famílias serem beneficia-

das pelo Programa Renda Cidadã. Criado no governo Geraldo Alckmin, que o antecedeu, o governo paga o benefício mensal de R\$ 60, qualquer que seja o número de pessoas na família. Há o requisito da frequência das crianças na escola.

Faz sentido que o Programa Renda Cidadã seja unificado ao Programa Bolsa Família, pois ambos são semelhantes, bem como que se amplie o número de beneficiários e o seu valor.

O deputado Ciro Gomes, candidato do PSB à presidência que decidiu antes das eleições desistir do pleito e apoiar Dilma Rousseff, tem dialogado comigo com respeito ao Fundo Brasil Cidadão, uma vez que é relator da Comissão de Finanças e Tributação. Ele me disse que está aguardando parecer favorável do Ministério da Fazenda para apresentar o seu relatório.

O candidato do PSOL Plínio de Arruda Sampaio à Presidência da República, que obteve 1% dos votos e ficou em quarto lugar, informou-me que considera a Renda Básica de Cidadania, pelo seu caráter universal e, portanto, mais democrático, superior ao Programa Bolsa Família, que é restrito. Por esta razão, defende que a RBC seja instituída rapidamente.

Dilma Rousseff foi eleita presidente em 31 de outubro de 2010, no segundo turno, com quase 55,7 milhões de votos, 56% do total. No dia da sua posse, 1º de janeiro de 2011, Dilma anunciou que a erradicação da miséria ou pobreza extrema no Brasil será sua primeira e mais importante prioridade. Dilma ainda não mencionou que irá instituir a Renda Básica de Cidadania nos próximos quatro anos, mas eu tentarei fazer meu melhor para mostrar que a RBC será a maneira mais eficaz para se alcançar seu objetivo.

Fiquei feliz por participar, em abril último, da Conferência sobre Garantia de Renda Básica dos Estados Unidos e Canadá em Montreal. É importante ressaltar que quando o Major Clifford H. Douglas criou o Movimento por um Crédito Social, na Inglaterra, uma forma de uma renda básica, isso teve uma grande repercussão em diversos países, particularmente na província de Alberta, no Canadá, onde o Partido do Crédito Social foi criado em 1935. Recentemente a Província de Alberta decidiu pagar a todos os seus habitantes um dividendo igualitário graças aos bons resultados obtidos com as receitas da exploração de petróleo naquele ano. Até onde sei, entretanto, essa iniciativa não teve continuidade. É muito relevante que a experiência pioneira e bem sucedida de uma renda básica no mundo exista no estado norte-americano do Alasca, vizinho ao Canadá. Os resultados positivos daquela experiência, como mencionados acima, deveriam, obviamente, estimular o povo dos EUA e do Canadá a seguir esse exemplo.

Também fiquei muito contente por participar do Encontro Ecumênico sobre Garantia de Renda Básica em Munique, em junho, que conclamou tantos interessados na construção de uma sociedade justa, onde todos possam sentar juntos à Mesa da Fraternidade. É bom saber que a Igreja e as organizações trabalhistas da Alemanha estão trabalhando no desenvolvimento de uma experiência pioneira de Renda Básica na vila de Otjivero/Omitara, na Namíbia. Também, que a proposta de “**Einkommen für Alle**”, como defendido desde os anos 80 pelo Professor Clauss Offe e, mais recentemente, no livro do Professor Götz W. Werner, esteja se espalhando por toda a Alemanha e pelo mundo.

Também foi bom ter estado em Seul, em janeiro de 2010, com o professor Philippe Van Parijs no Congresso Internacional Sul-coreano de Rede de Renda Básica. O professor Guy Standing nos informou que participou, em março de 2011, no 1º congresso japonês da BIEN, no Japão, com 250 participantes.

Uma experiência de grande pioneirismo também está acontecendo no Irã desde que uma nova lei foi promulgada, de acordo com a qual, a fim de compensar o fim do subsídio de fontes de energias, o governo decidiu pagar o equivalente a US\$ 80 a cada dois meses para todos os 70 milhões de cidadãos. É uma experiência que deveria ser seguida com grande interesse por todos que estão interessados na renda básica.

É ótimo saber que cerca de 192 trabalhos de especialistas de 31 países de todos os continentes foram apresentados e debatidos na XIII Conferência Internacional da BIEN. A maioria desses trabalhos pode ser lida no site <http://www.bien2010brasil.com>, e mais informações podem ser obtidas nos sites <http://www.basicincome.org> e <http://www.senado.gov.br/educardosuplicy>.

Será um enorme desafio para uma instituição de 150 anos como a Caixa Econômica Federal, uma “**Caisse des Dépôts**”, administrar o direito incondicional de todos os 191 milhões de brasileiros, mais ainda no futuro. Mas, para uma instituição que foi capaz de ampliar o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, de 3,5 milhões em dezembro de 2003 para 12,8 em janeiro de 2011, que corresponde a 53 milhões de habitantes, e com tanta eficiência, administrar a Renda Básica de Cidadania para todos os brasileiros é um objetivo viável.

Foi um ótima experiência ser convidado, junto com o professor Philippe Van Parijs, pelo Grupo de Teatro Flamengo, em 21 de dezembro de 2010, para ministrar uma conferência especial sobre a Erradicação da Pobreza Absoluta e sobre a Perspectiva da Renda Básica para trabalhadores do teatro e para participantes de movimentos sociais em Bruxelas, na Bélgica.

Tenho certeza de que em breve, a Namíbia será capaz de expandir a Renda Básica de Cidadania dos 1000 cidadãos de Otjivero para os 2,2 milhões de habitantes do país em um prazo razoável. Boas notícias estão vindo do Irã e do Iraque. Os resultados positivos das várias experiências de renda mínima estão sendo difundidos pelo mundo graças aos esforços de pessoas como Philippe Van Parijs. Farei o melhor possível para ajudar a presidente Dilma Rousseff e seus ministros a tomar as medidas necessárias para instituir a RBC até 2014.

## BIBLIOGRAFIA

ACKERMAN, Bruce e ALSTOTT, Anne (1999). **The stakeholder society**. New Haven, Yale University Press.

**ALCORÃO SAGRADO**. O significado dos versículos. Tradução de Samir El Hayek. São Paulo, MarsaM Editora Jornalística, 1994.

ALMEIDA, Evaristo (2000). **Programas de garantia de renda mínima – inserção social ou utopia**. São Paulo, Educ.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília. Ed. UnB, 1997.

ARTHUS, Reginaldo (2000). **O programa de garantia de renda familiar mínima do município de Campinas/SP: uma avaliação através da tipologia das famílias e dos critérios de permanência, emancipação e desligamento**. Dissertação de Mestrado. Campinas. Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).

ATKINSON, Anthony .B. (1998) **Poverty in Europe**. Nova York, Blackwell Publishers.

(1995) **Public economics in action: the basic income/flat tax proposal**. The Lindahl lectures. Nova York, Oxford University Press.

ALTMAYER, Arthur J. (1966). **The formative years of social security**. Madison, The University of Wisconsin Press.

BACON, Francis. **A Nova Atlântida**. São Paulo, Nova Cultural, 1998.

BACHA, Edmar Lisboa e UNGER, Roberto Mangabeira (1978). **Participação salário e voto. Um projeto de democracia para o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane (2000). **Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável**. Rio de Janeiro, IPEA.

BARROS, Maria Sylvia Carvalho (2000). **Programa de renda mínima como alternativa para uma política de alimentação e nutrição**. Araraquara. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências

- Farmacêuticas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).
- BELLAMY, Edward (1988). **Looking backward 2000-1887** (Com Prefácio de Erich Fromm). Nova York, Signet Classic.
- BETTO, frei.(2000). **Fome de pão e de beleza**. São Paulo, Siciliano.
- BLAUG, Mark. (1964) **"The poor law reexamined"**. **Journal of Economic History**, junho, 14, p. 229-454.
- BLINDER, Alan and YELLEN, Janet Louise. (2001) **Fabulous decade: macroeconomic lessons from the 1990's**. New York, A Century Foundation Report.
- BOFF, Leonardo (2000). **Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro, Letraviva Editorial.
- BRESSON, Yoland (1996). **"Le revenue d'existence ou la métamorphose de l'être social"**. L'Esprit frappeur n° 78, Paris, L'Esprit frappeur.
- (1996). **"Le revenue d'existence: réponse aux objections"**. In: *Revue du MAUSS semestrielle. Vers un Revenu Minimum Inconditionnel n° 7, Premier Semestre 1996*.
- BRITAIN, Samuel (1995). **Capitalism with a Human Face**. Aldershot, Edward Elgar.
- BUENO, Eduardo (1998). **Náufragos, traficantes e degredados**. Coleção Terra Brasilis, vol. II, Rio de Janeiro, Ed. Objetiva.
- CAMARGO, José Márcio (1991). **"Pobreza e garantia de renda mínima"**. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 de dezembro.
- (1993). **"Os Miseráveis"**. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 de março.
- CLASTRES, Pierre, HURLEY, Robert e STEIN, Abe (1987). **Society agaisnt the State**. Cambridge MA, The MIT PRESS.
- CASTRO, Josué (1951). **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. Rio de Janeiro, Editora da Casa do Estudante do Brasil.
- (1946). **A Geografia da fome**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- CHARLIER, Joseph (1848). **Solution du problème social ou constitution humanitaire. Basée sur la loi neturelle, et précédée de l'exposé de motifs**. Bruxelles, Chez tous les libraires du Royaume; [Solução do problema social ou constituição humanitária]
- (1894). **La Question sociale résolue, précédée du testament philosophique d'un penseur**. Bruxelles, Weissenbruch. [A questão social resolvida, precedida de um testamento filosófico de um pensador]
- CHAUÍ, Marilena (1994). **História da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. São Paulo, Brasiliense.
- (1999). **A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa**. São Paulo, Companhia das Letras,
- COLE, George D.H. (1929). **The next ten years in british social and economic policy**. London, Macmillan.
- (1935). **Principles of Economic Planning**. London, Cassel&Co.
- COSTANTIN, Paulo Dutra (2000) **Renda mínima no Brasil: avaliações de modelos implantados e dos modelos de James Meade**. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas.
- CONFÚCIO. **O livro das explicações e respostas em 20 capítulos**. São Paulo, Landy Livraria e Editora, 2001.
- COURNOT, Augustin (1838). **Recherches sur les principes mathématiques de la théorie des richesses**. Paris, Librairie Hachette (New Edition, Paris, Marcel Riviere, 1933).
- CUNLIFE, John e ERREYGERS, Guido (1999). **O enigmático legado de Fourier. Do direito ao mínimo à renda básica**. Trabalho apresentado na Conferência de HES, Greensboro, Carolina do Norte, Junho 1999.
- Cury, Samir (1996). **Programas de transferência direta de renda no Brasil**. Brasília, IPEA.
- CURY, Samir e EISSA, Nada (1998). **"Programa de transferência de renda para o Brasil e a experiência dos Estados Unidos"**. In: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). *Garantia de renda mínima: ensaios e propostas*. Brasília, IPEA.
- DAVIDSON, Greg e DAVIDSON, Paul (1988). **Economics for a civilized society**. London, Macmillan.
- DALAI LAMA (2000). **Uma ética para o novo milênio**. Rio de Janeiro, Sextante, 2000, 5a Ed.
- DICKENS, Charles (1938). **Oliver Twist**. New York, Bantam Books, 1° Ed., 1994.
- DRÁIBE, Sônia, FONSECA, Ana e MONTALI, Lilia (1998). **"Programas de renda mínima para famílias carentes: levantamento das experiências e metodologia de avaliação"**. In: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). *Garantia de renda mínima: ensaios e propostas*. Brasília, IPEA.
- EUZEBY, Chantal (1991). **La revenu minimum garanti**. Paris, Editions La Découverte.
- FALEIROS, Vicente (1997). **"Renda mínima: uma avaliação"**. In: SPOSATI, Aldaíza (org.) (1997).

- Renda mínima e a crise mundial, saída ou agravamento?** São Paulo, Cortez.
- FERRY, Jean Marc (1995). **La allocation Universelle. Pour un revenu de citoyenneté.** Paris, Cerf.
- FONSECA, Ana M. M. (2001). **O debate sobre família e a política de renda mínima.** São Paulo, Cortez.
- FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose (1998). **Two Lucky people: Memoirs.** Chicago, The University of Chicago Press.
- FRIEDMAN, Milton (1962). **Capitalismo e liberdade.** Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1975.
- FURTADO, Celso (1968). **Um projeto para o Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Saga.
- GALBRAITH, John Kenneth (1966). **A view from the stands: of people, politics, military power, and the arts.** Boston, Houghton Mifflin Company [Tradução brasileira: Uma visão de Galbraith sobre pessoas, políticos, poder militar e as artes. Seleccionado e editado por Andrea D. Williams. São Paulo, Pioneira, 1989].
- (1975). **A Economia e o objetivo público.** São Paulo, Livraria Martins Editora.
- (1980). **A era da incerteza.** São Paulo, Pioneira.
- GALLIE, Duncan e PAUGAM, Serge (eds.) (2000). **Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe.** London, Oxford University Press.
- (2000). **Unemployment, welfare regimes and social exclusion. Presentation of Results of TSER Project "Employment Precarity, Unemployment and Social Exclusion (EPUSEF)".** Workshop on Unemployment, Work and Welfare (UW-WCLUS), Brussels, November.
- GEORGE, Henry (1879). **Progress and poverty: an inquiry in the cause of industrial depressions and of increase of want with increase of wealth... the remedy.** New York, Robert Schalkenbach Foundation, 1992.
- GUIBENTIF, Pierre e BOUGET, Denis (1997). **As políticas do rendimento mínimo na União Europeia.** Lisboa, Editora União das Mutualidades Portuguesas.
- HAMMOND, Jay. H. (1994). **Tales of Alaska's Bush Rat Governor: the extraordinary autobiography of Jay Hammond, wilderness guide and reluctant politician.** Seattle, Epicenter Press.
- HAYEK, Friedrich A. (1944). **O caminho da servidão.** Porto Alegre, Editora Globo, 1977.
- HENRIQUES, Ricardo (2001). **"Desigualdade racial no Brasil, evolução das condições de vida na década de 90".** Texto para Discussão nº 807. Rio de Janeiro, IPEA.
- (org.) (2000). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro, IPEA.
- HERZER, Herzer ou Sandra Mara (1982). **A queda para o alto.** Petropolis. Vozes, 1982.
- INSTITUTO CIDADANIA (2001). **Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil.** São Paulo. Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães.
- JESUS, Carolina Maria (1963). **Quarto de despejo.** São Paulo, Ática, 5a Ed., 1998.
- KING Jr., Martin Luther. (1997). **Where do we go from here: chaos or community?** New York, Harper Row.
- KEYNES, John Maynard. (1939). **"How to pay for the war?"** In: KEYNES, John Maynard (1972). *Essays in persuasion.* London, Macmillan.
- LANGE, Oskar (1969). **Sobre La teoria economica del socialismo.** Barcelona, Ariel.
- LAVINAS, Lena (2001a). **"Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos".** Texto para Discussão nº 826. Rio de Janeiro, IPEA.
- (2001b). **The appeal of minimum income programmes in Latin America.** ILO Brasil Regional Office – World Bank Agreement. SES (Seeking Distributive Justice – Basic Security for All) n. 7.
- LAVINAS, Lena (coord.), BARBOSA, Maria Lígia e TOURINHO, Octávio (2001). **Assessing local minimum income programmes in Brazil.** ILO Brasil Regional Office – World Bank Agreement. SES (Seeking Distributive Justice – Basic Security for All) n. 15.
- (1998). **"Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras".** Texto para Discussão nº 596. Rio de Janeiro, IPEA.
- Lavinas, Lena e RAMOS, Lauro (2001). **People's Security Survey in Latin America** (Argentina, Brazil and Chile), with Ruben M. Lo Vuolo, Alberto C. Barbeito, Maria Celi Scalo, Malva Espinosa e Ninaska Damianovic. Focus Programme on Socio-Economic Security, International Labour Office, Geneva.
- LAVINAS, Lena e VARSANO, Ricardo (1998). **"Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza"** In.: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). *Garantia de renda mínima: ensaios e propostas.* Brasília, IPEA.
- LAVINAS, Lena et alli (2000). **"Combinando compensatória e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil".** Texto para Discussão nº 748. Rio de Janeiro, IPEA.
- LENKOWSKY, Leslie (1986). **Politics, economics, and welfare reform – The failure of the negative**

- income tax in Britain and the United States.** New York, University Press of America.
- LERNER, Abba Ptachya (1944). **The economics of control: principles of Welfare State.** New York, MacMillan.
- LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). **Garantia de renda mínima: ensaios e propostas.** Brasília, IPEA.
- LOPES, Francisco Miguel (1999). **Avaliação de programas de transferência direta de renda: o caso do programa de garantia de renda familiar mínima do município de Campinas.** Dissertação de Mestrado. Campinas. Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).
- MACEDO, Gláucia Alves (2000). **Possíveis impactos dos programas de garantia de renda mínima – Brasil/1998.** Belo Horizonte, Monografia para obter título de Bacharel em Ciências Econômicas na FACE/UFGM.
- MALTHUS, Thomas Robert (1951). **Ensayo sobre el principio de la poblacion.** México, Fondo de Cultura Economica.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos (2001). **A reinvenção do sertão.** Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- MARX, Karl (1875). **Crítica ao Programa de Gotha.** Porto, Editora Portucalense, 1971.
- (1859). **A Crítica da Economia Política.** São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- (1867). **O Capital.** São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1848). **Manifesto do partido comunista.** Petrópolis, Vozes, 1998.
- MC LELLAN, Davi (1973). **Karl Marx: his life and thought.** Nova York, Harper & Row.
- MEADE, James Edward (1935). **"Outline of economic policy for a labour government".** In: HOWSON, S. (ed.) (1988). The collected papers of James Meade. Volume I, Employment and Inflation. London, Unwin Hyman.
- (1989). **Agathotopia: the economics of partnership.** Aberdeen, Aberdeen University Press.
- (1993). **Liberty, equality and efficiency. Apologiapro Agathotopia Mea.** Londres, Macmillan Press.
- (1995). **Full employment regained? An agathotopian dream.** Cambridge, Cambridge University Press.
- MILL, John Stuart (1776). **Reflexions sur les commerce de blés.** In: Oeuvres de Co Jndorcet, ed. A. Condorcet, O'Connor e M. F. Connor, and M. F. Arago (Paris, Firmin Didot, 1847-1849).
- (1848). **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações a filosofia social.** São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- MILNER, Mabel e MILNER, Dennis (1918). **Scheme for a state bonus.** Kent, Simpkin, Marshall & Co.
- MILNER, Dennis (1920). **Higher production by a bonus on national output. A proposal form a minium income for all varying with national productivity.** London, George Allen & Unwin.
- MONIZ, Edmundo (1987). **Canudos: a guerra social.** Rio de Janeiro, Elo Editora e Distribuição, 2a Ed.
- MORE, Thomas (1516). **Utopia.** São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- MOREIRA ALVES, Márcio (1995). **"A coragem de sorrir".** O Globo, Rio de Janeiro, 4 de junho.
- MOYNIHAN, Daniel Patrick (1973). **The politics of a guaranteed income: the Nixon administration and the family assistance plan.** New York, Random House.
- NABUCO, Joaquim (1883). **Abolicionismo.** Petrópolis, Vozes, 1977.
- (1900). **Minha formação.** São Paulo, W. M. Jackson Inc. Editores, 1960.
- OFFE, Claus (1998). **"O novo poder".** Veja, São Paulo, 04 de Abril.
- (1992). **"A Non-productivistic design for social policies".** In: VAN PARIJS, Philippe (ed.) (1992). Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform. London, Verso. [Replicado como: OFFE, Claus (1995). **"Uno diseño no productivista para las políticas sociales"**. In: VUOLO, Rubén Lo (org.) (1995). Contra la exclusión. La propuesta del ingreso ciudadano. Buenos Aires, CIEPP/Mino y Dávila.
- OLIVEIRA, Luiz Guilherme Schimura (1994). **"O programa de renda garantida mínima."** XXII Encontro Nacional dos Pesquisadores em Economia – ANPEC, Florianópolis.
- PAINE, Thomas (1796). **"Agrarian Justice".** In: FONER, P.F. (ed.) (1974). The life and Major Writings of Thomas Paine. Secaucus, NJ, Citatel Press, 1974.
- PAUGAM, Serge (ed.) (1998). **L'Europe face à la pauvreté. Les expériences nationales de revenu minimum.** Paris, La Documentation Française.
- PARKER, Hermione (1989). **Instead of the dole, an inquiry into integration of the tax and benefit systems.** London/New York, Routledge.
- PICKARD, Bertrand (1919). **A reasonable revolution. Being a discussion of the state bonus scheme: A proposal for a national minimum income.** London, George Allen & Unwin.
- PIZA, Daniel (org.) (1996). **O teatro das idéias.** Prosa crítica de Bernard Shaw. São Paulo, Companhia das Letras.

- PLATÃO. **República**. Brasília, UnB, 1996.
- As Leis**. Bauru, Edipro, 1999.
- PRADO JR., Caio (1942). **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- POLANYI, Karl (1947). **A Grande transformação: as origens políticas e econômicas de nosso tempo**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.
- RAVENTÓS, Daniel (1999). **El derecho a la existencia. La propuesta del subsidio universal garantizado**. Barcelona, Ariel.
- RAWLS, John (1971). **Uma teoria da justiça**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- RAGO, Margareth (1997). **“Trabalho feminino e sexualidade”**. In: PRIORI, Mary del (1997). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto/Unesp.
- RICARDO, David (1817). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- ROBINSON, Joan (1972). **“The second crisis of economic theory”**. Princeton, NJ, The American Economic Review: Papers and Proceedings. May.
- (1937). **Introdução a teoria do emprego**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980.
- RAMOS, Carlos Ramos (1998). **“Programa de garantia de renda mínima”**. In: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). *Garantia de renda mínima: ensaios e propostas*. Brasília, IPEA.
- ROCHA, Sônia (2001). **Workfare programmes in Brazil: na evaluation of their performance**. ILO Brasil Regional Office – World Bank Agreement. SES (Seeking Distributive Justice – Basic Security for All) n. 13.
- (2000a). **“Applying minimum income programs in Brazil two case studies: Belém and Belo Horizonte”**. Texto para Discussão nº 746. Rio de Janeiro, IPEA.
- (2000b). **“Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real”**. Texto para Discussão nº 721. Rio de Janeiro, IPEA.
- (1998). **“Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução – 1981/95”**. Texto para Discussão nº. 567, Rio de Janeiro, IPEA.
- ROTHSCHILD, Emma (2000). **“Security and laissez-faire”**. Boston Review, Boston, Vol. 25, nº. 5, October/November.
- RUSSEL, Bertrand (1918). **Os caminhos para a liberdade: socialismo, anarquismo e sindicalismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- SABÓYA, João e ROCHA, Sônia (1998). **“Programa de renda mínima; linhas gerais de uma metodologia de avaliação a partir do estudo do DF.”** In: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). *Garantia de renda mínima: ensaios e propostas*. Brasília, IPEA.
- SEN, Amartya (1997). **Desigualdade reexaminada**. São Paulo, Editora Record, 2001.
- (1999). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- (2000). *Sobre a ética e a economia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes (1997). **“De colona a bóia-fria”**. In: PRIORI, Mary del (org.) (1997). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto/Unesp.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e (1997). **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo, Cortez Editora/Editora da Universidade Federal do Maranhão.
- SILVEIRA, Antônio Maria (1975). **“Moeda e redistribuição da renda”**. Revista Brasileira de Economia, abr/jun. [Reproduzido em Silveira (1981). *Moeda e redistribuição de renda*. Rio de Janeiro. Edições Multiplic.]
- SIMONSEN, Mario Henrique (1993). **“Pelo que o presidente Itamar deveria chorar”**. Exame. São Paulo, Editora Abril, Ano 25, nº 7.
- SMITH, Adam (1776). **A Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- SPOSATI, Aldaíza (org.) (1997). **Renda mínima e a crise mundial, saída ou agravamento?**. São Paulo, Cortez Editora.
- STANDING, Guy (1999). **Global labour flexibility: seeking distributive justice**. New York, Ed. St. Martins Press.
- STIGLER, George (1946). **“The economics of minimum wage legislation”**. American Economic Review. Princeton, NJ, nº 36, p.358-65.
- SOARES, Sergei Dillon (2000). **“O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens black people, mulheres brancas e mulheres negras”**. Texto para Discussão nº 769. Brasília, IPEA.
- SUAREZ, Marcus Alban (1998). **Economia e Tecnologia, do Desenvolvimento com Pleno Emprego ao Crescimento sem Emprego**. Tese de Doutorado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade na Universidade Estadual de São Paulo (FEA/USP).
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo (2000). **“A persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho da equidade”**. Revista Estudos Avançados. São Paulo. Instituto de Estudos Avançados/USP nº 40, de setembro/dezembro.

- (1998). **Renda mínima, discussões e experiências**. Conferência Internacional. Brasília, Senado Federal.
- (1995). **“Agathotopia: liberdade, igualdade e eficiência”**. Revista de Economia Política. São Paulo, Brasiliense. vol. 15, nº 2 (58), abril-junho.
- (1994). **“A renda mínima garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil”**. Revista de Economia Política. São Paulo, Brasiliense, vol. 14, nº 1 (53), jan/mar.
- (1991). **Programa de garantia de renda mínima**. Brasília, Senado Federal.
- (1991). **“A construção de uma política econômica civilizada**. Revista de Economia Política. São Paulo, Editora Brasiliense. Vol 11, nº.4 (44), outubro-dezembro. [Aula Magna proferida na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, em 07 de março de 1991].
- (1989). **“Um simpósio sobre a distribuição da renda”**. Revista de Economia Política. São Paulo, Editora Brasiliense. vol. 9, nº 1, janeiro/março.
- (1988). **Da distribuição da renda e dos direitos à cidadania**. São Paulo, Brasiliense.
- (1979). **Compromisso**. São Paulo, Brasiliense.
- (1973). **Os efeitos das minidesvalorizações cambiais na economia brasileira**. Tese de doutorado em Economia submetida a Michigan State University. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1979.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo e CURY, Samir (1994). **“A renda mínima garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil”**. Revista de Economia Política. São Paulo, Editora Brasiliense, 14(1).
- THEOBALD, Robert (ed.) (1965). **The guaranteed income: next step in economic evolution?**. New York, Doubleday and Company, Garden City.
- TOBIN, James (1965). **“On the Economic Status of the Negro”**. Daedalus 94(4), Fall 1965, 878-98.
- (1970). **“Raising the Incomes of the Poor”**. In: GORDON, K. (ed.) (1970). Agenda for the Nation. Washington, DC, Brookings Institution.
- (1987). **Policies for Prosperity: Essays in a keynesian mode**. Cambridge, MA, The MIT Press.
- TOBIN, James, PECHMAN, Joseph A. & MIESZKOWSKI, Peter M. (1967). **“Is a Negative Income Tax Practical?”**. The Yale Law Journal 77(1), 1-27.
- TRIER, Walter (1995). **Every one a King**. Leuven, Departement Sociologie, Faculteit Sociale Wetenschappen, Katholieke Universiteit Leuven.
- VASCONCELLOS, Gilberto (2001). **“O Administrador dos sertões”**. Folha de S.Paulo, Caderno Mais, São Paulo, 4 de novembro.
- VAN PARIJS, Philippe (2001). **What’s Wrong with a Free Lunch?** Foreword by Robert M. Solow. New Democracy Forum Series. Boston, Beacon Press.
- (1995). **Real freedom for all: what (if anything) can justify capitalism?** Oxford, Oxford University Press.
- (1994). **“Au delà de la solidarité. Los fundamentos étiques de l’Etat-providence et de son dépassement”**. Futuribles, Revista Mensal, nº 184, fevereiro, pp 5 -29. [Republicado como Más allá de la solidaridad. Los fundamentos éticos del Estado de bienestar y de su superación In: VUOLO, Rubén Lo (org.) (1995). Contra la exclusión. la propuesta del ingreso ciudadano. Buenos Aires, CIEPP/Mino y Dávila.]
- (ed.) (1992). **Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform**. London, Verso.
- (1991). **O que é uma sociedade justa**. São Paulo, Ática, 1997.
- URANI, André (1998). **“Renda mínima: uma avaliação das propostas em debate.”** In: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998 ). Garantia de renda mínima: ensaios e propostas. Brasília, IPEA.
- VANLERENBERGHE, Pierre (ccord.) (1992). **RMI Le pari de l’insertion**. Rapport de la commission nationale d’ evaluation du revenu minimum d’ insertion. Paris, Tome 1 e 2.
- VUOLO, Rubén Lo (org.) (1995). **Contra la exclusión**. la propuesta del ingreso ciudadano. Buenos Aires, CIEPP/Mino y Dávila.
- VUOLO, Rubén Lo, BARBEITO, Alberto C., Scalo, Maria Celi, ESPINOSA, Malva e Damianovic, Ninosa (2001). **People’s Security Survey in Latin America: Argentina, Brazil and Chile**. Focus Programme on Socio-Economic Security, International Labour Office, Geneva.
- WILLIAMS, Lady Juliet Rhys (1943). **Something to look forward to**. London, MacDonald and Co.

Uma possibilidade sensata para Israel e Palestina seria a separação de parte da receita do turismo, setor de grande importância para ambos, para a criação de um fundo que seria de propriedade de todos os residentes desses países. Mas também seria possível separar parte da receita de todas as outras fontes de riqueza para o complemento do fundo. Estou seguro de que a Renda Básica do Cidadão será de grande ajuda para os principais objetivos desta conferência.

Gostaria de expressar minha solidariedade a todos aqueles que estão fazendo o melhor possível no sentido de alcançar um meio pacífico para o reconhecimento da solução conjunta dos dois Estados – Israel e Palestina.

**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria de Recursos Humanos - SERH**  
**Gabinete do Diretor**

**BOLETIM ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO DE PESSOAL**

Nº: 4702

Quinta-feira, 14 de abril de 2011

**ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL**

**PRAZO PARA OFERECIMENTO DE MINUTAS DOS ATOS NORMATIVOS DA COMISSÃO DO ANTEPROJETO DE REFORMA POLÍTICA**

**ATO DO PRESIDENTE Nº 87, de 2011**

Estabelece prazo para que a Comissão destinada a elaborar Anteprojeto de Reforma Política ofereça as minutas de atos normativos decorrentes de seus trabalhos.

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de sua competência regimental e regulamentar, considerando o término dos trabalhos no prazo estabelecido pelo art. 4º do Ato do Presidente nº 24, de 2011, que instituiu Comissão destinada a elaborar Anteprojeto de Reforma Política, e tendo em vista a necessidade da elaboração dos atos decorrentes de suas conclusões, **RESOLVE**:

Art. 1º Estabelecer a data de 20 de maio de 2011 para que a referida Comissão apresente os anteprojetos de atos legislativos necessários à implementação das medidas por ela propostas.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de abril de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

*Observações:*

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4702 de 14/04/2011

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY**

**14-4-2011**  
**quinta-feira**

**11:30 Recebe o Desembargador Dácio Vieira, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**

Sala de Audiências

**16:00 Ordem do Dia**

Plenário

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*\*

### Maranhão

**PTB** - Epitácio Cafeteira\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*\*  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**PSOL** - Marinor Brito\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PT** - Marta Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PR** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**PPS** - Itamar Franco\*\*

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-DEM** - Demóstenes Torres\*\*  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amelia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*  
**Bloco-PMDB** - Wilson Santiago\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

### Amazonas

**Bloco-PT** - João Pedro\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*

### Acre

**Bloco-PT** - Aníbal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**Bloco-PMN** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSDB** - Marisa Serrano\*  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**PTB** - Gim Argello\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**Bloco-DEM** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-PR** - João Ribeiro\*\*  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*\*

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PMDB** - Geovani Borges\*\* (S)  
**PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Marta Suplicy (PT-SP) (5)	1. Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
Angela Portela (PT-RR) (4)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (7)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
<b>PTB</b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (6)	

**Notas:**

- Em 05.04.2011, a senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Ofício nº 114/2001 SF/GSMB).
- Em 13.04.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 050/2011 - GLDBAG)
- Em 13.04.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 050/2011 - GLDBAG)
- Em 13.04.2011, a Senadora Ângela Portela é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 050/2011 - GLDBAG)
- Em 13.04.2011, a Senadora Marta Suplicy é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 050/2011 - GLDBAG)
- Em 13.04.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
- Em 13.04.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 050/2011 - GLDBAG)

## **COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

### **1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

**RELATOR: VAGO**

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

---

#### **MEMBROS**

---

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

---

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

---

##### **Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

---

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

---

##### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

---

---

##### **Membro da Comissão Diretora**

---

**Notas:**

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## **2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.**

**Finalidade:** Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os  
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

**Número de membros: 5**

<b>MEMBROS</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>
Senador Aníbal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>
Senador Sérgio Petecão (PMN) <sup>(3)</sup>
Senador Gilvam Borges (PMDB) <sup>(4,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>

### **Notas:**

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

### 3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

**Finalidade:** Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(3)</sup>	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(3)</sup>	3.
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(3)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>
	2.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor <sup>(2)</sup>	1. Senador Armando Monteiro <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

#### **4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)**

**Finalidade:** Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Lindbergh Farias (PT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(3)</sup>
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(7)</sup>	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Senador Lobão Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) <sup>(6,9)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cyro Miranda (PSDB) <sup>(8)</sup>	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

## REFORMA POLÍTICA - 2011

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Designação:** 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 61 33034638

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(4)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(3)</sup>	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) <sup>(2)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(5)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

## PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Aécio Neves (PSDB) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito  
**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516  
**Fax:** 3303-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito  
**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516  
**Fax:** 3303-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(4)</sup>

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) <sup>(2)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,5)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

### Notas:

\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## **2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) <sup>(1)</sup>	2. Wellington Dias (PT)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

**Notas:**

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amelia (PP-RS) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(10)</sup>
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) <sup>(10)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) <sup>(10,11)</sup>
Jorge Viana (PT) <sup>(8)</sup>	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) <sup>(9)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) <sup>(3,5,17)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(2,16)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(4,17)</sup>
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(13,17)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(15,17)</sup>
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(14)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(18)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(19)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) <sup>(6)</sup>
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti <sup>(7)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

**Número de membros:** 5 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(2)</sup>

TITULARES	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	
Benedito de Lira (PP) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	

**Notas:**

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(10)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(7)</sup>	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(6)</sup>	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(4)</sup>
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(5)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) <sup>(8)</sup>	5. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(9)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. <sup>(1)</sup>
<b>PSOL</b>	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

**Notas:**

- \* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
  2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
  3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
  4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
  5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
  6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
  7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
  8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
  9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
  10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) <sup>(4)</sup>
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV) <sup>(1)</sup>	1. João Vicente Claudino <sup>(2)</sup>
<b>PSOL</b>	
	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Reuniões:** terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO  
**Telefone(s):** 3303-3935  
**Fax:** 3303-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

**Notas:**

\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3303-3935  
**Fax:** 3303-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

### Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(4)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
VAGO <sup>(8)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(3)</sup>	1.
<sup>(1)</sup>	2.
<b>PSOL</b>	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues <sup>(5)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## **6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005  
**Fax:** 3303-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## **6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005  
**Fax:** 3303-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## **6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005  
**Fax:** 3303-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) <sup>(4)</sup>
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(3)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, O Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) <sup>(2)</sup>	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) <sup>(3)</sup>
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) <sup>(5)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** quartas-feiras, às 14h -

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Aeir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>Secretário(a):</b> Selma Miriam Perpétuo Martins	
<b>Telefone(s):</b> 3303-4282	
<b>Fax:</b> 3303-1627	
<b>E-mail:</b> scomcdr@senado.gov.br	

## 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**Secretário(a):** Selma Miriam Perpétuo Martins  
**Telefone(s):** 3303-4282  
**Fax:** 3303-1627  
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Secretário(a):** Selma Miriam Perpétuo Martins  
**Telefone(s):** 3303-4282  
**Fax:** 3303-1627  
**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(3)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) <sup>(4)</sup>
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(7)</sup>
<b>PTB</b>	
<sup>(1)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(6)</sup>
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** quintas-feiras, às 12h -  
**Telefone(s):** 3303-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3303-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### **10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3303-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Fernando Collor
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 8h45 -

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO  
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 01/02/2011

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## **2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)*

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

---

**Atualização:** 01/02/2011

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

## **3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros:** 5 titulares

**Atualização:** 01/02/2011

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

#### **4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
	<b>OUVIDOR-GERAL</b>

**Atualização:** 02/02/2011

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
Gleisi Hoffmann (PR) <sup>(6)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PTB</b>
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(4)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(5)</sup>
<b>PR</b>
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Lídice da Mata (BA)
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(3)</sup>
<b>PSOL</b>
Marinor Brito (PA) <sup>(2)</sup>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSC</b>

Eduardo Amorim (SE)
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC)
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)

**Atualização:** 24/02/2011

**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

## 6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 23/03/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Waldemir Moka (MS) <sup>(7)</sup>
<b>PT</b>
Jorge Viana (AC) <sup>(9)</sup>
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO) <sup>(11)</sup>
<b>PTB</b>
Armando Monteiro (PE) <sup>(10)</sup>
<b>DEM</b>
José Agripino (RN) <sup>(8)</sup>
<b>PR</b>
Clésio Andrade (MG) <sup>(12)</sup>
<b>PP</b>
Ivo Cassol (RO) <sup>(6)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(13)</sup>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(3)</sup>
<b>PPS</b>

<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(2)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(5)</sup>

**Atualização:** 13/04/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17 de março de 2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GSACV Interno nº 003/2011, desta data, lido na sessão do Senado Federal de 13/04/2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Pedro Simon (RS) <sup>(7)</sup>
<b>PT</b>
Ana Rita (ES) <sup>(9)</sup>
<b>PSDB</b>
Cícero Lucena (PB) <sup>(10)</sup>
<b>PTB</b>
João Vicente Claudino (PI) <sup>(11)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(8)</sup>
<b>PR</b>
Blairo Maggi (MT) <sup>(12)</sup>
<b>PP</b>
Ana Amelia (RS) <sup>(6)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(13)</sup>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(2)</sup>
<b>PPS</b>

<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(5)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(3)</sup>

**Atualização:** 13/04/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GSACV Interno nº 002/2011, desta data, lido na sessão do Senado Federal de 13/04/2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

**Número de membros:** 16 titulares

**1ª Designação:** 14/03/2011

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Casildo Maldaner (SC) <sup>(6)</sup>
<b>PT</b>
Jorge Viana (AC) <sup>(9)</sup>
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO) <sup>(11)</sup>
<b>PTB</b>
Gim Argello (DF) <sup>(10)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(8)</sup>
<b>PR</b>
Clésio Andrade (MG) <sup>(12)</sup>
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Lídice da Mata (BA) <sup>(13)</sup>
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(2)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(4)</sup>
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(7)</sup>
<b>PV</b>

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GSACV Interno nº 004/2011, desta data, lido na sessão do Senado Federal de 13/04/2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Senador José Sarney (PMDB/AP)

**Chanceler:** Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Marco Maia (PT/RS)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> José Sarney (PMDB/AP)
<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Marta Suplicy (PT/SP)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> João Ribeiro (PR/TO)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Inocência Oliveira (PR/PE)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Júlio Delgado (PSB/MG)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP/PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB/PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> João Paulo Cunha (PT/SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Carlos Alberto Lerêia (PSDB/GO)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

### COMPOSIÇÃO

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

#### Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)

## **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

### **COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

### COMPOSIÇÃO

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

#### Senado Federal

Titulares	Suplentes

#### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

### MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

**Secretário:** Antônio Ferreira Costa Filho

**Telefones:** (61) 3216-6871 / 3216-6878

**Fax:** (61) 3216-6880

**E-mail:** cpmc@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms)

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

#### Senado Federal

<b>Líder da Maioria</b>	
<b>Líder da Minoria</b>	Mário Couto (PSDB/PA)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b>	Fernando Collor (PTB/AL)

#### Câmara dos Deputados

<b>Líder da Maioria</b>	
<b>Líder da Minoria</b>	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b>	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

#### Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)



Edição de hoje: 220 páginas

OS: 2011/11481